

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Maria das Graças Martins Bibiano

“Há Terras para Plantar neste Verão?” O Assentamento Tapera e a
reprodução do espaço (e da vida) na luta pela terra.

Minas Gerais, Brasil
Julho - 2009.

Maria das Graças Martins Bibiano

“Há Terras para Plantar neste Verão”? O Assentamento Tapera e a reprodução do espaço (e da vida) na luta pela terra.

Dissertação apresentada ao do Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço.

Orientadora: Prof.^a Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2009



Aos avós: Leopoldino e Maria José, Bernardo e Leopoldina. Camponeses que viveram os processos degradantes no campo brasileiro sem que jamais tenham perdido a dignidade (in memoriam).

À Isadora e Lavínia motivos de muitas alegrias, esperanças de novos tempos.

Agradecimentos

Agradeço a Deus que me permite viver este momento, e pelas muitas Graças me tem concedido por toda a vida. É Nele que posso.

Agradeço à minha orientadora Maria Aparecida dos Santos Tubaldini que aceitou, comigo, o desafio dessa pesquisa. Agradeço a liberdade a mim confiada para essa produção, a qual reconheço ser apenas uma etapa.

A cada professor, do IGC, FAFICH e FAE, agradeço a contribuição e os momentos generosos de conversas. Em particular ao Sérgio Martins, Willian Rosa, Doralice Barros, Ana Maria e Fátima que, juntamente com os colegas do “*grupo de estudos*” contribuíram com elaborações ricas e que muito me ajudaram a compreender leituras importantes para entender o objeto. Muito carinhosamente agradeço à Paula (secretária eficiente da Pós-graduação) a quem devo muitas informações esclarecimentos e paciência. Reconheço, por este agradecimento, que seu comportamento honesto e metódico nos tranquiliza tornando as formalidades, no curso desse processo, menos complicadas.

Agradeço a meus pais muito amados: José Carvalho Martins e Maria Gomes Martins aos quais devo muito do que aprendi neste mundo. Ao meu marido Alessandro Bibiano de Freitas que soube compreender as minhas ausências e valorizar as presenças.

Agradeço à Gláucia Carvalho Gomes que, mais que como uma Geógrafa, compartilhou minhas dúvidas, meus anseios e angústias, é uma irmã muito querida e presente na vida de toda a família. Agradeço cada leitura, cada diálogo, cada correção, indagação e indicação. Sem suas prestimosas intervenções talvez essa pesquisa tomasse outro rumo.

Agradeço a cada um dos meus irmãos: José Geraldo, Valdirene, Izabel Cristina, Lafaiete, Marcelo, Pedro Márcio, Fabiano e João Antônio (*in memoriam*), por tudo que foram nesta caminhada, que é a nossa luta de todo dia, e que ocupam um grande espaço no meu coração. Aos tios, tias e primos que homenageio na pessoa da muito amada Tia Nem (que também é Maria das Graças), que acompanha os ‘filhos da Zinha’ a cada passo que damos e nos apóia de maneira generosa como uma mãe.

Agradeço a cada camponês e camponesa do Tapera, tenho grande orgulho e prazer em conhecê-los. Em especial agradeço à Lô, ao João Franco, Custódio e Didi, D. Dina, Joaninha, D’Ana, Chicão, Eduardo, Zé Tico, Zenita, Cida, Tonho de Jovita e Terezinha ao João Tiú e Maria, pessoas riquíssimas, que tanto contribuíram para minha compreensão do que seja o Tapera, que entenderam o sentido da vida na terra e que não se rogam de se dizerem felizes pela vida que têm. A cada um, o meu sincero respeito. Ao CAA, na pessoa do ao Marcelo, que além de disponível foi um grande interlocutor.

Sou muito grata às minhas amigas, Eunice, Cida, Dayse, Maria Diana e Cristiana pelas conversas sempre boas, cada uma em cada momento, mas, todas muito importantes na minha vida. À D. Lúcia e família por terem compreendido os momentos de ausência e pela exigência das presenças.

A todos, os meus agradecimentos e reconhecimento. Essa é uma produção de única e total responsabilidade dessa autora, mas, que reconhece a participação de cada uma dessas pessoas (entre outras não citadas) no processo da sua elaboração.



*Entrou na roda tindô lê lê
Entrou na roda tindô la la
Entrou na roda tindô lê lê, tindô lê lê, tindô la la
A casa é sua tindô lê lê
A casa é sua tindô lá lá
A casa é sua tindô lê lê, tindô lê lê, tindô lá lá*

*Sinta à vontade tindô lê lê
Sinta à vontade tindô lá lá
Sinta à vontade tindô lê lê, tindô lê lê, tindô lá lá*

(Cântico de recepção aos visitantes do Assentamento Tapera
autor desconhecido, cantado pelas filhas de Sr. Chico)

Resumo

A questão agrária no Brasil, a luta pela terra, a produção, a identidade e a cultura camponesas, como estratégias de enfrentamento à moderna racionalidade de produção capitalista do espaço, se traduzem no tema central dessa pesquisa. Este estudo procura refletir sobre os processos nos quais foi criado o Assentamento Tapera: sobre a espacialização do capital no território norte mineiro e as consequentes resistências a uma nova racionalidade de produção do espaço. Tendo como centro a discussão sobre as estratégias construídas de maneira mais geral na luta pela terra e, mais especificamente, na luta pela terra na antiga Fazenda Tapera, que veio dar origem ao Assentamento, procuramos contextualizar sua criação e desenvolvimento no processo de uma luta que é mais geral e mais ampla.

As investigações foram norteadas pelas produções teóricas assentadas no materialismo dialético, sobre a produção do espaço, questão agrária, luta pela terra, identidade e cultura camponesa, tendo como apoio o conceito de território. As técnicas de pesquisa pautaram-se especialmente nas entrevistas e conversas com os camponeses do Assentamento Tapera e ainda, posseiros (remanescentes da antiga fazenda exteriores ao assentamento), também com representante do CAA/NM, além de pesquisa documental do INCRA, registro em fotos contemporâneas e mais antigas. As pesquisas de campo para a produção desse estudo foram realizadas entre 2007 e 2009, período em que se buscou observar as estratégias de produção material e imaterial daqueles camponeses, suas novas lutas e suas estratégias de enfrentamento político.

A partir da reflexão proporcionada pela investigação teórica e empírica, na busca pela compreensão da luta pela terra, também encontramos o sujeito camponês e seu modo de vida. E, ainda, como este modo de vida, sustentado no saber do camponês se constitui, mais que elemento de resistência, como condição de re-existência diante do embate de forças desiguais entre o grande capital que se espacializa/territorializa no Norte de Minas e os camponeses que lutam pelo direito de re-existir e que, a partir da resistência e pela luta também se territorializam.

Abstract

The agrarian question in Brazil, the fight for the land, the production, the identity and the culture peasants, as strategies of confrontation to the modern rationality of capitalist production of the space, if translates the central subject of this research. This study it looks for to reflect on the processes in which the Tapera

Nesting was created: on the “espatialization” of the capital in the territory mining north and the resultant resistance to a new rationality of production of the space. Having as center the quarrel on the constructed strategies in more general way in the fight for the land and, more specifically, in the fight for the land in the old Tapera Farm, that came to give origin to the Nesting, we look for to contextualization its creation and development in the course of a fight that is more general and ampler. The inquiries had been guided by the seated theoretical productions in the dialectic materialism, on the production of the space, agrarian question, fight for the land, identity and culture peasant, having as support the territory concept. The research techniques were to rule especially in the interviews and colloquies with the peasants of the Tapera Nesting and still, one who holds legal titles to property (remaining of the old farm), also with technician of the CAA/NM, beyond documentary research of the INCRA, register in photos old contemporaries and. The research of field for the production of this study had been carried through between 2007 and 2009, period where if it searched to observe the strategies of material and incorporeal production of those peasants, its new fights and its strategies of confrontation politician. From the proportionate reflection for the theoretical and empirical inquiry, in the search for the understanding of the fight for the land, also we find the subject peasant and its way life. E, still, as this way of life, supported in knowing of the peasant if constitutes, more than resistance element, as condition of reverse speed-existence ahead of the shock of different forces between the great capital that if espacializa/territorializa in the North of Mines and the peasants who fight for the right reverse speed-to exist and that, from the resistance and for the fight also is territorializam.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas-----	01
Lista de Quadros-----	01
Lista de Gráficos-----	01
Lista de Mapas-----	01
Lista de Figuras-----	02
Lista de Siglas e Abreviações -----	03
Introdução -----	04
Capítulo 1 - O “povo de Deus” e a terra prometida: reflexões sobre a atuação política (e teológica) da Igreja nos movimentos sociais rurais.-----	34
Capítulo 2 - A questão agrária no Brasil e a luta e resistência camponesa fundamentada na terra. -----	54
2.1 - A formação da questão fundiária no Brasil.-----	54
2.2 - A posse da terra: fundamento do modo camponês de produção -----	70
Capítulo 03 – O Camponês do Tapera no território do Sertão Norte Mineiro -----	80
3.1 – Camponês: uma reflexão sobre o conceito -----	80
3.1 .2 – Breve resgate histórico-geográfico da constituição do <i>camponês norte mineiro</i> -----	91

3.2 – “O cerrado que era de bicho e de gente, ia virar de eucalipto” -----	95
3.3 – Uma <i>agri-cultura</i> como realização do possível. -----	98
3.4 - A Fazenda Tapera no contexto da modernização do espaço. -----	99
3.5 – A formação do Assentamento Rural Tapera. -----	107
3.6 - As (im) possibilidades inscritas para o Tapera-----	119
3.6.1 - Conflitos para a permanência (?) da nova geração de camponeses no Tapera.-----	122
3.7 - Uma escola nova? O saber camponês e a Escola Geraizeira no Assentamento Tapera -----	131

Capítulo 04 - O sentido do trabalho e da família nas estratégias políticas dos camponeses do Tapera----- 139

4.1 – Os cultivares e seus sentidos no Assentamento Tapera. -----	151
4.2 – A família camponesa e a organização do trabalho no Tapera. -----	156
4.3 – Os saberes do camponês em sua vida cotidiana: é tempo de plantar. -----	165
4.4 – A experiência com os biocombustíveis-----	166
4.5 – A pecuária no Tapera: a centralidade do gado como liquidez “na hora da precisão” e as “criações” para a reprodução direta da família.-----	168
4.6 – A família Tapera-----	170

**Capítulo 05 – Um novo ordenamento do território
e as estratégias construídas para conviver
com as novas perspectivas ----- 173**

5.1 – “*Da cerca que cerceia*” à cerca que liberta----- 173

Considerações Finais ----- 180

Bibliografia

Anexos

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estrutura fundiária no Brasil – período 1940 – 1985-----	57
Tabela 02 – Os maiores latifundiários no Brasil em 1988 (município e área).-----	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Estrutura fundiária brasileira: mudanças por classes de área 1992, 1998 e 2003 -----	59
Quadro 02 - Brasil: número de famílias em ocupações por estado/Macro-regiões 1988-2007-----	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Concentração dos maiores latifundiários em 1988 -----	60
Gráfico 02 – Número de Ocupações no Brasil por Macro-regiões 1988-2007-----	62
Gráfico 03 – Brasil: número de ocupações1988-2007-----	66
Gráfico 04 – Brasil: número de assentamentos 1988-2007-----	67
Gráfico 05 – Brasil Diferença entre ocupações e assentamentos 1988- 2007-----	69

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização de Riacho dos Machados e municípios confrontantes-----	06
Mapa 02 – Assentamento Tapera no Município de Riacho dos Machados-----	09
Mapa 03 – Assentamento Tapera-----	15
Mapa 04 – Territorialização da atuação do CAA/NM. -----	31
Mapa 05 – Geografia das Ocupações de terras no Brasil período 1988 – 2007 -----	65
Mapa 06 – Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil período de 1979-2007-----	68
Mapa 07 – Mapeamento do trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil – 2004 -----	77
Mapa 08 – Assentamento Tapera – As Trilhas que encurtam caminhos-----	176

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Associação de movimentos rurais com a criminalidade. -----	28
Figura 02 - Armazenamento do arroz colheita 2007 – produtores: João Franco e família-----	114
Figura 03 - A produção e o orgulho do camponês-----	115
Figura 04 - O camponês se reconhece no produto do seu trabalho -----	117
Figura 05 - Jovens reunidos em frente à sede da Associação – momento de lazer -----	124
Figura 06 - A motocicleta entre os objetos de “desejo” do Jovem do Tapera -----	124
Figura 07 – Moenda antiga -----	127
Figura 08 – Casa de Camponês -----	128
Figura 09 – Paisagem que revela a obra. -----	133
Figura 10 - As espigas de milho colocadas à prova – março de 2009-----	154
Figura 11 - “Unidades eco-geográficas” identificadas pelos camponeses do Tapera na paisagem de cerrado.-----	156
Figura 12 – Produção escolar, dos filhos de João Tiú, na parede da sala-----	159
Figura 13 – Mulheres camponesas no trabalho-----	161
Figura 14 - A mulher camponesa e suas “coisinhas”-----	162
Figura 15 – Sala como lugar de destaque às conquistas camponesas-----	166
Figura 16 – Carços de pequi da coleta 2009 na casa de D’Ana-----	174

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CAA/NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas.

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG – Comissão Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ENBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IEF- Instituto Estadual de Florestas (MG)

INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MG – Minas Gerais

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (abrigo virtual UNESP).

N/M – Norte de Minas

PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

Introdução

O Norte de Minas, integrado ao chamado “polígono da seca”, a partir de meados do século XX, foi “inserido” em um amplo processo da reprodução social, orientado, fundamentalmente, pela produção das condições que viabilizariam a reprodução capitalista do espaço. Tal processo, ao redefinir a maneira como as relações sócio-espaciais historicamente construídas passaram a se reproduzir, desestruturou (e, em muitos casos, rompeu) o modo de vida camponês ali existente, sendo que permanência deste deu-se de modo residual.

A modernização, em grande medida, refuncionalizou e (re)introduziu o Norte de Minas na reprodução capitalista do espaço, impondo-lhe uma nova participação na divisão internacional do trabalho, na qual os espaços tendem a exercer funções específicas e verticais. Diante dessa redefinição da produção do espaço, o modo de vida camponês, como seus fundamentos e organização característicos constituíram-se, naquele momento, em um entrave ao desenvolvimento econômico sob essa nova racionalidade. Para que este processo pudesse se efetivar houve uma ampla reestruturação fundiária, cuja característica marcante foi a intensificação da concentração de terras destinadas às novas “culturas”¹ ali engendradas (GONÇALVES, 2003). Neste contexto, os camponeses² foram, sistematicamente, expropriados e/ou alijados das terras em que se reproduziam historicamente, já que estas se tornaram objeto de interesse dos grandes empreendedores que, vislumbraram novas possibilidades para a (re)produção da riqueza. É importante ressaltar que a redefinição do espaço no Norte de Minas, engendrado na divisão internacional do trabalho, afinal, sustentou-se na representação que foi construída sobre este território, no imaginário social brasileiro: como lugar de miséria e pobreza.

Neste contexto, a terra assumiu novos significados, principalmente para os proprietários fundiários e/ou do capital que passaram a considerá-la como mercadoria capaz de realizar a renda da terra³ em outro patamar. Contexto este que se deu a partir de meados dos anos de 1970 quando o plantio do eucalipto expandiu-se a partir

¹ O uso de aspas para o termo cultura deve-se a consideração que, no limite, as novas atividades, como o plantio de eucalipto, que se estabeleceram no Norte de Minas, não são, essencialmente, *cultura*, no sentido de que não se trata de algo formado e desenvolvido no lugar, como forma de reprodução da vida, a partir das condições históricas e geográficas estabelecidas.

² Sobre o conceito de camponês e a sua atualização far-se-á uma reflexão no capítulo 03.

³ (MARX, 1988), (MARTINS, 1983).

do Vale do Rio Doce para o Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, para a produção de carvão destinado à indústria metalúrgica (OLIVEIRA, 2007).

A pressão sobre os camponeses instalados naquele espaço, pelo novo “ordenamento” do território que se propunha, fez com que estes fossem forçados a se readequarem diante da nova forma de produção. Grande parcela destes camponeses, a exemplo do ocorrido em outras regiões do país desde a primeira metade do século XX, foi viver nas periferias das áreas urbanas. Outros se tornaram trabalhadores rurais assalariados, enquanto muitos se dispuseram a lutar pela terra e para nela permanecer, assumindo todas as conseqüências que tal postura comportou. Assim, os conflitos logo se estabeleceram, conformando a luta dos trabalhadores rurais, cujo sentido foi o de manutenção das condições necessárias à sua existência na qualidade de camponeses.

A partir de uma limitada política de reforma agrária, que não logrou superar esta condição de reforma, o Estado constituiu-se em importante agente do processo, cuja ação deu-se, historicamente, no sentido de distensionar os conflitos mais agudos, neutralizando assim, possibilidades de um movimento mais amplo e efetivamente transformador. Este é um dos possíveis entendimentos acerca do Estatuto da Terra⁴, promulgado em 1964, no governo militar. Entre as contradições que envolveram a produção deste instrumento, destaca-se, como bem refletido por José de Souza Martins, o fato daquele documento ter-se revelado como viabilizador da concentração fundiária em áreas de terras devolutas⁵. Foi neste contexto, de resistência a estas transformações, sob as quais o Norte de Minas foi inserido e à expropriação imposta, que se originou o Assentamento Rural Tapera⁶, em Riacho dos Machados, que, como será visto nesta dissertação, nasceu da luta pelo direito de re-existir na condição de camponês.

O Assentamento Rural Tapera localiza-se ao sul do município de Riacho dos Machados (situado a 150 km de Montes Claros), já no limite com o município de Grão Mogol, no Norte de Minas Gerais conforme pode ser observado nos mapas 01 e 02.

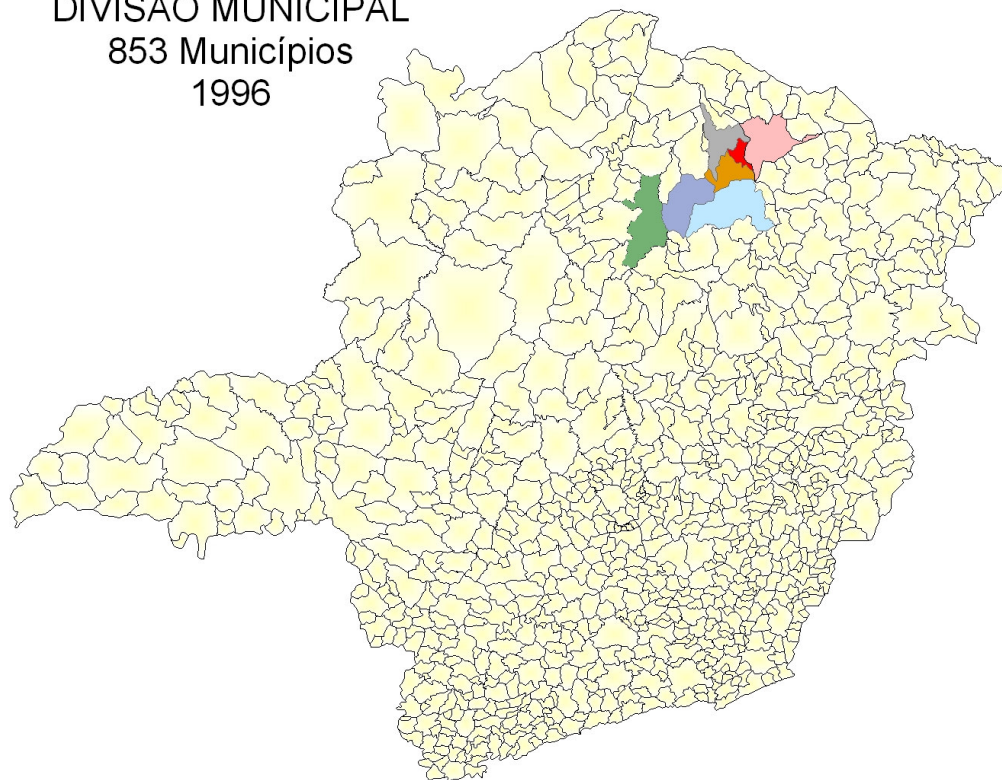
⁴ Sobre os sentidos e contradições que envolveram a constituição do Estatuto da Terra, ver: MINC, Carlos (1986) A Reconquista da Terra – Estatuto de Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2^a ed.

⁵ É importante observar como o camponês, nas diversas localidades do país foi historicamente desqualificado como sujeito agente da estruturação fundiária no Brasil. Isto porque, a concepção de terras devolutas pressupõe a inexistência daqueles que a ocupam e dela/nela reproduzem sua existência.

⁶ Ou Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras.

MAPA 01 - Localização de Riacho dos Machados e municípios confrontantes.

ESTADO DE MINAS GERAIS
DIVISÃO MUNICIPAL
853 Municípios
1996



Legenda

- Rio Pardo de Minas
- serranópolis de Minas
- Montes Claros
- Grão Mogol
- Francisco Sá
- Porteirinha
- Riacho dos Machados



0 Km 200



Fonte: www.geominas.com.br visita em 17-06-08. Adaptado pela autora.

O Assentamento resultou do processo de luta pela terra encampada pelos moradores da antiga “Fazenda Tapera”. A área hoje ocupada pelo assentamento é de aproximadamente 3.800 hectares que, anteriormente, faziam parte dos 20.000 ha da fazenda de propriedade do Sr. Alcebino dos Santos – o “Major” e que fora vendida à SICAFE⁷. Os 17.000 ha restantes pertencem atualmente a esta empresa de siderurgia, “reflorestamento” e produção de carvão vegetal que, somados ao que empresa incorporou, conforma atualmente uma única propriedade de vinte e um mil hectares.

A venda da Fazenda Tapera à SICAFE deu início à disputa pela terra por camponeses (agregados, posseiros e “assalariados”) que ali se encontravam e a atual empresa proprietária, a partir do momento que ficou claro que as famílias se seriam expulsos, conforme relatam os moradores do assentamento. Tal expulsão explica-se pela redefinição da antiga atividade desenvolvida de criação de gado de corte para a monocultura de eucalipto. No contexto da atividade econômica anterior, os trabalhadores agregados, eram necessários ao desenvolvimento desta, no sistema de parceria⁸. Estes agregados eram autorizados pelo proprietário fundiário a usar determinada porção de suas terras para formação de lavouras de subsistência, sob a condição de, após três ou quatro colheitas, mudarem de área, lançando antes a semente para formação de pastagem para o gado. Como bem analisou José de Souza Martins, trata-se de uma forma de obtenção do trabalho sem se pagar por ele, extraindo assim, a renda da terra⁹. Segundo relatos de antigos moradores da fazenda, hoje assentados, aqueles trabalhadores, que viviam nas terras da Fazenda Tapera, expropriados da sua força de trabalho, mantinham ainda uma relação como

⁷ “Fundada em 1971 em Sete Lagoas, Minas Gerais, a SICAFE iniciou suas atividades com apenas um alto-forno que produzia ferro gusa para atender a demanda do mercado interno. Ao longo desse período a empresa foi se desenvolvendo e outros dois alto-fornos foram construídos para atender a demanda internacional. Hoje a SICAFE conta com uma capacidade instalada de 168.000 toneladas/ano de ferro gusa lingotado e homogenizado para fundições e aciarias. O grupo SICAFE possui ainda uma empresa de Florestamento/Reflorestamento e atua no ramo de fomento mercantil operando uma factoring”. www.sicafe.com.br, visita em 05/02/2008.

⁸ No campo, termo parceria significa produto do trabalho dividido entre o proprietário da terra e o trabalhador que aplica sua força de trabalho a ela, repartindo com “dono” da terra os frutos de sua colheita. Essa pode se dar em regime de meação, quarta, terça, conforme o que previamente as parte combinam sob uma espécie de contrato tácito. No caso estudado o regime de meação pautou as relações entre os camponeses (agregados) e o proprietário da terra.

⁹ MARTINS (1983) Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político, Petrópolis, Vozes, 2^a ed.

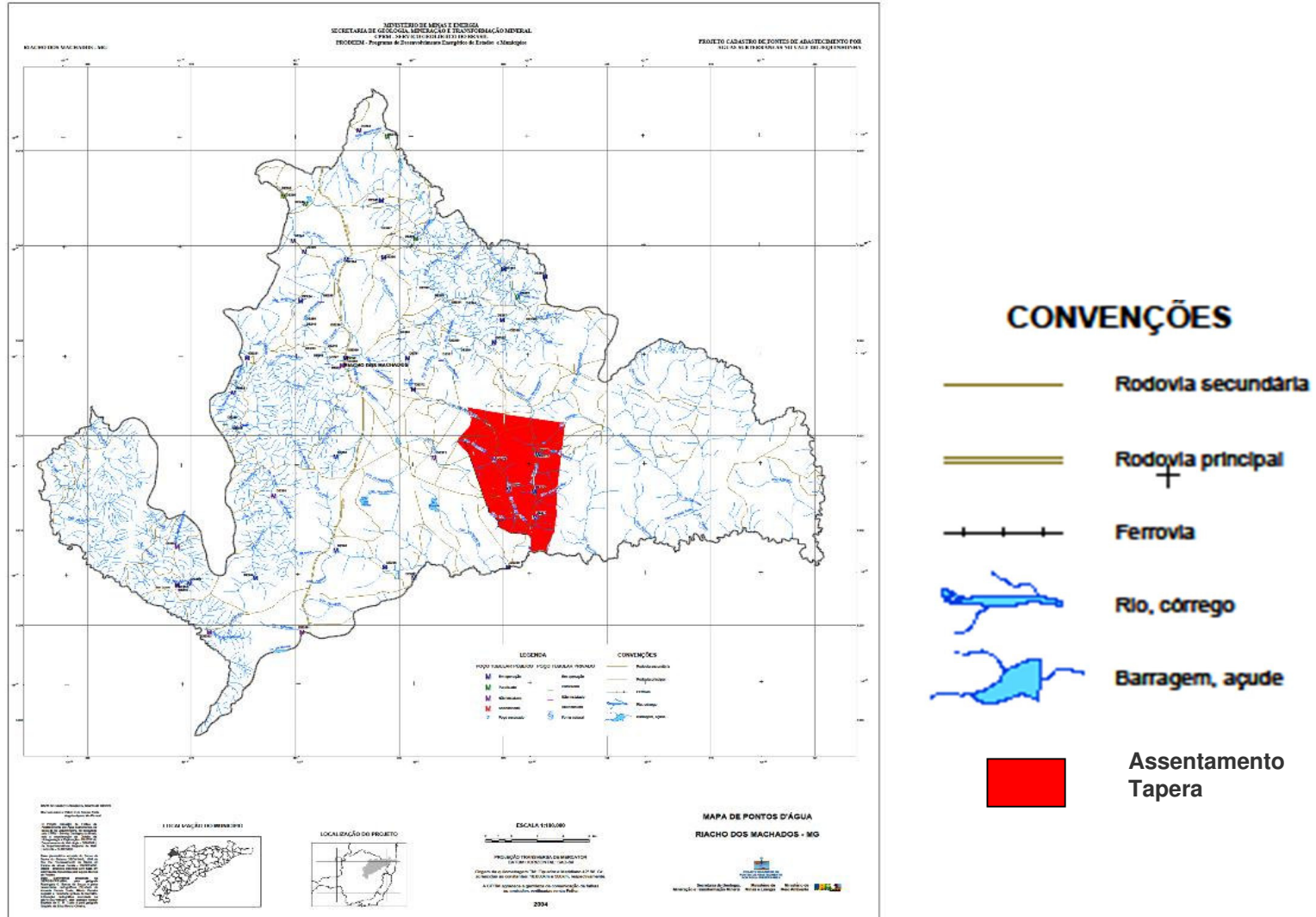
consumidores dos produtos do “armazém” que a fazenda mantinha. O que pode indicar elementos que apontem para uma *escravização por dívida*.

No entanto, para a nova atividade do plantio do eucalipto, que chegava juntamente com a nova proprietária da terra, os antigos trabalhadores tornavam-se um entrave, já que esta não demandava toda a força de trabalho existente na fazenda e, ainda exigia que a terra estivesse livre (dos camponeses) para o plantio em grande extensão, como é próprio do plantio eucalipto.

Diante desta redefinição da exploração da terra, os trabalhadores da Fazenda Tapera empreenderam um movimento de resistência e luta pela permanência na terra, orientados por integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Porteirinha e por integrantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra). Em 1996 o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) determinou a demarcação dos limites do assentamento e o reconhecimento dos agregados como proprietários de glebas então desapropriadas, configurando-se pequenas propriedades que, em média, possuem cerca de 60 hectares para cada família. Originou-se assim, o Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras ou Assentamento Tapera¹⁰, drenado pelo Rio Tamanduá e Córrego das Sete Voltas, afluentes da margem esquerda do Rio Vacarias, na bacia do Rio Jequitinhonha, conforme no mapa 02.

¹⁰ Como é chamado pelos seus moradores e mesmo em documentos do INCRA

Mapa 02 - Assentamento Tapera no Município de Riacho dos Machados.



A luta destes camponeses justificou-se pela tentativa de garantir as condições que lhes permitissem sua reprodução no lugar com o qual se identificavam e nele se reconheciam. Assim, sem a resistência destes, à nova racionalidade que se estabelecia, dificilmente seus filhos teriam nascido em Tapera, nem aqueles trabalhadores far-se-iam sujeitos da própria história.

É neste sentido que se pode afirmar que o Assentamento Tapera resultou das ações que partiram do lugar, mas que foram amplamente redefinidas pelo processo mais geral e mais amplo que inscreveu a produção do espaço na reprodução ampliada da riqueza. No momento em que o Norte de Minas Gerais teve sua função produtiva parcialmente redefinida, as relações socioeconômicas que sustentavam a reprodução da Fazenda Tapera encontraram seu limite histórico, bem como, outros latifúndios daquele território. E, neste contexto, foram (re)produzidos, para viabilizar os novos processos produtivos.

Atualmente, no Assentamento Tapera estão assentadas 41 famílias, que, em sua maioria, descendem dos posseiros e agregados¹¹ da fazenda e quando não o são descendentes destes, pertenceram às relações daqueles camponeses. De acordo com relatos destes moradores, seus antecessores chegaram à fazenda Tapera há pelo menos quatro gerações, sendo que alguns moradores tiveram bisavós que foram escravos na referida fazenda.

Na Fazenda Tapera, a atividade desenvolvida era a pecuária extensiva, sendo que alguns camponeses trabalhavam direto com o gado enquanto a ampla maioria lidava com a formação de pastos para o gado e cultivo de gêneros de alimentação básica - feijão, mandioca, batata-doce, milho, entre outros. Neste período, que perdurou até o final dos anos de 1980, os moradores eram o componente essencial da reprodução da riqueza nos moldes em que aquela se realizava. No entanto, quando o território em que estava inserida foi (re)funcionalizado para o plantio do eucalipto aqueles moradores tornaram-se “excedentes” e, neste sentido, um estorvo, para a empresa, nova proprietária da terra. É neste sentido que, nesta pesquisa, propõe-se a compreender os processos históricos de luta pela permanência na terra, iniciada a partir do momento em que os moradores souberam da venda da propriedade.

No entanto, se foram as redefinições que reestruturaram a Fazenda Tapera (na sua nova função) as quais impuseram a necessidade da luta dos camponeses pela permanência, esta ocorreu também a partir das idéias que se originaram fora do lugar, que foram de substancial importância na mobilização e organização do movimento de resistência destes camponeses. Foi neste processo que a CPT, o sindicato rural e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM (ou CAA, como os camponeses do Norte de Minas se referem à instituição), se constituíram em importantes mediadores da luta pela constituição do Assentamento Rural Tapera.

Nestes termos, constitui-se como objetivo geral desta pesquisa, a análise e reflexão acerca da luta pela terra no Assentamento Rural Tapera e, a partir dela, contribuir para a compreensão da questão

¹¹ Trabalhadores que residiam na fazenda. O emprego da sua força de trabalho nas atividades econômicas da fazenda era o que lhe garantia o direito de permanência na terra e, por outro lado garantia a manutenção da extensão das terras da fazenda e a formação e manutenção das pastagens para o gado.

mais ampla na qual o Tapera se insere, qual seja, a luta pela manutenção e/ou (re)construção das condições necessárias para a re-existência do camponês e de seu território. Assim, as possibilidades de reprodução do camponês, inserido num espaço cuja produção é orientada pela reprodução ampliada da riqueza. Trata-se, nos termos anteriormente colocados, de buscar compreender, o processo mais geral e amplo de reprodução do espaço rural no Norte de Minas Gerais. Tendo como ponto de partida desta reflexão o Assentamento Rural Tapera que, em ampla medida, materializa os processos que, afinal, reproduzem o espaço.

Assim, torna-se necessário também compreender: a) a ação dos mediadores sociais deste processo; b) o contexto e a luta destes moradores e, c) quais são as possibilidades, os desafios e as contradições que se colocam na reprodução de um espaço que resultou do reconhecimento do direito, mais que de permanência, de re-existência dos moradores do Tapera.

Buscou-se, afinal, entender as precariedades e riquezas que perpassaram o necessário recomeço dessas famílias, a partir da constituição do assentamento. E, ainda, refletir sobre as estratégias encontradas para a reprodução da vida diante das novas condições e as relações que se constituíram a partir daquele momento e quais permaneceram dos tempos anteriores.

Para alcançar esta compreensão torna-se necessário buscar apreender como se estrutura hoje a produção, a moradia e os costumes destes camponeses no assentamento. Verificar também, se o que aparece como “atraso” econômico, realmente o é, ou se de fato trata-se do embate entre racionalidades distintas de reprodução da vida e seu modo correspondente, do camponês e do capital, onde a primeira tende a ser desqualificada, para assim, ser submetida ao segundo.

Nestes termos, especificamente, busca-se compreender as contribuições, os limites que envolveram a intervenção dos agentes que contribuíram para a formação do Tapera, como a Igreja (por meio da CPT), o CAA-NM e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha junto aos movimentos sociais rurais no Norte de Minas. É objetivo, ainda, compreender em que medida o Tapera se constitui em um fragmento do espaço e, se assim o for, quais são as possibilidades de superação desta condição, como forma de permanência/resistência do próprio assentamento.

Por sua vez, colocam-se como questões a serem respondidas: o porquê da luta daqueles trabalhadores para permanecerem no lugar e qual a importância da identidade para a reprodução do Tapera. E, finalmente, se o Tapera se realiza como lugar e território.

As hipóteses que orientam estas questões são: a) a luta destes moradores justificou-se pela tentativa de garantir as condições que lhes permitissem sua reprodução no lugar com o qual se identificavam e, nele se reconheciam; b) apesar de aparecer como fragmento, a resistência camponesa encontra-se interligada - com o apoio de importantes mediadores como é o caso da participação da Igreja e dos sindicatos de trabalhadores rurais c) a representação do Norte de Minas, como lugar da pobreza e da miséria, não se sustenta a partir dos elementos encontrados naquele território ou não são fundamentadas em condições naturais.

A pesquisa justifica-se pela busca do entendimento da dinâmica da organização do território, pelo estudo de sua(s) forma(s) de ocupação(ões) e ordenamento, usos/utilizações, e ainda, pelo estudo e busca da compreensão das possibilidades e limites de um lugar como o Tapera no contexto dominante de produção do espaço. Assim, também se justifica pela busca do entendimento de como se dão as questões que se colocam e se confrontam no espaço rural, que marcam e demarcam esse território, deixando em sua paisagem as impressões capazes de revelar as relações sociais no e com o espaço.

E por fim, esta pesquisa deverá se somar às outras que, já prontas e ou em curso, contribuem para iluminar o conhecimento/entendimento apontando para as possibilidades da produção do espaço rural na sua condição de parte de um espaço inteiro.

Aspectos Teóricos e metodológicos

Para alcançar os resultados esperados dessa pesquisa foram desenvolvidas leituras bibliográficas sobre as questões colocadas, investigação documental e pesquisa empírica de acordo com as entrevistas, diálogos e observações dos e com os assentados e agentes envolvidos com o Assentamento do Tapera.

Na pesquisa empírica foram realizadas entrevistas¹² com dezoito famílias camponesas assentadas no Tapera (conforme mostra os mapa seguinte), dois posseiros remanescentes da antiga Fazenda Tapera e Mandacaru, além das entrevistas com o “último” técnico do CAA/NM a atuar no Assentamento até 2009, lideranças da Associação do Assentamento Tapera que estavam à frente da mesma e uma ex-agente de saúde moradora do Tapera.

Como orientação teórico-metodológica foi utilizada a matriz teórica do *materialismo histórico*, observando as mudanças e transformações das relações de produção e das forças produtivas nos processos de produção do espaço no Assentamento Rural Tapera.

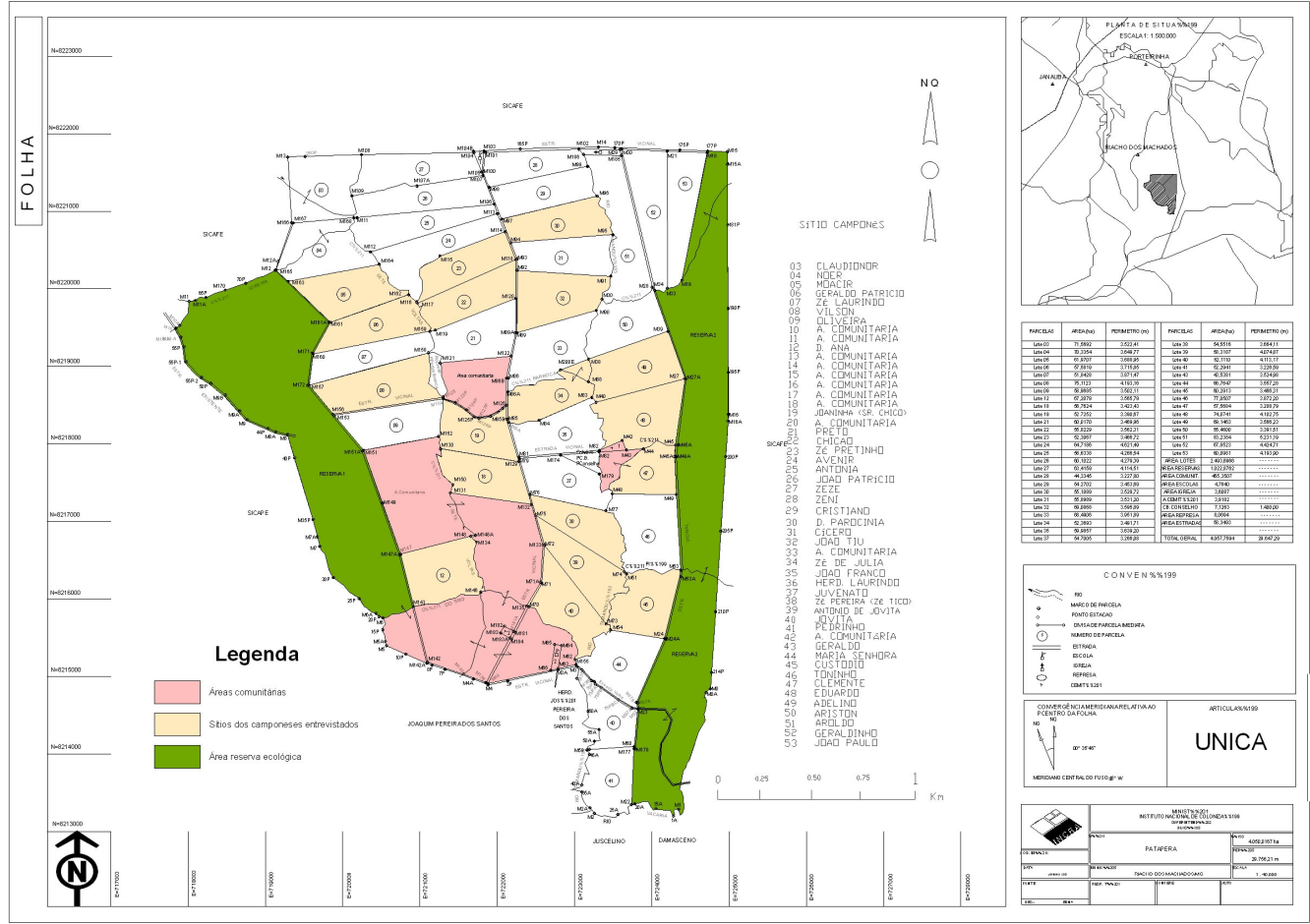
Foi considerado o conceito de *produção do espaço* na concepção de Lefebvre (1986) que perpassou esta pesquisa por entender que a partir da compreensão da (re)produção do espaço tem-se ampliadas condições da apreensão dos processos históricos que se desenvolvem tanto numa ligação com as perspectivas locais quanto globais. E, por entendermos a necessidade de uma incursão mais específica para estudo de caso, nos valem do conceito de território (RAFFESTIN, 1993, CLAVAL, 1999, HAESBAERT, 1997 e 2006), Assim, fundamentos, para compreender o Tapera para além de sua forma aparente, além do conceito de *território*, utilizamos ainda o conceito de *Lugar* (SANTOS, 1996; CARLOS, 1996), na medida em que se entende que são estes fundamentais para a busca da compreensão daquele fragmento socioespacial.

É importante ainda considerar, embora não seja suficiente para explicar a reprodução do Tapera, a constituição de hábitos que, afinal, conformam a cultura, em nome da manutenção a qual se engendrou a luta pela re-existência no lugar. Isto porque a chamada matriz cultural (GOFFMAN, 2005) permite perceber a “trama” mais fina que sustenta a vida cotidiana. E, por fim, também como metodologia foi utilizada a *história oral* (MEIHY, 1996) a qual contribuiu com as *entrevistas não diretivas* (THIOLLENT, 1985) em pesquisas de campo. O critério de “escolha” das famílias, ou representantes delas, que foram entrevistados, pautou-se pelas condições de distribuição espacial, de produção, progresso econômico, e conforme os nomes foram surgindo nas conversas, da seguinte forma: tendo em conta à distribuição dos lotes às margens dos dois principais córregos que drenam aquele lugar, foram realizadas 08 (oito) entrevistas com famílias que se envolvem diretamente com as questões coletivas por meio da associação dos moradores e que estejam vinculadas a alguma cooperativa, outras 04 (quatro)

¹² Quando as alterações não comprometiam o sentido e o conteúdo das entrevistas, optamos por aproximar a escrita destas, tanto quanto possível, às regras formais da língua.

que não se envolvem nas decisões coletivas das decisões, mas que se encontram com bom desenvolvimento econômico, e outras 03 (quatro) famílias que não estão bem financeiramente ou têm algum tipo de dificuldade de adaptação às novas relações que se puseram com o assentamento que, de certa forma, os impõe alguns limites. As outras 03 (três) entrevistas foram realizadas conforme os nomes iam surgindo (nas conversas) como importantes na luta e na constituição do Tapera.

MAPA 03 - Assentamento Tapera



Fonte: INCRA - Divisão de Ordenamento Adaptado.

Assentamento Tapera

Como foi dito, o Assentamento Rural Tapera tem seu fundamento no processo de luta dos trabalhadores camponeses que, na sua maioria, se reproduziam como posseiros, agregados e meeiros¹³ que, no *(des)envolvimento* do lugar¹⁴, viram-se na eminência de serem desterritorializados¹⁵.

A terra para o camponês tem significado de liberdade, de altivez dando as primeiras condições para a cidadania¹⁶. O amor pela terra não o é por qualquer terra, é pela terra na qual ele tem parte da sua história e que, geralmente, tem nela as grafias dos seus antepassados. Estando na terra e trabalhando-a, o camponês sente-se como continuidade na construção da história familiar. Para o camponês do Tapera não é diferente: é possível se perceber o envolvimento e a relação afetiva destes com a terra, sendo que, para muitos, é possível dizer que sua existência imbrica-se com a terra.

O camponês norte-mineiro, com a sua cultura resultante da adaptação às condições do cerrado “das gerais”, tem suas características intimamente ligadas ao território, que é o que lhe proporciona as condições da construção da sua identidade (HAESBAERT, 1997), que o diferencia no sentido da *alteridade*, no sentido que distingue o *nós e o outro*, o de dentro e de fora (o forasteiro). Essa ligação com o território (num sentido quase de Lugar) é o que dá ao camponês do norte de Minas a dimensão da espacialização das suas relações e uma “*apropriação simbólica em nível de local (que poderíamos denominar de território-lugar)*” (HAESBAERT, 1997:263).

Território esse, não só constituído pelas disputas, controle e exploração, mas, dos saberes, dos costumes da *práxis*, num aprofundamento do conhecimento da/na

¹³ O meeiro, condição do agregado de fazenda, constituído na transição do regime de trabalho escravo para o trabalhador “livre” (MARTINS, 2004:59-75, 8ª ed.), permaneceu até meados do século XX, quando da modernização da produção no campo como uma das principais maneiras de se produzir a riqueza nas fazendas. A esses era permitida a moradia e o plantio nas terras alheias, na sob o compromisso de dividir o fruto do seu trabalho com o proprietário da terra. Essa foi uma condição imposta ao camponês que tem suas origens no início do século XIX, superando a Lei de Terras e adentra o século XX como produção da riqueza no campo (MARTINS, 1983:34-40).

¹⁴ A agricultura familiar camponesa é profundamente inserida em um lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve nas relações de sociabilidade específica, que ultrapassam a ligações familiares e de parentesco.

¹⁵ A desterritorialização segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005) ocorre a partir da constituição de um movimento socioterritorial que se constitui a partir dos processos de territorialização que pressupõe uma anterior desterritorialização. São vários os motivos que podem provocar essa desterritorialização: desde as construções de barragens e abertura de estradas (pela intervenção do Estado), até ações de particulares que se interessam por áreas “promissoras” da produção e acumulação da riqueza que ainda não tenham sido integradas ao processo de produção/exploração capitalista e que provoca a expulsão de pequenos ou de grandes grupos tradicionalmente enraizados em determinado espaço.

¹⁶ MENDRAS (1978).

natureza que se impõe aos grupos sociais e cobra-lhes a reação. O que, em grande medida, é posto a prova, ou é perdido (ainda que parcialmente), no momento em que a racionalidade da modernização capitalista se estabelece engendrando uma ordem outra, que desarticula ou subordina as *forças produtivas* e as *relações de produção* que lhe são conflituosas. Por isso, esta pesquisa é também uma reflexão acerca do lugar, do território e das relações que os envolvem e os desenvolvem ao redefinirem-nos. Em uma compreensão que perpassa os fundamentos do lugar que se constituiu e foi reafirmado como território ou identifica-se com um território “maior”, a mesma não pode se dar sem considerá-lo como um fragmento da totalidade na qual está inserido, qual seja, a reprodução social do espaço rural inscrito na reprodução da riqueza.

Nos termos colocados, torna-se necessária uma reflexão acerca da formação do agrário no Brasil que, no curso de sua reprodução, assumiu a condição de *Questão Agrária*. A concentração de terras no Brasil, que tem suas raízes no período colonial e se reafirmou na Lei de Terras de 1850 e mais atualmente, no Estatuto da Terra, pauta a questão agrária pela expulsão, exploração e expropriação do trabalhador rural. Seja ele, camponês ou trabalhador assalariado, posseiro ou “pequeno proprietário, comunidades chamadas tradicionais ou “não-tradicionais”. Em nome do desenvolvimento/crescimento econômico e da modernização da produção, são postos à prova quase sempre de maneira violenta, para não dizer cruel.

A chamada questão agrária no Brasil, como afirma Caio Prado Jr. (1979:48)¹⁷, remonta ao início da colonização européia, introduzida pelos portugueses exploradores da costa leste do continente sul-americano que viria mais tarde a configurar-se no território brasileiro, quando os habitantes do continente americano foram escravizados, mortos ou expulsos das terras onde viviam, para se instalar a produção do espaço por uma nova racionalidade.

Até os anos de 1822 as terras da então colônia portuguesa – que viria ser o Brasil – foram distribuídas obedecendo a uma ocupação progressiva do território. Essa distribuição de terras em forma de ocupação e “controle” do território deu-se na perspectiva de um empreendimento mercantil. As terras eram distribuídas a quem as fizesse produzir nos níveis que possibilitassem o abastecimento do comércio europeu, tanto no que se referia aos produtos tropicais, quando à mineração que se daria em seguida à extração de madeira e exploração da agricultura (especialmente cana-de-açúcar).

A sociedade brasileira em formação, estruturada na exploração das terras pelos portugueses (*homens de bem*) pela força de trabalho por escravização indígena e,

¹⁷ PRADO Jr., Caio (1979) *A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo, Ed. Brasiliense.

posteriormente, dos negros africanos, tinha como objetivo produzir para o mercado exterior. As melhores terras, no poder dos empreendedores, constituíram as grandes áreas de produção em larga escala, enquanto aos “*trabalhadores e fornecedores de mão-de-obra*” restava empregar sua força de trabalho nos empreendimentos ou, quando lhes era possível, instalar-se “clandestinamente” em terras relegadas pelos empreendedores portugueses (PRADO Jr., 1979). Assim fundamentava-se a concentração de terras no Brasil, desde os seus primeiros anos de colonização até os anos de 1850, quando por necessidade de se instituir a produção em novos moldes, não mais pela força de trabalho escrava e sim pelo trabalhador “livre”, novas medidas foram tomadas para proteger as grandes propriedades de terras e para se compor os meios de impedir a franca distribuição de terras.

Historicamente, como afirma José Souza Martins (1983:33-34), a forma de distribuição institucional das terras no Brasil dava-se pela concessão da sesmaria, a posse legítima e formal, como privilégio aos “homens de bem” e de “sangue puro”. Foi por meio da constituição dos *sesmeiros* que Portugal viabilizou o empreendimento colonial no Brasil, visto que a Coroa portuguesa passava por grave crise financeira no momento em que outros Estados ameaçavam a “propriedade” portuguesa. É nesse sentido que Antônio Carlos Robert de Moraes¹⁸ afirma que as sesmarias foram condição para a efetivação do empreendimento colonial português. Já neste momento, a terra já era vista como elemento a partir do qual se poderia cobrar determinado tributo para sua utilização, já que os *sesmeiros* deveriam pagar à Coroa um tributo imposto pela terra, após confirmação da sesmaria recebida. Em alguma medida, tratava-se da formação embrionária da renda fundiária.

Após a promulgação da Lei de Terras de 1850, somente se poderia adquirir terra, quem por ela pudesse pagar (MARTINS, 1983:31-42). Assim, a partir da promulgação desta lei, consubstanciou-se, no processo de reprodução social um complexo processo de luta, fundamentado na *propriedade da terra*¹⁹. A partir da condição de propriedade

¹⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert (2000). Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI, São Paulo, Hucitec.

¹⁹ O estatuto de mercadoria a que a terra foi alçada em 1850 constituiu-se num momento de inflexão da própria reprodução social do espaço brasileiro. Embora não tenha, mas a possibilidade de realização de valor a ela atribuída constitui-se em um dos fundamentos da reprodução social nos termos definidos pelos estratos sociais dominantes ao longo do processo histórico brasileiro. Como bem afirmou José de Souza Martins, foi necessário tornar a terra cativa no momento em que o trabalho se tornaria livre.

Entretanto a racionalidade que envolvia o estatuto da propriedade não estava presente para os então pequenos posseiros que podem ser entendidos como os trabalhadores familiares. Este fator, como será refletido no curso desta pesquisa se constituiu em condição para a expropriação de milhares destes trabalhadores no momento em que a propriedade formal foi confrontada com a posse efetiva.

privada atribuída a terra, esta se tornou o novo meio de capitalização²⁰ de renda anteriormente capitalizada no escravo. A terra assumia assim, o estatuto de mercadoria, por meio de sua constituição em *terra para negócio*²¹, o que negava a terra como possibilitadora também do descanso, recusando também o ócio (criador), como afinal, o camponês também fazia uso dela (da terra).

Segundo José de Souza Martins, foi neste contexto que se engendrou o fim da escravidão no Brasil, posto que o escravo tornara-se um entrave à reprodução ampliada da riqueza. No entanto, se a escravidão encontrava-se na eminência de findar-se, era necessário “prender” a terra, torná-la cativa, como condição de impedir que a histórica forma de concentração fundiária fosse rompida²². Neste contexto, os então *senhores de escravos* constituíram-se em *senhores de terras*. E, pela capacidade da terra, com o estatuto de mercadoria, de realização de valor, estes se “assenhorraram” de mais terras do que eram capazes de produzir, tornando-se *latifundiários*, avançando sobre as terras devolutas e dos posseiros. A capitalização da renda na terra é um dos fundamentos da questão fundiária no Brasil. Por sua vez, a substituição do escravo pela terra na capitalização da renda, envolveu um complexo processo de redefinição da estrutura social brasileira, sem que isso significasse a ruptura com a estratificação social existente. Foi neste contexto que, para substituir o escravo como força de trabalho, o Estado brasileiro promoveu a imigração de colonos vindos da Europa, principalmente os italianos, expropriados e tornados excedentes em seus países, que se constituíram em trabalhadores livres, numa transição para o que viria a ser o trabalho assalariado²³. Estes trabalhadores vieram, na sua grande maioria, na busca da reconstituição de sua condição camponesa²⁴.

²⁰ Cf.: MARTINS, José de Souza. O cativo da Terra. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1979

²¹ Esta é modificação estrutural na compreensão do sentido da terra no Brasil. Para os posseiros, a terra era lugar de subsistência, onde, pelo trabalhar a terra, retiravam o necessário para reproduzirem suas vidas, dentro das necessidades histórico, geográfico e culturalmente colocadas. O sentido da posse da terra era o de reprodução da vida. No momento em que a renda pode ser capitalizada na e pela propriedade da terra esta se constitui em terra de negócio, há, como expressa o termo, a negação do ócio, do modo de vida que não tinha na terra o sentido de acumulação de riquezas, para o estabelecimento e generalização deste que vê a terra como mediação para reprodução e acumulação ampliada da riqueza monetária.

²² MARTINS, José de Souza (2004), O cativo da terra. São Paulo, Hucitec.

²³ Ibidem

²⁴ É importante ressaltar que a presença do imigrante se concentrou em São Paulo, na área de produção cafeeira, principalmente no oeste paulista. Desde Limeira - fazenda do Coronel Vergueiro- até o oeste do estado. Nas demais regiões brasileiras, estabeleceram-se outros arranjos do trabalho para a produção da riqueza. Nos estados do Nordeste brasileiro, prevaleceu o chamado complexo latifúndio-minifúndio, onde as famílias habitantes das pequenas propriedades se constituíam em força de trabalho para as grandes propriedades, fosse no complexo dos engenhos, criação do gado, plantio do algodão ou outros. Já nos estados do Sul do país, pela própria necessidade, a ocupação territorial foi baseada nas pequenas propriedades familiares. No norte de Minas Gerais, onde se insere o Assentamento Rural Tapera, configurou-

Neste sentido, pode-se afirmar que um dos marcos fundamentais, para que seja possível compreender as contradições que envolvem a questão agrária foi colocado em 1850, quando, no bojo da discussão sobre o fim da escravidão negra no Brasil, a terra assumiu o *estatuto de mercadoria*. Foi a chamada *Lei de Terras*²⁵ que, entre outras determinações, definiu a terra como propriedade, sendo que a única forma de obtenção de terras a partir de então dar-se-ia pela compra da mesma, criando assim, a propriedade fundiária.

Devido à constituição dos latifúndios²⁶, formado sobre a estrutura herdada do período colonial, a pequena e média propriedade foram historicamente ameaçadas ou subordinadas, quando não relegadas às terras que, num primeiro momento não interessavam aos grandes proprietários, fosse pela distância dos centros urbanos, fosse pela ausência de vias de acesso, ou mesmo pelas condições naturais (qualidade do solo, clima, topografia entre outros). Àqueles que tivessem pouco ou nenhum recurso para adquirir a terra por meio da compra, restavam lhes as terras que não despertavam os interesses dos grandes proprietários. No entanto, de uma maneira paradoxal, até o momento da chamada “modernização agrária” (que pressupõe a acentuação da mecanização das propriedades rurais) a manutenção de posseiros e agregados dentro, ou em torno, das grandes fazendas, era necessária para a viabilização do latifúndio. Na medida em que os latifundiários mantinham nos arredores os agricultores familiares²⁷, estava garantida a disponibilização de força de trabalho para a produção de tais latifúndios.

Dessa forma, estes se constituíam em força de trabalho de reserva a serem utilizadas nos períodos sazonais sem que nos demais períodos do ano, significassem despesas para o grande proprietário fundiário. Assim, aquelas terras, anteriormente relegadas, também foram inseridas no processo de reprodução da riqueza sustentada

se o “sistema” de agregados, onde a família recebia uma pequena área para morar e cultivar no seu quintal e, em troca, constituía-se em força de trabalho para as grandes propriedades de criação de gado, cultivos etc.

²⁵ Trata-se da Lei 601 do Império que tornou a terra propriedade privada, publicada em 1850, determinando que, a partir daquela data, o acesso à terra se daria somente por meio da relação monetária. Nesta lei constava um prazo para que fosse estabelecido o registro das terras sob regime de posse, o chamado registro paroquial. Passado esse prazo, as terras não reclamadas por particulares retornaram ao Estado, sob a condição de terras devolutas.

²⁶ O latifúndio resultante do processo histórico de alta concentração de terras desde ao anos de 1850, que proibia a abertura de novas posses, quando a terra passa a ter a condição de mercadoria, proporcionando as possibilidades das constituição das grandes propriedades. Às grandes propriedades que ocuparam a maioria dos espaços cultiváveis no Brasil e valorizados como grande propulsor da produção no campo, em detrimento das pequenas propriedades.

²⁷ No Vale do Jequitinhonha, por exemplo, as áreas de morro ou as grotas, eram relegadas pelos criadores de gado e nelas se estabeleciam os agricultores familiares. Configuração esta que permaneceu até meados do século XX, quando a “modernização” chegou ao Vale, em grande medida, “levada” pelo plantio do eucalipto.

pelo trabalho dos trabalhadores camponeses permanecendo, assim, atrelados ao grande proprietário fundiário.

A região Norte de Minas conformou-se no bojo dos empreendimentos produtivos fundamentais do período colonial: a produção de cana-de-açúcar e da mineração. Contudo, as terras desta região foram consideradas impróprias para o plantio da cana-de-açúcar, bem como também não eram propícias para a mineração. No entanto, na divisão do trabalho que sustentava o empreendimento colonial, coube a ela, principalmente, a atividade pecuária, baseada em grandes extensões de terras para a criação do gado, como afirma GONÇALVES, (2000), cujo sentido era abastecer as regiões canavieiras e mineradoras.

Houve no Brasil a constituição de uma parcela da população que não se “enquadrava” diretamente na lógica institucional da organização do espaço e nem mesmo na lógica da produção orientada à exportação e manutenção das condições de se produzir com a finalidade para o consumo externo à região produtora. E, por sua vez, também os espaços que, foram chamados de “espaços vazios”, onde ainda prevalecia a posse com o sentido que esta comportava, qual seja, a da reprodução da vida camponesa. Fosse porque os posseiros ainda não tivessem conhecimento da propriedade privada e da racionalidade intrínseca a ela ou porque que esta não compunha em seu imaginário a necessidade da propriedade formal da terra. Na sua concepção e a partir de suas necessidades social e historicamente colocadas, bastava a posse e o acesso aos elementos naturais para o cultivo da terra e sua vivência e a construção da sua cultura e saberes. Foi neste sentido que cultivaram a terra que lhes era possível tomar posse e desenvolver um conjunto de atividades que lhes possibilitasse produzir, pelo trabalho familiar, senão todos, quase todos os elementos necessários à reprodução de sua vida. Fundada nesta forma de trabalho, consolidou-se uma cultura que não se pautava pela busca da acumulação da riqueza na forma monetária, que afinal, moldou o modo de ser camponês.

De certo modo, o agricultor camponês, no contexto de relativo isolamento dos núcleos de povoados, resultante do modo como o espaço produzido encontrava-se organizado, buscava constituir e efetivamente constituiu um *modo de vida* específico, como bem apreendeu Antônio Cândido²⁸, em sua tese sobre o modo de vida do camponês²⁹ em *Bofete, estado de São Paulo iniciado antes da década de 50*. Como

²⁸ CÂNDIDO, Antônio, Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7ª ed, 1987.

²⁹ A referência ao camponês é nessa referência a uma unidade familiar que por tradição trabalha na terra e vive do seu trabalho na terra e sua cultura tem estreita relação com as atividades desenvolvidas na terra.

demonstra este autor, a vida que ali se conformou produziu uma espacialidade própria, com suas riquezas (e também suas precariedades) além de toda uma estrutura que garantisse a reprodução da família. Noutros termos, compôs-se também de uma *cultura* muito particular, estruturada principalmente na relação entre o tempo-espço e os objetivos de reprodução social orientados pela reprodução da vida, onde o ócio não foi negado, ao contrário, constituía-se como importante elemento da cultura e do modo de vida camponês.

Assim, o ritmo de trabalho e do lazer se dava de acordo tempo do plantio e da colheita, possibilitando também o tempo do não fazer, da festa. Um tempo decorrente do ritmo forjado na instância da reprodução da própria vida numa relação íntima com a natureza em que o domínio desta não era o sentido último ou primeiro, por assim dizer. A exemplo do *caipira paulista*³⁰, os camponeses,³¹ mesmo os da contemporaneidade que por meio do processo histórico sofreram várias transformações, forjaram uma cultura rica e particular que, juntamente com a expropriação da terra, também é rompida, marginalizada, inclusive na reprodução do universo do próprio camponês³².

No entanto, trata-se de um processo que, como todos os processos sociais, cuja reprodução não é linear; embora muitas vezes sejam assim explicadas e “compreendidas”. No revés ou na luta pela (re)existência, na “*coevolução social e ambiental*”³³ um novo saber se (re)compõe, transformando o agricultor camponês. Transformação essa que é assumida como condição de permanência, de possibilidade de (re)existir no movimento de suas atividades cotidianas.

Neste sentido, no Norte de Minas, de acordo com Gonçalves (2000), como forma deste (re)existir e de reafirmação do conteúdo (enriquecido e precarizando neste processo), podem ser registradas pelo menos três culturas com suas peculiaridades: os *Vazanteiros*, os *Geraizeiros* e os *Caatingueiros*, que se constituem no agricultor camponês, na luta pela vida, que se compõe/recompõe nas práticas de seu viver. Luta essa intensificada quando se confrontam o modo de existir que se orienta pela

³⁰ O caipira nos termos de A. Cândido é um camponês expropriado da terra e além disso, estigmatizado pela sociedade urbana brasileira.

³¹ O camponês contemporâneo traz consigo uma amálgama cultural que, a partir dos conhecimentos indígena, africano e europeu, foi transformado e adaptado para as condições que possibilitassem o relativo domínio da natureza e a consubstanciação de sua existência.

³² A representação social do caipira, ou o do agricultor familiar camponês que compõe o imaginário brasileiro é comumente apresentada pela famigerada figura do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. Tal representação social contribuiu/contribui para que, no próprio interior da família agricultora camponesa, fosse/seja construído nos filhos do camponês sua própria negação. Afinal, ninguém que ser o “jeca”, nos termos que este se apresenta, exceto nas “festas” juninas, nos termos da caricatura do que foi um dia foi a festa.

³³ RIBEIRO (2000)

reprodução social da vida e a reprodução ampliada da riqueza, orientada pelo modo capitalista de produzir cujo sentido é o da acumulação monetária.

Apesar da formação histórica do latifúndio no Norte Minas, o campesinato teve condições de existência, não só na condição de posseiro, mas também como na condição de trabalhador "acolhido" pela grande fazenda - o agregado.

No entanto, o modo como esta região vinha sendo historicamente reproduzida foi amplamente redefinido pela modernização na qual foi inscrita, a partir da segunda metade do século XX. Nesse processo, o grande capital (nacional e especialmente empresas de capital internacional) foi amplamente privilegiado pelas políticas de distribuição de terras (MARTINS, 2003:136), forjando as condições de "empresariamento" das unidades rurais alimentadas pelo capital financeiro, principalmente. Em grande medida, esta *Empresa Rural* foi favorecida (ou mesmo viabilizada) pela política de crédito. A partir desta modernização, as possibilidades do modo de vida do camponês foram amplamente precarizadas.

A partir da modernização do espaço rural, inscrito na lógica de produção e organização, apropriado de maneira privada, limitou-se (e, em muitos casos, também impediu) que os elementos naturais fundamentais continuassem a ser apropriados disponíveis à reprodução camponesa. Por longo tempo, esta se definiu pelo uso de espaços comuns, onde o gado era criado à solta, enquanto cultivavam brejos e vales de acordo com a "herança" cultural e as condições naturais de cada lugar. Porém, as atividades desenvolvidas pelas famílias tradicionais foram subjugadas e desclassificadas na orientação para o crédito institucional. Assim

"a monoprodução foi imposta como condição para que se obtivesse apoio técnico e financiamento bancário, conforme o depoimento de vários agricultores. Assim não se partiu das matrizes de racionalidade dos Geraizeiros, dos Caatingueiros ou dos Vazanteiros, que nunca foram monoprodutoras e que (...) garantia não só o auto-abastecimento da região, como também, dos tropeiros"(GONÇALVES, 2000:27).

Neste contexto, a reação do agricultor camponês (aquele não conformado com tais pressões) diante dos fenômenos ligados aos processos globais, que tendem a apartá-lo das suas possibilidades de existência como tal, não poderia ser outra que não fosse a da luta³⁴. Reconhecidamente, uma luta de forças desiguais, historicamente

³⁴ Vale registrar que a opção pela luta, evidentemente, não foi a de todos. Ao contrário, de acordo com dados oficiais do IBGE a população no campo diminuiu, enquanto das áreas urbanas cresceram, principalmente nas áreas mais periféricas, engrossadas pela chegada do trabalhador rural desenraizado da terra. A maioria dos camponeses ao longo do século XX foi subjugada, expropriada e expulsa das terras onde viviam. Ainda que nesse processo tenha havia a luta no conflito, as articulações e movimentos dos trabalhadores rurais não foram capazes de reverter o processo da assimilação dos espaços rurais à racionalidade do desenvolvimento do capital.

marcada pela repressão e pelo sangue do camponês. A saída encontrada por este sujeito no embate com tais forças foi, e tem sido, a luta pela terra, o que, efetivamente, não se resume ao acesso à terra. Trata-se também de uma luta pelas condições de existência no campo, com acesso à saúde, educação e autonomia na tomada de decisões quanto ao exercício de sua prática. Essa luta que se desenrola em todo território nacional surgiu e se consolidou com significativo apoio da Igreja, especialmente católica, por meio de setores ligados à *Teologia da Libertação*.

Entender o papel da Igreja nas articulações e organizações destes movimentos torna-se assim de fundamental importância para a compreensão mais ampla da reprodução do espaço rural contemporâneo. E, orientando-se pela busca da contradição que impulsionou tal processo, compreender em que medida a ação desta instituição pode ter-se constituído em mediação e, neste sentido, como um possível atenuante que (des)radicalizou a questão agrária em um de seus momentos mais agudos, que indicavam, inclusive uma possibilidade de transformação para além da reforma, mantendo sob controle os *surtos de inquietação camponesa* que por vezes pressionou a ordem dominante. É neste sentido que se torna necessário um entendimento mais aprofundado da atuação da Igreja por meio da Comissão Pastoral da Terra na condição de agente sócio-político na conformação do campo brasileiro, como se busca realizar no curso desta pesquisa.

Jose de Souza Martins³⁵, afirma que o posseiro/camponês tem por princípio a luta pacífica, pela crença de que a terra é um bem comum, dádiva de Deus e, portanto, do direito natural de todos aqueles que dela dependem, que dela saibam tirar o próprio sustento e nela possam trabalhar. Porém, ao defrontar-se com esta realidade, o empresário (ou o grande fazendeiro) orientado pela racionalidade da acumulação capitalista, sucumbe e submete tal concepção, com suas armas legais, morais, ideológicas, sem dispensar as de fogo, jagunços, “caso sejam necessárias”. Assim, o camponês que não tem como comprovar a propriedade formal da terra, numa sociedade que se orienta pela defesa da propriedade, não encontra legitimidade da posse e, no limite, de seu direito de existir na condição de agricultor camponês.

Para o camponês, restam poucas alternativas fora da luta: vender sua força de trabalho submetendo-se ao assalariamento precário, quando o capitalista do campo assim necessita, compor a força de trabalho de reserva das áreas urbanas, ou, reproduzir sua existência deslocando-se para áreas mais distantes dos centros de modernização, reiniciando-se na (precária) condição de posseiro em outro espaço.

³⁵ (MARTINS, 1980).

A perversidade aí inscrita é que as poucas alternativas não são mais que aparências, ou formas diferentes do mesmo processo: numa ou em outra, trata-se da submissão do trabalhador ao processo mais geral e mais amplo de reprodução social da riqueza, cuja apropriação será privada. É neste contexto que José de Souza Martins, compreende a migração para as terras da Amazônia brasileira, que se submete (porque é submetido) a novas tensões ao compor novas “*frentes de expansão*”, como há algum tempo vem acontecendo com a *invasão, dos grileiros e grandes empresas nacionais e internacionais*,³⁶ das terras da Amazônia legal.

Há, no bojo deste processo, a desqualificação do camponês, que vem a reboque da desqualificação de sua forma de trabalho e seu modo de vida, o que legitima socialmente o fortalecimento das empresas “produtivas e modernas” com interesses em explorar as terras, anteriormente das relações camponesas, consideradas de “baixa produtividade e retrógradas” e, portanto, sem legitimidade social. De forma (e conteúdo) bastante violenta, esse processo de luta vem acontecendo no Brasil desde o momento que remonta ao período colonial. Contudo, a partir dos anos de 1960 a essa violência foi incorporada a ação militar contra os trabalhadores rurais. Deste momento em diante, como denominou José de Souza Martins, ocorreu a “militarização da questão agrária”, em que os proprietários de terras tiveram o apoio formal do Estado. Por sua vez, os mandatos de despejos e ações de intimidação do homem do campo, somado à atuação, já violenta, dos jagunços contratados pelos grandes proprietários de terras, objetivava a expulsão de posseiros e trabalhadores rurais das terras pelas quais tinham interesses.

Tais estratégias dos segmentos sociais dominantes ocorreram de forma a neutralizar e desmobilizar os movimentos. Em 1964, quando os movimentos rurais reivindicavam fortemente a realização de uma reforma agrária que possibilitasse a desconcentração fundiária, o Estado promulgou O Estatuto da Terra, determinando e orientando o processo de acordo com os interesses do grande proprietário fundiário. Assim, este serviu muito mais para conter as tensões e as reivindicações do camponês em seu movimento de luta pela terra.

O Estatuto da Terra foi gestado no governo de João Goulart, tendo se constituído, entre outros fatores, para um dos motivos de sua queda. Porém, o mesmo é também fruto de um movimento popular que objetivava produzir uma política pública que contemplasse os anseios dos trabalhadores rurais. Porém, sua instauração deu-se no governo militar como instrumento já apropriado como forma de distensionar os conflitos em torno da terra, como bem refletiu Martins (1983).

³⁶ MARTINS (1980:73-76).

Outro importante fator considerado por este autor acerca do Estatuto da Terra tem a ver com o fato de este ter sido utilizado como instrumento para viabilizar a ocupação da Amazônia e transferir para a iniciativa privada suas terras. É neste sentido que José de Souza Martins afirma que o estatuto serviu para abrir a “*possibilidade de uma reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional*” (MARTINS,1983:31).

Em ampla medida, o Estatuto da Terra como foi apropriado reafirmou a forma como historicamente se legislou em relação à propriedade fundiária no Brasil, garantindo instrumentos viabilizadores da concentração de terras. Mesmo em 1988, no processo constituinte, quando houve a emenda constitucional que incorporou algumas das reivindicações dos movimentos sociais rurais, como a conquista de direitos trabalhistas, antes restritos aos trabalhadores urbanos os fundamentos da propriedade foram reafirmados.

Outro fator de importante consideração foi que pouco se avançou no reconhecimento de direito dos chamados povos tradicionais (indígenas e quilombolas) e do posseiro que, juridicamente, continuam sendo tratados como invasores ou povos *atrasados* que atravancam o progresso³⁷. Enquanto isso, os processos atuais amplamente noticiados, demonstram que grandes empreendedores capitalistas se assenhoram, muitas vezes de formas duvidosas, de grandes extensões de terra na Amazônia. Assim, os invasores reais, são classificados como posseiros³⁸, como se se tratasse do mesmo processo e, os posseiros, criminalizados como invasores. Em reportagem da revista Exame, a exemplo do que muitas vezes ocorre na formulação da grande imprensa, ao tratar de um determinado assentamento rural, foi promovida uma representação que, no limite, tende a reforçar o imaginário acerca dos movimentos sociais como movimentos criminosos³⁹. Essa manipulação das imagens e dos fatos pela grande imprensa, serve à construção de um imaginário de que, quem luta pela terra é, na realidade o “baderneiro”, marginal, como se não houvesse um objetivo e um real fundamento legitimador da luta.

Na figura a seguir, foto publicada na revista Exame de junho/08, sob o título “*O retrato de um fracasso*”, podemos observar a aparência do jovem que supostamente atea fogo a um barraco “durante briga de assentados em Bela Vista de Chibarro: facções e

³⁷ Identificado como possível, pela sociedade, somente segundo as técnicas e regras modernas de produção.

³⁸ Reportagem *Posseiros dominam 40 milhões de hectares na Amazônia, diz estudo*, *Folha Uol*, 28/02/2008, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377121.shtml> , visita em 03/03/08 17:55h.

³⁹ Fernando Valeika de Barros, *O Retrato de um fracasso*, caderno Cidades, EXAME anuário, junho/08, p. 32-33.

pobreza”, segundo o que compõe da manchete da reportagem (p.33), é de uma pessoa que não quer revelar sua identidade. No primeiro plano observa-se que apesar do fotografado olhar diretamente para quem o fotografa, este não se revela, como quem quer esconder sua identidade. Usando boné e com uma camiseta em volta do seu rosto, quando somente os olhos aparecem, o jovem ganha a aparência de contraventor; não como alguém que vive um conflito e reage. No segundo plano o fogo do incêndio o ilumina a meia penumbra, como se o flagrasse no seu ato “criminoso”.

Figura 01 – Associação de movimentos rurais com a criminalidade.



Fonte: Revista Exame junho de 2008.

A reportagem dá o tom fazendo afirmações cabais sobre as (im)possibilidades de fazer a reforma agrária no Brasil. Por sua vez, a reação dos trabalhadores atingidos pelas “políticas” agrárias e os avanços de fazendeiros e grandes empresas em áreas tradicionalmente usadas por uma população que tem seus conhecimentos, culturas e sua sobrevivência atrelados à terra, deu-se de maneira mais ou menos organizadas por todo território nacional e reage conforme cada momento e diante de cada situação.

No Norte de Minas, a presença da Igreja por meio da CPT, foi de extrema importância tanto na criação quanto no fortalecimento da autonomia de sindicatos, uma vez que esses estiveram subjugados ao poder do coronelismo⁴⁰ e no clientelismo⁴¹ por longa data.

Carlos Walter Porto Gonçalves (2000) denominou de *des-envolvimento*, o processo de modernização do norte mineiro, devido às mudanças de relações que a

⁴⁰ O Coronelismo advém da denominação dos líderes políticos municipais e regionais de coronéis no século XVIII. Esse caracterizou-se por intenso controle dos políticos sobre os votos constituindo os “*currais eleitorais*”. Não apenas o poder econômico era importante para a constituição do que se convencionou chamar “coronéis” o que importava para a existência deste era o poder controle e manipulação dos votos de uma determinada região. (MARTINS, 1983:46-47)

⁴¹ Relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos não importando a escala desta. Trata-se de uma relação não, primordialmente, entre ricos e pobres e sim, entre poderosos e ricos, uma vez que essa já se constituía como tal, mesmo antes de os pobres poderem votar (MARTINS, 1994:29).

partir da década de 1970 foram *im-postas* aos povos do sertão em nome da modernização da economia. Ricardo Ferreira Ribeiro (2000:55-56) denuncia que, nos tempos recentes, o cerrado (predominante no Norte de Minas) tornou-se uma imensa fronteira agrícola⁴² como um espaço de expansão econômica, por vezes, até como uma opção de exploração nos moldes modernos, uma vez que este, não é um bioma de preservação, na pauta do discurso ambiental e, nem mesmo foi reconhecido pela Constituição de 1988, como aconteceu no caso da *Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira*, como patrimônio nacional. O porquê dessa “desconsideração” em relação ao bioma de cerrado cuja representação socialmente formada indica para a representação de um solo pobre, da pobreza intrínseca, da vegetação arbustiva e retorcida, que foi substituída pelo eucalipto, será objeto de reflexão nesta pesquisa.

Se nem mesmo o bioma cerrado não foi considerado portador de uma riqueza a ser preservada, como afirma Porto Gonçalves (2001:39-43), em um momento em que a visibilidade e discurso ambiental alcançaram dimensões internacionais, não é de se causar estranheza que, os povos que têm suas bases culturais e saberes estruturados em sua diversidade não tenham sido considerados.

Foi em contraposição às investidas do grande capital representado pelas empresas plantadoras de eucalipto, entre outras interessadas na agro-exportação, os agricultores familiares camponeses que se recusaram/recusam, no sentido de resistência, em deixar seu modo de vida e as terras de seus ancestrais, começaram a se organizar para luta. Uma luta não só pela terra, mas, pelas condições de se viver na/da terra, pelo reconhecimento da sua cultura e da importância de seus conhecimentos, como se observa na luta dos moradores Assentamento Rural Tapera.

As estratégias elaboradas pelos grupos de trabalhadores rurais vão desde a inserção/participação política, dentro de um esforço da compreensão dos códigos burocráticos da sociedade moderna, bem como, no sentido de se encontrar/reafirmar técnicas e saberes que lhes permitam e lhe facilitem a permanência na terra. Uma dessas técnicas, muito difundida pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas - CAA/NM é a produção pela agroecologia⁴³ fundamentada nos saberes

⁴² Nos termos de José de Souza Martins o termo fronteira tem carga conceitual não como limite físico espacial, mas, como área de conflito de interesses de forte embate de classes e, portanto, intimamente ligado à disputa pela terra, pelo modo de produção e organização do espaço; disputa nas relações de poder.

⁴³ A agroecologia tem como princípio a diversidade e a adequação de culturas com as condições e com as espécies naturais de cada espaço. Conceito que, muitos tratam como algo novo, tem suas raízes no conhecimento local e cumulativo das populações chamadas tradicionais. Para Gliessman (2000) o conceito Agroecologia deriva de um longo período de tensão entre as ciências disciplinares: a ecologia e a

acumulados pelas experiências camponesas ao longo dos séculos de produção em um espaço com as especificidades do Norte de Minas Gerais e no estudo de novas técnicas experimentadas conforme as condições ecológicas do território.

Na luta dos *vazanteiros*, *caatingueiros* e *gerazeiros* pela possibilidade de resistência, alguns agentes tiveram e têm importância relevante no processo. Entre eles, destacam-se, como já afirmado, a CPT e também o CAA-NM e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Outros órgãos e instituições, governamentais e não-governamentais, também têm sido fundamentais não só para a articulação e fortalecimento da luta pela terra, bem como para a preservação e resgate de um saber cultural que tem suas origens há pelo menos 12 mil anos (RIBEIRO, 2000:55) e que se *complexificaram\complexificam*⁴⁴ até os dias atuais.

Na valorização e difusão destes saberes culturais, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas⁴⁵ assume a condição de um dos principais agentes. Sua atuação no norte mineiro tem se tornado cada vez mais importante e abrangente tanto no que se refere à irradiação de suas ações, quanto no sentido de construir interação entre os povos que compõem um movimento de luta permanência na terra. Para tal, segundo os integrantes desta instituição no CCA/NM, procura-se pesquisar e valorizar o saber do camponês; desenvolver experiências que melhorem a produção do agricultor familiar; promover o aproveitamento dos recursos e potencialidades locais/regionais; construir um processo de produção com cultivo da terra a partir do conhecimento dos agricultores e com a inserção da base *agroecológica*. E, por meio dessas ações, fortalecer as organizações formais e informais do agricultor familiar a fim de organizar e articular ações dos grupos que se envolvem na luta pelo permanência na terra.

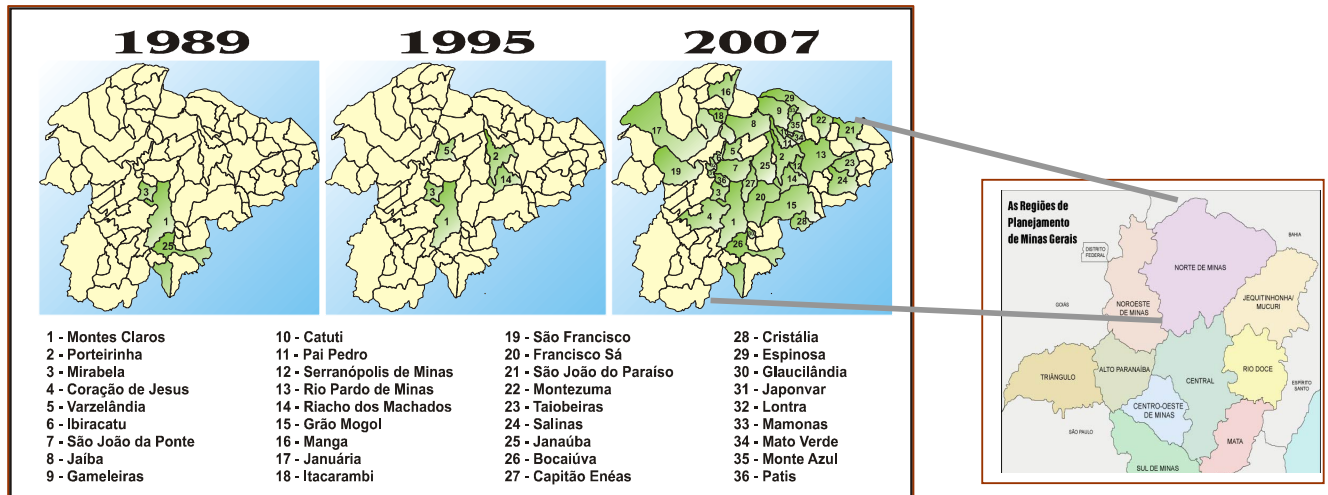
O mapa seguinte indica a área de atuação do CAA/NM na atualidade:

agronomia. A partir dos anos de 1970, um novo paradigma – o dos Agroecossistemas – dá início a uma orientação no entendimento de se perceber que as áreas agrícolas poderiam ser tratadas como “sistemas” merecedores de estudo da ecologia. Contudo, os conceitos têm suas bases e fundamentos na realidade. As ciências ou disciplinas não surgem para criar uma realidade e sim para entendê-la e controlá-la, portanto o primeiro passo é reconhecer que há um legítimo conhecimento, uma ciência pertencente à uma construção histórica dos povos das florestas e dos camponeses. José de Souza Martins (2001) registra que o que se avênta construir como um conceito novo é parte da milenar cultura dos povos indígenas da região amazônica, onde a diversidade comporta tanto o que é natural da região, quanto que foi introduzido por grupos indígenas. Da mesma forma, os camponeses que lidaram/lidam com a agricultura baseados nas técnicas e saberes recebidos de seus ancestrais fundamentam as práticas desse conceito.

⁴⁴ Nos termos da compreensão de Karl Marx. Ver Cap. VII, ARON, Raymond (2005), O Marxismo de Marx, São Paulo, ARX, 2ª ed.

⁴⁵ Trata-se uma organização não governamental - ong criada por iniciativa de lideranças dos pequenos agricultores, técnicos e sindicalistas que se reuniram em encontro promovido pela Casa Pastoral no ano de 1985, e que deram início à sua criação em 1987, formalizada em 1989, membro participante da Rede Cerrado. (informações do CAA/NM – 2007).

Mapa 04 – Territorialização da atuação do CAA/NM



Fonte: *Curriculum CAA* – Dos arquivos internos do CAA/NM

Em 1989 o CAA/NM atuava em três municípios, atualmente, sua ação se estende por trinta e seis municípios somente no Norte de Minas. Ao que tudo indica, sua expansão e apoio aos grupos de famílias agriculturas camponesas tem sido importante no sentido de compor um suporte de alternativas às técnicas modernas conservadoras de manejo e domínio da natureza que não consideram as especificidades do lugar. Após dezoito anos de existência e atuação no Norte de Minas o CAA/NM parece manter sua autonomia e princípios. Considerando todos os aspectos e pressões que envolvem a questão agrária no Brasil, entende-se como necessário considerar em que medida esta autonomia é reafirmada e o que lhe dá sustentação, quando se percebe que outras instituições têm-se reproduzido de maneira diferente⁴⁶.

Segundo o técnico Marcelo, esta autonomia, ainda que às vezes seja relativa, só é possível por meio do envolvimento dos próprios camponeses. Não apenas no que diz respeito ao emprego das técnicas agroecológicas divulgadas e apoiadas pelo CAA, bem como, na constituição do que seja o Centro, como relata Marcelo.

“Eu acredito que, o que o faz a entidade forte, são as suas próprias articulações. É o público que ela trabalha, né? São, digamos assim, os atores que estão inseridos no CAA. O CAA é uma associação que foi criada com os agricultores. Ela é mantida com os agricultores. São agricultores familiares, 90% são agricultores familiares, que têm metas, que tem desafios. São agricultores que acreditam na instituição. Tem os... são agricultores que têm os mesmos princípios da entidade. Eu acho que o CAA, ele é forte pelo nível de organização que ele tem e dos agricultores que assumem o CAA enquanto agricultor mesmo, enquanto protagonista do CAA, né. A coordenação do CAA hoje, ela é feita por agricultores, não

⁴⁶ Exemplos como de atuação contrária ao que se espera de determinadas instituições, como a ANDA que ao se associar à empresas de interesses divergentes àqueles que esta deveria defender, acaba, em nome de sua credibilidade, por de opor-se aos princípios de sua constituição. (OLIVEIRA, 2007:183)

por técnicos, né, as decisões maiores são tomadas por eles - assembléia (são duas assembléias anuais), até a contratação de um profissional no CAA, ele passa por uma avaliação da coordenação. Antes era a equipe técnica que selecionava o profissional, hoje não. Hoje é o conselho diretor que seleciona e é o conselho diretor demite um funcionário, né? Eu acho que esse espaço de decisão, esse espaço de discussão e, trazer os agricultores para dentro do CAA, fortalece a instituição. E, você divide as responsabilidades, não que a responsabilidade fique nas mãos da assistência técnica. A responsabilidade fica nas mãos dos próprios diretores. Assim, reúne todo mês. São várias vezes no ano né. Alexuel está lá em Varzelândia, Custódio está aqui na Tapera, eles têm que reunir lá em Montes Claros e ficar três dias reunidos, o conselho fiscal. Então assim, eles assumem o CAA como sua própria bandeira, eles têm esse compromisso com a instituição.” (Marcelo, dezembro/2007)

As conquistas do CAA vêm ocorrendo tanto na atuação no Norte de Minas, quanto na sua estrutura. As aquisições materiais, o crescimento e melhoramento da estrutura de beneficiamento da produção dos agricultores são exemplos dessas conquistas. Contudo, a maior conquista segundo os camponeses do Tapera e do técnico do CAA tem sido a visibilidade e a influência que este vem alcançando no território Norte Mineiro.

O Assentamento Tapera se insere nesse processo de modo relevante por ter sido, desde a sua origem, assessorado pelo CAA e por ter-se produzido juntamente com esta instituição. Conforme a discussão desenvolvida no capítulo 03, veremos que meio da luta pela terra (e pela própria necessidade de lutar) esses camponeses se fizeram capazes de conduzirem seus destinos. E a partir da racionalidade de produção imposta à realidade de modernização do espaço, os camponeses puderam tomar consciência não apenas das novas relações que se punham, bem como, de si mesmos.

Foi necessário para aqueles camponeses, um novo modo de produzir e de se relacionar com o espaço, dentro de novas perspectivas territoriais. A partir de um ordenamento novo do espaço que se constituía no parcelamento das terras e no assentamento das famílias, cabia aos camponeses constituir novas e recompor antigas relações, sobre as quais sua produção histórica tivesse continuidade.

Essas novas relações, que tiveram suas origens atreladas ao surgimento do sujeito político (RANCIÈRE, 1996). Esse novo sujeito precisou, como pode ser visto no capítulo 04, manter-se renovado e, para tal, o camponês do Tapera passou a desenvolver suas estratégias de enfrentamento a partir de seus conhecimentos tradicionais. A tradição no caso do Tapera representou a condição de se construir um futuro, por meio do trabalho e da luta contínua. O trabalho na terra, para este ente empírico, é a condição de sua existência camponesa. A família, para o camponês, é sua base. *Terra-família-trabalho* (WOORTMANN, 1990) torna-se o fundamento para o camponês e de sua *campesinidade* ainda que esta fique temporariamente “suspensa” pelos percalços, pelos quais pode passar o camponês.

O camponês assentado no Tapera tem na sua história sua força e seu ensejo de questionar a ordem que se interpõe nas suas relações e, é neste momento que este sujeito questiona-se. Para Karl Marx, o homem se forma de novo a cada dia; esta condição é inerente ao desenvolvimento do seu fazer histórico.

“A terceira relação, que desde o princípio intervém no desenvolvimento histórico, é a de que os homens, que renovam diariamente sua própria vida, começam ao mesmo tempo a fazer outros homens, a se reproduzir - a relação entre homem e mulher, entre pais e filhos, a família. (MARX, 2007:51)

O camponês do Assentamento Tapera tornou-se diferente daquele que vivia na Fazenda Tapera. Foi necessário que aquele homem, diante de conjunturas novas, buscasse novos conhecimentos e habilidades para contrapor-se às forças opositoras. Apesar de a grande maioria destes camponeses ter vivido naquela fazenda, anterior ao assentamento, estes, a partir da ameaça de desestruturação das suas relações, tornaram-se sujeitos políticos, afeitos ao *dissenso* conforme observou Woortmaan (1990).

Capítulo 01 - O “povo de Deus” e a terra prometida: reflexões sobre a atuação “política” da teologia da Igreja nos movimentos sociais rurais.

A reflexão que ora se propõe nesta pesquisa sobre a ação política da Igreja (especialmente da igreja católica) a partir da vertente da teologia da libertação não é um fim em si mesmo e também não se trata de um estudo teológico, o que pouco contribuiria nesta perspectiva⁴⁷.

Diante do objetivo de compreender a participação da igreja na formação política dos movimentos sociais rurais e conseqüente influência na construção das “políticas de governo” direcionadas ao campo, considera-se necessário entender a ação desenvolvida pela igreja (especialmente a igreja católica) na constituição e fortalecimento da chamada *questão da política agrária* no Brasil. Assim, ainda que nesta pesquisa, em algum momento ocorra a aproximação do que seria uma compreensão eclesial, isto se deve ao esforço de construção de bases que possam fundamentar as reflexões aqui propostas. A reflexão fundamenta-se em torno dos elementos que levaram segmentos da igreja a contribuírem com a formação de movimentos sociais de reivindicação (entre eles os movimentos sociais rurais) e, analisar também, quais os avanços e contradições a partir destas ações nos processos de reprodução social do espaço rural brasileiro.

Objetiva-se ainda, compreender qual a efetiva influência e as possíveis transformações que esta aproximação também tenha causado nas práticas e na teologia cristã, posto que, trata-se de uma relação social e, como tal, envolve trocas de saberes, de práticas e concepções em que ambos se influenciam de maneira dialética.

Historicamente, a posse ou a propriedade da terra foi de fundamental importância para o poder da Igreja católica sobre “seu rebanho”. Na Europa, em um processo que se esgotou na transição dos séculos XVIII-XIX, a Igreja católica se constituiu em uma das principais detentoras de terras e, com ela, do trabalho dos servos ou do “rebanho do senhor” (GRAMSCI, 1968).

As mudanças ocorridas naquele momento histórico romperam com as relações territoriais até então vigentes, sendo que a Igreja foi uma das maiores atingidas no bojo destas mudanças, no que se refere às suas posses e à sua influência. Neste sentido, formar novos fiéis e reconstituir suas posses em outros lugares tornou-se premente para a Igreja se inserir e participar do novo contexto ação na colonização do “novo mundo” em terras americanas (BOFF, 2005).

⁴⁷ Neste sentido Ver Boff, Leonardo (2005), Igreja: Carisma e Poder – ensaios de eclesiologia militante, Rio de Janeiro, Editora Record.

Faz-se necessário considerar que a Igreja não constituía (como hoje não constitui) em um monolítico, uma instituição de pensamento único. Os segmentos existentes dentro desta instituição milenar são variados e como em diversas outras instituições, disputam o poder e o controle entre si. Há assim, correntes conservadoras, cujo sentido é o de preservar privilégios construídos historicamente junto aos segmentos dominantes; correntes conciliadoras, nas quais o objetivo é o de buscar o equilíbrio dos antagonismos que em seu seio apresentam-se e, ainda, correntes que se auto-intitulam progressistas, cuja característica fundamental é a de, dentro dos limites dos dogmas centrais da Igreja, promover mudanças nas ações pastorais, no sentido de incorporar os segmentos sociais, historicamente marginais, na ação evangelizadora. Nestes termos, pode-se dizer que a igreja é uma instituição de “ações políticas” que se movimenta e se reproduz a partir de um tenso equilíbrio de suas forças antagônicas internas, não havendo assim, uma igreja, mas “diversas igrejas” dentro desta instituição.

Os movimentos sociais rurais, no Brasil, tiveram uma forte presença da religiosidade e da participação da igreja católica, o que não quer dizer que se organizaram a partir desta igreja ou desta religiosidade, apesar de ser a religiosidade, como já registrava Antônio Cândido, um elemento de grande importância na organização social no campo. No momento em que as igrejas, e mais especificamente, a igreja católica, aproximaram-se dos movimentos que se articulavam no campo, estes já detinham algum amadurecimento e consistência. José de Souza Martins (1983:62-80) reflete sobre as várias insurgências que já existiam no campo, principalmente a partir dos anos de 1940-50, que explicitavam grande teor político dos movimentos rurais.

Segundo Boff (2005), na América Latina ainda persiste uma igreja atuante no campo *estritamente sagrado*, voltada completamente para uma ação interna, mais próxima de uma ação conservadora da igreja, que reafirma seus dogmas pastorais, pouco se envolvendo com as necessidades de ordem terrenas de seu rebanho. Trata-se do modelo *Civitas Dei*⁴⁸. Neste modelo de igreja não consta entre as suas ocupações e preocupações os chamados problemas sociais, ou problemas de ordem “mundana”⁴⁹.

Há, então, entre esta igreja e sociedade um distanciamento, uma linha divisória que garante a relação hermética predominante. Assim, vinculado à sociedade, “o político constitui a dimensão do ‘sujo’, que deve ser evitado o mais possível. Mais que

⁴⁸ Trata-se de um modelo de igreja completamente voltada para dentro. Onde “a igreja se entende como exclusiva portadora da salvação para os homens; atualiza o gesto redentor de Jesus mediante os sacramentos, a liturgia, a meditação bíblica, a organização da paróquia ao redor de tarefas estritamente religioso-sagradas” (BOFF, 2005:27).

⁴⁹ Para a igreja católica: coisa terrena, *lugar da ação de Deus*. A igreja seria o instrumento da atuação de Cristo e seu Espírito objetivando a *concretização do Reino* no mundo. O Reino é o grande *arco-íris* sob o qual se encontram o mundo e a igreja. Boff (2004:32)

neutralidade, vigora uma indiferença em face das realidades 'mundanas' (BOFF, 2005:27). Não se trata, porém, de afirmar haver um posicionamento apolítico da igreja. Ela se posiciona numa perspectiva de ação “pelo não interferir”, e agindo com “neutralidade” em relação às questões sociopolíticas se mantém ao lado dos segmentos sociais dominantes, reafirmando suas posições historicamente definidas. Nestes termos, assume uma postura cuja representação é apolítica, mas que se materializa de maneira perversa, posto que, no limite, torna-se legitimadora dos processos expropriatórios e espoliadores que marcaram significativamente a geografia da América Latina.

Embora não seja dominante, também se constitui um modelo de ação pastoral cristã adotada, o modelo *mater magistra*, em que a igreja faz-se presente no mundo “*mediante um pacto com o Estado que provê todas as necessidades da igreja e garante seu funcionamento. Trata-se da relação entre hierarquias, a civil com a religiosa. A igreja nesta acepção é simplesmente sinônimo de Hierarquia*” (BOFF, 2005:28-29). Sua missão é de servir aos pobres que, para ela, não têm meios e condições para a participação. E, para cumprir sua missão, esta “*se aproxima daqueles que efetivamente têm condições de ajudar, que são as classes abastadas*” (BOFF, 2005:29). Muito presente no processo missionário da América Latina colonial, este modelo transformou-se e renovou-se diante a emergência dos vários estados republicanos. De certo modo, a preocupação com os marginalizados do processo de reprodução social era da igreja, ao mesmo tempo em que se isenta o Estado da mesma. Assim, a igreja reafirmou-se ao lado das classes dominantes a partir de meados do século XX, reforçando sua aproximação com os estratos modernos da sociedade que se constituíam como uma “*burguesia industrial dinâmica, nacionalista e modernizadora*” (BOFF, 2005:31).

A partir dos anos de 1950 as sociedades latino-americanas marcaram-se pelo aparecimento de uma *burguesia industrial dinâmica* (BOFF, 2005:31). A participação da igreja também foi ativa em conjunto com as classes dominantes, presentes no controle do Estado a partir do modelo “*sacramentum salutis: a modernização da Igreja*” - que interpenetra/engendra os partidos políticos, colégios e universidades, entre outros, com o objetivo de educar as classes dominantes para que esses libertem os pobres. Por meio deste modelo a igreja propõe-se à modernização a partir de projetos desenvolvimentistas das sociedades latino-americanas.

Neste momento, a igreja que, supostamente, se quer progressista, abriu-se para as “questões do mundo” e participa ativamente desse projeto: “*A relação com os pobres se definirá a partir da ótica dos ricos acerca dos pobres, os ricos serão convocados a ajudar na causa dos pobres, mas sem precisar, necessariamente, mudar de lugar social e de prática burguesa*” (BOFF, 2005:33). A esta “modernização” à qual se propôs a

igreja, Leonardo Boff denominou de “*inusitada abertura para o mundo*”. A igreja estava irremediavelmente envolvida nos problemas sociais ligados à justiça, à participação e o problema do desenvolvimento integral para as sociedades latino-americanas. Admitindo o “valor” secular como “valor” teológico, segundo Boff (2005:31). Assim, a igreja participou significativamente de todos os importantes debates no tocante a temas como “*educação, desenvolvimento econômico, da formação de sindicatos e reforma agrária*”. Este foi um momento muito propício para aqueles que se intitulavam *progressistas*, dentro da igreja, firmando-se na defesa da nova adequação da igreja em relação aos problemas terrestres. Foi por meio de uma linguagem litúrgica mais próxima dos problemas “terrenos” que a igreja adequou-se “ao espírito de tempo” e, de certa maneira, abriu-se para ouvir as denúncias de marginalização do povo pela modernização capitalista do espaço (BOFF, 2005).

No entanto, tal postura revelou-se superficial, localizando a ação no efeito, sem alcançar a causa do processo. A crítica e o envolvimento com as coisas terrenas deveriam passar pelo modelo de produção social que se havia estabelecido há séculos, em que a exploração e expropriação dos povos do denominado 3º mundo das suas riquezas faziam enriquecer os países do chamado 1º mundo. Nestes termos, a igreja não criticou substancial e profundamente a estrutura social constituída, mas só o que considerava “abuso”; como se houvesse uma medida de exploração e marginalização aceitável e, apenas os abusos e excessos é que fossem injustos. A crítica detinha-se assim nos exageros cometidos nas relações de produção desse mundo e não na concepção de um modelo de desenvolvimento que se baseia na exploração do outro para a reprodução e acumulação da riqueza.

O envolvimento da igreja, nesse momento, não foi o de apontar qualquer alternativa que propusesse outro tipo de sociedade. Seu interesse reformista, na melhor das hipóteses, era o de maior participação naquela sociedade que estava estruturada. Seu objetivo era o de tornar-se mais próxima de seu “rebanho” numa sociedade que se propunha à modernização.

Assim, pode-se afirmar que, se a igreja passou a ocupar-se dos problemas do mundo, o fez sem questionar seus fundamentos. Isto porque não foi seu objetivo ocupar-se da crítica desses problemas e sim, da sua adequação aos novos códigos e, a partir desses códigos, modernizar-se em relação à evangelização do homem moderno. Apesar de conter a denúncia dos abusos do modelo capitalista de produção no seu discurso, não foi construída pela igreja qualquer proposta que se posicionasse pela libertação dos povos desses abusos.

É importante considerar que, ainda que reformista esta nova postura da igreja, supostamente de conteúdo progressista, trouxe importantes avanços. Possivelmente, as

pressões advindas do interior da América Latina, como a ocorrência em 1959 da Revolução Cubana, movimento originário dos camponeses superexplorados, teve significativa influência nesta mudança de postura da igreja. Não só porque havia inspiração de uma alternativa de rompimento com a dependência que levava ao subdesenvolvimento, bem como uma “*grande efervescência mudancista, uma verdadeira atmosfera pré-revolucionária*” (BOFF & BOFF, 2007:108-109), mas também porque a própria igreja era questionada no processo. É sintomático que neste contexto histórico, determinados segmentos sociais abastados e “sua igreja” queiram se mostrar aparentemente mais preocupados com os pobres, mais *progressistas* como preferem se auto-intitular. Tal interesse também é uma forma de mudar a aparência, “*flexibilizar*” o discurso, supostamente valorizando o pobre para que, no fundo, se possa preservar o conteúdo de exploração e dominação socioeconômico historicamente instituídos.

Contudo, a igreja não se faz apenas de dentro para fora. Assim, em seus momentos críticos a igreja viu-se obrigada a rever sua hermenêutica. Por sua vez, nas suas bases pastorais já se encontrava uma prática junto aos povos do mundo que ainda não estava compreendida ou que perpassasse formalmente sua teologia. De acordo com a capacidade de formação de consciência de grupos ou indivíduos ligados à sua base esta teve, por vezes, que rever seus paradigmas e fundamentos, ainda que parcialmente por meio de seus setores mais *progressistas*.

Devemos ter em conta, que partir de 1940 inicia-se o modelo produtivista e as ações do capital internacional - via crédito, novas espécies de sementes híbridas, agrotóxicos e mecanização - para ampliar sua espacialização nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. No Brasil têm-se citações que ela chega inicialmente em 1953 na rizicultura no Rio Grande do Sul, para depois em 1964, eclodir como um modelo de produção da grande produção de exportação adotado pelo governo militar.⁵⁰ Os povos latino-americanos, submetidos à modernização (conservadora) de seus espaços rurais, viram-se inscritos em um forte processo de exploração material, a expropriação da terra dos pequenos e médios proprietários- e moral, no que referia à desterritorialização dessa população e das perdas dos seus elos culturais. A este movimento do grande capital se somam o movimento de expulsão da terra de trabalhadores rurais permanentes, que antecede o Estatuto da Terra em 1964 (MARTINS, 1980).

Decorrentes destes processos surgiram fortes movimentações reivindicativas que apontavam para profundas transformações na estrutura política, social e econômica em muitos países latino-americanos (IOKOI, 1996). Buscar o controle sobre estes

⁵⁰ Tubbalini, M. A. S. caracterização da agricultura mineira e a ação do estado: um estudo exploratório 1970/85. Tese de Doutorado: UNESP - Rio Claro. 1992, 410 p.

movimentos foi, assim, uma questão premente para os segmentos sociais dominantes, o que fez com que agissem rapidamente. Entre outros motivos, a implantação de regimes militares ditatoriais em diversos países latino-americanos foi uma contra-resposta a estes movimentos sociais.

Por sua vez, o crescimento das bases populares de luta, relevante para a igreja que aos poucos se renovava objetivando a conquista dos pobres para sua doutrina, como forma de sua legitimação (não apenas no campo, bem como na cidade). Com a crise dos governos populistas no fim da década de 60 e o vigor do pensamento sociológico que eclodia neste momento, desfaziam-se as bases para a Teologia do Desenvolvimento (*sacramentum salutis*) e forjavam-se as condições para a emergência de um modelo novo de igreja que, a partir dos pobres, orientasse uma nova teologia: a *Teologia da Libertação* (BOFF & BOFF, 2007:109-111).

A partir, principalmente dos trabalhos de base das pastorais que se posicionavam favoravelmente ao lado das formações de movimentos sociais e dos sindicatos, iniciavam-se as reflexões teológicas que dariam a fundamentação teórica para a prática das pastorais, sacerdotes e leigos ligados à Igreja que estivessem envolvidos com a movimentação popular⁵¹.

Com bases nas orientações do Vaticano II ⁵² estavam postos os pilares para uma teologia renovadora, “*marcada por grande liberdade e criatividade*”, o que dava, aos teólogos latino-americanos, a condição e *coragem* de realizarem uma reflexão sobre as questões pastorais da América Latina por *suas próprias concepções*. As pastorais já estavam engendradas nos problemas que afligiam as camadas populares e era emergente a necessidade das bases teóricas para sustentação das suas práticas. Havia, por parte dos movimentos populares ligados às igrejas, um clamor por uma teologia que se propusesse e nascesse do desejo de libertação do pobre (BOFF, 2005).

Foi neste contexto que se consolidou, nos anos de 1960, um novo modelo de igreja a partir dos pobres⁵³, cujas reivindicações de fundamento foram a “*libertação*

⁵¹ Boff & Boff registram que este não foi um momento de produção teórica exclusivo da igreja católica, mas, contou com expressiva contribuição de teólogos ligados às igrejas protestantes.

⁵² O XXI Concílio Ecumênico, chamado Vaticano II, no papado de Paulo VI “terminou no dia 08 de dezembro de 1965. Durante três anos, um mês e vinte e nove dias (de 11 de outubro de 1962 até 08 de dezembro de 1965) viveu a Igreja Católica em estado de Concílio”. Neste tempo cerca de 2.200 Bispos do mundo inteiro se reuniram com objetivos de refletir sobre a igreja. Como resultado o concílio com seus teólogos e peritos, preparou, discutiu, emendou, votou e promulgou 16 documentos: duas Constituições dogmáticas, uma Constituição pastoral, uma Constituição litúrgica, nove Decretos e três Declarações.

Fonte: <http://www.cnbb.org.br/index.php?op=pagina&chaveid=254.01sa0206>, consulta em 27 de maio de 2008.

⁵³ A concepção de pobre, para a igreja latino-americana pós 1968, não está atrelada apenas à precariedade material. Para além dessa concepção de pobreza, para ela os pobres pertencem a grupos que têm como característicos, somado à pobreza material, o isolamento e a exclusão dos

política e religiosa; uma igreja que nascesse da fé do povo”; que estivesse à “*altura dos desafios sociais históricos*” e que fosse portadora “*de apelo a uma igreja universal*” (BOFF, 2005:34-39). E, ainda, que fosse aberta a todos e respaldada pelas inquietações e sofrimentos do povo. Diferentemente do modelo *Sacramentum Salutis*, pregava-se a busca de um modelo de igreja não apenas voltada para os pobres, mas que contribuísse com a formação e sua capacidade de construir autonomamente “*seu destino*”. Tal condição somente seria possível se esta igreja se fizesse a partir dos pobres, dos seus anseios e esperanças (BOFF, 2005).

Vários teólogos dedicaram-se à construção de uma teologia que pudesse dar suporte aos clamores populares. Não como uma teologia única e acabada, bem como, não apenas da/na América Latina, mas como uma teologia de várias tendências, como seus limites e alcances universais (ibid, 2005:43-45). Tratou-se de um momento de grande complexidade onde as contradições desse mundo estavam postas de maneira inequívoca, pois as questões que se colocavam pelos movimentos sociais propunham uma radicalidade à qual a igreja talvez não estivesse preparada para lidar. Esta tinha que construir as bases e fundamentos para uma ação que definitivamente apontava para um rompimento com as classes dominantes, com as quais a igreja ainda não tinha se contraposto de maneira radical⁵⁴.

Não é menos verdade que a igreja não estava articulada e envolvida com as questões populares como um todo; muitos de seus segmentos colocavam-se efetivamente neste percurso. Em alguma medida, pode-se dizer que o que estava ocorrendo era uma redefinição de setores da igreja, muito mais próximos dos movimentos populares e que exigiram da teologia novas bases teóricas para que se pudesse refletir sobre as questões do mundo. Se não eram questões novas, estas se colocavam num momento *sui generis* em que a ação popular estava a ponto de compor as bases para as condições revolucionárias.

Apesar de seus fundamentos conservadores, a igreja, em alguma medida, manifestou-se pelas causas sociais. Porém, não chegou a propor radicalmente as mudanças e transformações radicais, às quais se anunciava e pelas quais os movimentos mais conscientes e politizados lutavam. De fato, não seria fácil romper com

processos que decidem seus destinos e que por vezes os logram e em outras os surpreendem. A teologia latino-americana ou teologia da libertação tem como ponto de partida a tomada de consciência de a pobreza entre grupos nacionais e o subdesenvolvimento, nada mais é, que a outra face do “desenvolvimento” dos países centrais num modelo de crescimento econômico expropriatório e “excludente”. (BOFF, 2005)

⁵⁴ Nem era certo que esta contraposição fosse acontecer de maneira radical.

os conceitos e pactos sociais que determinaram o lugar historicamente definido para os pobres.

Secularmente, a igreja pregou a bem-aventurança ao pobre “porque dele é o reino do céu”; afinal, qual era(é) a necessidade de se alcançar as benesses e conforto do mundo terreno, onde a vida tem o seu limite se é pela eternidade que se pode alcançar a bem-aventurança do reino do céu? Ainda que nas bases, as pastorais desejassem e pregassem as mudanças nos fundamentos da sociedade, a igreja na sua condição de instituição e hierarquia jamais se movimentou no sentido de libertar-se do poder. Nestes termos, cabe questionar até que ponto a construção do sentido de autonomia nos pobres na construção dos seus destinos era segura para a igreja. Talvez resida na resposta a esta questão os fortes embates à teologia da libertação advindos de dentro da própria igreja que, afinal, levaram à sua marginalização dentro da igreja. No entanto, apesar de toda a aparência e potencial radicalidade, a igreja não questionou os fundamentos de uma sociedade capitalista cujas conseqüências se materializaram na (re)produção do espaço; menos ainda, negou a estrutura social na qual existam pobres e ricos.

Embora a Teologia da libertação (na condição de segmento da Igreja) tenha se tornado dominante e se colocado ao lado dos pobres, a favor de uma justiça e liberdade mais amplas, na América Latina, esta não conseguiu (ou não pôde, sem romper definitivamente com os dogmas da igreja) criticar ampla e profundamente as estruturas sociais historicamente produzidas. E assim, a igreja sequer aproximou-se do que seria ajudar a construir uma sociedade outra, fundamentada na produção social livre de suas estruturas de dominação. Ao contrário, apesar de não negar a existência de uma sociedade de classes e da dominação expropriatória de uma classe sobre a outra, a perspectiva de construção da Teologia da Libertação se deu nos limites de reforma e não da transformação do modo como a sociedade se reproduzia. De fato, nos anos da bipolarização⁵⁵, estava claro para a igreja, que na revolução proposta pelos “comunistas” não havia lugar para a fé e principalmente a fé na igreja. Sua ação deveria, portanto, antecipar-se à revolução (CARVALHO, 1985:79-80).

A Comissão da Pastoral da Terra – CPT fundamentada na Teologia da Libertação, teve na reprodução social do espaço no Brasil ação relevante no que se refere à articulação dos grupos de manifestação (que já se conformavam de maneira independente dessa mediação) e na constituição e estruturação de sindicatos, principalmente de trabalhadores rurais. Por sua vez, a formação da CPT nos anos 1970

⁵⁵ A principal preocupação da igreja era - entre o capitalismo representado pelos Estados Unidos da América e socialismo de estado representado pela União das Repúblicas Soviéticas - a crescente manifestação de uma alternativa social – o comunismo.

ocorreu em um “*dos momentos mais cruéis da história dos trabalhadores rurais desse país. (...) no momento em que a expansão territorial do grande capital em direção à Amazônia se faz[ia] à custa do genocídio das populações indígenas e se faz[ia] à custa do massacre das populações camponesas*” (MARTINS, 2003:131). Apesar de suas origens localizadas, espacialmente, sua ação abrangeu de maneira ampla o espaço rural brasileiro, no bojo de um conjunto de medidas e intervenções que fazia da sua presença uma sistematização dos acontecimentos. Porém, ao tratar diretamente das questões ligadas à ação política dos movimentos rurais, não deixou de exercer sua ação profética, por vezes, preferencialmente esta em relação à primeira.

Conforme afirma José de Souza Martins (1983:62-80), a luta camponesa não data de tempos recentes, porém tomou rumo, certa robustez e teor político nas décadas que precederam ao golpe de 1964, especialmente nos anos de 1950 e nos primeiros anos de 1960. Foi neste contexto, segundo este autor, que o golpe militar de 1964 deu-se, em grande medida, contra “*a possibilidade de os trabalhadores rurais chegarem à cena política e promoverem com a sua participação, seus direitos e reivindicações uma verdadeira revolução política na organização do Estado brasileiro*” (MARTINS, 2003:133). O que foi tratado por subversivo e atrasado poderia ter desencadeado, não fosse pela desintegração dos movimentos pelo uso da força repressiva e violenta, uma modernização do Estado brasileiro de maneira mais ampla, que considerasse os diversos segmentos sociais brasileiros. Contudo, prevaleceu o acordo político entre os proprietários do capital e os grandes proprietários de terras, que produziu as condições para que estes segmentos sociais dominantes se apoderassem do Estado e, assim, as oligarquias brasileiras⁵⁶ mantiveram os rumos históricos da reprodução da riqueza produzida socialmente, mas cuja apropriação continuou orientada pela desigualdade social.

De fato, o grande entrave para os interesses militares seriam as manifestações e a crescente politização dos trabalhadores rurais, sendo que o “*politizar-se era subversivo, era crime contra segurança nacional*”. Assim, a possibilidade de sindicalização tornou-se vedada para os camponeses e trabalhadores rurais, cujo objetivo era impedir a politização e organização destes trabalhadores. Nestes termos, supostamente, em nome da segurança nacional, foram impostas medidas repressivas que objetivavam conter e minar os movimentos nas suas bases, uma vez que tratados como subversivos e, portanto criminalizados, foram alvo das ações violentas do Estado no período da ditadura (MARTINS, 2003:134).

⁵⁶ Quando se pôde, inclusive, perceber um revigoramento de práticas (supostamente superadas) tidas como atrasadas e já esvaziadas nas relações de trabalho e na política que se desempenhava no campo, ligadas aos grandes proprietários de terras.

Não há dúvida de que a presença/participação da igreja católica, na sua condição de instituição privilegiada nos processos políticos e no acesso aos movimentos populares exercendo não só um papel de mediação entre os agentes políticos, bem como, atuando como tal, deu ao processo de luta um sentido novo na politização dos camponeses e trabalhadores rurais.

A Religiosidade, melhor assimilada pelos camponeses (GRAMSCI,1968), devidamente alimentada durante séculos, por sacerdotes e pessoas ligadas à igreja, forneceu uma importante base para o que se constituiu como movimento social rural neste país.

Contudo, há uma questão: por que a “opção preferencial pelos pobres” tomada pela igreja se deu em um momento político crítico, quando estavam inscritas possibilidades de constituição de uma outra ordem, que se contrapunha ao modo capitalista de produção, a saber, o socialismo? Pode-se questionar se tal opção, afinal, continha outros elementos além da simples opção.

Os setores da igreja que reconheceram a “*imoralidade*” (MARTINS, 2003) do capitalismo, tiveram uma participação relevante nos anos que se seguiram ao golpe nos governos militares. Sua contribuição principal foi, certamente, na aproximação dos movimentos sociais, especialmente dos trabalhadores rurais, na medida em que constituiu (talvez não intencionalmente) uma rede que interligou os diversos e dispersos movimentos existentes, promovendo considerável grau de convergência das ações camponesas. Porém, não se pode falar de uma ação da igreja, por mais interessante que essa possa ter sido para os movimentos sociais, que estivesse orientada para a construção de um movimento forte e transformador da materialidade sócio-espacial brasileira. Essa postura significaria um rompimento definitivo com as classes dominantes e com o Estado, com os quais a igreja, historicamente, compôs pactos de dominação. Mas, ainda que tenha sido por uma ação que encontrou seus limites na origem, a igreja, por meio dos seus setores mais progressistas, envolveu-se efetivamente com os movimentos reivindicatórios das populações do campo, sendo que o sofrimento e a crença foram a “porta” de entrada da igreja. Orientada por um discurso de uma luta pacífica e ação, em certo sentido, fragmentada, a igreja também contribuiu, contraditoriamente, para a desarticulação da possibilidade de um movimento efetivamente revolucionário. Assim, ao colocar-se ao lado dos pobres, dos trabalhadores rurais incentivando a *manifestação dos pequenos grupos, dos grupos locais* (MARTINS, 2003:139), fornecendo um novo sentido e novo discurso às populações rurais, a igreja pode ter contribuído também para o exato inverso da possibilidade de manifestação de um grande grupo de interesse único que levasse a uma mobilização efetiva e radical.

Não sem conseqüências, essa participação da igreja foi assimilada pelos grupos de movimentos sociais rurais. Não esteve claro, por parte dos setores de participação da igreja, um projeto de transformação da estrutura da sociedade brasileira, para que pudessem ocorrer mudanças nos fundamentos e princípios no sentido de suportar uma revolução social – no melhor emprego do termo – a ponto de modificar a ordem posta pelo capitalismo. Contudo, os trabalhadores rurais viveram uma experiência nova e estimulante, que foi a da participação nos debates políticos por meio da construção/compreensão (ainda que parcial) dos códigos da sociedade e de suas burocracias instituídas. De alguma maneira, esses trabalhadores viram-se subtraídos de uma vida de isolamento e de pouca informação em relação aos caminhos que limitavam sua voz na participação política do país. A partir da experiência da sindicalização e (re)conhecimento de alguns instrumentos de luta antes distanciados, muitos trabalhadores passaram a se enxergar como agentes da mudança, inclusive fazendo uso dos mesmos códigos da sociedade moderna elaborados para a participação política.

Ainda que pontualmente e de maneira fragmentária o atendimento às reivindicações dos movimentos sociais, possa não significar a resolução de um problema do *grande diagnóstico* (MARTINS, 2001), este favorece a participação e fortalecimento político de um segmento social que não teve, historicamente, reconhecimento de sua importância e mesmo de sua existência como sujeito político. Assim, o trabalhador rural, envolvido na luta pela terra e pelo modo de vida, acabou por se constituir em sujeito político, capaz de inscrever novas possibilidades na reprodução social do espaço brasileiro.

Por sua vez, a igreja, ao se colocar ao lado dos trabalhadores rurais não o fez desprovido de interesses. De fato, esta aproximação também se deu em função da tentativa de intervir na condução da organização dos trabalhadores rurais que, no fim dos anos de 1940, também eram influenciados por idéias advindas de membros do Partido Comunista Brasileiro, então lançado na clandestinidade. Assim, apresentar-se (por meio de seus setores mais “progressistas”) como “parceira incondicional” dos movimentos sociais rurais não significava que estivesse exatamente interessada no desenvolvimento de um projeto de transformação das estruturas sociopolíticas brasileiras, ainda que alguns membros, individualmente ou em pequenos grupos pudessem estar.

Foi neste contexto que a publicação em agosto de 1950 do “*Manifesto de Agosto*”, em relação aos problemas do campo, com um conteúdo de propostas de reforma agrária pelo partido comunista brasileiro foi “contraposta” pela publicação da Carta Pastoral “*Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*”. Estas

publicações de certo modo, definiram os termos do debate da reforma agrária no Brasil, cujo sentido era o controle sobre as ações e movimentos camponeses no Brasil. Como bem afirmou José de Souza Martins, “a história política do campesinato brasileiro não pode ser reconstituída separadamente da história das lutas pela tutela política do campesinato”.⁵⁷

De acordo com Carvalho (1985) desde o ano de 1945, quando a igreja lançou seu Manifesto - “Diretrizes para a Ação Católica” promulgado durante a realização da Segunda Semana Nacional de Ação Católica⁵⁸ - esta já se dirigia aos problemas do mundo contemporâneo, mas, a um mundo que pudesse tornar-se uma comunidade e não uma sociedade de luta de classes. Ainda que, deixasse clara a existência de grupos subversivos, a serem “contidos”, esta propunha a possibilidade de uma união de classes dentro as estruturas sociais que estavam postas. Ou pelo menos, segundo Carvalho, que as classes se unissem em torno do seu projeto de “reestruturação da sociedade brasileira” (CARVALHO, 1985:76). Assim, para a igreja, não havia o reconhecimento de luta de classes ou a possibilidade desta, sendo que a proposta foi de reforçar a união de classes. O que efetivamente estava em pauta era a manutenção da ordem dominante, sem questionamento por parte da igreja sobre as estruturas econômicas, sociais e políticas, que, efetivamente se constituíam nos fundamentos da sociedade brasileira.

“Não deve haver, contudo , neste plano qualquer dúvida que permita um campo de ação para a luta de classes. Reforçar a união das classes significa ou implica claramente dizer às classes conservadoras ‘em vez de supressão total da propriedade privada, apontamos outra modalidade mais humana, garantidora de liberdade e independência: mais propriedade para todos’. Para atingir cristamente este desejo de união de classes, é necessário que os ‘homens dirigentes, dirigidos e dirigidos, empregados e empregadores, se tratem dentro do critério de respeito, dignidade, justiça e fraternidade’ ” (CARVALHO, 1985:77-78).

Nesse contexto a igreja cumpria seu projeto de aproximar-se das classes populares, como legítima defensora dos *direitos da pessoa*, sem, contudo, contrariar ou questionar os fundamentos e interesses das classes dominantes e do Estado, negando assim a luta de classes. E, neste sentido, mantendo intocável o princípio da propriedade privada⁵⁹,

⁵⁷ (MARTINS, 1983:81).

⁵⁸ Proposta da igreja em “Manifesto do Episcopado: Diretrizes para a Ação Católica” em março de 1946, com objetivo de “organizar um plano nacional de ação social, para aplicação imediata em todo país” (CARVALHO, in PAIVA, 1985:76). Sobre o nascimento e as origens (proximidade aos anos 1848) da Ação Católica ver Gramsci (1968:275-300) - Suas diretrizes remetiam a igreja católica ao chamado *cristianismo primitivo* – assentado nas propostas de cristo e nos seus exemplos de evangelizar e socorrer o os mais fracos, pobres e oprimidos. Uma proposta que distanciava a Igreja dos grupos de poder e do Estado, dos quais a igreja católica havia se aproximado e compactuado desde o papado de Constantino. Sobre o nascimento e as origens (proximidade aos anos 1848) da Ação Católica ver Gramsci (1968:275-300)

⁵⁹ Esta é sem dúvida uma das contradições fundamentais da igreja católica. Isto porque, o princípio da comunidade é o compartilhamento e a propriedade comum dos meios de produção, não havendo sentido se pensar na propriedade privada. Porém, reconhecer a impossibilidade

limitando-se a uma perspectiva reformista, defendendo o direito de todos possuírem sua propriedade privada.

Nos termos então colocados, pode-se afirmar que o posicionamento da igreja, ao lado dos pobres, jamais significou o questionamento dos fundamentos da reprodução social do espaço sustentado na reprodução capitalista. Assim, no limite, a igreja mantém-se coerente com seus antigos (mas sempre re-atualizados) princípios, que apesar de negados por ela mesma, são de base classista.

Assim, pode-se perceber que, mesmo em um movimento significativo onde estavam postos os elementos mais progressistas da igreja, representados pela Teologia da Libertação a igreja, no limite, reafirma sua posição definida desde os primeiros momentos críticos da igreja já no século XIX com a formação dos estados modernos⁶⁰. Não esteve longe da mesma postura de quando teve que enfrentar os problemas como a “*apostasia*” das massas em relação à igreja e à religiosidade. Mesmo quando esta passou a ocupar-se da questão da pobreza, o fez numa posição ambígua, cuja forma se revelou distante do conteúdo, em que Gramsci (1968) resumiu os quatro pontos essenciais, defendidos pela igreja:

“1) a propriedade privada, especialmente a da terra é um ‘direito natural’ que não pode ser violado nem mesmo através da cobrança de altos impostos(...); 2) os pobres devem-se contentar com a sua sorte, pois as diferenças de classe e a distribuição da riqueza são disposições de Deus, e seria ímpio procurar eliminá-las;(...) 3) a esmola é um dever cristão e implica a existência da pobreza; (...) 4) a questão social é antes de tudo moral e religiosa, não econômica, e deve ser resolvida através da caridade cristã e dos ditames da moral e do juízo da religião.” (GRAMSCI, 1968:281).

Na medida em que a igreja já não era mais “*uma força ideológica mundial, mas uma força subalterna*”, incapaz de ditar normas, tendo que defender os privilégios e influência que conseguiu manter, teve que utilizar os mesmos instrumentos de seus supostos adversários, uma vez que não era mais capaz de determinar as regras e o “*terreno*” da luta. Apesar de não ter rompido com as novas classes dominantes e o Estado, foi colocada de lado pela estruturação do estado moderno no momento em que se construía os conceitos de nação e estado-nação (ibidem).

Assim, a igreja que havia perdido força política buscou, com a Ação Católica – que pode ser entendida como um conjunto de medidas que objetivam o seu fortalecimento junto ao operariado recém-formado na Europa e à “*opinião pública*” por meio de uma imprensa católica – pretendeu restabelecer suas condições de liderança mundial. A *inovação* que representava a Ação Católica, na condição de reação às

não só conceitual, mas socialmente efetiva da comunidade seria reconhecer a divisão em classes e, por tanto, a luta ou a possibilidade da existência desta entre classes sociais antagônicas.

⁶⁰ Gramsci (1968)

adversidades que enfrentava a igreja, fazia-se necessária para resgatar o respaldo da opinião da sociedade no enfrentamento das forças que a expurgava das decisões políticas, tal como afirma Gramsci, (1968:276-275). De fato, foi um momento em que a Igreja perdia número significativo de “fiéis” e, por conseqüência, legitimidade social, semelhante ao ocorrido na segunda metade do século XX. Voltar-se para os pobres, foi, em grande medida, uma forma de tentar defender seus interesses e se fortalecer perante as instituições de poder, na nova forma de organização social.

Assim, Gramsci considerou a Ação Católica como uma *reação* aos processos de perda do poder político da igreja católica em relação ao “*iluminismo francês, liberalismo, etc. e à atividade dos Estados modernos pela separação da igreja, isto é, a reforma intelectual, moral e leiga bem mais radical (para as classes dirigentes) que a reforma protestante*” (GRAMSCI, 1968:283), como afinal, também pode ser entendida o movimento de abertura igreja, que culminou com a Teologia da Libertação.

Nestes termos, a Ação Católica não foi uma prática comum e historicamente assentada nos ensinamentos proféticos (de estar sempre ao lado dos pobres e fragilizados socialmente) como a própria igreja quis fazer-se acreditar: sua origem se explica na reação a uma adversidade política, imposta de maneira autoritária e que, portanto, teve a necessidade de construir novas bases de atuação, inclusive político-sindical, para não perder a legitimidade como autoridade política (apesar de não admitir essa condição) e os privilégios sobre os quais se assentava.

A igreja que se reorganizou nos países latino-americanos no pós 2ª guerra não estava sendo menos questionada e perdendo força política devido à instauração dos governos autoritários, como ocorrido no final do século XIX na Europa. Tanto é, que a Teologia da Libertação inspirou-se na *Ação Católica*. A busca da igreja em firmar-se como instituição indispensável à construção da “*nova ordem*” era inclusive um esforço que tinha claros objetivos, no sentido de não ser excluída dos processos de decisão sobre os novos rumos da sociedade que se modernizava (CARVALHO,1985).

Mas, conforme já foi dito anteriormente, a igreja não é monolítica ou homogênea. É bem verdade que alguns de seus setores, principalmente aqueles mais próximos às bases pastorais, apoiou-se nessa abertura da igreja para as questões terrenas (políticas) para propor uma teologia e uma prática religiosa libertadora.

E, se como afirmou Gramsci, o campo de maior eco e assimilação dos ensinamentos da igreja, encontra-se no meio rural, a maior aproximação dessa massa popular poderia dar-lhe a legitimidade de participação decisiva nos processos políticos daquele momento. Contudo, a igreja não esteve “imune” às influências dessa aproximação e nem mesmo poderia ter o controle das ações que poderiam surgir a partir do processo que ajudou a desencadear. As transformações poderiam ocorrer,

como de fato ocorreram, tanto no que diz respeito aos grupos populares como resultado da sua interferência, quanto poderiam ocorrer no seu interior já composto por um antagonismo de forças e diferentes posições dos seus setores políticos. A *opção preferencial pelos pobres* não haveria de ser, como não foi, uma opção sem conseqüências: como o fortalecimento dos grupos que se articulavam no campo, se por outro lado temos que reconhecer seus limites, por outro é necessário considerar que houve a constituição de uma nova ação dos movimentos sociais rurais como pôde ser visto nas últimas décadas do século XX no Brasil.

É preciso considerar que o não questionamento da propriedade fundiária pela igreja esclarece bem o seu posicionamento em relação aos problemas rurais, apesar de reconhecer o pouco, até então, “*feito pelos camponeses, rendeiro de terra e pequenos agricultores*”⁶¹. Assim, o posicionamento da igreja em relação aos proprietários fundiários foi, quase sempre, cuidadoso, de maneira a não perder o elo de pacto historicamente construído. Para Carvalho,(1985) os documentos pastorais da igreja significaram dizer que não é a propriedade da terra, o problema da questão agrária e sim, a criação de condições, aos que não possuíam a terra, de possuí-la. Não significou, em momento algum, uma revisão nos fundamentos da propriedade individual. Assim, “*a reforma agrária deve respeitar e consagrar a ‘propriedade individual’ como elemento básico. Além disto, deve ser ‘gradativa, comportar medidas a curto e a longo prazo, ser ponderada e firme, lenta nos seus efeitos*” (CARVALHO, 1985:88)⁶². Nesses termos a igreja protege (ou tenta fazê-lo) o seu antigo pacto com as elites (especialmente a elite agrária que, como já vimos, está diretamente ligada à elite industrial) sem perder de vista a atuação junto às maiorias expropriadas no processo de produção (não só econômica). Assim, tende a garantir sua legitimidade de ação em esferas antagônicas e atacando o seu problema interno, a saber a perda de influência em relação ao operariado urbano e eminência dessa perda em relação ao “*operariado rural*” (CARVALHO, 1985:79).

Foi neste sentido que a questão da propriedade privada, um dos fundamentos dessa sociedade, manteve-se intocada no discurso e na ação da igreja, mesmo em sua vertente mais radical, como um dos elementos de base para a mudança social e a construção de uma nova sociedade que se baseasse na justa distribuição da riqueza.

As manifestações e reivindicações de trabalhadores rurais descontentes com a política agrária, ou com a ausência desta que foram severamente combatidos e massacrados pelo aparato do Estado. Apesar da maneira como o Estado lidou com

⁶¹ Carvalho *in* (PAIVA, 1985:77).

⁶² Afirmação de Carvalho ao analisar os três documentos da igreja publicados em “A Igreja e a reforma agrária” (conclusões gerais da II Assembléia Ordinária da CNBB), *in* CNBB, *Pastoral da terra*, Ed. Paulinas (Estudos da CNBB 11), São Paulo, 1976.

estes movimentos, ficou demarcado que já estava em gestação, no interior da sociedade brasileira, um forte questionamento da forma como a terra foi apropriada e distribuída, fundamentando o que apareceria como *questão agrária*, explicitando o descontentamento com os rumos das políticas agrárias no Brasil. Foi neste contexto que se realizaram congressos e conferências envolvendo movimentos como as Ligas Camponesas⁶³ e/ou consolidaram sindicatos de trabalhadores rurais, como afirma CARVALHO, (1985:78).

De fato, a atuação da igreja, salvo ações individuais e que efetivamente se envolveram com a questão agrária do lado dos camponeses e movimentos sociais rurais, foi marcada pela preocupação de se antecipar e esvaziar uma possível ação revolucionária. Haja vista a *Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke* de 1950 que resulta da *I Semana Ruralista* da diocese de Campanha, Minas Gerais. Como já dito, sem a participação de qualquer representante dos trabalhadores rurais, sob o título “*Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural*”, esta serviu mais como um alerta que algo precisava ser feito emergencialmente para evitar que a igreja (e seu poder instituído) perdesse o compasso dos acontecimentos históricos, deixando passar o momento de participar das decisões políticas do país e para controlar ativamente e desradicalizar as mudanças que se anunciavam.

Somente em 1980, com o *documento de Itaici “Igreja e Problemas da Terra”*, a igreja colocou-se de maneira mais aberta contra o capitalismo e a propriedade capitalista. Um documento formulado como um resultado dos trabalhos da Pastoral da Terra para “*dar voz a quem não a tem*” (MARTINS, 1980:39).

Para Carvalho, o envolvimento da Igreja pautou-se basicamente pelo *temor* da perda da influência sobre os trabalhadores rurais e foi uma *forma preventiva de ação* que se antecipasse aos chamados agitadores subversivos comunistas. Já se considerando perdedora do operariado nas cidades, a igreja se viu diante da possibilidade da perda também dos trabalhadores rurais, e por isso, uma ação de prevenção contra a chamada “*revolução vermelha*”. Diante de um crescente dos ideais socialistas no mundo, a questão para a igreja era doutrinar o homem do campo e “oferecer” um discurso pelas condições básicas de vida digna a fim de impedir que fosse a massa trabalhadora rural campo fértil para o desenvolvimento de “*perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e*

⁶³ Forte movimento camponês com origens no arrendatário no Nordeste do Brasil (os foreiros) que se viram expropriados dos seus meios de produção, na metade do século XX, com apoio fundante do Partido Comunista do Brasil. Ver: MORAIS, Clodomir Santos (2006), **História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969**, in *A Questão Agrária no Brasil – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*, STÉDILE, João Pedro (org.), São Paulo, Expressão Popular, 1ª ed.

das revoluções violentas, e poderá contribuir para que a sua numerosa classe venha a colocar em igualdade de condições com as demais classes dos atores urbanos” (CARVALHO, 1985:79-80). Seguindo a tendência da modernização na América Latina, a própria igreja modernizou-se tanto no tocante às suas estruturas, símbolos e na simplificação da sua liturgia, aproximando-se do que Leonardo Boff chamou de secularização da igreja e adequação *ao espírito do tempo*.

Assim, mesmo a Teologia da Libertação foi de caráter reformista e não uma proposta de reformulação dos fundamentos que promovesse um outro modelo de sociedade. Mas esse seria o nascedouro de um *sujeito histórico de libertação*, a saber, o povo que, oprimido e consciente dessa opressão e dos processos causadores desta opressão, seria capaz de *“organizar-se e articular práticas que intencionem e apontem para uma sociedade alternativa” (BOFF, 2005:34)*, o que, como visto, não se constituiu como objetivo da igreja católica. Contudo, tratou-se de uma nova mediação que objetivava dar “expressão” às massas camponesas no processo de decisões políticas. Não apenas a igreja representada pelas suas pastorais, mais especificamente pela CPT (após meados dos anos de 1970), outros mediadores estavam (e ainda estão, alguns com menor ou maior atuação) ligados à questão agrária – prioritariamente no que se refere à reforma agrária e direitos trabalhistas no campo – como os sindicatos, a CONTAG, além das instituições estatais, como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), entre outros. Neste sentido, a CPT não esteve sozinha no lidar com as questões dos movimentos camponeses, sendo que muitas vezes esteve na posição de disputa pelo reconhecimento e legitimação da sua ação junto àqueles novos sujeitos políticos. Uma situação conflitiva entre alguns mediadores estava posta, além daqueles advindos do interior da própria igreja.

Assim, a luta pela terra representou, afinal, não só uma disputa entre classes, bem como uma disputa política entre os agentes mediadores dos movimentos sociais, tanto em relação ao reconhecimento social quanto em relação à conquista da confiança dos trabalhadores rurais. Nessa disputa a importância do discurso é elevada para que se possa ter maior legitimidade junto aos representados para se falar em seu nome, posto que muitas vezes os agentes mediadores fizeram-se suas vozes.

Neste contexto, pelo o que é dito e pelo que não é dito, e mesmo proibido de se dizer, foram-se construindo discursos que, em muitos casos, acabou por produzir uma representação destes movimentos nem sempre condizente com o que são efetivamente. É no sentido de alcançar os sujeitos deste processo que, nesta pesquisa se busca o entendimento da constituição do Assentamento Rural Tapera pela ação de seus sujeitos

e assim avançar na compreensão da produção do rural “resultante” do processo de modernização do espaço brasileiro.

A presença da igreja na articulação dos moradores das terras da Fazenda Tapera, no entanto, fez-se importante não apenas como um agente esclarecedor dos códigos da sociedade moderna, com os quais aqueles sujeitos passariam a lidar, mas, também como elemento aglutinador. Aglutinador, no sentido de representar um elemento central de crença. A religiosidade inerente aos trabalhadores rurais, como já registrou por José de Souza Martins⁶⁴, constituiu-se, naquele momento, como elemento propiciador de uma unidade que, pela fé e graças a ela, aproximou aquelas “vítimas” da intensificação do processo de concentrador de terras. No momento em que os agregados e posseiros, que viviam na fazenda Tapera, aperceberam-se que, seriam expulsos da terra na qual se reproduziam, viram-se obrigados a buscar informações e possibilidades que lhes permitissem ter esperanças de permanecer na terra. Para tanto, era necessário tomar conhecimento de códigos reguladores das relações sociais, os quais, para os camponeses eram completamente enigmáticos e, portanto necessitavam de mediadores para a compreensão das possibilidades de luta contra o processo de expulsão a que estavam sujeitos. Coube aos agentes como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a CPT, diante daquele processo de expropriação, orientar e estimular as famílias a reagirem contra a ameaça de expulsão, como relata Tonho em entrevista realizada:

“A primeira vistoria foi dia 8 de nov. de 1986, às oito horas da manhã. Ali onde é aquela casa do João Franco hoje, naquela baixada. Houve a primeira reunião com o pessoal do INCRA e daí, levaram lá para Belo Horizonte, montaram o processo, mais major conseguiu abafar esse processo com alguns recursos, com inclusive que a terra era produtiva, não tinha como fazer a reforma agrária segundo, que as famílias tinham arrendado a terra e não tinham pago e depois queriam tomar posse. Ele conseguiu arquivar esse processo até ... (em quatro de maio de 90) ele vende a fazenda, totalmente. Sem aviso nenhum. Foi a partir daí que houve a mobilização. Começou tirando o gado da fazenda, começou aos poucos, para ninguém perceber, aí quando chegou mesmo o dia 4 de maio de 1990, aí, foi vendida totalmente a fazenda, foi aí que a gente procurou o sindicato, que então foi fazer um levantamento, no cartório de registro, (sindicato de Riacho e de Porteirinha) aí através de Zilah e de Mira Sônia (Zilah através da CPT e Mira Sônia pelo sindicato). Elas foram fazer o levantamento no cartório de registro de Porteirinha e conseguiram o levantamento de que a fazenda teria sido vendida totalmente, aí tinha que entrar em ação. Foi aí que tirou uma comissão de seis pessoas e fomos em Belo Horizonte, e aí a gente conseguiu desarquivar o processo.”

(Tonho em entrevista à autora em dez de 2007)

Esse é um exemplo da ação da igreja que se aproximou do mundo e dos problemas mundanos e se alimentou desses problemas e dos processos expropriatórios pelos quais passavam os trabalhadores, especialmente no campo, colocando-se

⁶⁴ MARTINS, 1983.

efetivamente, ao lado dos pobres, nas lutas e nos movimentos sociais. Isso só foi possível porque, como já dito antes, a igreja não se constitui em bloco único e homogêneo. Apesar de a hierarquia da igreja católica, naqueles anos agir de forma combativa ao seu envolvimento nas questões sociais, suas bases estavam impregnadas das motivações para o enfrentamento nas disputas pela terra e pela condição de vida digna dos trabalhadores rurais. E, por vezes, teve na reação do movimento, a função do estímulo e do fomento, quando as pressões tendiam a desarticulá-lo:

“E, às vezes, tinha dia que ia para a discussão mesmo, para animar de novo. Às vezes, era assim: Alvimar dizia que ia ter reunião e Alvimar estava na CPT. E ele era obrigado a desafiar mesmo, pra ver se animava. Às vezes ele chegava, e estava desanimado, ele dizia: vai pra luta ou não vai? Aí a gente ficava naquela, assim... vai não vai, ele dizia. Aqui tem homem ou não tem? Se tiver homem vai pra luta, se não tiver, troca as calças mais as mulheres, veste a saia e vai cozinha e as mulheres vão para luta. Aí a gente começava a animar de novo. Aí animava. Ficava uns dias animados, aí desanimava de novo. Mais por causa dessa articulação contrária que triangulava pelo meio, não é? Mas deu certo resistimos”.

E, nesse sentido a igreja cumpria a sua função de construir uma teologia do mundo, ligada aos problemas dos mais pobres como pregava teologia da libertação. Não apenas pelos bispos, que tiveram grande importância na publicação de documentos que enfrentavam as oligarquias agrárias no Brasil e na América Latina, mas também por meio de pessoas do povo que, alinhadas com as propostas libertadoras dessa teologia, ligavam-se à CPT de forma combativa articulando as possibilidades da luta em favor dos mais pobres.

Assim, é preciso considerar que vários grupos religiosos compreenderam o momento político da luta camponesa e, a partir dessa compreensão, apoiaram e até mesmo fomentaram aquela movimentação. Mas, acima de tudo é preciso reconhecer que os trabalhadores rurais se fizeram sujeitos no embate contra as forças hegemônicas, muito antes que a igreja tivesse essa compreensão. Ainda que, por vezes as manifestações tivessem seus fundamentos e instrumentos religiosos, tratou-se de uma atitude política. A aproximação compreensiva da igreja, com relação aos levantes, que se deram em torno das questões agrárias no Brasil, teve grande importância principalmente na articulação das informações e aproximação dos movimentos que se formaram em diversos cantos do território brasileiro. Neste sentido, como estudou FERNANDES (1996:95), a CPT foi a instituição de origem religiosa que forjou as condições de aproximação entre os vários movimentos localizados que surgiram a partir da primeira década de 1980 que, entre outros resultados, deu-se na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra - MST. É preciso reconhecer que a luta pela terra vem sendo conteúdo político dos levantes no campo, desde quando esses levantes foram considerados pelos pesquisadores como movimentos puramente

religiosos e mitológicos (IOKOI, 1996:21-28). Contudo foi a partir da articulação alcançada pelos vários movimentos de luta pela terra, que se teve as mais expressivas conquistas no campo.

Capítulo 2 - A questão agrária no Brasil e a luta e resistência camponesa fundamentada na terra.

2.1 - A formação da questão fundiária no Brasil.

Conforme já dito anteriormente, a chamada questão agrária no Brasil, como afirma Caio Prado Jr. (1979:48), remonta ao início da colonização européia. Porém, para os interesses desta pesquisa, a análise aqui desenvolvida concentra-se na segunda metade do século XX, principalmente a partir da promulgação do Estatuto da Terra.

Fernandes (2000b:3) afirma que *“a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção.”* Neste sentido, a questão agrária tem seus fundamentos assentados na propriedade da terra que, no Brasil, se estrutura de maneira concentrada, expropriatória e “excludente”, resultando assim de processos que remontam ao período da colonização.

Contudo, se a concentração fundiária é algo que perpassa a formação do território brasileiro, foi principalmente a partir da modernização do campo brasileiro, engendrada a partir de 1940, que os conflitos se acentuaram. Processo que, ao mesmo tempo em que se constituía em fundamento para a instalação do complexo agroindustrial brasileiro, transformava em força de trabalho “excedente” os trabalhadores rurais que iriam se constituir nos trabalhadores necessários à industrialização brasileira.

Muitos destes trabalhadores também se constituíram nos “desbravadores” das regiões Centro-oeste e Norte, então fronteira de expansão, aos circuitos de produção capitalista. Em alguma medida, estas regiões também se constituíram em “válvulas de escape” com o assentamento de camponeses desterritorializados da região Sul, e Nordeste brasileiro, bem como na demanda necessária para os grandes projetos de colonização do Estado e de grandes empresas, processo que foi bem estudado por pesquisadores como José de Souza Martins (1983, 1986).

No entanto, a industrialização do Sudeste e a expansão da fronteira tenham absorvido grande parcela dos camponeses desterritorializados, houve grande resistência daqueles que buscaram construir a alternativa da permanência em suas terras, em seu território. De fato, como bem demonstrou FERNANDES, (2000 a), este movimento embrionário de resistência, em várias regiões do país, a partir da rede de

integração formada pela CPT, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, constituiu-se no movimento social rural de luta pela terra de maior alcance e expressão nacional - o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST⁶⁵.

Porém, a chamada modernização do campo brasileiro, fundamentada no estabelecimento do complexo agroindustrial, que expulsou o pequeno produtor rural de suas terras, se ela exacerba a expropriação (e exploração) do camponês, ela não a inaugura. De fato, estes processos antecedem a modernização do campo que, ao preservar as condições de exploração e expropriação baseada na grande propriedade fundiária, caracteriza-se como uma modernização conservadora das arcaicas relações estabelecidas no campo brasileiro. Foi neste contexto de exploração e expropriação que os trabalhadores rurais atingidos pela modernização conservadora do campo buscaram se organizar na tentativa de resistir à expropriação, como já afirmado anteriormente.

Por sua vez, a resposta dos proprietários fundiários em associação com o Estado a esta organização veio na forma do que José de Souza Martins denominou de criminalização e militarização da questão agrária no Brasil, acirrando os conflitos em todo o país e colocando de vez a questão agrária na agenda política e social do Brasil. Dessa organização dos trabalhadores, apoiados por sindicatos e instituições como a CPT e intelectuais ligados ao campo surgiu uma proposta de reforma agrária cujo sentido era o de reassentar os trabalhadores expropriados pela modernização conservadora do campo brasileiro.

Esta proposta foi apresentada ao governo João Goulart, poucos meses antes do golpe militar, sendo após ser revista e adequada aos interesses do Estado e grandes empresas, promulgada já no governo dos militares. Assim, em 1964, quando os movimentos rurais reivindicavam fortemente a realização de uma reforma agrária que possibilitasse a desconcentração fundiária, e sua permanência no campo, o Estado brasileiro, promulgou o *Estatuto da Terra*, que determinava e orientava o processo de acordo com os interesses não apenas dos grandes proprietários fundiários, mas também e principalmente de grandes empresas que tinham no “jogo” com a propriedade da terra a forma de reprodução e acumulação da riqueza.

Embora inicialmente tenha sido fruto de um movimento popular que objetivava produzir uma política pública que contemplasse os anseios dos trabalhadores rurais, a

⁶⁵ Muitos pesquisadores e estudiosos do campo brasileiro dedicaram-se a estudar o MST no Brasil, sob diversas perspectivas. Entre estes, os trabalhos: “MST- Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo” e, “A Formação do MST no Brasil” do Professor Bernardo Mançano Fernandes, constituem-se em obras fundamentais (dentre outras) para entender não apenas a formação e alcance deste movimento de luta pela terra, mas a questão agrária brasileira que, em grande medida, fundamentou a formação do MST (FERNANDES 1996 e FERNANDES 2000 a).

instauração do Estatuto da Terra ocorreu como instrumento já apropriado como forma de distensionar os conflitos em torno da terra, como refletiu Martins (1983).

Outro importante fator considerado por este autor acerca deste instrumento tem a ver com o fato do mesmo ter sido utilizado para viabilizar a ocupação da Amazônia, transferindo suas terras para empresas privadas. Foi neste sentido que José de Souza Martins afirmou que o Estatuto serviu para abrir a *“possibilidade de uma reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão grave, ao mesmo tempo que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional”* (MARTINS, 1983:31).

Até a promulgação do Estatuto da Terra, a Constituição brasileira definia em 10.000 hectares a área máxima de terras devolutas a serem vendidas a um único proprietário, mas que poderia ser maior com autorização do Senado Federal. Posteriormente, esta área foi reduzida para 3.000 hectares, ressaltando, porém, a conformação de glebas com áreas superiores desde que com autorização do Senado. Assim, o estatuto seria um instrumento para impedir a concentração de terras nas áreas de expansão da fronteira agrícola localizadas no centro-oeste e norte do país.

Porém, a partir da análise de dados sistematizados por Ariovaldo U. de Oliveira, é possível observar o quão limitado foi o alcance do estatuto da terra neste sentido. Segundo este autor, na segunda metade do século XX, o governo do Mato Grosso chegou a obter autorização para vender 1.000.000 de hectares a cinco compradores (cinco áreas de 200.000 hectares). O resultado da ausência de limites efetivos na aquisição de terras no Brasil resultou na intensificação do latifúndio ao longo do século XX, como pode ser visto no gráfico seguinte, a partir de dados sistematizados por Oliveira.

Tabela 01 – Estrutura fundiária no Brasil – período 1940 - 1985

Estrutura fundiária – Brasil – 1940 a 1985

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Total	1.904.508	2.064.642	3.337.769	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.834.779
menos de 10	654.557	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.085.841
10 a 100	975.438	1.062.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424
100 a 1.000	243.818	268.159	314.746	414.746	446.170	488.521	518.618
1.000 a 10.000	26.539	31.017	30.883	35.425	39.648	45.496	47.931
10.000 e mais	1.273	1.611	1.597	1.449	1.820	2.345	2.174

Área total (ha)							
menos de 10	2.893.439	3.025.372	5.952.381	9.083.495	8.982.646	9.004.259	10.029.780
10 a 100	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.069.704	60.171.637	64.494.343	69.678.938
100 a 1.000	66.184.999	75.520.717	86.029.455	108.742.676	115.923.043	126.799.188	131.893.557
1.000 a 10.000	62.024.817	73.903.482	71.420.904	80.059.162	89.866.944	104.548.849	108.397.132
10.000 e mais	33.504.832	45.008.788	38.893.112	36.190.429	48.951.812	60.007.780	56.287.168
Total	197.720.247	232.211.106	249.862.142	294.145.466	323.896.082	363.854.421	376.286.577

A partir da análise dos dados referentes ao período de 1940 a 1985, pode-se observar o significativo aumento da concentração fundiária. Enquanto 1,5% das unidades rurais, com mais de 1.000 hectares, detinham 48% das terras agrícolas, 86% dos estabelecimentos (de até 100 hectares) dominavam 19% das terras. Quando em 1995 registrava-se 0,9% dos estabelecimentos agrícolas com áreas superiores a 1.000 hectares, que correspondiam a 44% do total de terras, mais de 90% dos estabelecimentos, com menos de 100 hectares, controlavam 21% das terras. Assim, os dados anteriores, revelam que em quarenta e cinco anos o aumento da concentração de terras se deu de forma impactante para o campo brasileiro. Decorrente desta concentração, muitas famílias foram impedidas de reproduzir sua existência no campo, restando a elas deslocarem para a chamada “frente de expansão” ou para as periferias urbanas, aonde iriam se constituir em bóias-frias ou peão de trecho⁶⁶ (OLIVEIRA, 1994:57).

⁶⁶ Trabalhadores rurais que trabalham para receber o dia trabalhado, sem vínculos empregatícios e sem os direitos e proteção que deveriam ser garantidos pelas leis trabalhistas. Os termos variam de acordo com as regiões onde estes se encontram.

Outro dado relevante a ser considerado é que em 1940 as propriedades com áreas menores que 10 ha. chegavam a 654.557, ocupando uma área de 2.893.439 ha e aquelas que possuíam acima de 10.000 ha. somavam 1.273 e detinham o domínio de uma área equivalente a 33.504.832. Ou seja, enquanto o extremo menor estabelecimento rural detinha o controle de uma média de 4,42 ha por unidade, o extremo maior controlava uma média de 26.319 ha por estabelecimento. Situação que se acentua, em termos relativos, no ano de 1985. Pois a propriedade com menos de 10 ha. passa deter em média 3,25 ha, enquanto a unidade rural classificada em estabelecimentos com mais de 10.000 ha. passa controlar em média 25.891ha. Enquanto houve uma redução de 26,5% na média do menor estabelecimento, a média do seu extremo obteve o declínio de aproximadamente 1,6%. Em 1985, por exemplo, enquanto a minoria irrisória de 2.174 estabelecimentos (0,4% do total) detinha 56.287.168 ha (15% da área total), a maioria (3.085.841 unidades) controlava a propriedade de 10.029.780ha (ou 2,6% das terras).

Os dados mais recentes representados na tabela 02 também mostram que o traço concentrador se mantém na estrutura fundiária brasileira: no ano de 2003, por exemplo, os estabelecimentos com áreas menores que 10 ha representavam aproximadamente 33% das unidades rurais (1.409.797 unidades), com a propriedade de 1,58% do total de terras (6.638.598 ha), enquanto aqueles estabelecimentos com 1000ha ou mais representavam 1,59% do total (68.385 unidades) controlando uma área de aproximadamente 48% do total de terras (195.700.088 ha), conforme dados no DATALUTA⁶⁷.

⁶⁷ O Projeto **Dataluta** é um banco de dados referente à luta pela terra no Brasil, realizado pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera), desenvolvido no Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Sítio: www4.fct.unesp.br/dataluta

Quadro 01 - Estrutura fundiária brasileira: mudanças por classes de área 1992, 1998 e 2003

Classes de Áreas		1992		1998		2003	
		Nº de Imóveis	Área (há)	Nº de Imóveis	Área (há)	Nº de Imóveis	Área (há)
TOTAL		2.924.204	310.030.752,20	3.586.525	415.548.886,80	4.290.531	418.483.332,30
Pequena	Menos de 1	47.034	24.483,10	68.512	35.181,90	81.995	43.409,10
	1 a menos de 2	88.408	120.422,40	118.926	180.875,80	141.481	191.305,50
	2 a menos de 5	343.539	1.168.374,60	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80
	5 a menos de 10	428.783	3.116.262,60	515.823	3.737.828,80	626.480	4.530.025,20
	10 a menos de 25	804.376	13.081.255,30	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20
	25 a menos de 50	477.439	18.679.085,90	573.408	20.067.945,80	693.217	24.266.354,60
	50 a menos de 100	319.256	22.205.515,70	403.521	27.902.893,30	485.956	33.481.543,20
	100 a menos de 200	191.539	26.032.300,20	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80
	200 a menos de 500	133.506	41.147.556,30	166.886	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20
	500 a menos de 1.000	48.873	33.812.939,40	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80
Média	1.000 a menos de 2.000	22.374	30.767.926,40	30.325	41.851.744,70	35.281	48.711.363,10
	2.000 a menos de 5.000	13.982	41.222.330,50	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90
	5.000 a menos de 10.000	3.190	22.414.364,90	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40
Grande	10.000 a menos de 20.000	1.187	16.269.632,00	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20
	20.000 a menos de 50.000	537	15.610.841,20	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60
	50.000 a menos de 100.000	113	7.604.137,20	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40
	100.000 e mais	68	18.753.343,90	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra, 2008. www.fct.unesp.br/nera.

Assim, com base na análise destes dados, pode-se afirmar que a histórica concentração de terras, traço marcante da propriedade fundiária no Brasil, permaneceu, mesmo após o Estatuto da Terra.

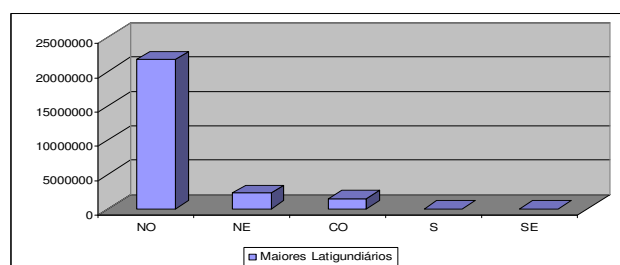
Na tabela 02 e gráfico seguintes podem-se observar os maiores proprietários fundiários no Brasil e sua concentração nos estados da Amazônia brasileira. Isto porque, esta foi alcançada pela expansão da fronteira, tornando-se alvo de grandes empreendimentos tanto de empresas nacionais como internacionais, contudo, sem mudanças na tendência concentradora e expropriatória na estrutura fundiária. E, decorrente desta forma de apropriação das terras da Amazônia e, tendo esta sido considerada historicamente como um imenso “vazio humano” a formação destas grandes propriedades constituiu-se em novos processos de violenta expropriação para os camponeses e povos lá estabelecidos.

TABELA 02 – Os maiores latifundiários no Brasil em 1988 (município e área).

Nome	Municípios	Área (ha)
MANASA – Madeireira Nacional S/A	Lábrea – AM e Guarapuava – PR	4.140.767
Jari Florestal e Agropecuária Ltda.	Almerim – PA	2.918.829
APU – Agroflorestal Amazônia	Jatá e Carauri – AM	2.194.874
Cia. Florestal Monte Dourado	Alerim e Mazagão – PA	1.682.227
Cia de Desenvolvimento do Piauí	Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Pimentetas, Manoel Emídio, Nazaré do Piauí, São Francisco do Piauí, Oeiras, Canto do Buriti, Ribeiro Gonçalves e Urucuí – PI	1.076.752
Cotriguaçu Colon do Aripuanã S/A	Aripuanã – MT	1.000.000
João Francisco Martins Barata	Calcoene – AP	1.000.000
Manoel Meireles de Queiroz	Manoel Urbano – AC	975.000
Rosa Lina Gomes Amora	Lábrea – AM	901.248
Pedro Aparecido Dotto	Manoel Urbano e Sena Madureira – AC	804.888
Albert Nicola Vitali	Formosa do Rio Preto – BA	795.575
Antônio Pereira de Freitas	Atalaia do Norte, Benjamin Constant e Estirão do Equador – AM	704.574
Malih Hassan Elamdula	Itamarati – AM	661.173
Moraes Madeira Ltda.	Itamarati e Caruaru – AM	656.794
INDECO S/A – int.	Alta Floresta, Aripuanã e Diamantino	615.218
Desenvolvimento e Colonização Mario Jorge Medeiros de Moraes	Caruaru – AM	587.883
Agroindustrial do Amapá S/A	Magazão – AP	40.613
Francisco Jacinto da Silva	Sandovalina – SP, Feijó – AC, Tarauacá – AC, Envira – AM e Naviraí – MS	460.406 452.000
Plínio Sebastião Xavier Benfica	Auxiliadora e Manicoré – AM	448.000
Cia. Colonizadora do Nordeste	Carutapera – MA	436.340
Jorge Wolney Atala	Pirajuí – SP e Feijó – AC	432.119
Jussara Marques Paz	Surunduri – AM	432.119
Adalberto Cordeiro e Silva	Pauini e Boca do Acre – AM e Feijó – AC	423.170
Romulo Bonalumi	Canamaí – AM e Cruzeiro do Sul – AC	406.121
União de Construtoras S/A	Formosa do Rio Preto – BA	405.000
Mapel Marochi Agrícola e Pecuária Ltda.	Itaituba – PA	398.786
Total		25.547.539

Fonte: Cálculos, tabulação e idealização do Eng. Agrônomo Carlos Lorena a partir de dados do INCRA. Publicado em "Alguns pontos de discussão a questão da Reforma Agrária: o caso do Brasil", 1988.

Gráfico 01 - Concentração dos maiores latifundiários em 1988.



Fonte: Elaborado a partir dos dados da tabela acima publicada em OLIVEIRA, 1994:58

Assim, pode-se afirmar que o Estatuto da Terra, da maneira como foi “apropriado”, não alterou o histórico traço concentrador de formação da propriedade fundiária no Brasil. Ao contrário, reafirmou a maneira como historicamente se legislou em relação à mesma, garantindo instrumentos viabilizadores da concentração de terras. Mesmo em 1988, no processo da Constituinte, quando houve a emenda constitucional que incorporou algumas das reivindicações dos movimentos sociais rurais, como a conquista de direitos

trabalhistas, antes restritos aos trabalhadores urbanos, os fundamentos da propriedade foram reafirmados e o traço concentrador de terras mantido.

Contudo, apesar da interpretação conservadora dada ao Estatuto da terra e mesmo ao texto da Constituição de 1988, a partir da atuação dos movimentos sociais rurais, principalmente o MST, houve um crescente número de ocupações de terras, consideradas improdutivas fazendo-se cumprir a função social da propriedade, conforme registrado na Constituição. Desse processo de luta pela terra tem-se como resultado a territorialização dos movimentos rurais, que se concretiza por meio das ocupações e assentamentos.

As ocupações ocorreram e ocorrem em todas as regiões do país conforme as características de cada momento de espacialização do capital no território brasileiro, como resposta às ações de particulares e do Estado na direção de aumento da concentração fundiária e, especialmente, como resposta dos movimentos sociais rurais que confrontam essa espacialização e concentração.

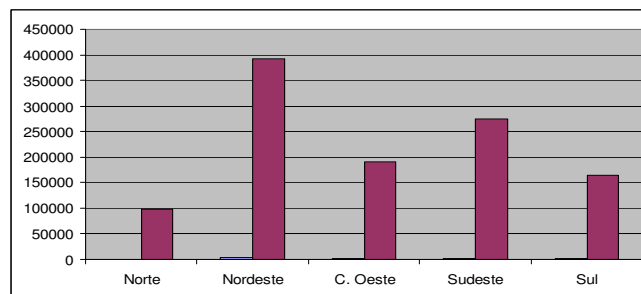
Os dados do quadro 01 e do gráfico 2 mostram que essas ocupações se diferenciam de uma região para outra e de um estado para o outro:

Quadro 02 - Brasil: número de famílias em ocupações por estado/Macro-regiões 1988-2007

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	681	9,01	98.008	8,75
AC	22	0,29	1.991	0,18
AM	9	0,12	2.486	0,22
AP	2	0,03	120	0,01
PA	449	5,94	73.999	6,61
RO	95	1,26	12.335	1,10
RR	9	0,12	893	0,08
TO	95	1,26	6.184	0,55
NORDESTE	2.804	37,09	392.164	35,03
AL	429	5,67	57.610	5,15
BA	497	6,57	83.354	7,44
CE	94	1,24	10.399	0,93
MA	106	1,40	17.023	1,52
PB	171	2,26	18.474	1,65
PE	1.156	15,29	152.587	13,63
PI	78	1,03	10.031	0,90
RN	130	1,72	16.112	1,44
SE	143	1,89	26.574	2,37
CENTRO-OESTE	1.103	14,59	190.283	16,99
DF	39	0,52	6.048	0,54
GO	375	4,96	54.242	4,84
MS	551	7,29	91.670	8,19
MT	138	1,83	38.323	3,42
SUDESTE	1.961	25,94	274.157	24,49
ES	93	1,23	12.753	1,14
MG	601	7,95	60.135	5,37
RJ	96	1,27	13.818	1,23
SP	1.171	15,49	187.451	16,74
SUL	1.012	13,38	165.042	14,74
PR	651	8,61	84.949	7,59
RS	198	2,62	58.269	5,20
SC	163	2,16	21.824	1,95
BRASIL	7.561	100,00	1.119.654	100,00

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2008. www.fct.unesp.br/nera

Gráfico 02 - Número de Ocupações no Brasil por Macro-regiões 1988-2007



Fonte: DATALUTA - www.fct.unesp.br/nera

Conforme afirmou OLIVEIRA (1994), estes dados indicam a “*desigual concentração regional de terras*”. Porém, não se trata de uma desigualdade linear histórica e espacialmente. Ao contrário, esta ocorre de acordo com os interesses do capital em uma determinada área, conforme as condições que, (re)produzidas, cumprem com o objetivo de seu desenvolvimento e de territorialização do capital.

Segundo os dados do DATALUTA (NERA), o maior número de famílias envolvidas nas ocupações está no Nordeste seguido pelo Sudeste, conforme gráfico 03. O Nordeste brasileiro, por onde historicamente espacializou-se a agricultura da cana-de-açúcar e, portanto, onde desde os tempos coloniais, a terra foi dominada pelo cultivo na forma da monocultura exportadora exigente de grandes extensões de terras, recebe uma pressão pela concentração de terras e, por isso mesmo, sofre a reação dos movimentos sociais que ocupam terras como forma de pressionar o Estado na condição de mediador essa luta de forças desiguais.

Conforme o capital se espacializa no território brasileiro, seja por meio do agronegócio ou outros meios, expande suas atividades incorporando territórios pertencentes a tribos indígenas, comunidades tradicionais e posseiros. As ações de ocupações pelos movimentos de luta no campo, dão um indicativo de que estes não são espaços vazios como se costuma afirmar e que, pelo menos parte dos sujeitos pressionados pela expansão capitalista sobre suas terras, não está disposta a deixá-la sem luta, sem resistência.

Assim, as ocupações de terras têm sido o principal instrumento da luta dos trabalhadores rurais para fazer com que a reforma agrária esteja na pauta das discussões políticas e sociais e que o Estado a efetive, ainda que de forma parcial e insuficiente, segundo nos mostra o número de ocupações pelo país. Essas ocupações fazem parte de um conjunto de lutas por meio das quais os movimentos avançam na direção de construir possibilidades de participação política efetiva nas decisões e definições sobre o que seria o plano de reforma agrária. Outro fator relevante é que, através destas ocupações, a sociedade toma ciência da questão agrária, e, em determinados segmentos, alcança legitimidade de sua luta, embora, muitas vezes, a mesma é retratada de forma distorcida nos meios de comunicação. Porém, a visibilidade desta luta está relacionada na ação concreta dos movimentos que geografizam como pode ser visto mapa que se segue.

A concentração das ocupações de terras em algumas áreas como nas proximidades do litoral nordestino e do Sudeste, na porção sul e leste da Região Centro Oeste e Norte da região sul, bem como, na porção leste da Região Norte, apontam para as áreas de conflito. Mas indica também para onde os novos processos de espacialização do capital são direcionados de forma mais contundente e aonde este vem encontrando resistências.

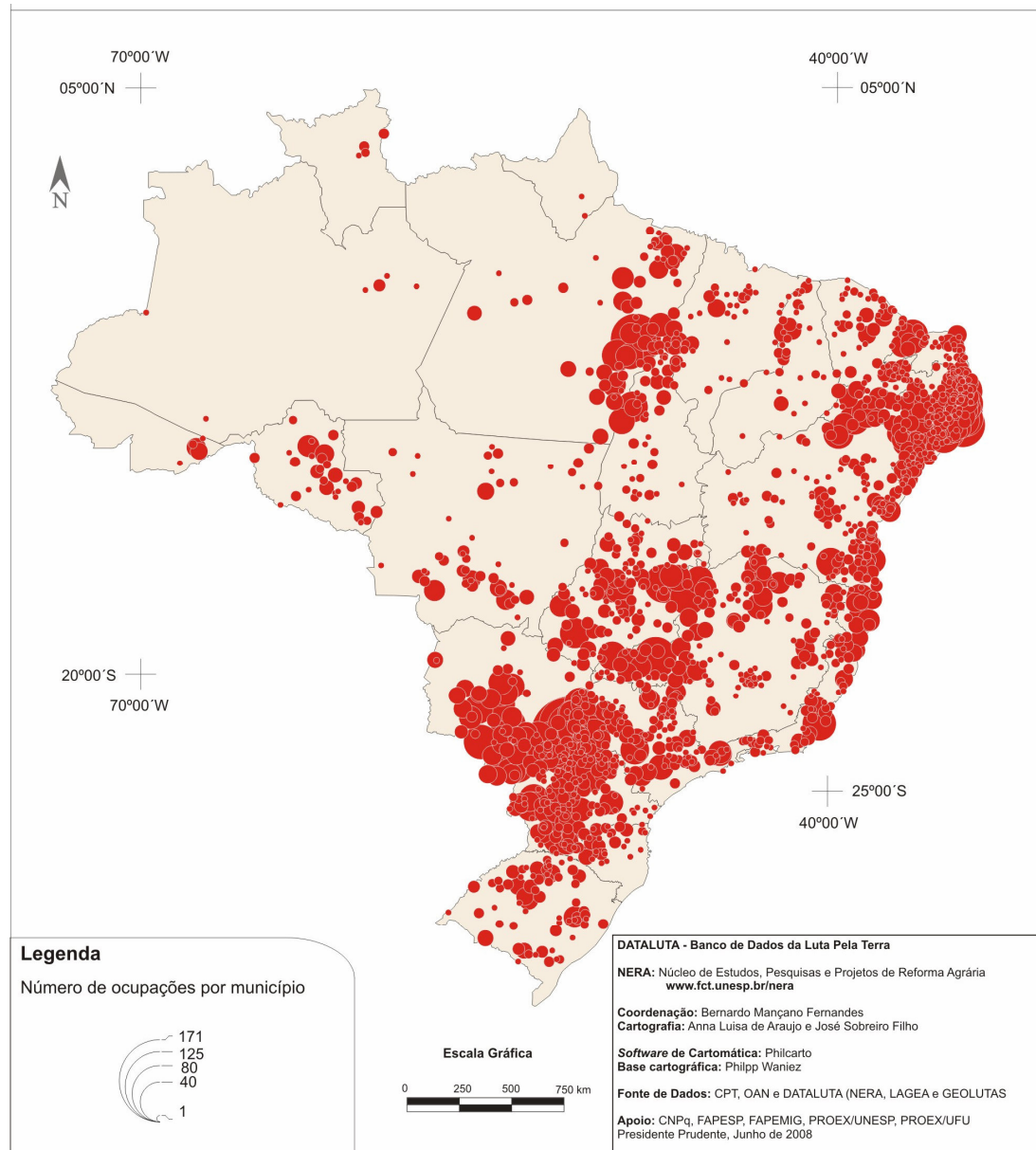
A expansão capitalista, especialmente sobre as áreas do cerrado, conforme analisado por Pedro Wilson Guimarães (2000), se deu pela construção de infraestrutura, no fim do século XX, objetivando a instalação de projetos produtivos de envergadura no cerrado brasileiro. Este autor alerta que *“a rigor estas obras não*

atenderão ao pequeno, a comunidade indígena ou a população local, pois estão voltadas para o grande exportador e para a geração de energia que não será utilizada na região de origem” (GUIMARÃES, 2000:14). Portanto, em parceria com o Estado o grande capital vai produzindo as condições de sua territorialização.

A resposta da luta pela terra construída pelos trabalhadores do campo também se espacializa no território brasileiro conforme mostra o mapa. Se o cerrado é envolvido pela racionalidade da produção capitalista, podemos perceber que as ocupações, também, ali se territorializam, denunciando os processos expropriatórios que vêm ocorrendo no campo, seguindo sua tendência excludente e de expulsão daqueles historicamente viveram nas terras que antes não compunham as áreas de interesses dos grandes projetos capitalistas.

Para Darcy Ribeiro estas classes de lutas, as *subalternas*, onde se encontram os *minifundistas, parceiros e assalariados rurais*, (somando-se operariado fabril e de serviços) seriam capazes de se organizarem e assim se tornarem “*o núcleo mais combativo*” (RIBEIRO, 2006:192) que apesar de não praticarem uma luta de transformação social, lutam pelo que já têm e pelo aumento de seus bens. Neste sentido, os movimentos sociais rurais inserem-se não apenas como um movimento de luta pela terra, mas como um movimento de questionamento dos fundamentos desta sociedade. Assim, ao reivindicarem seu direito de territorialização, de permanecerem, ainda que não vislumbrem no horizonte imediato esta força transformadora, os movimentos sociais rurais têm cumprido o importante papel de colocar a questão agrária na pauta da sociedade brasileira.

Mapa 05 – – Geografia das Ocupações de terras no Brasil período 1988 – 2007



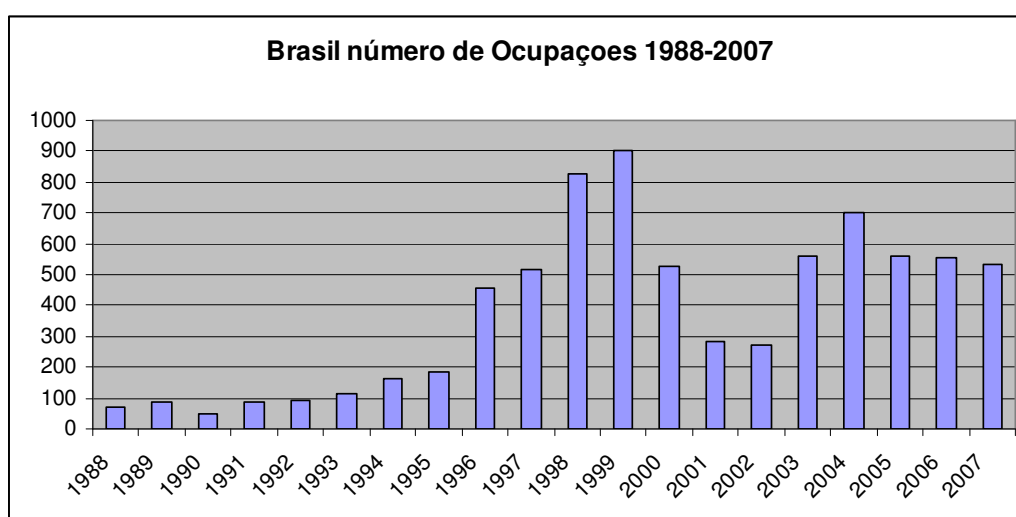
Fonte: DATALUTA – www.fct.funesp.br/nera

Assim sendo, o mapa anterior, para além de demonstrar a geografia das ocupações no Brasil, também explicita o problema da distribuição de terras e onde a grande agroindústria se impõe *desterritorializando* camponeses e povos tradicionais.

Esta concentração tem como efeito as ocupações territoriais representadas no gráfico seguinte. Apesar da tendência de queda, quando se observa o número de assentamentos, no período de 1988 a 2007, que alguns momentos superaram o número de ocupações no ano, há um saldo negativo, que segmentos sociais rurais vêm

denunciando. Os gráficos seguintes demonstram que, enquanto o número de ocupações chega a 903 no período, o número dos assentamentos foi de 58. Já em 2007 foram realizados 147 assentamentos, enquanto o número de ocupações chegou a 532, deixando um saldo negativo de 385 ocupações. Esses saldos negativos, ano após ano revelam a indisposição do Estado em elaborar um projeto que se proponha a resolver, o problema agrário fundamentado na concentração de terras. Esses dados revelam como o estado tem se posicionado frente ao movimento de luta pela reforma agrária que tem se pautado, no limite, pelo não cumprimento do próprio estatuto da terra.

Gráfico 03



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da DATALUTA - www.fct.funesp.br/nera

A partir da análise do gráfico 04 é possível observar um crescente número de ocupações, intensificado a partir de 1996, exceto nos anos de 2001 e 2002. Não por coincidência este declínio que tem relação com a criminalização dos movimentos ancorada nas ações do governo federal do período, cujo intuito foi de desmobilizar tais movimentos. Outra estratégia adotada para esta desmobilização foi pelo projeto Banco da Terra⁶⁸, ao mesmo tempo em que anunciava a “política” de não realização de assentamentos em terras ocupadas. (FERNANDES, 2000 b:11)

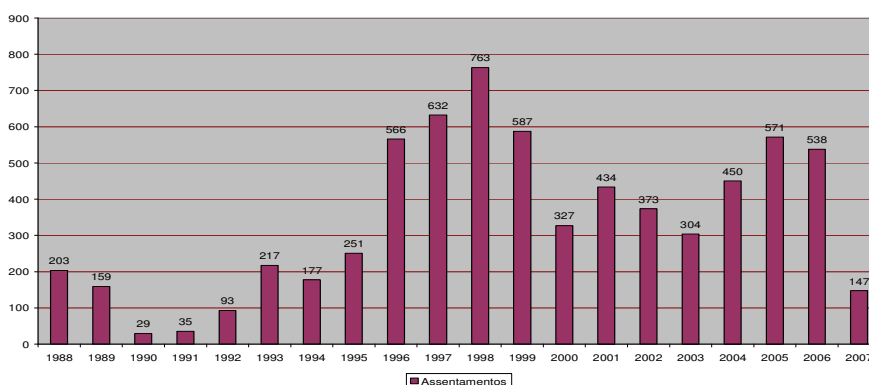
Bernardo M. Fernandes afirma que

⁶⁸ LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998 - Art. 1º É criado o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. Fonte: <http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=1535>

“A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais” (FERNANDES, 2001).

Comparativamente, os gráficos (03 e 04) denotam uma relação entre a pressão que os assentamentos conseguem produzir no embate político: quanto maior o número de ocupações realizadas no ano, maior foi o número de famílias assentadas. Tal comportamento ratifica a concepção dos movimentos rurais de que a ocupação é seu principal instrumento de negociação na luta pela reforma agrária.

Gráfico 04 – Brasil: número de assentamentos 1988 - 2007

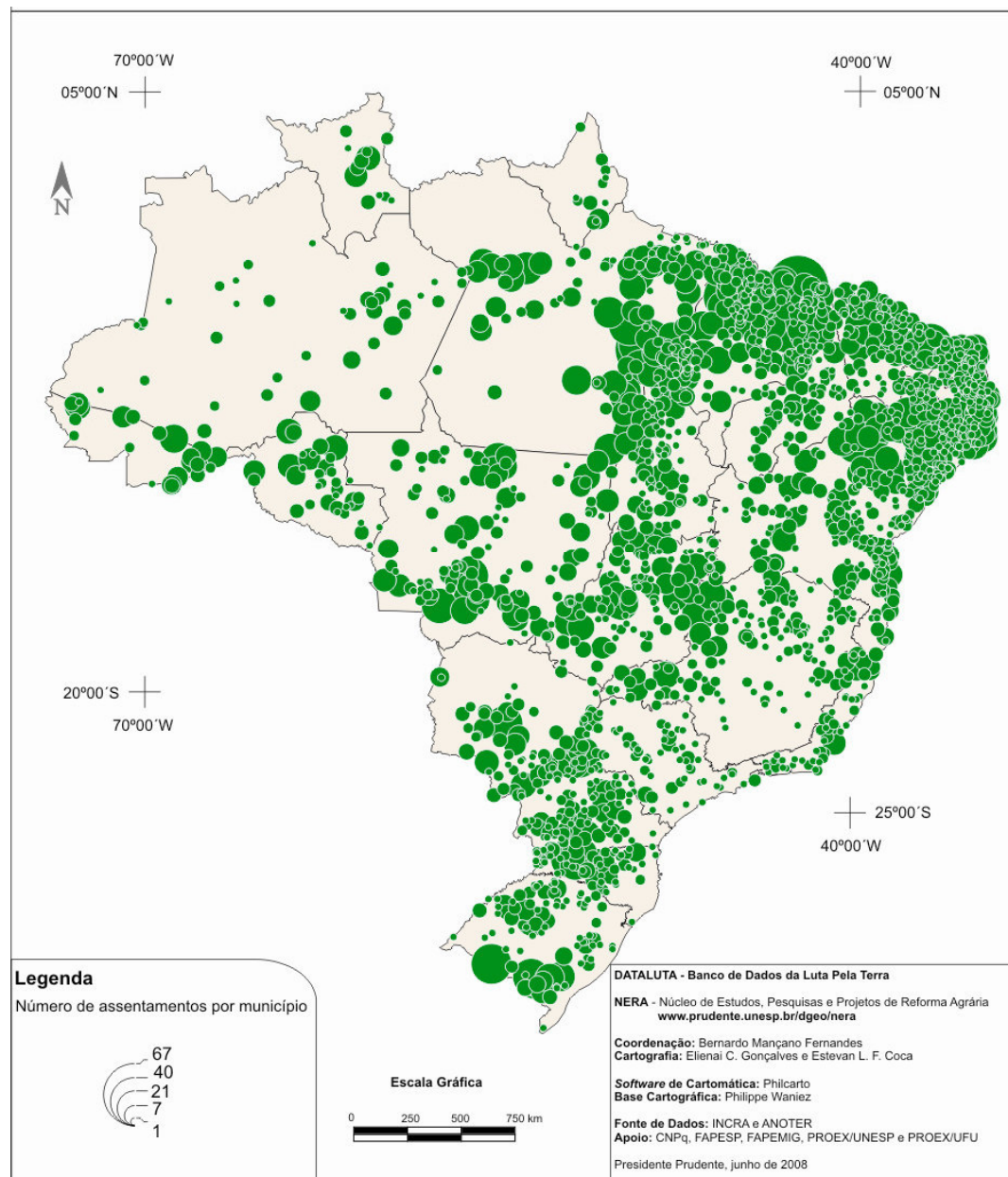


Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da DATALUTA - www.fct.funesp.br/nera

Levando-se em consideração que o saldo negativo entre ocupações e assentamentos (gráfico 05), percebe-se que ano após ano o número de acampados vem aumentando, sem que a ação governamental aponte soluções mais efetivas, enquanto as terras são cada vez mais concentradas, provocando mais expulsões de camponeses da terra. Contudo, sem um projeto amplo e integrado para uma política agrária *desconcentradora* das terras, acompanhada de uma política que permita e viabilize que o agricultor consiga permanecer na terra, é impossível falar em projeto consistente de reforma agrária. De fato, o que existe ainda é uma ação demasiadamente tímida do Estado em atendimento às pressões pelas ocupações realizadas pelos camponeses sem terra engajados nos movimentos de luta pela reforma agrária por meio dos assentamentos que dispõem numa nova geografia da luta,

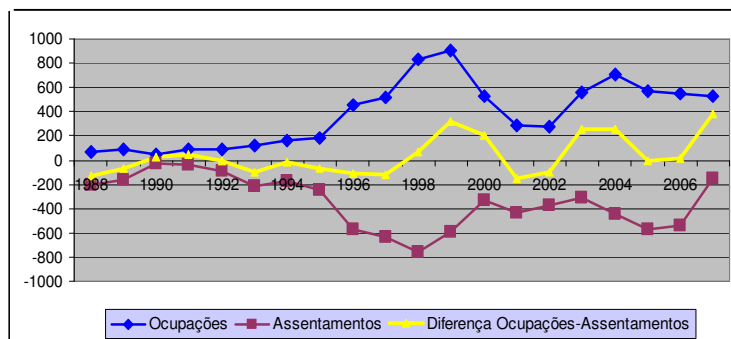
territorializando-se no espaço brasileiro como afirma FERNANDES, (2000 b) e pode ser observado no mapa seguinte.

Mapa 06 - Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil no período de 1979-2007



Fonte: DATALUTA - www.fct.funesp.br/nera

Gráfico 05 – Diferença entre ocupações e assentamentos 1988 – 2007.



Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da DATALUTA

A partir dos dados referentes à ocupação de terras e assentamentos, pode-se afirmar que, se por um lado a política agrária adotada no país facilita e promove a territorialização do capital a partir do incentivo ao complexo agroindustrial, por outro, desta concentração deriva outra territorialização, decorrente das ocupações de terras e conseqüente assentamentos conforme visto nos mapas 05 e 06. Todavia o que se realiza como reforma agrária, no Brasil, não contempla necessidade posta pela realidade social.

Assim, pode-se perceber que essa territorialização, por sua vez, é resultado desta luta encampada principalmente nas últimas três décadas, período de sensível fortalecimento do campesinato brasileiro. O acesso à terra é parte da luta camponesa, sem que nele se encerre, mas, que a partir deste, a continuidade da luta pela reprodução camponesa. Neste sentido, *“o assentamento é o ponto de chegada da luta camponesa no acesso à terra e, ao mesmo tempo, seu ponto de partida em um processo contínuo de luta para a afirmação de sua sobrevivência e reprodução como classe social”* (FELICIANO, 2006:113).

Desta maneira, não se pode compreender o movimento do moderno do campesinato brasileiro sem considerar que este está inscrito como resistência e como contraposição ao processo de *desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo*. Neste sentido, a espacialização de um processo traz em si o seu contrário. E, a partir da resistência e tendo-a como objetivo, o camponês torna-se capaz de recriar novas formas de luta, no e pelo enfrentamento à expansão do complexo agroindustrial, o que, em última instância pode resultar em uma nova tomada de consciência: das possibilidades de serem sujeitos (e não apenas no sentido de estarem sujeitos ou sujeitados) do processo de reprodução social do espaço.

2.2 - A posse da terra: fundamento do modo camponês de produção

Fundada em uma relação que não se pautou pela busca da acumulação da riqueza na forma monetária, a posse da terra foi a maneira predominante de vínculo estabelecido entre o camponês e a terra, que afinal, moldou o modo de ser do camponês brasileiro.

De certo modo, o agricultor camponês, no contexto de relativo isolamento dos núcleos de urbanos, resultante da maneira como o espaço produzido encontrava-se organizado, buscava constituir, como efetivamente constituiu, um *modo de vida* específico, como bem apreendeu Antônio Cândido sobre o caipira⁶⁹ que, na afirmação de Bruno Bedim (2008) só é *caipira paulista* por ter sido estudado especificamente o camponês de São Paulo (pelo então pesquisador A. Cândido), mas que sob outras denominações estava espalhado por todo o território brasileiro.

Como demonstrou A. Cândido, a vida do caipira paulista que se conformou produziu uma espacialidade própria, com suas riquezas (e também suas precariedades) além de toda uma estrutura que garantisse a reprodução da família. Que também comportou uma *cultura* muito particular, estruturada principalmente na relação entre o tempo-espaço e os objetivos de reprodução social orientados pela reprodução da vida, onde o ócio não foi negado e, ao contrário, constituiu-se como importante elemento de sustentação da cultura e do modo de vida camponês. Elemento estrutural como o tempo da desobrigação, do descanso, da produção para além do econômico e da reprodução física. O tempo da criação tanto material, quanto cultural, conforme afirma o camponês Eduardo.

Pode parecer que nós estamos a toa moça, mas não é isso não. Às vezes o cabra está sem fazer nada na roça e tal, mas está pensando como é que ele vai fazer determinada coisa. A gente precisa parar pra pensar como é que a gente vai corrigir um problema, como que vai introduzir uma planta nova, um cultivo novo. A gente tem muito apoio aí: do CAA, do Sindicato, da Cooperativa. Mas se a gente não tomar as decisões com segurança, não tem como eles ajudarem. É cada família que acerta ou erra de acordo com as decisões. Então? Não precisa de tempo? Tempo pra trocar umas idéias, pra reunir um pessoal pra uma brincadeira como é o torneio de futebol daqui, ou uma missa... pra fazer uma reunião e mesmo pra descansar o corpo, a cabeça. Tem hora que a gente tem que sair por esses matos afora, passeando, pra ver se enxerga melhor as coisas. É uma hora muito importante, não é ficar a toa. Nesse tempo agora, tá tudo seco, as terras já estão preparadas (quase tudo), quando chover a primeira chuva a gente tem que estar preparado, já sabendo o que vai fazer, se não pode complicar para o ano todo... (Eduardo, outubro/2007)

⁶⁹ CÂNDIDO, Antônio, **Os Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 7ª ed, 1987.

O ritmo de trabalho e do lazer do caipira paulista, conforme registrou Cândido, ocorria de acordo tempo do plantio e da colheita, possibilitando também o tempo do não fazer e de festejar, o tempo da festa. O camponês do Tapera também em um tempo decorrente do ritmo forjado na instância da reprodução da própria vida numa relação íntima com a natureza em que o “domínio” desta não era o sentido último ou primeiro. A exemplo do caipira paulista, os camponeses de um modo geral, incluindo os da contemporaneidade, que por meio do processo histórico sofreram várias transformações, também forjaram uma cultura rica e particular. Cultura esta que, juntamente com a expropriação da terra, também é rompida, marginalizada, inclusive na reprodução do universo do próprio camponês.

No Norte de Minas, esta cultura materializa no modo de vida, no *saber-fazer*, dos *Vazanteiros*, *Geraizeiros*, e *Caatingueiros*. De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves, esse território pôde (ou teve) que “*forjar suas próprias condições de “autosustentabilidade”* (Gonçalves, 2000:23) a partir da produção de um espaço não diretamente determinado pela racionalidade dominante da produção controlada pela metrópole.

Gonçalves (2000) denominou de *des-envolvimento*, os processos de modernização a exemplo do que ocorre no Norte Minas, devido às mudanças de relações que a partir da década de 1970 que foram *im-postas* aos povos do sertão em nome da modernização da economia. Ações que, objetivando o chamado desenvolvimento econômico, levaram a cabo conseqüências capazes de iluminar as relações estabelecidas historicamente e as novas que se propunham; um *des-envolvimento* no sentido de descortinar, por à mostra. Esse desvendamento de maneira conflituosa jogou luz sobre os processos pelos quais os camponeses estavam sendo submetidos, fazendo-os refletir sobre sua condição social e sua relação com a terra e, a partir dessa reflexão, parte desses camponeses construíram uma perspectiva nova do seu destino por meio da contraposição, da luta, do *dissenso* nos termos refletidos por Rancière (1990).

Já Ricardo Ferreira Ribeiro (2000:55-56) denuncia que, nas últimas décadas, o cerrado (bioma predominante no Norte de Minas) tornou-se uma imensa fronteira agrícola como um espaço de expansão econômica, por vezes, até como uma opção de exploração nos moldes modernos, uma vez que este, não foi considerado um bioma de preservação pela Constituição de 1988.

É interessante considerarmos o porquê dessa desvalorização simbólica do bioma do cerrado cuja representação, socialmente formada, indica para a representação de um solo pobre, da pobreza intrínseca, da vegetação arbustiva e retorcida, que em boa parte já foi substituída pelo eucalipto, entre outras monoculturas.

De fato, a modernização econômica no sentido oeste, aliada à topografia favorável à mecanização colocou o bioma do cerrado como entrave à produção baseada no aproveitamento de suas terras. Assim, desvalorizar sua diversidade e riqueza, representando-o como bioma pobre facilitou a inserção de suas terras ao moderno processo de produção agrícola.

Contudo, a desvalorização da biodiversidade do cerrado não se restringiu a ele. De fato, a mesma chegou aos povos do cerrado e sua cultura. Lô, camponesa do Tapera conclui:

“essa gente não tem piedade não. Ninguém quis saber se nesse lugar vivia gente ou bicho, árvore ou passarinho. O que eles fizeram foi deitar o correntão, parecia que o mundo ia era acabar naqueles dias. Eu vou te dizer que o medo foi muito grande. Eucalipto aqui valia mais que uma vida humana. Pra plantar eucalipto essa gente só não mandou dar tiro, mas o resto... até água lá em cima no rio eles prenderam. Foi uma pressão tão violenta que eu cheguei a pensar que a gente não ia agüentar não. Isso aqui só é assim hoje, porque esse povo até fome agüentou, fora as humilhações e a insegurança pela vida. Foi assim, parecia que aqui não tinha era ninguém, era nada. Mas foi tanta desconsideração que não dá nem pra gente como é que foi, porque foi trem demais mesmo. (Lô, março/2009)

Apesar desta desvalorização concernente ao plano ambiental que se traduziu em desconsiderações também dos processos sociais, os camponeses do cerrado organizaram-se em movimentos de resistência em contraposição à expansão do capital, no Norte de Minas representado, em grande medida, pelas empresas plantadoras de eucalipto, entre outras interessadas na agro-exportação, embora tenha sido, e ainda seja este, um confronto de forças desiguais. Trata-se, no entanto, de uma luta que não é apenas luta pela terra, mas pelas possibilidades mais amplas de manter um modo de vida historicamente construído.

Nesta luta, as estratégias elaboradas pelos grupos de trabalhadores rurais passam pela inserção/participação política, dentro de um esforço da compreensão dos códigos burocráticos da sociedade moderna, como no sentido de se encontrar/reafirmar técnicas e saberes que lhes permitam e lhe facilitem a permanência na terra e manutenção do seu modo de vida, como é discutido, mais especificamente em relação ao Assentamento Tapera, nos capítulos três e quatro.

Porém, a modernização do espaço rural, inscrito na lógica de produção e organização capitalista colocou limites a esse modo de vida baseado no saber fazer e na cultura, ao restringir a disponibilidade dos elementos naturais fundamentais à reprodução camponesa. Por exemplo, se antes a criação de gado podia ser feita com o gado solto nas terras de uso comum, após a modernização e conseqüente cercamento

destas terras, esta cultura foi substancialmente alterada. Porém, para além de uma prática, o conjunto dos saberes dos camponeses que se revelam fundamentais para sua reprodução, constituem-se na condição de superação para estes sujeitos. Neste sentido, a cultura, forjada na vivência no lugar, traz para o camponês a condição de permanência e de resistência à modernização imposta, como afirma Zé Tico (José Pereira), camponês do Tapera:

(...). em 96 [1996]⁷⁰ a gente já foi trabalhando, já fizemos as cercas, 96 fez um projeto de PROCERA. Mas do modo que nós queríamos produzir. Nós queríamos trabalhar com tudo natural, o banco não aceitou emprestar. O CAA que ... durante a luta, lutou junto com a gente. Aí o CAA, falou assim: oh, vamos fazer um projeto sem comprar adubo químico, sem comprar veneno químico, nem nada. Aí ele fez o projeto, nós entramos com o projeto no banco, ele não aceitou, em 96. Aí quando foi... nós falamos assim: nós não vamos abrir mão. Batemos o pé mesmo que não íamos abrir mesmo não. Quando foi em 97 aí ele falou assim: vamos fazer uma experiência. Se der certo bom; se não der certo nós cortamos. Aí, graças a Deus deu certo. O Assentamento da Tapera deu certo de trabalhar. Porque o que a gente plantava aqui era capim, tipo de gado, não era para a gente plantar nem milho nem feijão, muitas vezes podia plantar mandioca, cana, mamona e algodão. Aí nós falamos: isso nós não queremos. O quê que nós vamos fazer com isso? Nós não comemos nem mamona nem algodão. Nós comemos milho, feijão, cana e mandioca. A gente não vai... porque, graças a Deus, que a gente fez aquela coisa e deu certo, porque se não fosse, hoje nós tava com a cara quebrada. Mas quando trabalha com fé em Deus é muito bom. Porque a gente fica... tem crédito e tem palavra. Porque a gente fica assim: oh, vocês precisam ganhar a credibilidade e vê se dá certo ou não; e é isso que nós estamos fazendo. E graças a Deus nós, até hoje, não precisa de veneno, na precisa de adubo químico, para plantar e colher né? (Zé Tico dezembro/2007)

Fica claro que as instituições financeiras capazes de oferecer crédito às atividades rurais se orientam no sentido de promoção de uma economia rural que atenda aos interesses da indústria agroquímica, na medida em que fertilizantes e agrotóxicos são exigidos na plantação. Por sua, tal forma de produção tende a subordinar os camponeses em sua relação com o mercado, posto que quase sempre não conseguem quitar suas dívidas. Nas palavras do camponês Zé Tico é possível perceber que o banco (do Nordeste) dificultou a aprovação de um projeto de uma agricultura baseada na diversidade, em favor de uma agricultura que estivesse voltada para a produção baseada no monocultivo que se destinasse, prioritariamente, ao atendimento às necessidades da produção industrial. Porém, para a família camponesa, como indica a posição desse camponês, em primeiro lugar, tem-se que garantir a produção que sirva ao seu consumo, à sua reprodução e, partir desse alcance, o de viabilizar o rendimento necessário para a aquisição de outros elementos de seu consumo. Este é um dos momentos que o camponês se relaciona

⁷⁰ Grifos nossos

A saída encontrada por estes sujeitos no embate com tais forças foi e tem sido, a luta pela terra, o que, efetivamente, não se resume ao acesso à mesma. Trata-se também de uma luta pelas condições de existência no campo, com acesso à saúde, educação e autonomia na tomada de decisões quanto ao exercício de sua prática.

MARTINS (1980), afirma que o posseiro/camponês tem por princípio a luta pacífica, pela crença de que a terra é um bem comum, dádiva de Deus e, portanto, do direito natural de todos aqueles que dela dependem e que dela saiba tirar o próprio sustento por meio do trabalho. Porém, ao defrontar-se com tal realidade, o grande proprietário orientado pela racionalidade da acumulação capitalista, sucumbe e submete tal concepção, com suas *armas* legais, morais, ideológicas, sem dispensar as de fogo, jagunços, “caso sejam necessárias”.

Assim, o camponês que não tem como comprovar a propriedade formal da terra, numa sociedade que se orienta pela defesa da propriedade, dificilmente encontra legitimidade da posse e, no limite, de seu direito de existir na condição de agricultor camponês.

Restam-lhe poucas alternativas fora da luta: vender sua força de trabalho submetendo-se ao assalariamento precário, quando o capitalista do campo assim necessita, compor a força de trabalho de reserva das áreas urbanas, ou, reproduzir sua existência deslocando-se para áreas mais distantes dos centros de modernização, reiniciando-se na (precária) condição de posseiro em outro espaço.

Mas se a condição de posseiro precariza o camponês, aqueles assentados em um assentamento *consolidado*⁷¹ não estão imunes à tendência de subordinação do camponês aos processos de reprodução capitalista da riqueza. Segundo os camponeses do Tapera, constante e veladamente, são assediados para plantarem eucalipto na forma de monocultivo nos seus lotes. Condição semelhante à observada no assentamento de Campo Florido, no Triângulo Mineiro, onde vários assentados foram convencidos plantarem cana-de-açúcar em seus lotes, ou arrendarem-no para tal cultivo, com o objetivo de fornecer para as usinas instaladas na região.

Uma reportagem da revista Exame (Anuário junho/2008), por exemplo, cuja foto ilustrativa já aludida na Figura 03, na introdução deste, supostamente, descreve conflito ocorrido entre assentados após a expulsão, pelo INCRA, de 11 produtores rurais que se propuseram a desenvolver nas suas terras o cultivo de cana destinada a uma usina vizinha às terras do assentamento. O fragmento seguinte foi extraído da referida reportagem:

⁷¹ Expressão utilizada pelo INCRA, para referir-se aos assentamentos com mais de dez anos e com uma produção socioeconômica estável.

“Foi uma parceria com a Usina Zanin, situada perto dali. Em troca de pagamento com parte da safra, a empresa adiantou as mudas e os insumos, como adubos e fertilizantes, e entrou como avalista na compra de duas máquinas agrícolas. O negócio foi bom para os dois lados. A Zanin conseguiu mais um fornecedor de matéria-prima, enquanto o agricultor lucrou 90.000 reais líquidos em três anos”⁷²

Entre as possíveis análises desta reportagem, há a representação, a partir de afirmações cabais, das (im)possibilidades de fazer a reforma agrária no Brasil. Outra, é que o que se tenta construir é a idéia de que o trabalhador rural necessita da decisão externa à sua vontade e necessidade. E como afirmou Martins (1983), a desqualificação do camponês da condição política serve, especialmente, para que este e sua produção sejam incorporados à produção capitalista de maneira marginal. Para tal, se precisa construir em alguns a idéia de que o camponês é preguiçoso, em outro momento que este é incapaz e necessitado do compadecimento social, e ainda, especialmente, em relação àqueles ligados aos movimentos no campo, que são tidos como contraventores da ordem.

A construção dessa idéia coloca-se como impossibilidade da reforma agrária como se esta devesse subordinar-se diretamente ao processo de expansão do agronegócio sem, contudo, fazer a relação entre os preceitos da constituição do assentamento e os conflitos gerados pelo assédio do capital na obtenção da utilização da terra sem pagar pela renda da terra. Implicitamente há na mensagem a intenção da construção da idéia de que se não há melhor maneira de viver e produzir que não seja de maneira subordinada à racionalidade capitalista. E, ainda, há o entendimento do conflito como algo externo à questão da luta pela reforma agrária e os termos nos quais os sujeitos da luta a pretendem.

Um exemplo, de como essa sociedade se relaciona com o trabalhador rural, encontra-se na obra literária de Monteiro Lobato, na figura do Jeca Tatu⁷³. Mas também se faz presente no ambiente da escola, com o filho do trabalhador rural que vive situações que desqualificam o camponês. Eduardo Pereira, camponês, presidente da Associação Nossa Senhora das Oliveiras (Associação do Tapera) relata:

“(...) quando eu estudava era assim: a primeira vez que eu cheguei para a escola do Riacho, falavam assim: ‘ô da roça!’ E dava coque na cabeça.

⁷² Fernando Valeika de Barros, O Retrato de um fracasso, caderno Cidades, EXAME anuário, junho/08, p. 32-33.

⁷³ História construída por Monteiro Lobato, último conto do livro Urupês, onde o autor expõe as fragilidades do Jeca Tatu que somente fazia para viver e somente após a intervenção externa da “nhá ciência” foi possível produzir para acumular e ficar. Uma história que desqualifica o modo de vida do camponês relacionando-o ao mundo da doença da preguiça e do atraso dando importância ao trabalho voltado para a acumulação, à intervenção científica (sinal do que é moderno) e à racionalidade produtiva em grande quantidade. História disponível em http://www.miniweb.com.br/Literatura/artigos/jeca_tatu_historia1.html.

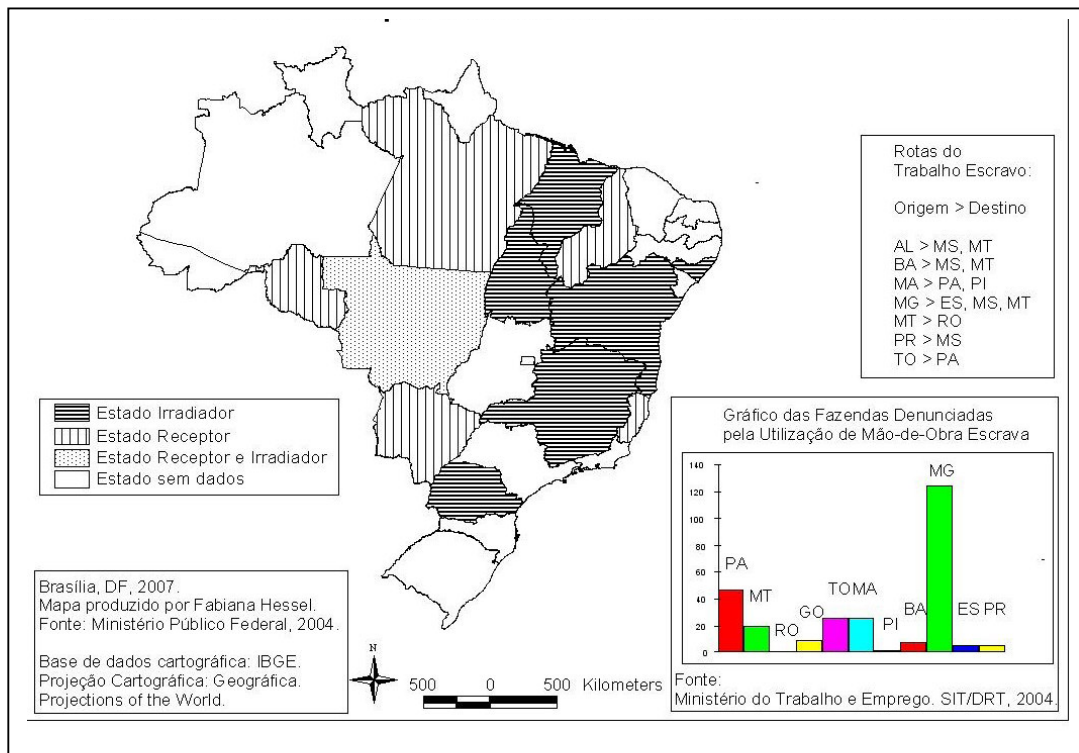
Não sei se outra pessoa passou por isso, mas, eu passei. Dava coque na cabeça, falava: ô da roça! Coque na cabeça da gente. Era assim: chamado de 'da roça' naquele tempo, hoje não sei porque hoje eu não vou. Era chamado: ô da roça. __Ô da Roça! Era maneira de desmerecer, né? Com desprezo sô". (Eduardo, dezembro/2007)

Tal comportamento não está isolado ou pontual; é, antes, socialmente construído. No próprio espaço escolar, o saber valorizado e difundido não inclui, nem valoriza o conhecimento do camponês, sendo a este atribuído, no máximo, um significado folclórico. O conhecimento que se produz na escola, que não valoriza a produção rural, nem reconhece as pessoas que vivem ali como sujeitos de um conhecimento e cultura importantes para a sociedade. Por sua vez, isso não se circunscreve ao ambiente escolar. De fato, tais atitudes mais ou menos veladas estão presentes nas relações entre o camponês e aqueles que dominam os códigos da sociedade moderna. São relações que podem ser observadas no lugar, mas, que fazem parte de uma “trama” que envolve toda a reprodução social.

Contudo, se a produção modernizada, apoiada pelas políticas estatais, aparece como a vanguarda da produção e o camponês como o arcaico, o moderno no Brasil se reproduz utilizando-se de relações arcaicas de produção. De fato, trata-se de uma produção que se desenvolve sobre as técnicas mais *modernas* de produção, e esta nem sempre, se reproduz sem lançar mão das relações de subjução do trabalhador rural como um dos antagonismos da reprodução capitalista. Processo que se constrói valendo-se, inclusive, de trabalho análogo ao trabalho escravo como é o caso do corte da cana, da produção do carvão, como tantas vezes denunciado/noticiado.

Diante de tal monta, a prática do trabalho análogo ao trabalho escravo chega merecer estudos, registros e denúncias de vários setores sociais. HESSEL (2008) trouxe nos Anais do VII Seminário Internacional Sobre Território e Cultura – Goiânia – Goiás – Brasil 2008, por exemplo, o mapeamento das denúncias dessa prática, suas rotas e estados “irradiadores e receptores” no Brasil conforme se observa no Mapa 07 (a seguir).

Mapa 07 – Mapeamento do trabalho análogo ao trabalho escravo no Brasil - 2004



Fonte: HESSEL (2008)⁷⁴

Podemos identificar no mapa que os estados receptores estão definidos de acordo com as novas frentes de expansão da fronteira agrícola; essencialmente, MT, MS, RO, PA e MA. No entanto, segundo esta autora, o registro de maior número de denúncias está ligado ao estado de MG. Não é raro encontrar denúncias e relatos dessas práticas em tempos recentes. Práticas estas supostamente, avessas ao modo de produção capitalista, porém, utilizadas para a re-atualização da acumulação primitiva, conforme refletiu José de Souza Martins (2004:21).

“(…)se apresenta a preocupante estabilidade dos números do trabalho escravo: 250 a 300 casos são denunciados anualmente, envolvendo 7 a 8 mil trabalhadores, dos quais 3 a 5 mil são resgatados pela fiscalização, principalmente pelo Grupo Móvel e já adentram a floresta” (Xavier Plassat, Por trás do trabalho escravo, Pastoral da Terra, Janeiro a Março de 2007:13, ano 32, n°186 in cptnac.org.br/publicações – visita dez. 2008)

Frei Xavier Plassat – Coordenador da campanha nacional da CPT contra o trabalho escravo - afirmou, em entrevista ao “Repórter Brasil – Agência de notícias”, que:

⁷⁴ HESSEL, F. O. ; LIMA, L. A. S. - A Nova Escravidão: uma história de segregação no espaço agrário brasileiro. In: VII Seminário Internacional Sobre Território e Cultura, 2008, Goiânia - GO. Anais do VII Seminário Internacional sobre Território e Cultura, 24 a 27 de março de 2008. Goiânia : IESA/UFG, 2008. v. único. p. 235-244.

“A escravidão por dívida permanece flagelando os grupos mais vulneráveis da população rural brasileira. O perfil das vítimas é de trabalhadores rurais sem-terra, na faixa de 17 a 50 anos, freqüentemente indocumentados e analfabetos. Pela estrita necessidade de sustentar suas famílias, são coagidos a buscar uma saída na migração temporária e no aliciamento, aceitando ou indo atrás de qualquer empreitada. O perfil dos escravistas modernos é de pecuaristas e fazendeiros do agronegócio que usam e abusam de uma pseudo-terceirização, por meio dos chamados “gatos”, para impor uma superexploração e até cativo, em condições degradantes, difíceis de se imaginar em pleno século XXI. Em 11 anos, foram libertados mais de 20 mil escravos explorados no desmatamento da Amazônia, na produção de carvão vegetal para a siderurgia ou nas lavouras do moderno agronegócio. Cerca de 250 casos são noticiados por ano, envolvendo 8 mil trabalhadores, de um total anual estimado entre 25 mil e 40 mil”. ”

(Xavier Plassat, Por trás do trabalho escravo, in Pastoral da Terra, Janeiro a Março de 2007:13, ano 32, n°186)

Ainda que parcialmente remunerado a exposição do trabalhador ao extremo do seu esforço físico, ou em risco de doença e de morte se revelam constantemente nas atividades rurais desenvolvidas, inclusive por grandes empresas como denunciou reportagem do jornal Brasil de Fato de fevereiro de 2008⁷⁵. E, mesmo quando dentro dos limites formais, não raro, há relatos de trabalhos que degradam, física e emocionalmente. Eduardo Pereira como é trabalhar na carvoaria, atividade que desenvolveu antes de voltar para o Tapera:

“queeeiiiima moça, é serviço pesado mesmo. Em carvoaria é difícil você ver uma pessoa acima de 40 anos. Não agüenta não. [Graça: é mais um trabalho masculino...] masculino e pesado. E tem que ser jovem velho não agüenta não. Esses que tão na carvoeira, tá rachado na coluna e eu mesmo sou um. De vez em quando a coluna está doendo”.

(Eduardo, dezembro de 2007).

Embora casos como estes possam parecer como fatos isolados, um exame mais detalhado permite perceber que estes exemplos (e tantos outros que nem mesmo se revelam) estão ligados ao processo de reprodução do capital e suas contradições. Baseada nas suas próprias contradições o capital se fortalece e recrudesce a desigualdade das relações socioespaciais.

Como bem afirmou Caio Prado Junior a miséria da população rural brasileira está relacionada com estrutura agrária, “cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (PRADO Jr., 1979:18). O que ocorre por meio de uma combinação de processos e políticas que tendem a acentuar tal condição no processo de reprodução social. E, nesse contexto, não há como o tema “reforma

⁷⁵ “Aumenta a exploração dos assalariados rurais, inclusive com dezenas de casos de morte por exaustão no corte da cana. O Ministério do Trabalho revela que 50% dos casos de trabalho escravo em 2007 foram em áreas de cana” (Brasil de Fato, Fevereiro 2008, Ano 6, n °259, disponível in www.brasildefato.com.br) .

agrária” não compor a pauta das discussões no âmbito do Estado e da sociedade civil organizada, embora esta apareça, muitas vezes distorcida e fora de seus fundamentos.

É nesse sentido que entendemos que a reforma agrária deve ser estudada a partir dos “*problemas agrários*” e da realidade imposta ao trabalhador: a separação da sua força de trabalho dos meios de produção, na direção da proletarização desse trabalhador e ainda pela introdução de novas nas relações da produção agrícola capitalista. Se, o primeiro problema agrário aqui apontado aliena o trabalhador reduzindo-o a simples cumpridor de tarefas (mal) remunerado, no segundo momento, o avanço sobre as novas terras expulsa os posseiros e comunidades tradicionais das terras de sua reprodução, ainda que não sem luta (MARTINS, 1975:51-55).

Porém, a reforma agrária que se faz hoje, de acordo com estudos realizados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, C. W. Porto Gonçalves, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Alberto Feliciano, entre outros, não tem relação com um projeto de reestruturação fundiária no país pelo Estado brasileiro. Os resultados alcançados até então, têm acontecido principalmente pela pressão exercida pelos movimentos sociais que, entre outras ações, ocupam terras caracterizadas como improdutivas e exigem sua desapropriação e assentamento das famílias envolvidas. Contudo, essa ação, apesar de não ser suficiente para a solução da questão agrária, tem grande relevância na composição da agenda política brasileira e promove a territorialização da luta pela terra, indicando o caminho a ser seguido por aqueles que estão envolvidos em tal processo.

Capítulo 03 – O Camponês do Tapera no território do Sertão Norte Mineiro

3.1 – Camponês: uma reflexão sobre o conceito

O emprego do termo camponês será amplamente utilizado na discussão que ora se propõe, por acreditarmos ser este um dos conceitos capazes de contribuir para o entendimento da questão proposta. São várias as concepções teóricas, políticas e ideológicas que o permeiam e lhe dão sentido. Contudo, admitimos que, por mais amplo que um conceito possa ser, este pode e deve ser sempre questionado, re-atualizado para que neste processo possa modificar-se e enriquecer-se, porque o real o contém e é na realidade que o conceito se manifesta e se re-define.

Kautsky (1980), considerando que a sociedade industrial e camponesa são partes de um mesmo conjunto da evolução social, observada em um determinado momento histórico, demonstra que a superioridade técnica da exploração capitalista em relação à agricultura familiar, reduzia o camponês a um trabalhador subordinado ao capital. Este não considerou a sociedade camponesa como uma organização social externa ao mercado, mas, originária da nova organização e pertencente às amplas relações com este mercado, ainda que forma subalterna. Apesar da impossibilidade do camponês incorporar a tecnologia e a organização da produção capitalista da agricultura industrializada, este não estava fora do alcance das relações de mercado impostas pelo capitalismo. Nessa perspectiva, Kautsky reflete quanto à necessidade de realizar a discussão sobre o campesinato.

Este autor demonstrou o quanto o modo de produção capitalista foi eficaz em dismantelar as relações de produção camponesa, destruindo suas práticas de auto-sustentação, incidindo na sua indústria doméstica, afetando sua área de domínio pela pressão no que se referia à propriedade da terra e na organização (coletiva) de sua exploração. Devido aos processos de subordinação desestruturantes das práticas e organizações camponesas, apontou o gradativo arrefecimento das forças de resistência camponesa, chegando a indicar que este não suportaria o processo de industrialização e tenderia ao desaparecimento.

Nessa concepção o camponês poderia ser considerado como um resíduo do processo de industrialização do campo, a ser alcançado e paulatinamente seria levado ao desaparecimento. Portanto, para Kautsky, o camponês estava, fatalmente, fadado a desaparecer. Apesar de não ter se confirmado tais previsões, a existência da organização camponesa na atualidade está limitada à agricultura, praticamente. O

camponês contemporâneo definitivamente, como já afirmava Kautsky, perdeu todas as condições de uma produção por meio de uma indústria doméstica que o tornava autônomo nas suas relações sociais. Este foi subordinado pelo modo capitalista de produção que o envolve conflituosa e subordinadamente, como uma das contradições dessa sociedade. Mediante tal colocação, os autores a seguir vêm em contraposição, mostrar outros olhares sobre a subordinação e desaparecimento do camponês.

Alexander Chayanov (1974) preocupou-se em demonstrar que há uma estratégia de sobrevivência do camponês e talvez seja esta, se não a principal, uma das características mais comuns das organizações camponesas: a resistência. Apesar de estarem fortemente pressionados, seria difícil pensar o seu fim definitivo devido à capacidade de adaptação camponesa; especialmente pela característica de sua organização de produção ser resultante do esforço produtivo diretamente relacionado com a satisfação das necessidades de reprodução da família.

As relações externas à família, apesar da riqueza incontestável dessas relações, não são objetivo primeiro de uma unidade familiar camponesa. A família camponesa não produz primeiramente para o mundo exterior ao seu núcleo por ter como princípio a reprodução da sua existência na condição camponesa. As divisões internas de tarefas, a hierarquia e a reprodução das condições de trabalho do camponês não se orientam por uma produção para o mercado, o que não significa dizer que esta relação não se estabeleça. Apesar deste camponês contemporâneo isolado não estar isolado das relações exteriores. Antes, este camponês tem as condições de se favorecer das técnicas modernas de produção para se fortalecer e se relacionar com o mercado de maneira mais autônoma possível, compreendendo a sua condição de parte dessa sociedade.

Para Mendras (1978) a primeira característica que se pode observar de modo geral no camponês é uma identificação com a terra pela emoção. Segundo este autor, o camponês, acima de tudo, ama a terra. Ela, para ele, tem significado de liberdade, possibilita-lhe a altivez e lhe dá as primeiras condições para a cidadania. No entanto, o amor pela terra não o é por qualquer terra, mas sim pela terra onde estão estabelecidas as suas relações e, que, geralmente, tem nela as *grafias* dos seus antepassados, a produção dos seus entes e pares que lhe que compõem o grupo do qual faz parte. Estando na terra e nela trabalhando, o camponês sente-se como dando continuidade na construção da história familiar. Há, assim, certa conectividade entre as gerações que

cultivam a terra. Neste sentido, pode-se dizer que uma sociedade camponesa tem sua identidade intimamente ligada à linhagem e à unidade familiar na sua condição de grupo. Assim, para Mendras, a família é o mais importante pilar da constituição das relações na sociedade camponesa, o que certamente pode ser observado no Tapera.

Os interesses pelos assuntos coletivos somente são importantes se forem valiosos para o indivíduo ou para o grupo familiar. Os conflitos podem aparecer quando esses interesses não têm uma mediação forte ou quando as famílias se entrelaçam por meio dos casamentos entre grupos familiares de valores e interesses divergentes, o que não chega a se constituir como um problema insuperável para a coletividade local. Pois, como bem lembra Mendras, o conceito dos de “dentro-do-grupo” e os de “fora-do-grupo” esclarece bem a noção de estrangeiro, que não necessariamente, é mal recebido ou desprestigiado. Ao contrário, é a hospitalidade que norteia a relação do camponês com o estranho. Ele sabe que este “o de fora”, traz uma compreensão outra que poderá se somar à sua, ajudando-lhe a decodificar um mundo externo ao seu. Sem dizer das impressões que o forasteiro poderá divulgar adiante: o camponês espera reconhecimento do seu “bom nome”.

Mendras esclarece ainda, a partir de estudos sobre o campesinato europeu, que este não é fechado às novas técnicas. Ao contrário, com as devidas precauções, o camponês tem espírito aberto ao novo e se dispõem à mudança admitindo novas lógicas e organizações, quando percebe os benefícios do emprego das novidades. O fato de ter uma cultura baseada no que é tradicional não se torna, assim, obstáculo às inovações que, como conseqüência, gradativamente, induz às mudanças e incorpora-se ao conjunto de saberes técnico e cultural camponês. Entretanto, essa pronta aceitação é constantemente avaliada pelo camponês, pois seus critérios de admissão de novas técnicas e lógicas baseiam-se no bom senso e não podem colocar em risco seus sistemas técnico e social já consolidados.

Segundo Mendras, para poucos é permitido colocar em questão as suas práticas (o saber coletivo, a herança técnica, sua estrutura social). Essa condição é dada apenas aos que o autor nomeia de “*notável*”, aos quais são permitidos os questionamentos e intervenções de maneira menos ressabiada. Este sujeito surge nas relações entre o grupo por ser ele, normalmente, aquele que experimenta o novo, podendo ter ou não êxito. Tendo as suas experiências algum sucesso, este constrói sua imagem de bem sucedido e por isso torna-se uma espécie de referência no grupo. Um notável, afinal.

Porém, o *notável* (que em alguma medida corre riscos) não experimenta sem reservas. Ao contrário, ele busca cercar-se das precauções que julga necessárias para que seu experimento não atinja de maneira negativa a reprodução de sua família. No

Tapera é possível perceber estes cuidados quando determinada família insere novas espécimes de cultivares, por exemplo. Tal como o notável de Mendras, percebe-se que há a separação de uma área para tal atividade e o experimento se dá quase sempre de forma mais discreta. Quando seus resultados são positivos a experiência é levada ao coletivo e seu prestígio junto ao grupo assegura-lhe algum poder e dominação. Um ou dois indivíduos, e por vezes grupos, vão constituir “o notável” ou “os notáveis” dentro de uma coletividade chegando a disputar a hegemonia local.

Ainda segundo Mendras, a decisão do indivíduo ou de um grupo camponês pauta-se constantemente na opinião, informação e experiências de outros. A tomada de decisão pela aplicação de uma novidade não se dá solitariamente, e, comumente, é influenciada pelos familiares e pelos mais próximos e experientes. O autor acredita que a partir do momento que a sociedade camponesa integra-se a um “sistema”, serão as regras desse “sistema” que comandarão as “escolhas”, uma vez que serão comandadas de fora para dentro – dos camponeses inseridos demarcando o fim dessa sociedade. Posição revista e reconsiderada mais tarde pelo autor, conforme explicitou Maria de Nazareth B. Wanderley:

“Mesmo tendo anunciado ‘o fim dos camponeses’, Mendras sustenta, juntamente com Marcel Jollivet, no tomo 1 de ‘As coletividades rurais francesas’, esta hipótese da permanência de um setor camponês residual na França. ‘Qualquer que seja a diversidade das regiões e das nações, das civilizações e dos regimes políticos, vê-se, sempre a coletividade rural integrar-se à sociedade global, conservando, no entanto, sua autonomia e sua originalidade.’” (JOLLIVET e MENDRAS.1971:21⁷⁶). (WANDERLEY, 1996:6)

Quanto à participação política, este autor afirma que mesmo numa posição subordinada o camponês não deixa de representar uma força política. Contudo, as forças políticas hegemônicas e antagônicas ao campesinato criam e recriam as estratégias de dominação e de subordinação mesmo quando aparentemente colocam-se favoráveis às questões do campo. Assim, o que se firma entre a força das estruturas agrárias, sociais e mentais do campesinato e os objetivos políticos pode apontar os rumos de uma política agrícola. E, para Mendras, essa política agrícola procura pautar-se por cuidados essenciais como ocupação adequada do território como estratégia de defesa; o desenvolvimento de uma política que mantenha os preços baixos dos alimentos em favor do consumidor (e por conseqüência da indústria que almeja a reprodução da força de trabalho ao menor custo).

⁷⁶ JOLLIVET, Marcel. MENDRAS, Henri (dir.) Les collectivités rurales françaises; 1. Étude comparative de changement social. Paris, A. Colin, 1971. 223 p.

Quanto às questões como a utilização da terra e outros bens naturais, os meios e os fins dessa exploração, o autor considera que entre a racionalidade econômica/produtivista e preservacionista, há que se considerar o projeto de sociedade que se quer além das potencialidades de cada território.

Lênin (1982) identificou a introdução da *divisão social do trabalho* e do emprego de máquinas na economia russa, como elementos propulsores da entrada da agricultura no processo de produção industrial, por meio da “*separação entre as indústrias transformativas e extrativas e a separação entre manufatura e agricultura*” (LENIN, 1982:14), anteriormente unidas na agricultura. O que levou a agricultura, então especializada, a participar da economia como uma “peça de uma engrenagem” mais ampla que se expressa na divisão internacional do trabalho.

Este autor registrou também, no desenvolvimento do capitalismo na Rússia e desintegração do campesinato, três tipos de camponês: o camponês rico, o médio e o pobre (incluindo o assalariado neste último). O primeiro subjuga não apenas o último, mas também o camponês médio que não possui condições plenas de autonomia em relação ao rico, por não ter acesso amplo às tecnologias como o rico camponês e, por não contar mais com as antigas relações de produção, anteriores à entrada do capital na economia russa.

Segundo Shanin (1980), uma das importantes contribuições teóricas para se compreender os problemas das populações rurais, tem seu marco histórico em Lênin. Para este, a intensificação do capitalismo no campo resultaria na emergência de classes antagônicas, constituídas basicamente de uma pequena parcela de camponeses capitalizados, integrados, e de outra classe convertida em proletariado na sua grande maioria. Ou seja, a partir da “*lógica das relações de mercado e da capacidade de exploração dos camponeses mais ricos indicava uma polarização necessária dos camponeses em ricos e pobres e, eventualmente, em capitalistas rurais e proletários rurais*”. (SHANIN, 1980:55). Essa foi a avaliação inicial de Lênin que, tempos depois, admitiu exageros nas suas primeiras conclusões e aceitou a “*permanência de traços camponeses*” (ibidem), o que provocou, segundo Shanin, as modificações feitas nos programas da Social-Democracia russa nos anos de 1917-1921.

Ao analisar elementos mais recentes⁷⁷ Shanin afirma que aparentemente eles querem dizer que “*os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante,*

⁷⁷ Exemplificando o líder do Banco Mundial admitiu haver no mundo centenas de milhões de pequenos produtores rurais até o fim do século

que pervade suas vidas” (ibid:58). Guardadas as diferenças das unidades agrícolas tanto em relação à *estrutura* quanto ao seu tamanho, em comparação com o clássico estabelecimento rural familiar camponês de Kautsky, o camponês e a sua produção cumprem um papel social (não apenas econômico) ainda que, propositalmente, tenda a ser tratado de maneira cada vez mais marginal nos processos de produção do regime capitalista (SHANIN, 2008).

Para situar este conceito e a problemática de *inserção dos camponeses na sociedade e na história mais amplas*, Shanin examinou a *retomada da discussão marxista* na construção das *propriedades dos modos de produção* como unidade de análise e afirmou ser a identificação desta, o grande êxito do debate mais recente dentro do pensamento marxista. Para esse autor, o modo de produção é definido como sendo a forma geral e específica da sociedade forjar os insumos materiais os quais demandam suas necessidades de acordo com cada momento histórico. Assim, faz uma análise do que seja o modo de produção para afirmar que o conceito de camponês não se limita a este. Isso não somente faz do *modo de produção* uma unidade de análise fundamental para se analisar a “*natureza geral da existência da sociedade e da caracterização de sua especificidade*” (ibid:61), bem como, porque a exposição deste conceito se pauta pela “*interdependência entre as relações de produção e forças produtivas*” (ibid:61) importantes para compor a cultura, o ritmo e o modo de vida de cada grupo social (especialmente os grupos que têm sua identidade intimamente relacionada com o território, com o lugar) que necessitam (re)construir, a cada dia, sua existência seus símbolos entre outros meios de se fazerem reconhecer socialmente.

Shanin demonstra também que o conceito de camponês traz em si não apenas o modo camponês de produção, mas sua economia, suas relações - *intercamponesas* e *extracamponesas*. Afirma que, como categoria de análise, o conceito “*modo de produção*” não é capaz de apreender a realidade como ela é com as suas contradições e complexidades. Isso porque, este faz parte de um contexto societário mais amplo e, buscar a compreensão desse sujeito social – o camponês - sem ter em conta, como a “*história camponesa se relaciona com as histórias societárias mais amplas, não como seu simples reflexo, mas com medidas importantes de autonomia*” (SHANIN, 1980:69). Seria, então, equivocado querer apreender o objeto por ele mesmo já que, por si só as “coisas” não se explicam.

É necessário, então, buscar a compreensão da sociedade camponesa na sua condição de integrante da sociedade inteira. E, se de forma mais geral esta sociedade está em constante transformação, é preciso considerar que a sociedade camponesa

(não como fragmento, mas como parte de uma totalidade) também se modifica e se transforma nas relações espaço temporal.

José de Sousa Martins (1983) (que, inicialmente, esclarece que na sua concepção no conceito de camponês não está incluído o trabalhador assalariado do campo) afirma que, no Brasil, o entendimento conceitual de “camponês” e “campesinato” é recente. Aquele trabalhador que se parecia com o camponês europeu, tinha em meados do século XX, as denominações regionais: “caipira, caboclo, tabaréu, caiçara”. Dependendo de cada situação e de cada momento estes ganharam “duplo sentido” quase sempre de modo depreciativo da figura do camponês. Na condição de representantes dos que vivem em “outro lugar”, às margens *nessa sociedade*; distantes das cidades, relacionados com o *atraso, o rústico, o ingênuo, o tonto e, por vezes, o preguiçoso*. Da mesma forma que os proprietários de terra também tiveram suas designações: *estancieiros, fazendeiros, senhores de engenho, seringalistas*. Para mais tarde e modernamente serem denominados *latifundiários* (MARTINS, 1983:22). Segundo este autor, estas são palavras de forte teor político, pois estão

“enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.” (MARTINS, 1983:22).

Por esta concepção tão particular e diferente da concepção de camponês formulada na literatura clássica europeia, este autor expõe a dificuldade de se fazer um *transposição* do conceito forjado em realidades diferentes sem os devidos cuidados. Assim, alerta quanto à complexidade existente na organização da produção no campo e que, devido a ela, dificilmente poder-se-á entender as relações que se constituíram no campo pela mediação do pagamento em dinheiro, o que violentaria o “*vínculo real que faz da produção direta dos meios de vida*” (*ibid*:24).

Para se refletir sobre o modo vida camponês, a dimensão do econômico, além de insuficiente, pode ser traiçoeira se não for dada a devida atenção às suas relações, tradições e cultura, bem como o lugar político desse sujeito que tende a se tornar um *excluído* dos processos produtivos para, em outro momento ser re-introduzido na condição proletariado e ou de subempregado.

É na condição de excluído que, segundo J. S. Martins, este sujeito, o camponês, vai ser alcançado pelos sujeitos políticos (militantes, partidos políticos, entre outros). Como um alguém que além de ser conduzido a uma *aliança precária* precisa ser *conscientizado*. A própria precariedade da construção do conceito ou a inexistência de um conceito ou categoria que se fizesse presente nos debates políticos já dão indícios

não só do *escamoteamento* do conceito, bem como do modo “*como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído*” (*ibidem*: 25), exclusão que é também da história brasileira oficial.

A exclusão do camponês no Brasil ocorre de diferentes formas em diferentes momentos históricos. Se em um primeiro momento, esta se dá pelo critério da distribuição concentrada da terra pelo critério do sangue puro onde para ser submetido ao subjugo dos proprietários da terra, noutro, o camponês é impedido ao acesso à propriedade da terra para constituir-se em força de trabalho para os grandes proprietários de terras e mais tarde para a indústria. Quando estes resistiram e fundaram autonomamente, como posseiros, em relação às regras legais da sociedade foram, ao seu devido tempo, violentamente expulsos das terras nas e das quais viviam.

Assim, historicamente, o camponês foi obrigado a constituir as relações que lhe assegurassem os meios de reprodução, dando uma importante contribuição social, pouco ou nada reconhecida, participando marginalmente dos processos políticos e, portanto, das estruturas de poder. Nesse sentido, pode-se dizer que o camponês brasileiro formou-se nas contradições impostas pelo avanço do capitalismo e na exigência pela força de trabalho. E, segundo Martins, este estava excluído das relações de propriedade, sem estar excluído da propriedade, na qual seu trabalho foi essencial ao equilíbrio social, político e econômico do país, estando, portanto, incluído de forma marginal.

Pode-se afirmar então que a luta norteou a constituição do camponês brasileiro: a luta pela vida, pela terra, por questões que não eram diretamente suas, mas que lhe dava proteção/garantias, a luta pela participação política, contra o esfacelamento das suas relações, cultura e sua mística, a luta pelo seu modo de vida que se fundamenta no trabalho familiar e na terra. Esse sujeito que, *desenraizado*, tem na sua essência a luta pelo seu *enraizamento*, pela *reterritorialização* (HAESBAERT, 1997).

A economia camponesa está integrada à economia mais geral e, portanto, não é fechada. Contudo, sua característica principal é de produzir os víveres que fazem parte da sua cultura material (sem que lhe escape a imaterial) e a organização dessa produção influenciará definitivamente o modo de vida camponês. Em primeiro lugar, o camponês produz para o sustento de sua de família e, por vezes, produz alguns de seus meios de produção. Mesmo quando esse camponês comercializa o seu “excedente”, este o faz com objetivos bem definidos de obter os rendimentos necessários ao acesso aos bens, os quais ele não produz. Ou seja, uma das estratégias do capital para subordinar a produção camponesa, como demonstra Kautsky, foi sucumbir a produção da indústria doméstica do camponês, obrigando-o a recorrer ao mercado para vender e comprar os bens necessários ao seu consumo.

Cabe, entretanto, questionar: isso o faz menos camponês? Somente se não for aceito que, como a sociedade inteira, este também está em constante transformação. O camponês contemporâneo torna-se um outro camponês (em relação àquele já desmistificado por Kautsky), capaz de absorver informações e técnicas novas sem perder a condição de adaptação dessas à sua realidade. Este, inclusive, vê-se obrigado a constituir novas relações, uma vez que as suas relações tradicionais vão-se desmantelando ao logo do tempo e se reconstruindo em um outro patamar e em outro regime de produção que tende a submetê-lo e fazer-lhe refém.

Como visto anteriormente, o camponês tem suas bases no trabalho familiar na terra, na coletividade intra-familiar e nas relações inter-camponesas. Essa é a característica identificada desde o camponês clássico até o camponês contemporâneo e que é explícito no Tapera.

Conforme já afirmado, a família é a base para ampla produção camponesa, na relação com a terra e com os elementos “disponíveis” na natureza. Neste sentido, ganha centralidade para o camponês o acesso a terra e seu domínio como *território*. No Assentamento Tapera foi (e é) no território que o camponês funda sua produção mais geral e, nele constrói sua identidade que, a este está ligada; *atrelada*. Neste sentido a observação do conceito de território, como categoria de análise, coloca-se como necessidade de busca da identificação das (im)possibilidades da vida camponesa no Assentamento Tapera.

O espaço contém o território, na medida em que as relações e as apropriações se definem. O território resulta da produção humana do espaço, mas, não tem equivalência com o mesmo. Como afirma Claude Raffestin

“o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que o envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço, já é uma apropriação”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144)

São as apropriações, de toda ordem, que se realizam no espaço que definem um território e suas especificidades. O fato que seja território definido pela disputa de forças, pelo poder, não exclui deste a condição de comportar o uso, onde as particularidades e minúcias da vida se instalam e se reproduzem. Para Claval (1999), o território integra uma dimensão natural (a de suporte), sociopolítica (tem relação com a tendência de controle ou apropriação do espaço) e uma dimensão cultural (se reveste de uma carga simbólica para os indivíduos ou grupos que se apropriam dele tendo nele, sua base

identitária). É, assim, fruto de uma relação de poderes, portanto: disputado, apropriado, ameaçado, povoado, explorado.

“(…) falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham”. (CLAVAL, 1999:11)

Nesse sentido, *os problemas do território e a questão da identidade* estão ligados intrinsecamente, definindo os grupos identitários. E ainda que, em alguns casos, esses grupos tendam ao isolamento, este é irrompido pela dinâmica socioespacial. Para Paul Claval

“cada grupo pode se desenvolver num espaço em que ele se livra dos riscos de poluição de que o outro é portador. Mas tais situações seriam insustentáveis sem ordenamentos (aménagements), pois elas tornariam impossível todo contato e todo intercâmbio entre os grupos: elas condenariam a humanidade a viver somente sob o signo da hostilidade ou da indiferença. A trama dos territórios é, portanto, interrompida por movimentos de status duvidoso, mas onde os grupos se encontram, ou por lugares neutros onde as relações se tornam lícitas - os mercados com freqüência desempenham este papel, que pode também ser cumprido pelas áreas cerimoniais ou pelas peregrinações.

O suporte territorial das identidades não precisa ser contínuo e de um único bloco quando a construção do eu e do nós é menos frágil e não é ameaçada de dissolução ao menor contato: o que conta em tal caso é a dimensão simbólica de certos referentes espaciais, lugares de culto, túmulos de ancestrais. A territorialidade se exprime mais em termos de polaridade que de extensão. Nada se opõe, neste caso, a que os grupos de identidades diferentes se justaponham ou se imbriquem: sua co-habitação não provoca problemas de natureza política e religiosa na medida em que cada um dispõe de pontos de referência que o vincula a uma porção do espaço. As sociedades tradicionais oferecem múltiplos exemplos, no campo ou na cidade, de mosaicos territoriais estáveis.” (ibid : 17)

Haesbaert (2006:121), por sua vez, define território como: o resultado de uma relação desigual de forças, mas que não se encerra nelas. Nessa relação estão envolvidos o *domínio* e o *controle* (político e econômico do espaço) além da sua apropriação simbólica, sejam eles conjugados e reforçados, ou, separados e articulados de maneira antagônica. Para esse autor, o domínio do espaço tanto pode desencadear o fortalecimento de diferenças, como pode dar as condições para uma relação mais harmoniosa, dependendo do conjunto de forças e interesses que se relacionará com este espaço – portanto a relação com este espaço é o que lhe daria o sentido de território.

Haesbaert (1997) esclarece que, como colocou Lefebvre, apesar da *separação entre a apropriação e a dominação do espaço* imposta pela *história da acumulação*,

estas deveriam ter aparecido juntas. E por não o ser, a classe *dominante* acaba por acumular vantagens a seu favor.

“A reapropriação dos espaços, premente nos nossos dias, envolve aquilo que denominamos processo de reterritorialização em seu sentido pleno. Temos assim, no conceito de apropriação tal como definido por Lefebvre⁷⁸, um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente ‘funcional’, e uma dimensão simbólica efetiva. A dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar”. (HAESBAERT, 1997:41)

É ainda este autor que afirma que, para apreendermos a dinâmica de um território, é necessário que tenhamos em conta importantes elementos que o definem, como as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas. Um território tem na sua gênese o comportamento humano em uma determinada porção do espaço e que se define conforme as relações ali construídas. Ao se estabelecer, um determinado território é compreendido como tal diante das relações de poder entre um grupo (socioterritorial) que lhe dá origem de acordo com outros grupos externos ao primeiro. É no território, na sua condição de *território-lugar*, que se conformam as identidades.

O camponês norte-mineiro culturalmente adaptado às condições naturais com as quais construiu todo um saber ligado às características e especificidades do território, que lhe confere identidade (HAESBAERT, 1997), tem seu modo de vida, sua linguagem e seu ritmo ligados e atrelados ao lugar que se constitui como seu território. Território esse que não é só constituído pelas disputas, controle e exploração, mas também por saberes, costumes, enfim, pela *práxis*, num aprofundamento do conhecimento da/na natureza que se impõe aos grupos sociais e cobra-lhe reação. O que, em grande medida, é perdido (ainda que parcialmente) quando a racionalidade da modernização capitalista se impõe engendrando uma ordem outra que desarticula e desconsidera as *forças produtivas e relações de produção* que lhe são conflituosas.

Dessa forma, quando a monoprodução se instaura nos espaços onde vivem *povos tradicionais* (quilombolas, indígenas, camponeses) que têm uma relação mútua com a natureza, algo de estrutural é rompido, o conteúdo do território é confrontado, impondo a esses povos uma nova adaptação, conflituosa na maioria das vezes. Para Mazzeto Silva, *“o modo de vida e de produção desenha um ordenamento territorial próprio, resultante de uma interação entre cultura e ambiente, que escapa da subordinação às lógicas modernas mercantilistas, reducionistas e homogeneizadoras.”* (Silva, 2006:107). Contudo, a racionalidade modernizadora dos espaços desconsidera a

⁷⁸ LEFEBVRE (1986).

existência dos territórios e das identidades a estes relacionadas, tendo em conta uma produção do espaço adequada aos processos globais de produção.

A riqueza do modo de vida do camponês extrapola as concepções economicistas, conceitos de fundo ideológico que questionam sua existência e que tentam, em vão, enquadrá-lo e exterminá-lo, prejudgando o seu fim⁷⁹. O modo como este se organiza, luta, r-existe e permanece esclarece sua capacidade em lidar com a terra para além de sua condição produtiva de víveres. A *lida* com a terra, e com as coisas da terra, dá o sentido do ser camponês e se reproduzir enquanto tal, “*transcendendo, dessa forma, à acepção da terra como objeto de trabalho para, então, assumir a expressão de uma moralidade que se realiza no plano ético*”. (BEDIM, 2007:107). Nesse sentido o camponês tem com a terra uma relação de afetividade, como esclareceu Mendras, e a partir dessa relação promove sua reprodução no sentido mais amplo e rico.

3.1.2 – Breve resgate histórico-geográfico da constituição do *camponês norte mineiro*.

O objetivo que aqui propomos é buscar compreender o camponês do Assentamento Rural Tapera, inscrito no Norte de Minas Gerais. Como método de análise, partimos da descrição da paisagem, de como esta se manifesta, com o objetivo de alcançar sua essência. É Henri Lefebvre quem nos revela a riqueza da paisagem, como “porta de entrada” para a compreensão dos fenômenos e contradições que se encontram nos fundamentos de determinado processo que a paisagem revela: “(...) *cada elemento residual (do ponto de vista da potência construída em mundo) contém [algo] de precioso e de essencial*” (LEFEBVRE, 1967:68. Grifos nossos).

Objetiva-se assim, a partir da descrição do Tapera, desenvolver a reflexão sobre o território e a identidade camponesa nele constituída. Tendo-o como fundamento, para compreender tal identidade na territorialidade mais ampla, qual seja a do Norte de Mineiro, rico em especificidades que o caracteriza, mas cuja representação socialmente construída se estabelece muito aquém do que comporta aquele território.

Nas pesquisas que consideram o Norte Mineiro para além desta representação, emerge um espaço rico, inclusive em antagonismos. É neste contexto que se insere o

⁷⁹ Sobre esta discussão ver Larissa Mies Bombardi - GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117, 2003.
disponível in <http://www.cchla.ufrn.br/geoesp/arquivos/artigos/ArtigoAmbienteAgricultura.pdf>

trabalho de Dayrel (2000), cuja pesquisa revela (e espacializa) povos do Norte Mineiro que, a partir de sua intrínseca ligação com o lugar, conformaram culturas específicas, sendo esta, certamente, uma das riquezas desconsideradas na representação acerca do Norte de Minas e que, no limite, se situa na modernização (im)posta para aquele espaço. .

De fato, no curso desta pesquisa, direta e indiretamente, foi possível conhecer esta riqueza, expressa na e pela cultura dos grupos que, camponeses, são muitos, pela diversidade das relações estabelecidas no e com o território/lugar, que vai desde a atividade extrativista, passando pela *agricultura*, artesanato, até as práticas de manejo, que em última instância, revelam a renovação das práticas pelo reconhecimento de novas necessidades, como a da preservação ambiental.⁸⁰

Ainda que orientada por uma nova questão, qual seja a ambiental, a inscrição desta se dá pela mobilização do conhecimento acumulado por gerações, neste sentido cultural, que se adapta às novas necessidades colocadas. Mas que, apesar de nova, é fundamentalmente orientada pela reprodução da vida nos termos histórico e culturalmente construídos. O que não se faz possível sem o estabelecimento do equilíbrio entre as necessidades da terra (ou do ambiente como um todo) e do trabalhador. Neste sentido, o que há e que é mobilizado é o conhecimento do *senso comum*, derivado da partilha entre aqueles que o produzem e o acumulam e que dele se beneficiam renovando-o, porque a ele se acrescenta a partir dos experimentos novos e interpretações diversas que, nos termos de José de Souza Martins (2008:51-58) se ergue e opõe-se ao crédito único e exclusivo do conhecimento científico. E, no caso do Assentamento Tapera, revela-se como um de seus pilares de resistência.

Não apenas o camponês do Norte de Minas, mas aquele que existiu em todo o Brasil teve como herança os saberes de tribos indígenas, de parte dos europeus (especialmente portugueses e bem mais tarde outros como os italianos na migração de fins do séc. XIX início do séc. XX) e de indivíduos e grupos vindos de várias regiões do continente africano. Conhecimentos que, integrados e “adaptados”, resultaram no saber do camponês brasileiro, a partir da adequação destes saberes às variadas condições ambientais existentes neste país.

Essa convergência de técnicas e conhecimento e tudo mais que vinha consigo deveria ser re-elaborada e adaptada às exigências, necessidades e condições do grupo social e ou unidades produtivas e, portanto, cada *lugar* contém um pouco dessa *amálgama* cultural. Contudo, cada cultura, fruto do acúmulo das atividades sociais –

⁸⁰ Pela própria importância que a discussão ambiental se insere no Tapera, também consideraremos a reflexão acerca da forma e também do conteúdo que a chamada ambiental se inscreve no Tapera.

relações entre seres humanos - a práxis, a repetição criadora – inerente à educabilidade (na relação pai e filho, mestre e aprendiz... a superação) a *mimésis* e a capacidade criadora do homem em relação à natureza -a *poésis* (LEFEBVRE, 1967:62-68) constituiu-se com as suas especificidades e riquezas na diversidade. Certamente o camponês do Nordeste do Brasil se diferencia do camponês do norte mineiro, ainda que um contenha muito do outro.

O Norte de Minas não se configurou, até os anos de 1970, em espacialidade central da modernização espacial sob a égide da moderna racionalidade econômica, sendo que não foram estabelecidas atividades produtivas centrais para a economia brasileira. Todavia, foram estabelecidas ali atividades marginais a esta modernização econômica, ainda baseada em relações arcaicas, que tiveram influência sobre a organização social e política do território (GONÇAVES, 2000). Estabeleceu-se a criação de gado, que por sua vez remonta ao período da mineração no final o século XVIII (principalmente na bacia do rio Jequitinhonha). Essa forma de ocupação contribuiu para “*as bases do patrimônio cultural sertanejo*” (RIBEIRO, 2000:97), que se formaram sob a influência deste e de outros vários sujeitos do processo de ocupação e da produção do norte mineiro.

De maneira muito peculiar o sertão mineiro foi sendo ocupado por famílias empobrecidas de colonos que no contexto histórico se “fixaram” naquele território. Darcy Ribeiro (2006) ao descrever a formação do sertão com distribuição de terras baseada e extensa sesmarias afirma que

“cada uma delas com seus currais, por vezes distanciados dias de viagem uns dos outros, entregues aos vaqueiros. Estes davam conta do rebanho periodicamente, separando uma rês, como pagamento, para cada três marcadas para o dono. Assim o vaqueiro ia juntando as peças do seu próprio rebanho, que levaria o para zonas mais ermas, ainda não conhecidas, nem alcançadas pelas sesmarias” (RIBEIRO, 2006:308)

No sentido de garantir sua reprodução as famílias envolvidas na criação do gado que se interiorizava cada vez mais, alcançando o isolamento, tiveram diante da atividade de lavrar a terra, a possibilidade não apenas de reprodução de sua vida à margem daqueles processos exploratórios dos engenhos, bem como, se ocuparam de, na relação com a natureza, produzir um novo modo de vida (ibid:308-309). Se, por um lado foi uma condição marginal, por outro, pelo fato de não estarem no centro das ações modernizantes do espaço, tiveram a condição de se reproduzirem, a partir de sua própria condição que naquele território foi camponesa, e assim lavrar a terra e desenvolver amplamente suas atividades.

Formou-se assim, entre as grandes extensões de terras (as fazendas criadoras de gado “a solta”), e por vezes dentro delas⁸¹, uma territorialização camponesa no Norte de Minas que viria a se constituir numa sociedade camponesa do Norte de Minas. Entre estas, estavam as famílias que haviam sido expulsas das terras anteriormente cultivadas (com a anexação dessas às grandes áreas produtivas, fazenda, engenho, entre outros), mestiços de brancos e índios, negros “fugitivos” e “libertos”. Assim, “*em torno das fazendas de gado se constituiu uma economia camponesa baseada na agricultura, cuja produção teve, em geral, uma expressão mais local e regional*” (RIBEIRO, 2000:60). Como afirmou Ricardo Ferreira Ribeiro, o contingente negro, mulato, mestiço que foi se formando nesses territórios tinha por característica a liberdade também vivendo da criação do gado e do pequeno comércio (RIBEIRO, 2000).

Por sua vez, no século XVIII, essa ocupação das terras no sertão mineiro integrou a Capitania de São Vicente (São Paulo) ao interior da Bahia e posteriormente à boa parte do Nordeste seguindo principalmente o Rio São Francisco. Tal “integração” foi bastante necessária uma vez que o sertão mineiro constituiu-se como importante *via de abastecimento*, não por acaso, porque a principal atividade era a da criação de gado combinada com a agricultura. A ligação entre as duas regiões mais produtivas, apesar de preocupar os homens da Coroa, serviu para o abastecimento de importantes núcleos urbanos que se formavam além de iniciar uma relação do que se aproximava da formação de um mercado interno e comunicação entre “brasileiros”. Nesse sentido, o sertão norte mineiro, contém muito desses processos e participou da espacialização da nova sociedade que se constituía.

Combatido pela Coroa portuguesa devido ao contrabando das riquezas produzidas na colônia, o desenvolvimento de atividades, como a criação do gado e a fazenda da farinha, servia não apenas para abastecer os núcleos do garimpo e os núcleos urbanos que viriam se tornar nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2000:85-90).

A criação de gado, como principal atividade, serviu como base cultural de um povo, conforme ainda hoje se manifesta na reprodução da própria vida das famílias. No assentamento Tapera, por exemplo, todas as famílias possuem (ainda que poucas) algumas cabeças de gado bovino e dominam o cultivo de plantas, como a mandioca. O que significa alimento para o corpo, mas também o acúmulo do saber, da cultura, enfim. Isso pode ser percebido, por exemplo, na preocupação em se construir no galpão da associação uma “fabriqueta” de farinha de mandioca e goma (realizadas, atualmente, no interior das casas para uso doméstico e na Cooperativa Grande Sertão para

⁸¹ Principalmente na condição de agregados sob o jugo e proteção dos fazendeiros.

comercialização) que servirá às intenções econômicas do grupo, bem como às necessidades da sua culinária, parte importante da constituição cultural dos camponeses do Tapera. Essa é uma atitude que se apresenta como forma de aproveitar como fonte de rendimentos um saber histórico derivado das condições do lugar.

A mandioca⁸², planta nativa domesticada pelos grupos indígenas do *tronco Tupi*, pode ser armazenada no próprio solo durante meses no período seco e, na forma da farinha e da goma nos meses chuvosos (RIBEIRO, 2006:28). Muito significativo é o fato de estar o hábito da farinha associado ao Norte e não ao sul, sudeste ou norte do Brasil ou, ao Norte de Minas e não ao sul ou regiões centrais do estado de Minas Gerais.

3.2 – “O cerrado que era de bicho e de gente, ia virar de eucalipto”.

Ribeiro (2000) destaca que a paisagem do sertão, de um modo geral, foi profundamente transformada ao longo da formação e produção do espaço da *sociedade sertaneja*, mas lembra que nada se compara com o período pós-construção de Brasília, que viabilizou a construção de eixos viários, em torno dos quais se daria a modernização do espaço, de acesso à capital federal.

A partir daí estavam postas a primeiras condições para a reprodução capitalista do espaço no domínio do cerrado como um todo que, inicialmente se constituiu no bojo da formação de um pólo siderúrgico, sendo que as “árvores baixas e retorcidas” do cerrado serviram como base energética. E, após a retirada destas deu-se a inserção do “*pau que nasce certo*”, de grande porte, mas de impacto de mesma proporção, o eucalipto, base do carvão vegetal produzido para as siderurgias instaladas, inicialmente, no Leste, Nordeste Mineiro (OLIVEIRA, 2007).

No bojo deste processo, as áreas de cerrado foram transformadas na *nova fronteira de expansão agrícola*, principalmente para a agricultura monocultora de exportação, a “modernização” da criação de gado e, principalmente, no Leste e Norte de Minas, no monocultivo de espécies arbóreas (eucalipto e pinos) para a produção de carvão e celulose.

Embora diversos estudos já tenham apontado, torna-se necessário reafirmar o impacto sócio-ambiental causado pelo processo de modernização anteriormente descrito. Ainda que seja de grande relevância, o escopo desta pesquisa não contempla a análise dos impactos ambientais, sendo este considerado na medida em que ajuda a compreender o processo de desestruturação social causado no bojo da modernização do espaço. Uma boa medida do impacto desta modernização pode ser dada pela

⁸² Mais adiante retomaremos essa discussão sobre a importância da mandioca na cultura do camponês norte mineiro do Tapera.

redução da vegetação nativa: em quinze anos de intensa exploração, houve a redução de 37% da vegetação nativa (RIBEIRO, 2000:98). Os novos termos que orientavam a ação era o da concentração de terras e da renda, ancoradas, por sua vez, na expulsão dos pequenos agricultores em um processo de reterritorialização do capital por meio dos grandes projetos de desenvolvimento, muitos deles diretamente engendrados pelo Estado.

Estas intervenções (e os impactos delas resultantes) provocaram reações diversas. Dentre elas, cabe destacar, o interesse acadêmico, de onde resultou considerável produção intelectual que, entre outros, também se ocupou de investigar o alcance destes impactos sobre o meio ambiente, mas também sobre os grupos sociais que habitavam a área, objeto desta modernização. Também pode ser entendida como reação à reflexão que este processo causou para aqueles envolvidos (e vitimados) diretamente no processo expropriação sobre o sentido das suas existências, condição que para muitos significou a construção de novas possibilidades.

Associada a isso, a magnitude do processo chamou a atenção de determinadas instituições, como a Comissão Pastoral da Terra, e Organizações não governamentais que se constituíram em importante apoio para os expropriados ou aqueles em via de expropriação. Pode-se dizer ainda que, pela expulsão ou pela ameaça desta, foi possível construir ou atribuir um novo conteúdo no processo de reprodução dos envolvidos e ameaçados, em que, ainda que circunscrito em precariedades, catalisou (ou colocou como única alternativa) a constituição destes indivíduos em agentes na definição de sua existência e do seu destino.

A pressão extremada fez gestar naqueles camponeses o sentido político da sua “questão”. Assim, a luta que se deu a partir da ruptura do cotidiano, quando a definição das condições da própria reprodução tornou-se inviável, o que possibilitou se construir uma nova saída com um novo sentido (MARTINS, 2008:57). Nesses termos, pode-se também afirmar que o cotidiano, além de carregar em si algo cuja aparência é de banal, repetitivo ou rotineiro, pode trazer a riqueza da realização do possível, do poder criador que dá significado às coisas (ibid:51-57).

Quando a impossibilidade de sua realização como tal se colocou para o camponês sertanejo, este se articulou em um movimento de resistência pelo direito de (re)existir. Concomitante às novas estratégias de espacialização do capital, ocorreram também as lutas camponesas, de caráter político e, a partir da aproximação das diversas lutas, também de caráter mais articulado. Dona Dina, camponesa do Tapera, relata que ao perceberem que estavam lidando com forças muito superiores às que eles podiam combater sozinhos, *“o jeito foi ir atrás de quem pudesse ajudar nós. A gente estava... via que era luta grande, que eles estavam querendo era isso tudo aí virar*

*eucalipto. O cerrado que era de bicho e de gente, ia virar de eucalipto. A gente tinha que lutar era pra não morrer mesmo*⁸³.

De certo modo, as contradições latentes, mas acomodadas, no campo brasileiro foram mobilizadas no movimento da reprodução capitalista do espaço. O novo espaço produzido, modernizado, desestruturou relações arcaicas vigentes na antiga Fazenda Tapera (como a prática da parceria e formação de pastos) ocasionando, por sua vez, novas contradições sem, necessariamente terem superadas as antigas. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas propiciou ao capital uma outra produção do espaço que excluiu (o que não significa que não pudessem ser reincorporadas em outros termos) as relações de produção que se desenvolveram em um contexto anterior ao novo estágio das forças produtivas.

Assim, pode-se afirmar que no Norte de Minas Gerais, as ações de luta camponesas se inscreveram no processo de luta contra as conseqüências dessa reconfiguração espacial ocasionada pela modernização que só possibilitava a inclusão no processo produtivo de forma marginal. Neste contexto, parte considerável das antigas fazendas de criação extensiva de gado foi redefinida a partir de sua compra por empresas e/ou empreendedores, interessados principalmente no plantio do eucalipto, a partir da década de 1970, quando as condições e os incentivos governamentais, aliados às condições geográficas tornaram propícias tal expansão. Foi também neste contexto que a antiga fazenda Tapera tornou-se propriedade da empresa SICAFE, cujo objetivo, naquele espaço, foi e ainda é, o de produzir carvão para Siderurgias instaladas em Sete Lagoas, MG.⁸⁴ Portanto, estava posto um elemento perturbador das antigas relações de produção impondo, a todos aqueles envolvidos, uma nova reestruturação em relação ao novo contexto histórico econômico.

Com a expansão do plantio dos eucaliptais naquele território, os povos que viviam das suas atividades produtivas nas condições anteriormente postas, viram-se em condição limite, que apontava para a fragilidade de sua condição frente a nova racionalidade que envolvia a propriedade da terra.

A Fazenda Tapera foi um exemplo deste processo de reprodução do espaço sob a égide da nova racionalidade modernizadora. Foi uma das propriedades refuncionalizadas (entre aquelas cuja atividade principal era criação extensiva de gado, que demandava grande emprego de força de trabalho - parceiros, agregados, posseiros e assalariados), para o plantio de eucalipto, que demandava terras "limpas", inclusive, destes trabalhadores.

⁸³ Dona Dina, março/2009.

⁸⁴ Como afirmado no seu sítio eletrônico - www.sicafe.com.br , visita em 05/02/2008.

3.3 – A agri-cultura como realização do possível.

Distante dos centros de desenvolvimento econômico aquele território teria que ser construído a partir do que lhe era precário. Portanto, na origem o sertanejo do Norte de Minas nasce da superação. Como afirmou Carlos Walter, “*A região teve que forjar suas próprias condições de autosustentabilidade*” (GONÇALVES, 2000:22). Se por um lado no período colonial essas precariedades pressionaram o sertanejo, por outro, pela impossibilidade de fiscalização direta da metrópole, foi facilitada a posse da terra por quem não a podia ter formalmente.

Além dos grandes fazendeiros que se instalaram na atividade de criação de gado e, acabaram por se constituir em grandes latifundiários, instalaram-se também inúmeras famílias de agricultores pobres que, fugindo da seca ou dos cativeiros, encontraram naquele território as possibilidades de reproduzirem. Esses agricultores camponeses trouxeram consigo uma gama cultural e, no contato com os conhecimentos de representantes de outros povos, formaram uma riqueza cultural que se caracteriza principalmente pela diversidade. Houve uma construção de uma diversidade tanto em relação às atividades quanto em relação à alimentação. Na estrutura produtiva do camponês do sertão norte mineiro a riqueza diversa do *regime alimentar* teve seus fundamentos na relação com a natureza.

O delicado equilíbrio dos sistemas ecológicos exigira uma relação de mútuo respeito. Para que o agricultor se reproduzisse naqueles termos o equilíbrio na exploração dos recursos naturais deveriam pautar suas técnicas e práticas. Ao longo do tempo a compreensão sobre a natureza levou esses povos a encontrarem os significados da riqueza do/no Norte de Minas e fazer do domínio dessa riqueza seu modo de vida. Desenvolveu-se, nas brechas da cultura dominante – da criação de gado, uma cultura do plantio que Gonçalves chamou de *agri-cultura*, por se tratar de uma cultura que se desenvolveu se enriqueceu assentada nas práticas agrícolas.

Esses povos apreenderam o regime da natureza e, a partir dele desenvolveu conhecimentos e habilidades que lhes garantiu a existência. Essa apreensão possibilitou que o camponês-norte-mineiro identificasse o comportamento da natureza e se reproduzisse em sintonia com a mesma. Passou a separar e preservar sementes de espécies que mais se adaptavam ao clima e solos, a selecionar ervas e frutos nativos como complemento alimentar e uso farmacêutico, enfim desenvolveu uma cultura em torno das possibilidades da sua reprodução.

Esse conhecimento, repassado, acumulado entre gerações deu a ele condição de construir uma identidade, intimamente ligada ao território às questões do lugar.

Sejam *caatingueiros, vazanteiros, barranqueiros, chapadeiros ou geraizeiros*, estes, em estreita relação com as condições ecológicas, produziram em um peculiar modo de vida. O camponês do Norte de Minas aprendeu a conviver com os limites que os elementos climáticos lhes impuseram e a fazer desse limite um aliado na construção de um conhecimento e na seleção e aprimoramento de espécies resistentes e adaptadas às condições. Se havia um limite para ser superado, a escassez da água em longos períodos, graças a este, o cultivo da cana de açúcar não dominou o território, se a chuva era escassa, muitas áreas eram férteis e com um pouco mais de cuidado e atenção, poder-se-ia aproveitar essa fertilidade das terras e a água disponível.

3.4 - A Fazenda Tapera no contexto da modernização do espaço.

A Fazenda Tapera, de propriedade de Alcebino Santos - o "Major", conforme dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA era ocupada por 41 famílias, dado que varia de acordo com os antigos moradores que afirmam que no "tempo do Major" moravam cerca de mais de 50 famílias. Segundo Tonho de Jovita, "*outros ficaram: ficou Deosvaldo e Geraldo Rodrigues lá no Mandacaru e ficaram ainda treze famílias, entre Lobeiras e Sete Voltas. Quinze no total, inclusive contando os do Mandacaru. Trinta e nove vieram para o assentamento*"⁸⁵.

Independente do número preciso de famílias, todas trabalhavam para o Major e viviam nas terras da Fazenda Tapera. Por sua vez, as relações de trabalho eram relativamente controladas pelo proprietário da fazenda pela "fiscalização" direta, mas também indireta, possível pela presença do "tomador de conta", mas, principalmente, pela internalização, pelos trabalhadores, da obrigatoriedade do cumprimento das suas ordens dadas. Ao que tudo indica, este período era também tempo de incertezas, não só do alimento produzido nas terras do Major, do trabalho em outras propriedades, que permitira auferir rendimentos capazes de suprir os gêneros mínimos de vida:

(...) porque antes, a gente vivia era trabalhando, a trancos e a barrancos. Um dia aqui, outro aculá, outro aqui outro aculá para ganhar o pão de cada dia, né, era difícil, né? Deus deu a vitória de viver com os pais da gente até que... Deus chamou. Mas de primeiro era assim: era, hoje era trabalhando para mim, amanhã para fulano, depois para cicrano, depois pelejando para arranjar um emprego. Um dia de farinha, um dia de feijão, outro dia de arroz. Para aqueles que tinham. Não era todo mundo que tinha isso, né?
(Dona Dina, dezembro/2007).

⁸⁵ Tonho de Jovita, dezembro/2007.

Pelo relato da Dona Dina é possível perceber a condição precária a que estava submetida parcela considerável daqueles moradores⁸⁶. Inicialmente, tal precariedade pode parecer incompreensível, na medida em que eram cerca de 50 famílias em uma área de mais de 18 mil hectares, vivendo do cultivo de alimentos. Porém, tal incompreensão é apenas aparente. Para entendê-la é necessário refletir sobre a forma, as condições e o conteúdo do trabalho destes camponeses.

A maioria das famílias, com o emprego da força de trabalho de todos os membros, direta ou indiretamente, sob regime de parceria, deveria plantar e, após um pequeno período (duas ou quatro colheitas no máximo) era obrigada a mudar de área deixando o pasto formado. A área dos cultivos destinados às famílias era quase que o quintal das casas erguidas normalmente pelas mãos dos seus moradores. A produção, além de muito restrita, por vezes era entregue ao “Major” fosse por cumprimento da meia, terça parte, era entregue em troca de outros produtos, trazidos pelo proprietário, os quais os trabalhadores não tinham o direito ou condição de produzir.

Esse foi um controle exercido sobre as famílias para que essas se tornassem cada vez mais dependentes das relações com o proprietário da fazenda. A estratégia consistia em impedir que estes, ao alcançar boa quantidade na produção, se vissem fortalecidos para criar algum tipo de autonomia ao mesmo tempo em que produzia nos moradores da Tapera o endividamento que os mantinha em condição sempre precária na relação existente. Havia ainda o privilégio: ao destinar terras pequenas para o cultivo pessoal, o Major criava as condições que possibilitava produzir os “privilegiados/protegidos do major”. Os protegidos, entre outras, cumpriam a função de serem “o olhar” do fazendeiro.

Podemos perceber por meio do fragmento do que foi dito por dona Dina, que por vezes era necessário o exercício de um sobretrabalho em outros lugares como forma de atender as necessidades mínimas de vida. Necessidade esta advinda, em grande medida, dos limites impostos ao direito de cultivo, e por conseqüência de criação dos animais que, no limite possibilitaria aos agregados condições mais apropriadas para o sustento básico da família.

No entanto, dentro das precariedades que estas condições de vida comportaram, a Fazenda Tapera tinha para estes moradores a condição de lugar, de território, que

⁸⁶ Segundo o que contam os camponeses do Tapera havia uma divisão interna na fazenda: entre aqueles que cuidavam do gado – os vaqueiros - e os trabalhadores das outras funções. Aos vaqueiros e suas famílias estavam postas condições especiais como área maior para o roçado, enquanto para os trabalhadores de funções como a do roçado, plantio de roças para a fazenda, entre outras, as condições estavam bem mais limitadas, inclusive com a vigilância e denúncia de alguns dos primeiros.

eles conheciam, dominavam e reproduziam a sua vida, como pode ser observado na afirmação de Joaninha

“Era aqui que a gente vivia, aqui a gente sabia onde tirar uma pindoba, um carrasco, onde fazer uma roça, as frutas do mato, um remédio. Tinha que lutar. Não foi fácil não, a diferença é que a gente conhecia os atalhos. Os homens que eles mandavam pra por medo em nós, passava e deixava os colchetes abertos, a gente passava fechando e corria por dentro, já ia avisando todo mundo pra onde que eles estavam indo, juntava todo mundo. Quando eles iam pra casa de outro companheiro, eles tinham que parar o carro pra abrir os colchetes que nós fechamos, perdia tempo, quando eles chegavam querendo derrubar casa, cerca o que fosse, já estava todo mundo reunido, porque a gente passava pelas trilhas, pelo mato, era rio cheio, mas chegava primeiro. A gente tinha que ter força, se não a gente perdia e, isso aqui é o que a gente conhecia, se perdesse, como é que ia fazer?” (Joaninha, março/2007)

Nesse sentido, desenvolveram suas atividades e se reproduziram, de maneira rica, para além dos limites impostos pela condição que lhes impunha a propriedade privada e pelas relações construídas com o proprietário das terras e ainda pelas condições naturais específicas daquele lugar. Riqueza que pode ser percebida hoje pelo domínio e conhecimento do cerrado e da capacidade de dele “retirar” sabiamente os elementos que compõem suas histórias, seu saber: saber reconhecer o que remédio e o que é veneno, o que entra na dieta alimentar e o que é para roçar e o que é planta para deixar crescer. Saber e cultura que se formaram na produção de um espaço que contém o tempo (LEFEBVRE, 1986) que, no limite, é o da reprodução da vida daquelas famílias.

Para alguns, o lugar significava (como ainda significa) parte de sua própria vida. Tais camponeses, que hoje estão assentados no Tapera, *nasceram e se criaram* na Fazenda Tapera. Mas quase todos relatam que seus pais e avós viveram ali toda uma vida. Essas informações podem ser atestadas pelas anotações do INCRA⁸⁷ quando da relação dos (das) chefes de famílias que pleiteavam o reconhecimento do seu direito às terras. Quando perguntados sobre a idade e o tempo de moradia nas terras, por vezes as duas datas eram as mesmas como veremos na tabela 05.

Mas se pela história e descendência dos atuais moradores do Assentamento Tapera se é possível perceber que lá estão há mais de um século, neste período a propriedade e/ou posse efetiva da terra mudou de mãos muitas vezes e, de acordo com os relatos dos moradores como registrou o INCRA.⁸⁸

“Segundo o Sr. Chico o primeiro fazendeiro foi Saraiva, ainda no tempo da escravidão. Depois veio o tal João Figueiredo, ‘sujeito muito enxada, tinha muitos jagunços e mandava matar’. Em seguida passou para o Júlio

⁸⁷ INCRA - Processo de obtenção do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras (ou Assentamento Tapera) nas folhas 09 e 10 – arquivo interno.

⁸⁸ INCRA (2003) **Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária** (Contrato de Empréstimo nº1248/OC-BR) – Plano de Consolidação do Assentamento - PCA Tapera, documento interno dos arquivos do INCRA.

Guimarães, baiano, casado com D. Oliva, a quem todos chamavam de laiá. Antes de morrer passou para o seu irmão, José Guimarães, tratado por Juca. De Juca passou para D. Clarice, a viúva, que depois casou com Dr. Carlos, o agrimensor. Foi este agrimensor que mediu a fazenda, na época da demarcação e ajudou a ampliar os limites da fazenda que passou a medir 20.482 ha. O Major, foi o último dono, antes de vender, em 1988, para a Sicafe. (INCRA 2003:20).

Em cada mudança de dono os camponeses não saíram da terra, sendo que lá permaneceram mesmo que a terra fosse vendida, como se fizessem parte do patrimônio da fazenda, sendo que muitas vezes sequer sabiam do processo de venda, conforme relatado por muitos moradores. Como as atividades econômicas desenvolvidas na fazenda requisitavam força de trabalho (a qual era originária desses camponeses *agregados* à fazenda), estes eram, como a terra, repassados de um proprietário a outro. Assim foram sendo vendidos juntamente com a terra, o que por um lado os “coisificavam”, na medida em que lhes atribuía o sentido de *coisa*, como se fossem parte da fazenda. Porém, por outro lado, também revela o que estava implícito: o vínculo no e com o lugar, que revelava que se pertenciam ao lugar, este também os pertencia, condição em torno qual se organizaram e lutaram. A tabela seguinte demonstra os camponeses registrados pelo INCRA quando da vistoria em 1986 para desapropriação de parte da Fazenda Tapera.

TABELA 05 – Tempo de moradia de camponeses da Fazenda Tapera em 1986 ⁸⁹.

<i>Morador</i>	Idade	Tempo de Moradia
Sebastião Silva	28	28
Antônio O. Silva	25	25
Joaquim Barbosa dos Santos	35	35
José Borges da Silva	66	66
João Borges da Silva	42	42
José Ferreira dos Reis	55	55

Fonte: INCRA (1986:9-10)– Processo de Obtenção do Assentamento Tapera.

Entre os elementos importantes nesta tabela é possível perceber, pela repetição dos sobrenomes Santos e Silva, a forte ligação de parentesco existente no Assentamento Tapera. Entre as famílias mais jovens e aquelas compostas pelas pessoas mais velhas, está clara a relação entre tios e sobrinhos, irmãos e primos. “*A origem da maioria dos moradores vem de três famílias que moravam no Lobeiro, Mandacaru e Tamanduá. O*

⁸⁹ Nesse caso optamos por registrar apenas os moradores os quais tinham coincidência entre a idade e o tempo de moradia. Uma característica que aparece entre os nomes cadastrados os sobrenomes ‘Silva’ e ‘Santos’ representam juntos 65%, aproximadamente, do total do cadastro.

*Senhor Chico*⁹⁰, negro, com 83 anos, era o mais velho, cujos pais e avós nasceram na fazenda com origem ainda no tempo da escravidão”. (INCRA, 2003:20)

Apesar de não serem apenas famílias parentas (porque na sua constituição o Tapera acolheu outros camponeses das suas relações, uma vez que muitos dos que estavam nas terras da fazenda não terem saído das suas casas para encampar a luta e outras optaram por saírem da fazenda em direção à Riacho e outras cidades vizinhas) nota-se um predomínio das relações de parentesco que se constituíram ao longo da história daqueles camponeses e as que se constituem, atualmente, com as novas uniões entre pessoas de famílias que já estavam historicamente instalados ali e famílias ‘acolhidas’⁹¹ no assentamento. Alguns exemplos dessa acolhida podem ser observados, como a chegada do Custódio morador atual do Tapera que conta:

“Então, através disso eu contribuía, porque fui coordenador de comunidade também, religiosa, eu contribuía com a luta deles, às vezes, tanto no movimento aqui, como às vezes fora, por exemplo, eu lembro que a gente teve uma caminhada em Porteirinha, no dia do Trabalho, sabe? Denunciando mesmo essa não aceitação deles como posseiros, estão era dessa forma que a gente contribuía. Até que eles venceram essa luta aqui. E aí né, empossaram as pessoas que resistiram, esse grupo que resistiu, empossaram. E aí ficou faltando alguns lotes e, em conversa com algumas pessoas da coordenação daqui, eu perguntei se eu não enquadrava. Falaram que, segundo o que eles conheciam, que enquadravam, mas, que eles iam trazer a proposta para a associação para eles analisarem a proposta. Trouxeram a proposta, analisaram aí deu que eu enquadrava e tal. Eu passei por algumas perguntas da diretoria, que eles tinham algumas perguntas, já escritas que eles faziam para as pessoas que estavam interessadas nos lotes. Aí eles fizeram essas perguntas para mim, aí eles acharam que eu era interessante de estar participando aqui”. (Custódio Camilo do Carmo, em entrevista à autora em dezembro de 2007).

Porém, a venda da propriedade ocorrida ao final dos anos de 1980 iria transformar radicalmente a relação existente entre os moradores com a Fazenda Tapera: se antes os mesmos eram “vendidos” como parte da propriedade, no momento em que ocorreu a

⁹⁰ Pai de Dona Dina, D’Ana, Joaquina e Aninha. Falecido logo após o assentamento.

⁹¹ A preferência pelo uso do termo ‘famílias acolhidas’ é pelo fato de não ter nenhuma família que more no Tapera, hoje, que não fosse conhecida e participante das relações das famílias camponesas moradoras da Fazenda Tapera, anteriores ao assentamento. A maioria *dos de fora* foi convidada a viver no Assentamento Tapera pelas famílias originárias do lugar. Portanto, quem não é parente é amigo de longa data. Como é o caso de João Franco, que aproximou dos moradores do Tapera durante o tempo em que a derrubada do cerrado para carvão ficou embargada. Ainda que se tratasse de um empreiteiro, ou ‘gato’, contratado pela SICAFE, este construiu relações com os moradores do Tapera adquirindo víveres produzidos por estas famílias, para tornar possível a sobrevivência da sua família que havia ficado sem trabalho durante alguns anos. E, devido essa aproximação, ele de origem camponesa agricultora, enquanto ‘aguardava’ o desfecho dos processos judiciais de embargos, retomou sua antiga atividade de lavra a terra (que rodeava seu rancho) obtendo o apoio dos próprios moradores da Tapera que, lhe deram e venderam semente, mudas, matrizes e ensinaram-lhe as ‘*maldades*’ para se cultivar naquelas terras. Tal relação se firmou a ponto de os trabalhadores camponeses ao se verem na eminência de assentados, convidou-o com sua família para fazer parte do grupo ocupando um lote que seria destinado a um desistente.

venda da fazenda para a SICAFE, as relações de produção que ali estavam constituídas, quase acomodadas, foram desestruturadas.

Por sua vez, esta negociação daquelas terras estava contextualizada em uma desestruturação mais ampla das relações construídas no Norte Mineiro, envolvido diretamente, a partir do final da década de 1960, na produção de carvão vegetal como energia para abastecer o complexo siderúrgico do Estado. Foi neste contexto que se deu a expansão dos eucaliptais que, naquele território, significou a nova forma de espacialização do capital.

Nas novas condições de desenvolvimento (im)postas para e pelo capital já não cabiam mais aquelas relações de trabalho até então vigentes na velha Tapera, em que a atividade principal demandava a reprodução dos trabalhadores nas terras de cultivo e pastoreio como um dispositivo de reprodução a baixo custo. Não que a atividade nova do plantio, corte e queima do eucalipto não admita relações tão arcaicas, como já demonstrou Oliveira (2007), quanto as que estavam postas na Fazenda Tapera. Mas o avanço dessa renovada espacialização do grande capital no território norte mineiro provocou a reprodução e a redefinição das estratégias da (re)existência camponesa.

Se até então os burburinhos de venda da propriedade não causava preocupação nos moradores da Tapera, a venda desta à empresa SICAFE para o desenvolvimento de outra atividade que não dependeria do trabalho daquelas famílias, trouxe para todos a incerteza quanto a reprodução nos moldes até então vigentes. Situação que, aos poucos foi colocando para eles a necessidade de se envolverem efetivamente, assumindo a condição de agentes diretos de suas histórias. De fato, tiveram a certeza de que toda a estrutura de relações da qual faziam parte seria, inevitavelmente, desestruturada. Neste sentido, foram colocados diante de uma situação limite, posto que, estava sendo violentamente quebrada uma dinâmica assentada no acesso à terra de produção, ainda que esta dinâmica não garantisse condições ideais de vida. Ainda que as famílias vivessem pressionadas pelo acesso limitado à terra e pela extremada exploração do trabalho, viviam uma relação que conheciam e dominavam seus códigos. Na iminência da ruptura dessa relativa estabilidade as famílias se viram numa situação de ameaça e, diante dela, buscaram se organizar como coletividade, embrião do qual se desenvolveria a luta pelo direito à terra.

Nestes termos, pode-se afirmar que, no caso do Tapera, a luta pela terra de reprodução camponesa teve sua origem naquilo que negou o camponês. A impossibilidade carrega em si o seu contrário e traz à tona toda a complexidade do processo. Somente a partir da provável expulsão da terra, ou seja, da negação daquilo que tinham historicamente, foi que os camponeses que já viviam condições precárias descobriram a possibilidade de se fortalecerem na e pela relação com a terra. Quando

questionaram a eminente expulsão o fizeram não apenas reivindicando que já tinham, mas o que poderiam alcançar. Reivindicaram o lugar não como *topia*, mas como *utopia*, como lugar inscrito no possível.

Toda luta é produto de seu tempo e espaço e das condições nele inscritas. E o tempo da luta da qual se originou o Tapera foi resultado da ação de diversos agentes políticos que se somaram aos camponeses. Mais que isso, que despertaram nele o embrião latente da luta. Foi neste contexto que o apoio dos mediadores que assumiram a luta juntamente com os camponeses foi de extrema importância, desde o esclarecimento sobre direitos e os trâmites burocráticos em relação às leis existentes para aquela situação, à ação direta junto ao movimento que, em alguns momentos, se questionava e se sentia enfraquecido diante de tamanha demanda. Agentes como a Igreja, na forma da CPT, que entre outros elementos, trouxe o reconhecimento do direito à “terra prometida” para o “o Povo de Deus”.

De fato, como já visto no capítulo 1, a ação da Igreja por meio da CPT foi decisiva para a existência do Tapera como lugar e propriedade de seus moradores atuais. Não só pelo poder político desta instituição ou somente pelo apoio como a disponibilização de advogados e agentes pastorais. Mas principalmente pelo uso da religiosidade do camponês do norte-mineiro, entrada pela qual se legitimou nestes sujeitos a compreensão de que eram merecedores daquelas terras, questionando e lutado contra o “direito” do fazendeiro até então internalizado. Foi neste sentido que entendemos nesta pesquisa refletir sobre o movimento de fragmentação teológico vivenciado pela Igreja Católica que, se por sua necessidade reconheceu o “direito dos pobres” foi fundamental para, por meio da evangelização, que o camponês se reconhecesse como sujeito de direitos, inclusive à terra e não somente como parte dela, da qual o proprietário poderia dispor.

Tão importante quanto a CPT foram o CAA/NM e os Sindicatos dos trabalhadores rurais de Riacho dos Machados e de Porteirinha (com envolvimento pessoal e apaixonado de alguns integrantes desses). O sindicato que lutava pelo reconhecimento do camponês como trabalhador de direitos e o CAA/NM que já trazia a concepção de que o camponês do norte mineiro só existe no e com a permanência do cerrado. Foi por este meio que a questão ambiental adentrou, na forma da agroecologia, na luta pela terra no Tapera e lá permanece atualmente. Não como natureza intocada, mas como extensão do próprio corpo do camponês e, assim, como condição de sua existência.

Mas, também como resultado do momento em que se vivia, os agentes que lutaram contra a expropriação dos camponeses do Tapera se utilizaram das ações de degradação ambiental por meio de ações ilegais da empresa, então proprietária

daquelas terras, denunciando-as, obtendo assim, não apenas o embargo da derrubada da vegetação nativa, bem como, o apoio e reconhecimento das “*entidades ambientalistas e sindicais da região*” (INCRA, 2003:21). Marcelo do CAA/NM destaca a articulação entre os mediadores e a importância dessa participação na formação e articulação da luta e formação do Tapera.

O CAA... o Tapera, como o CAA, ele nasceu com articulação dos trabalhadores rurais de Porteirinha, né, era o sindicato de Porteirinha que tinha uma articulação muito boa com a CPT (que é a Comissão Pastoral da Terra de Montes Claros) na pessoa da Zilah. E se inicia um trabalho com o sindicato de Riacho, o sindicato de Porteirinha e CPT, com essa articulação que tinha com essas instituições que surgiu o CAA, né. Uma articulação.... o CAA tinha uma proximidade com o sindicato de Porteirinha, que na época que já desenvolvia um trabalho de assistência técnica lá, de um projeto de gestão em porteirinha, tinha um grau de relação com a CPT, nessa questão da luta pela terra, né, com os agricultores tanto no baixo São Francisco, quanto no alto São Francisco e território Serra Geral de Minas. E por essa relação, essa proximidade com a CPT, com o sindicato que o CAA, ele assumiu esse desafio de se construir um assentamento diferenciado. Primeiro o CAA tinha esse... ele almejava esse desafio, né, de se construir uma proposta de assentamento diferenciado em áreas de cerrado. Era um grande desafio para instituição. E a instituição, ela tomou isso como desafio, de primeiro mostrar para o INCRA que era possível se construir uma proposta diferenciada, esse é o primeiro desafio, né? E a partir de documentos produzidos, relatórios, laudos que foram produzidos na época pelo Mazan, ele era funcionário do CAA na época junto com Dayrel, Carlos Alberto Dayrel, e a partir desses laudos que foi comprovado tanto a possibilidade de assentamento ter viabilidade econômica se criasse um assentamento aqui, o Tapera. E a partir daí começa-se a construir essas propostas técnicas, né, proposta de produção, proposta de organização, proposta de você dividir esses lotes, né. Que esses lotes, eles têm uma capacidade de suporte para garantir a sobrevivência de uma família, né? E a partir daí se começa a construir uma relação CAA e comunidade Tapera, né? Tanto nessa relação de confiança e de credibilidade com o CAA, está havendo mesmo essa confiança também no espaço externos, não é. Desde que o CAA tinha esse desafio de construir esse assentamento diferenciado, ele precisava primeiro conquistar essa credibilidade. Confiança com os agricultores. A partir daí se começasse a construir essa proposta, né, mas uma a partir de uma realidade local. Da realidade dos agricultores.

Marcelo Lopes dos Reis – técnico do CAA/NM que as atividades agrícolas e a produção entre os camponeses do Tapera – em entrevista à autora em dezembro 2007.

Tonho de Jovita, um dos camponeses que assumiram a condição de liderança, coloca que foi fundamental participação dos Sindicatos dos Trabalhadores, CAA e CPT, quando relembra que, como o Sindicato e a CPT, o CAA “*chegou mesmo junto com a luta, desde a luta, desde o início da luta. Ele já tava junto, o CAA a CPT*”(…), sendo que este (...) e depois as outras entidades afastaram mais: sindicato, CPT, a Pastoral da Terra... e o CAA ficou.”⁹²

⁹² Tonho, dezembro/2007

O reconhecimento à importância desses mediadores baseia-se, principalmente, no apoio que o movimento recebeu no momento da articulação e avanço da luta. Contudo, a presença desses mediadores no desenvolvimento das atividades agrícolas e no apoio político nas demandas do grupo já assentado faz com que estes estejam ligados a outros problemas que não os atinge, ao menos diretamente, mas, que fazem parte da luta diária do povo camponês. Há, a partir daí a renovação da consciência política e o envolvimento dos sujeitos na frente de lutas.

3.5 – A formação do Assentamento Rural Tapera.

O assentamento rural Tapera tem seu fundamento no processo de luta dos trabalhadores rurais meeiros⁹³ que, no (des)envolvimento do lugar⁹⁴, viram-se na eminência de serem *desterritorializados*⁹⁵. Para Mendras (1978) a primeira característica que se pode observar, de modo geral, no camponês é uma identificação com a terra pela emoção que, acima de tudo, ama a terra, porque, para ele, a terra para ele tem significado de liberdade.

Shanin (1980:69) afirma que qualquer que seja a sociedade na qual o camponês operar, sofrerá os reflexos das suas “*especificidades de características sociais e econômicas*”. Estes não se dissolvem, não se dicotomizam em “*empresários capitalistas e trabalhadores assalariados*” nem mesmo são “*pauperizados*” simplesmente (ibidem: 58). Persistem, transformam-se, vinculam-se ao capitalismo que os pressionam, mas não desaparecem.

⁹³ O meeiro, condição do agregado de fazenda, constituído na transição do regime de trabalho escravo para o trabalhador “livre” (MARTINS, 2004:59-75, 8ª ed.), permaneceu até meados do século XX, quando da modernização da produção no campo como uma das principais maneiras de se produzir a riqueza nas fazendas. A esses era permitida a moradia e o plantio nas terras alheias, na sob o compromisso de dividir o fruto do seu trabalho com o proprietário da terra. Essa foi uma condição imposta ao camponês que tem suas origens no início do século XIX, superando a Lei de Terras e adentra o século XX como produção da riqueza no campo (MARTINS, 1983:34-40).

⁹⁴ A agricultura familiar camponesa é profundamente inserida em um lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve nas relações de sociabilidade específica, que ultrapassam a ligações familiares e de parentesco.

⁹⁵ HAESBAERT (1997) conceitua o movimento de desterritorialização re-territorialização como resultado de uma resistência na luta permanente pela reprodução da vida. A reterritorialização segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005) ocorre a partir da constituição de um movimento socioterritorial que se constrói a partir dos processos de territorialização que pressupõe uma anterior desterritorialização. São vários os motivos que podem provocar essa desterritorialização: desde as construções de barragens e abertura de estradas (pela intervenção do Estado), até ações de particulares que se interessam por áreas “promissoras” da produção e acumulação da riqueza que ainda não tenham sido integradas ao processo de produção/exploração capitalista e que provoca a expulsão de pequenos ou de grandes grupos tradicionalmente enraizados em determinado espaço.

O camponês e suas atividades estão atrelados às relações que este constrói em um determinado espaço e nas especificidades desse espaço, obedecendo a uma trama de comportamentos definidos pela interação de forças e poder, bem como pelo uso e sentimento de pertencimento. Trata-se de um indivíduo que se reconhece no convívio social e na sua produção material e imaterial

“A agricultura camponesa tradicional é profundamente inserida em um território, lugar de vida e de trabalho, onde o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco”⁹⁶ (WANDERLEY, 1996).

Portanto, é o camponês, um ser social e histórico, que tem na sua relação com outros e com a natureza, o princípio fundante da sua existência e do modo de vida: a *ética camponesa* (Woortmann, 1990).

Pode-se afirmar, a respeito do Assentamento Tapera que o mesmo está inscrito (e, portanto, se identifica em ampla medida) no mesmo processo histórico de luta, cujo fundamento baseia-se no acesso e/ou reconhecimento social. Porém, como em todo lugar, há algo que o especifica e, neste sentido o caracteriza. Trata-se da compreensão pelos moradores da necessidade de valorização e “resgate” da cultura *geraizeira*, como fundamento de resistência. O que alicerça a importância desse resgate e valorização dos saberes camponeses construídos pelo trabalho, vivência com/na terra naquele *território-lugar*, é a busca da manutenção e resistência de uma identidade radicada no território, no lugar, capaz de construir e reforçar o sentimento de pertencimento ao Tapera. E, a partir dele, mobilizar aqueles camponeses envolvidos nos processos históricos da “*complexidade*” social. Por isso, com a consciência de que as considerações e registros que faremos serão sempre aquém da complexidade do real, passaremos a tratar dos sujeitos que constituem o Tapera.

Não é incomum, entre tais sujeitos, o planejamento das atividades do ano que compõe um calendário específico, a partir dos saberes históricos que possuem. João Franco, ao explicar qual o momento do preparo da terra para o plantio, diz que “*a fruta da cagaita não cai na poeira*”, o que para o camponês é um dos indicativos da chuva que chega. Assim, se a árvore da cagaita deu fruto é bom preparar a terra e na primeira chuva jogar a semente na terra. Mas conhecer e ler os indícios da natureza não garantia de acertos constantes. Além da primeira chuva, a que viabiliza o plantio é também necessária a segunda, depois da florada, como explica outro camponês:

“Caindo a segunda chuva, aí é sem dó, a fartura vem mesmo (...). Olha aí o feijão, ó. Se Deus mandar a chuva... olha como é que está ficando

⁹⁶ WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, Raízes Históricas Do Campesinato Brasileiro, XX Encontro Anual Da Anpocs. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, Mg. Outubro 1996 In <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoesartigos-e-trabalhosnazareth96-1.pdf>

esse feijão... Olha, moça isso aqui, agora não, porque olha para você ver, mas isso aqui só, dali até aqui e até ali assim, isso era dezesseis sacos de feijão moça! (João Tiú, dez/2007).

É do respeito às condições naturais e em equilíbrio com elas que o camponês desenvolve estratégias que lhes permitam maiores colheitas e farturas, com o plantio de sementes (principalmente de milho e feijão) de tempos diferentes de germinação. Assim, caso a chuva adiante ou atrase a colheita é garantida. Mas se a chuva falta por um ou dois anos, porque se trata de região de irregularidade hídrica, a estratégia é outra: diversifica-se o plantio de culturas, como a mandioca, o inhame, frutas etc., como garantia da autonomia alimentar. Além de, nos anos de fartura, fazer a previsão de alimentos e sementes para dois ou três anos, como forma de garantir que a escassez hídrica não seja sinônimo de escassez de alimentos. E, além destas, muitos outros saberes, como a redução de animais antes do início da estiagem, uso de plantas do cerrado para alimento dos animais, entre outras.

Porém, estas estratégias só são viáveis na medida em que o camponês pode mobilizar muitas vezes como coletividade, o conhecimento historicamente acumulado e enriquecido com trocas de saberes entre eles e quando detém autonomia sobre a terra e seu ambiente para efetivar suas escolhas. Essa diversificação faz com que se precise ter áreas plantadas com culturas mais perenes, como árvores frutíferas, áreas em *pousio*, áreas de preservação do cerrado, terras de cultura sazonais e, ainda, terras com culturas de maior longevidade, como a mandioca, por exemplo, que pode ser mantida na terra por três anos e serve de alimento tanto para o camponês, como para vários animais domésticos.

No Tapera, as atividades se concentram entre o período que precede as primeiras chuvas com o preparo da terra e em seguida o plantio, limpeza das roças e período da colheita e armazenamento. Para o próprio camponês há a percepção do aumento do trabalho neste período, como afirma João Franco:

“aqui nós trabalhamos muito é nesse período mesmo, da época de plantar até colher. Quando a gente planta na hora certa e chove bem mesmo, a gente trabalha mais. Mas, fica mais tranqüilo no resto ano. [e no restante do ano] Tem os bichos para tratar, alguma coisa para a gente olhar, mas, é bem mais tranqüilo, a gente tem mais tempo” (João Franco out./2007).

É possível perceber pela fala deste morador a relação que o camponês tem com o tempo: a divisão feita a partir das condições naturais e como o tempo de trabalho é o da reprodução da vida.

Os principais produtos de cultivo dos camponeses do Assentamento Tapera, que se autodenominam geraizeiros, são: milho, feijão (com grande variedade), mandioca, arroz amendoim, cana, abóboras, são coletores de frutos nativos como o coquinho azedo, cagaita para produção da polpa do fruto e pequi, muito apreciado entre eles, de

onde extraem o óleo do pequi usado nas refeições. E também criam animais para o consumo e “*para negócio*” como: galináceos, bovinos, caprinos e suínos. Ocorre ainda a criação de animais de tração e transporte como: mula, burro, cavalo e boi. Atividades que procuram desenvolver em equilíbrio com a disponibilidade hídrica, visto que nos períodos de seca prolongada reduzem os cultivos, bem como os animais, para novamente ampliar nos tempos de fartura que chegam junto com a chuva.

Devido à irregularidade hídrica, o cultivo da mandioca tem grande importância para o camponês. Ela é usada como gênero básico da alimentação servida cozida com café, beneficiada nas casas de farinha e dá origem à farinha de mandioca, e a goma (polvilho) que serve para fazer o biscoito de goma. E serve ainda para alimentar o gado e os porcos em tempos de secas prolongadas.

Tão importante quanto a mandioca também é o milho na vida desses camponeses. Ele serve desde para a produção do fubá para o uso doméstico, quanto para se produzir a ração para o gado, para a alimentação de suínos e galináceos. O emprego do milho tem grande importância econômica e faz parte das festas de colheitas com a “*pamonhada*” que as famílias se reúnem para fazer na época de milho verde.

Embora sejam pouco notadas, as abóboras, além de servir como alimento humano, serve como complemento alimentar importante, pois sua produção é mais abundante nos períodos que precedem as chuvas e podem ser mantidas por longo período, servindo também de alimento para animais. Já o arroz, elemento básico na alimentação, vem sendo cultivado de maneira progressiva entre a maioria das famílias, sendo que muitas já não precisam mais recorrer ao mercado para sua compra, não sendo, porém, cultivo central na produção, posto que as terras para o plantio de arroz são mais limitadas.

Já o feijão tem importância na alimentação e grande importância econômica no Assentamento Tapera pela grande variedade e pela opção que alguns agricultores fizeram em produzir, inclusive, como sementes crioulas bem adaptadas às condições pluviométricas e do solo, que têm grande demanda juntamente com o milho, gergelim, gira-sol, amendoim que têm suas produções absorvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e por camponeses do Norte de Minas.

Porém, as atividades desenvolvidas pelos camponeses do Assentamento Tapera não estão ligadas apenas à vida econômica das famílias envolvidas no processo produtivo. A vida das famílias, no seu sentido mais amplo, está organizada de acordo com as suas atividades e com o modo como estas as desenvolvem. Assim, a importância das atividades produtivas no Assentamento Tapera supera a sua importância com a relação à produtividade. Contudo, diante da expressividade da produção do assentamento em relação à produção camponesa local, torna-se

necessário registrar não apenas seus resultados comparativos, bem como, os procedimentos e as relações que sustentam os números positivos da produção.

Cabe então, reconhecer que a opção pela agricultura em bases agroecológicas não garante apenas o grau de autonomia que aqueles camponeses alcançaram durante estes anos de desenvolvimento da produção econômica do Tapera. Garante a esperança do futuro de seu próprio modo de vida. O camponês cada vez mais entende que o equilíbrio ecológico na relação com a natureza é que possibilita a reposição das condições de produção a médio e longo tempo.

Mas a produção no Tapera não tem fins apenas de reprodução da vida. Tem também fins políticos, porque eles se reconhecem como capazes da transformação social, que desejam, a partir da concretização das suas transformações internas, ampliarem para o entorno do Tapera, em reconhecimento de que estão inseridos em um contexto cujos sentidos e modo de produção diferem do que adotam.

O resultado positivo das atividades desenvolvidas em cada sítio pode ser observado tanto nas melhorias das casas, no vigor das plantações, na diversidade de cultivo e de atividades, na qualidade da produção e confiança que o camponês, na sua fala;

“O CAA. O CAA que ... Durante a luta, lutou junto com a gente. Aí o CAA, falou assim: oh, vamos fazer um projeto sem comprar adubo químico, sem comprar veneno químico, nem nada. Aí ele fez o projeto, nós entramos com o projeto no banco, ele não aceitou, em 96. Aí quando foi... nós falamos assim: nós não vamos abrir mão. Batemos o pé mesmo que não íamos abrir mesmo não. Quando foi em 97 aí ele falou assim: vamos fazer uma experiência. Se der certo bom; se não der certo nós cortamos. Aí, graças a Deus deu certo. O Assentamento da Tapera deu certo de trabalhar. Porque o que a gente plantava aqui era capim, tipo de gado, não era para a gente plantar nem milho nem feijão, muitas vezes podia plantar mandioca, cana, mamona e algodão. Aí nós falamos: isso nós não queremos. O quê que nós vamos fazer com isso? Nós não comemos nem mamona nem algodão. Nós comemos milho, feijão, cana e mandioca. A gente não vai... porque, graças a Deus, que a gente fez aquela coisa e deu certo, porque se não fosse, hoje nós tava com a cara quebrada. Mas quando trabalha com fé em Deus é muito bom. Porque a gente fica... tem crédito e tem palavra. Porque a gente fica assim: oh, vocês precisam ganhar a credibilidade e vê se dá certo ou não; e é isso que nós estamos fazendo. E graças a Deus nós, até hoje, não precisa de veneno, na precisa de adubo químico, para plantar e colher né? Então foi muito bom.” (Zé Pereira dez/07)

No caso do Tapera, recuperar saberes tradicionais adequados à produção naquele ambiente foi uma forma de garantir que o produto do trabalho não fosse apropriado pela indústria dos insumos e agrotóxicos; de implementos ou capital financeiro via empréstimos bancários. Na medida em que reconhecem os limites colocados pelas condições naturais os agricultores do Tapera, com o apoio do CAA, buscam produzir a partir dos seus saberes e recursos variados disponíveis, sem ter que recorrer aos

produtos advindos da indústria. Isto porque, se optar pelo uso de insumos de origem industrial, ele terá uma relação de transferência de parte do resultado da produção da produção para o mercado, como já demonstrou D'Angelis Filho (2005: 107-114). Este autor verifica em sua pesquisa que entre os agricultores com aplicação da força de trabalho familiar de Porteirinha em Riacho dos Machados o rendimento médio anual situa-se em torno de 600 reais anuais por família, enquanto no Assentamento Tapera essa média está em torno de 3.200 reais.

“(...)os estudos de sistemas de produção analisados, indicam como a opção tecnológica pode impulsionar um enorme fluxo de transferência de renda da agricultura para o mercado de insumos e serviços, retirando da agricultura fatias substantivas do VBP [Valor Bruto de Produção] agropecuária. Todavia, os dados do Assentamento Tapera nos dão mostra do potencial do agroecologia com instrumento poderoso de mitigação dessas transferências.” (D'ANGELIS FILHO, 2005:114)

Se a opção tecnológica de base industrial possibilita a maximização da colheita esta riqueza é apenas aparente, posto que o agricultor pouco retém da produção. Por outro lado, caso consiga desenvolver uma prática baseada em baixos custos de produção o mesmo não só amplia suas possibilidades de elevar a riqueza retida ao final, como pode ainda, produzir sem comprometer os limites de sustentabilidade de sua terra. Assim, aplicação das técnicas da agroecologia – que no limite baseia-se no conhecimento acumulado pelas famílias, historicamente, e adaptado aos limites ecológicos tem-se se revelado uma estratégia de produção que, até o momento tem garantido ao agricultor do Tapera autonomia, inclusive financeira, na sua produção.

De acordo com a decisão de cada família (com orientação técnica do CAA) são definidos diferentes e diversos cultivos e as técnicas que serão aplicadas a cada situação. José Pereira (Zé Tico), afirma que em anos anteriores às barraginhas⁹⁷ já havia perdido muita roça por causa da “*secura*” da terra, mas, que depois da construção dessas, ainda não perdeu lavoura alguma. Ao contrário, as roças ficaram mais vigorosas e o arroz tem dado melhores resultados.

Em todo o Assentamento (segundo informação dos entrevistados) é usado, para “correção do solo”, apenas o “pó-de-pedra” (o calcário). Todo o processo de adubação dos solos de cultivos é conduzido de acordo com o que a própria roça produz (lançamento de palhas ao solo para reposição de fertilidade) e da criação de bovinos e pequenos animais que estão presentes em todas as unidades familiares e que propiciam esterco da terra. São ações somadas às técnicas de desmatamento

⁹⁷ As “barraginhas” são conhecidas ainda como bacias de contenção – são valas abertas com escavadeira nas cabeceiras das vertentes de modo a recolher as águas das enxurradas que, além de reter a umidade para o solo, impede que sejam retiradas a cobertura orgânica na superfície da terra de cultivo, podendo ainda servir como bebedouros para o gado durante algumas época do ano..

sem fogo, aplicação de curvas de nível, faixas de contenção⁹⁸ e sulcamento raso da terra que mantêm tanto a fertilidade e estrutura⁹⁹, quanto a retenção da umidade no solo. Cria-se e mantêm-se assim práticas de equilíbrio ecológico que desobrigam o agricultor camponês do Tapera se desobriga de “ir ao mercado” para viabilizar sua produção.

De acordo com os agricultores do Tapera, suas roças não produzem menos do que produziriam com as técnicas “modernas” de produção. De fato, em todas as visitas ao Assentamento foi possível observar exemplos desta produção armazenados, como pode ser visto na figura 02, que mostra o estoque de arroz já ao final do ano quando nova roça já estava plantada. Segundo João Franco e Lô, já chegaram a colher, sem uso de insumos químicos, em 2007, 70 sacos de arroz (de 60 kg), no mesmo ano em que obteve rendimento de 10.000 reais apenas com a venda de semente crioulas, sendo que ainda colheram diversos outros produtos.

Outro aspecto interessante a ser observado no Tapera é o lugar ocupado pela produção. A despensa, onde se armazena o que foi colhido, normalmente, é dentro da casa. A mesma tem entrada pela sala do camponês e a produção está condicionada nas mesmas condições que a família se abriga. Nitidamente, o valor ali presente não é só o monetário, mas principalmente o da realização do trabalho.

⁹⁸ Entre os cultivos são mantidas faixas com a vegetação nativa para reter a perda de solo e elementos fertilizantes.

⁹⁹ “É a agregação das partículas primárias do solo em unidades estruturais compostas, separadas entre si pelas superfícies de fraqueza.” (LEMOS e SANTOS, 2002:17) Um solo estruturado tem forma esponjosa pela aeração presente entre os as unidades estruturais (torrõesinhos) com alta capacidade de retenção líquida. Ou seja, um solo estruturado é capaz absorver e manter, umidade e de se proteger da perda de nutrientes. Se o sulcamento para o plantio for profundo (normalmente alcançado pela aração) essa estruturação se quebra e fragiliza a capacidade de reter água e torna-se susceptível à erosão.

Figura 02 - Armazenamento do arroz colheita 2007 – produtores: João Franco e família



Despensa da Casa de João Franco e Lô, com destaque para os sacos de arroz colhidos no primeiro semestre do ano de 2007 - do arquivo da autora dez/2007.

Assim, segundo suas afirmações, e pelo que se pode observar de prosperidade em muitas propriedades do Tapera, as técnicas que hoje adotam no lidar com a terra de maneira adequada, considerando-a viva, tem possibilitado a eles obter resultados (que são econômicos, mas que não se resumem a eles) satisfatórios para a família. Um indício dos objetivos alcançados talvez esteja na colocação de D'Angelis Filho: *“um outro dado, é que este assentamento é o único, no estado de Minas Gerais, que não tem dívidas com os agentes de crédito, tendo quitado seus financiamentos bancários com antecedência”* (ibid 113).

É necessário ressaltar, porém, que, atualmente, os camponeses têm compromissos bancários, por já terem assumido novos financiamentos e porque não há uma situação homogênea com relação à constituição econômica das famílias do Tapera. Mas o que se verifica e também de acordo com os camponeses entrevistados e a Associação dos Assentados é que não há atrasos ou situações de instabilidades.

Contudo, é preciso se considerar a vida camponesa para além do aspecto econômico ou não tomá-lo como elemento fundamental de sua organização. Mesmo se observarmos apenas os termos materiais a vida da família camponesa contemporânea tem um alcance superior ao resultado da sua relação com o mercado, da qual esta auferir sua renda em forma do dinheiro, que a põe na condição também de possível consumidora de mercadorias. É evidente e nem seria preciso afirmar que as

possibilidades não estão postas da mesma maneira para o conjunto das famílias camponesas na sociedade, mas, é pela luta que essas possibilidades se formam e se transformam.

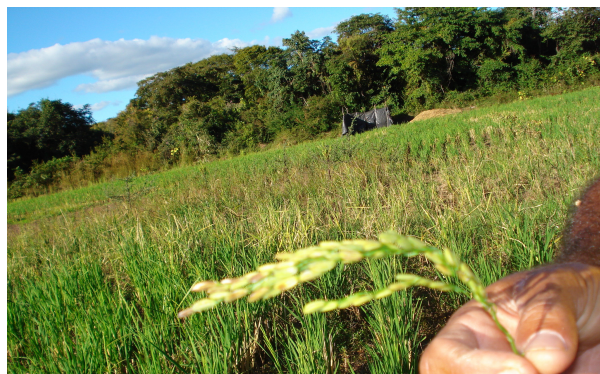
Dentre as famílias camponesas do Assentamento Tapera, por exemplo, há riquezas que não são possíveis de medição, mesmo nos atendo apenas às riquezas materiais. A importância de um pilão no beneficiamento dos alimentos, da construção e conservação das construções e objetos utilizados no processo produtivo interno a cada unidade familiar, entre outros absorvem uma fração da produção do trabalho familiar, mas resulta também de uma produção intelectual, um tempo de trabalho que não se enquadra em nenhuma lógica quantificadora e, portanto, só pode receber valor uso. Os objetos pensados e produzidos pelo agricultor camponês têm, para além da sua aplicação nas atividades, para além de um valor concreto, um significado e um sentido. Só quem pode mensurar este valor é o próprio camponês, porque este não está no visível, no que seja palpável, mas sim, naquilo que compõe o sentido da vida para o camponês.

O orgulho em expor seu produto não quer afirmar apenas sua boa qualidade de vida, quer demonstrar a sua capacidade de criação; de se fazer presente no objeto produzido. A espiga de milho pendurada na parede (figura 03) ou o armazenamento do arroz no quarto mais visível da casa (figura 02), cuja porta está ao lado da televisão, está propositalmente em lugares de destaque, cuja imagem remete ao seu trabalho, no qual este se vê representado. Neste sentido, é possível afirmar que estes camponeses alcançam no e pelo seu trabalho, em alguma medida, sua dimensão libertadora, posto que nele se reconhecem e assim se conhecem cada vez mais.

Figura 03 - A produção e o orgulho do camponês



Ornamento na cozinha de João Franco. Dez/2007.



Roça de arroz de João Franco. Dez / 2007
Fonte: dos arquivos da autora

Fonte: Do arquivo da autora – dez/2007 e maio/2008

Na figura anterior (03), a cuia¹⁰⁰, que se origina do cultivo e manipulação da cabaça, serve como pano de fundo para as duas espigas de milho que por sua vez, dá uma escala do tamanho da cabaça que se produziu na terra. Ou seja, o conjunto tem um significado da prosperidade que se vive naquela terra. Além de a cuia ser proveniente de uma cabaça grande, o que demonstra a fertilidade da terra e os bons cuidados do trabalho, o milho não apresenta nenhuma falha, os grãos estão viçosos, as espigas bem crescidas. Esse conjunto, cuidadosamente arranjado, tem o significado da obra, porque o produto para estes camponeses alcançam esta dimensão: de obra daquela família camponesa e, por isso mesmo, tem lugar de destaque como o que se daria a uma pintura, por exemplo.

Da mesma forma, na foto da roça de arroz, se tem ao fundo a vegetação de proteção ao rio, a roça crescendo e no primeiro plano a mão do camponês (João Franco) segurando aquilo que é a expressão do seu trabalho, a expressão da sua obra, da sua criação. Esse significado é definitivo para a sua saúde mental, para seu ânimo de viver. Da mesma forma, o filho de João Tiú faz questão de por a mão na melancia ao vê-la sendo fotografada, pois o fato dela está ali já bem desenvolvido não é por acaso, é resultante do trabalho. A maneira pela qual Zé Pereira organiza as rapaduras para expô-las à visão de quem visita sua *fabriqueta* demonstra que o resultado do seu trabalho é, em última instância, o resultado de si mesmo. Ele se vê nas rapaduras. O prazer de demonstrar como faz denota a sua preocupação em afirmar o seu conhecimento e a importância dele na produção.

¹⁰⁰ Objeto obtido a partir da cabaça partida ao meio num corte vertical, tem as funções de uma tigela e é excelente vasilhame para se retirar pedra do arroz no momento da lavagem para ir pra a panela.

Figura 04 - O camponês se reconhece no produto do seu trabalho



Fonte: Do arquivo da autora – dez/2007

Percebe-se, na figura 04, que há uma intenção registrada em cada foto: a disposição dos elementos quer dizer muitas coisas, e entre essas, que capacidade produtiva do trabalho na terra conquistada, que dizer que a luta não foi em vão. O momento de fotografar “o que é deles” é acompanhado com o orgulho como quem vê o seu filho ser registrado. A casa farta, os filhos na lida, o resultado do trabalho, a fogueira acesa para o visitante prostrar um pouquinho no momento de folga do grupo, tudo isso colocado a mostra, dá a noção do quão importante é, para aquele camponês, o reconhecimento *dos de fora*.

A fartura, significado tão caro aos camponeses, permeia todas as suas histórias. A foto do toucinho recortado para se tirar a banha do porco, contém muito do que foi o resultado do trabalho, pois para se engordar o porco (e os animais como as cabras, galinhas, o gado) é necessário que as roças tenham bons resultados. A fartura só perde lugar quando as intempéries os atingem severamente, mas que, de acordo com estes moradores, desde que estão no Tapera como Assentamento, não significou miséria ou privação dos gêneros básicos de vida. O que também assume um significado: o do trabalho que, se em um primeiro momento aparece como perdido, posteriormente, segundo pode ser registrado em suas falas, se reverte em alimento da terra, em uma troca metabólica, que o devolverá na forma de novas colheitas. Pode-se afirmar que a fartura é o coroamento do trabalho do camponês. E, diante dela o camponês do Tapera tem a certeza dos frutos dos seus esforços que não se restringe apenas ao preparo da terra para receber a semente, mas a um preparo anterior que, no limite, remete aos anos de luta. Não é desprovido de sentido afirmar que a produção e a fartura, para o camponês do Tapera é uma forma de reconhecimento da terra que alcançaram.

Essas estratégias que objetivam proteger, o quanto possível, a economia camponesa, contudo, ganha um significado político e moral a partir do momento no qual o camponês se fortalece como tal.

“Hoje eu vou te falar, eu nem tô sabendo falar com você o quê que significa a Tapera pra mim. Porque a Tapera hoje pra mim tá parecendo que é um sonho. Tudo que eu já vi e o que eu já passei e o que eu sou hoje... então eu vou contar proê que é um sonho, eu não sei nem informar o que é esta Tapera para mim não. (...)e é dessa maneira que ta essa vida minha, tá uma riqueza, não tá? João Tiú tá rico! Rico, rico, rico, rico, riquíssimo!”

(João Mendes Carvalho - João Tiú em entrevista à autora em dez/2007)

Às vezes eu estou em num lugar fora aí, Porteirinha, algum lugar e eu ouço assim: Oh, moço eu vi passando um lugar tão bonito aí. Aonde? Tapera. Por que Tapera está assim? Aí eles te perguntam para saber porquê que o Tapera está lá em Brasília. Aí a gente começa chorar.... que a gente está grande, que a gente está crescendo, cresceu bastante.

(...)

É boa coisa, né, a gente saber que está trabalhando, saber que a terra é da gente, saber que você não vai ter que sair por aí, saber que você não

vai precisar ir lá fora para comprar nada da mão dos outros, só se for da gente, coisas que contém até agrotóxico, levar para a casa da gente uma coisa que é agroecológica. Eu acho, assim, que isso tem grande significado na vida da gente, né? (...) Só da gente saber que é onde a gente nasceu, onde a gente viveu, onde está vivendo toda a família da gente: irmão pai, avô, todo mundo está sendo criado aqui. Mesmo quem veio de fora, mas hoje, parece que é da família, né? Significa que é uma luta aqui da gente, né, a terra para ser da gente, a gente tem que... a gente desde quando nasceu está aqui, a gente não saiu para morar fora, a gente ficou aqui mesmo. E que uma grande coisa é que meus filhos podem ser bem criados, assentados aqui também. Trabalhar na roça. (Chicão em entrevista à autora dez 2007)

Portanto, as atividades camponesas têm grande importância na sua condição econômica, mas não se limita a esta. As atividades desenvolvidas pelas famílias vão atingir a construção mais ampla do camponês, definindo sua relação com a terra. O camponês, aquele que não se deixa desenraizar da terra, que luta pela terra, tem nela o seu sentido de vida.

Uma das ações do modelo capitalista de produção é promover a ruptura dessa relação do camponês com a terra. Geralmente essa ruptura ocorre entre uma geração e outra, pois os mecanismos de se pressionar o produtor familiar camponês são muitos e, por vezes, incontornáveis. Mas, o camponês que resiste, o faz pela identidade com terra, com o lugar, com seu território, nos termos de Milton Santos¹⁰¹ que afirma ser “o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2005).

3.6 - As (im) possibilidades inscritas para o Tapera

Um problema expressivo para a vida econômica do Tapera é sua relação como o mercado. Alguns cultivos e beneficiamentos são realizados objetivando auferir rendimento. Entre outros projetos podemos observar o plantio de algumas espécies para a produção da semente crioula (milho, feijão, arroz, sorgo, amendoim, gergelim, gira-sol) cujos produtores principais são João Franco, Eduardo e Custódio. Outro produto mais exigente de beneficiamento e de mercado imediato é o da cana, da qual se produz no Tapera a rapadura comum, a rapadurinha (barrinha para lanche) e o “tijolo” (doce de rapadura acrescentada de mamão, coco, amendoim ou cidra, temperado com canela ou cravo), além da produção da cachaça. Trata-se de um cultivo interessante por exigir trabalho de beneficiamento na época da seca, quando as atividades nas roças são mais

¹⁰¹ Santos, Milton. **O retorno do território.** in: OSAL : Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282 Disponível in: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

brandas. A colheita da cana não se choca com a colheita de outras lavouras e por trata-se de mais uma atividade complementar às atividades do plantio de outros alimentos.

No Tapera, a produção comercial da cana tem representatividade, seu plantio em alguns lotes está voltado principalmente para alimentação do gado fora do período da águas. José Pereira é hoje o camponês que vê no plantio e benefício da cana a possibilidade obter rendimento. Do total da produção do Tapera, conforme suas informações, ele produz, aproximadamente, 86% para entrega à Companhia Nacional e Abastecimento - CONAB tem origem no lote de José Pereira “a CONAB faz assim: eu protocolo para entregar até três mil e quinhentos. Como eu vou entregar três mil e, quinhentos ceder para os outros também”.

José pereira (Zé Tico) aumentou o plantio da cana, acompanhado de outros *companheiros*, para o benefício em 2008, contudo não houve aprovação do projeto nos termos esperados e aquilo que poderia significar um aumento do rendimento acabou-se por constituir-se em novo problema.

A cana... tem muita cana aí. Esse ano está fraco, eu fiz uma pouco de cachaça, um pouco de rapadurinha, mas não foi muito bom porque o projeto da CONAB não foi aprovado no ano passado.

(...)

Mas esse ano, diz, foi Custódio que me contou; já tinha liberado, já tinha aprovado 50 toneladas para esse ano de 2008. Então tem muita gente. Te garanto que não vai sobrar. Uns... no máximo umas 5 toneladas para cada comunidade, né? Inclusive, mais esse ano, não é Zé Pereira, agora, esse ano, não é Zé Pereira, é Tapera. Ano passado foi Zé Pereira, agora é a Associação.

(...)

Eu, hoje, eu tenho... formado, eu tenho oito hectares só. Não posso... prefiro diminuir do que aumentar. Preciso diminuir mais, tratar dela mais, porque não adianta... igual eu. Eu não posso crescer demais por causa dos outros. Porque tem que deixar vaga para os outros também. O mesmo direito que eu tenho, 41 também tem. Então a gente tem que pensar para todo mundo ter, com a força de vontade fazer também. (José Pereira, dez 2007).

Há um limite que se pode observar nas considerações do camponês José Pereira: em um determinado ano ele não alcançou maior rendimento por ter pouca rapadura para entregar juntamente com Custódio conseguiu entregar 4.5 toneladas e, segundo José Pereira, o quanto fizesse até 20 toneladas era possível de vender. A partir daí este se propõe a aumentar seu plantio de cana para aguardar um novo contrato no ano seguinte e ter maior quantidade do produto para vender para a CONAB por meio da cooperativa. Porém, no ano seguinte, quando fez seus investimentos para aumentar a produção, adquirindo, inclusive, um engenho elétrico o projeto não aprova mais que 50 toneladas.

Então eu falo aqui: em vez de eu fazer oito hectares, eu vou passar para quatro agora, e cuidar mais bem cuidado e para produzir de qualidade, produzir mais produto de qualidade e vender mais. Não adianta fazer muito e muitas vezes você minguar. Então é isso que está acontecendo. Então hoje, não. Tem lugar de crescer, em vez de crescer, faz é minguar, passar

precisão. Eu acho que eu estou muito preguiçoso. Então muitas vezes, trabalho demais e a renda vem muito pouca. Trabalhar mais organizado.

A longa descrição tem o propósito de demonstrar situações nas quais as decisões camponesas, por mais autônomas que possam parecer, estão sempre cotejadas e ligadas a decisões mais globais.

No caso do Tapera, sua inserção se dá vinculada ao que tem sido denominado de *economia solidária*, conceito que Paul Singer propõe como sendo uma possibilidade de inserção de produtos dos trabalhadores que estão, principalmente, no chamado mercado informal, ou desempregados, em empreendimentos de autogestão (ou seja, organizados por si próprios o mais próximo possível da justa e solidária forma de trabalho e repartição dos resultados (SINGER, 2000).

Para Luiz Inácio Gaiger (1999) a economia solidária, que ele prefere denominar *economia solidária popular*, está assentada na *autogestão, participação, igualitarismo, auto-sustentação, cooperação, desenvolvimento humano e responsabilidade social*. Para este autor, o conceito traz no seu interior “algo de projeção, algo de desejo”.

Aqueles que estão de fora do processo enxerga elementos que indicam a existência de uma economia solidária. Esta construção do conceito é idealizado e que cumpre uma função nas análises científicas no que ele denomina de *papel heurístico* (GAIGER 2000:179). Tanto a economia solidária, nos termos mais atuais, quanto o conceito, para Gaiger (2000) encontram-se em construção e, portanto sofrem experimentações de toda ordem. Enquanto Singer admite certa dificuldade em conceituar economias populares por não estarem estas definidas pela lógica capitalista de modo estreito. Para ambos as cooperativas, associações (e até trabalhos voluntários como propõe Gaiger) tornam-se meio da prática da economia solidária se organizar e se concretizar na relação com a economia de mercado.

Contudo, não é este, um conceito novo. Os chamados socialistas utópicos por Karl Marx já elaboravam modelos no século XIX, sem, no entanto, chegarem a uma elaboração de um conceito “eficaz” na proposta de compreender e propor a transformação social. Conforme refletiu Gabriela Cavalcanti Cunha (2000).

“Na América Latina – que reúne características singulares para que estas lutas por um outro desarrollo aconteçam –, vários autores examinam formas alternativas de geração de trabalho e renda que se multiplicam à margem do mercado de trabalho formal, constituindo o que chamam de economia popular ou economia do trabalho, e, dentro desta economia dos setores populares, observam exemplos do que vem sendo definido como economia solidária ou popular solidária, economia social, socioeconomia solidária, economia socialista, economia de reciprocidade – conceitos ainda em construção, mas que procuram dar conta de um número crescente de formas coletivas e autogestionárias de organização para a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços”. (CUNHA, 2000:15-16)

Segundo a autora a forma associativa é apenas uma das muitas maneiras de organização da economia popular, é esta uma economia que pode organizar-se individualmente ou em bases familiares. “*Neste caso, a economia solidária propriamente dita seria apenas uma parte da economia dos setores populares*” (ibid:56)

Porém, as maiores dificuldades não estão no conceito em si, mas, no fato que, em contato com economia capitalista efetiva a economia solidária tende a se esboroar, devido ao confronto de forças desiguais. Isso ocorre porque a tendência do capitalismo é apoderar-se de todo o resultado do trabalho ainda que este seja fruto de relações que não se enquadram no modo capitalista de produzir.

Assim, as dificuldades que vivem os camponeses do Tapera não se limitam às existentes dentro de suas terras porque estão intimamente relacionados com a maneira como o capital se desenvolve – ainda que este não chegue a desestruturar as relações não capitalistas de produção ele tende a incorporá-las e, portanto, objetiva captura a mais valia ali produzida. E, por vezes, mais localmente, há o objetivo de desestruturação das relações constituídas, especialmente em bases populares, devido ao interesse desse mesmo capital é a exacerbada “*divisão do trabalho, que traz consigo todas essas contradições*” (MARX, 2007:55) quando seu domínio prevalece de maneira mais eficaz.

Contudo, a economia popular se materializa na forma associativa, cooperativa ou familiar como condição de resistência. Constitui-se em alternativas construídas pelos trabalhadores expulsos do processo produtivo (os chamados excluídos), que retornam às relações de produção constituindo o que Milton Santos (2003) denominou *circuito inferior da economia*. Realiza-se uma economia popular entre os pobres e miseráveis que despojados dos meios de produção também não se inserem (diretamente) como força de trabalho (seu último elemento na relação de produção). Contudo, não se trata de uma economia paralela. Ao contrário, ela está engendrada em um processo produtivo maior (ocupando inclusive lacunas deixadas pelo Estado na sua função, na ausência de políticas públicas) e em algum momento será incorporada pelo capital que tende absorver toda a riqueza produzida que só se realiza pelo trabalho.

3.6.1 - Conflitos para a permanência (?) da nova geração de camponeses no Tapera.

Um dos principais problemas entre os camponeses do Tapera, hoje, é a construção do futuro dos seus filhos. Como já foi dito antes, apesar dos lotes do tapera variarem entre 50 – 70 ha, a área possível de cultivo e pastagem é muito pequena e

dependente de uma conservação rigorosa das áreas *de carrasco*¹⁰², que é um dos elementos que garantem um relativo equilíbrio ecológico. Portanto, enquanto os filhos estão na dependência dos pais, estes se constituem em força de trabalho complementar nas atividades desenvolvidas pela família. Contudo, quando estes se aproximam da idade adulta surge uma preocupação ainda não solucionada por aqueles camponeses.

Em um primeiro momento, o jovem (ou a jovem¹⁰³) passa a ter interesses diversos que não coadunam mais com as estratégias econômicas da família. Segundo os camponeses é recorrente o desejo do jovem, quando chegam a certa idade (entre 15 e 18 anos), em ter o seu próprio *dinheirinho*. E seus desejos estão ligados às realizações mais imediatas conforme relata João Franco.

Meu menino quer sair aqui, ele fica com vergonha de me pedir dinheiro. Porque ele não trabalha para ganhar dinheiro, ele trabalha aqui comigo, ele fica com vergonha de pedir dinheiro, porque ele sabe que nós não temos salário nenhum. Ele pensa: eu poderia pedir dinheiro a meu pai, mas, meu pai também não tem dinheiro, como é que vai fazer? Então ele se sente ameaçado, se sente espremido aqui, ele tem que pular, ele tem que sair para alguma coisa. (É o que faz com que alguns jovens saiam para trabalhar fora). O menino meu aqui, não. Vai sair, eu sei que ele não tem dinheiro, eu dou a ele dez, vinte conto. (João Franco, dez/2007)

As evidências de que as dimensões da terra não comportam o trabalho de toda a família aparecem nas entrevistas como a necessidade que o jovem tem de ter sua renda separadamente do patrimônio da família. Quando se é jovem a perspectiva é de construção de, no futuro constituir família, de ter “*uma vida social*” entre outros interesses diferentes dos interesses do conjunto da família. O jovem torna-se alvo das seduções do consumo. Não é porque ele vive no campo que se possa pensar que o jovem, filho do camponês, está fora do alcance das propagandas. A televisão e o rádio estão presentes em muitas casas, onde se reúnem grupos de pessoas para assistirem os programas exibidos na televisão aberta. O apelo sedutor dos comerciais e as exibições dos ícones de consumo levam o jovem a refletir o seu trabalho produtivo no conjunto da família e por vezes se ilude com as propostas de recebimento imediato como resultado do seu trabalho

Inclusive, agora mesmo tem. O filho do Toninho trabalha fora, o filho do Custódio começou, mas, voltou para cá de novo, tem dois irmãos meus, um é solteiro o outro é casado mas, trabalha fora também. A maioria dos jovens trabalha fora. Deveria hoje ter bastante serviço, acho que por ser jovem também começa a querer ter as coisas deles, desses serviços começa a ter um dinheirinho, quer fazer... claro que todo jovem tem essa perspectiva acho que ... fazem uma farra... mas são trabalhadores. (Chicão, dez/2007)

¹⁰² Impróprias para o plantio devido a alta concentração de cascalho e por serem consideradas áreas de recarga hídrica, importantíssima na manutenção do equilíbrio ecológico que é o que garante a capacidade de produção das áreas destinadas ao cultivo.

¹⁰³ Trataremos ambos os sexos no masculino não para discriminar, mas, para o conforto da escrita e leitura.

Figura 05 - Jovens reunidos em frente à sede da Associação – momento de lazer



Fonte: arquivo da autora dez/07

Na figura 05 podemos observar em primeiro plano o cavalo selado, sempre comum na circulação das pessoas do Tapera e no segundo plano a bicicleta e duas motocicletas que entre os jovens, principalmente, está sempre presente. São utilizadas para circulação interna, para o deslocamento para o trabalho e para os passeios em Riacho dos Machados, cidades e povoados vizinhos. Mais ao fundo encontra-se um grupo de jovens reunidos ao fim da tarde de uma sexta-feira jogando cartas. O cavalo, atualmente mais usado para a circulação interna e nas atividades de trabalho cedeu lugar para as motocicletas nos deslocamentos para fora do Assentamento e para as atividades de lazer. Como podemos perceber na figura 06 que registra o mesmo momento (da figura 05) de um outro ângulo, o número de motos é bem maior do que registra a foto anterior e, elas estão dispostas em volta da mesa dando a noção da conquista concreta do resultado trabalho desses jovens.

Figura 06 - A motocicleta entre os objetos de “desejo” do Jovem do Tapera



Fonte: arquivo da autora dezembro/2007.

A motocicleta é um dos bens mais desejados entre os jovens, uma vez que esta lhes traz mobilidade. Como pode ser observado na figura 06, este é um objeto pelo qual o jovem que se projetar socialmente, confere status de sucesso nas suas atividades. O jovem do Assentamento Tapera, apesar de crescer no trabalho do cultivo das roças com os pais, não encontram nessa atividade uma resposta para as suas ansiedades em relação à sua realização material. Entendemos que isso acontece, em primeiro lugar porque a terra não comporta trabalho que possa atender mais de uma geração em fase adulta, em segundo lugar, pelo desejo de realização em curto prazo, quase sempre inerente ao jovem, pois a economia do Tapera está assentada, principalmente, na garantia da produção máxima de elementos da primeira necessidade de reprodução da família e não para a comercialização. Portanto, a obtenção do dinheiro, que não deixa de ter sua importância para a aquisição de bens não produzidos pela família, não é o primeiro objetivo daquelas famílias. E, em terceiro lugar, soma-se aos dois primeiros, o fato da sedução pelo consumo e o assédio das empresas produtoras de carvão (por meio dos empreiteiros, os gatos) aos jovens em busca da força de trabalho de baixo custo. Diante de tais conflitos os jovens do Tapera, deixam de somar trabalho ao dos pais e vão trabalhar fora, especialmente na SICAFE, conforme coloca Eduardo (presidente da Associação naquele momento).

não sei te responder o porquê que eles saem. Porque muitos pensam primeiramente no dinheiro, né. Vou sair para ganhar dinheiro, único e exclusivamente dinheiro. Acho que não tem aquela cultura, assim... eu vou pegar um pedaço aqui, vou preparar para garantir mais para frente, né? Eu acho que é mais... é momentâneo, é dinheiro... (o jovem tem uma visão mais....) imediata. Imediata.

(...)

Eu não sei quantos funcionários que eles têm, mas, é muita gente trabalhando na SICAFE, daqui de dentro; os jovens estão tudo lá. (A unidade aqui da Tapera é praticamente toda tocada pelos trabalhadores do assentamento) uns dez? – interfere Lô - Mais de quinze Lô, acho que chega mais de vinte pessoas. (Mais de 20 jovens do assentamento estão trabalhando na SICAFE) É. ÉÉÉÉÉ. Lô. É Mais. (Lô: Se for quinze ou se for vinte, é um bom número, né?)

Eduardo dez/07.

Terezinha, antiga professora alfabetizadora da época da fazenda, hoje assentada juntamente com sua família formada ao lado de Tonho de Jovita, um dos principais líderes do movimento de luta pela terra, tem hoje tem seus dois filhos trabalhando para a SICAFE. O que indica uma disputa pela força de trabalho entre as atividades realizadas pela família e a vizinha empresa produtora de carvão originado dos eucaliptais. Tonho chega à conclusão que não é possível “segurar” seus filhos no trabalho da terra porque ela é pequena e não seria possível para eles realizarem os

projetos deles a partir da produção que a dimensão cultivável alcançaria e, portanto, o *jeito é trabalhar fora*. Terezinha explica como é o trabalho na carvoaria – apesar de ter carteira assinada o trabalhador trabalha por produção (tirar tarefa) pois, sendo uma atividade na qual a temperatura pode subir muito, no caso do, fornos, impossibilitando as atividades depois do meio dia devido ao calor do sol. O trabalhador é obrigado a realizar a atividade do dia dentro de poucas horas para que atividade não se torne insuportável. O que só é possível pela intensificação do esforço físico.

É carteira assinada. É. Eles pagam um salário. (lá não tem pagamento por produção?) Tem. Isso eu não sei como é que mede não, mas eu sei que tem vez que, igual, por exemplo: se o meu menino for trabalhar, as vezes ele trabalha no caminhão, às vezes ele trabalha no chão, carregando lenha. Lá é assim, oh, um dia de um jeito, não sei. Isso aí eu não sei explicar direito como é que é não.(...) Mas se ele trabalhar, às vezes ele trabalha no mês, se ele trabalha dois ou três dias no caminhão, só dirigindo, puxando; aí ele ganha mais do que o mês que ele só joga (lenha no caminhão). E às vezes também, faz a tarefa na semana, dá o sábado, aí sábado eles não vão trabalhar. Até sexta-feira e fica livre no sábado. Ou, noutra hora, depois do serviço, às vezes eles trabalham mais e tá ganhando. Tem hora extra. Eles pegando seis horas, onze horas eles tá de volta. Eles fazem mais é tarefa. Aí eles preferem pegar mais cedo, para terminar mais cedo. (Terezinha dez 2007) Grifos nossos.

Segundo Eduardo o que se constitui em um problema é que o jovem tende a gastar tudo o que ganha na carvoaria, pelo próprio ambiente que se cria nesse tipo de trabalho.

“Essa coisa de carvoaria, você vê que é tão interessante que a única coisa que a gente aprende na carvoaria é beber cachaça e fazer o que não presta. Receber dinheiro no final do mês e ir para a rua gastar a toa. Juntar a turmada e até brigar na rua, né?[(O número de pessoas que bebem, em carvoaria é muito grande Eduardo)] Quase 100%, é 100% das pessoas que vão para a carvoaria começa a beber e a fumar, cedo, cedo. Porque a maioria dos carvoeiros é tudo jovem, né, não tem gente velha em carvoaria não. Acho que já é uma cultura mesmo, que já vem da carvoaria. Pelo menos as nossas aqui. Nas que eu trabalhei, foi sempre assim, né? (Eduardo, dezembro/2007)

Há uma preocupação do grupo em relação a este problema não só porque o salário que o jovem recebe na carvoaria é para consumo imediato, não havendo constituição de um patrimônio, mas, inclusive, porque este jovem se desliga das atividades da terra e, quando for a hora deste assumir a produção no lugar do pai, esse período de aprendizado poderá lhe fazer falta.

Aí a necessidade vai fazer ele voltar, né? Essa experiência ele perde um pouco, mas, não sei, mais tarde ele pode melhorar esse conhecimento, não é? Talvez nós vamos ter até condições de trazer ele de volta. Se nós conseguirmos corrigir as falhas que nós estamos tendo, isso aí até chame a atenção deles, traz eles de volta para trás. Meu pensamento é esse, é de corrigir bastante mesmo para eles entenderem que a gente tem condições. (Eduardo dez/07)

Um exemplo que fundamenta as preocupações do grupo, as quais o Eduardo expõe, são histórias como a de um camponês, filho de um dos mais combativos

membros da luta, criado na fazenda, e ele mesmo muito atuante durante o período de luta, segundo afirmam seus pares, que com a morte dos pais, passou a ter no seu lote uma produção muito pequena. Apesar de ter terra boa e água farta, por se tratar de um lote que tem como limite uma represa, este trabalhou fora até ao final do ano de 2008 (para a SICAFE) deixando as atividades do lote para a mulher e os filhos pequenos. De fato, como pode ser observado na figura 07, há boas condições de vida material no sítio, porém como relata a esposa, com a dedicação do marido poderia estar muito. “*Só eu e os meninos, que ainda tão pequenos, não temos força pra tocar uma roça maior, né.*” (Roseli, dezembro/2007)

Figura 07 - Moenda antiga



Fonte: arquivo da autora dezembro/2007

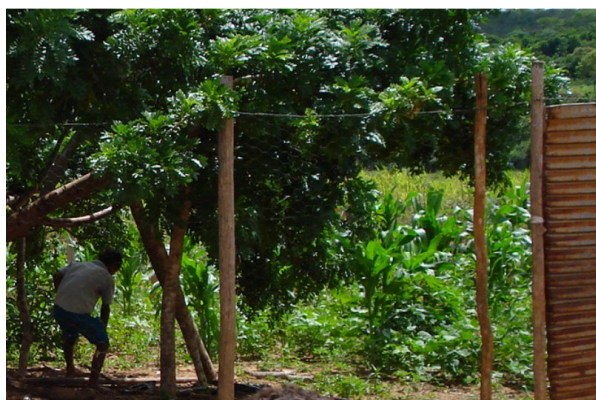
Figura 08 – Casa de Camponês



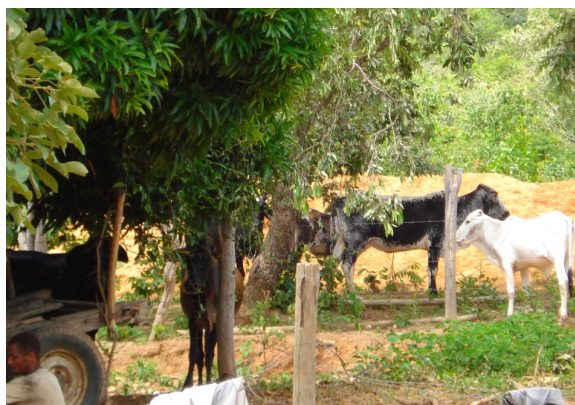
Cozinha da camponesa que “arruma” o porco que engordou no sítio



Ao fundo árvores frutíferas, a camponesa pilando o arroz, e galináceos



A roça próximo ao quintal



Na frente da casa o gado na sombra da mangueira



Os filhos, companheiros da mãe no trabalho na roça.

Fonte: arquivo da autora dez/07

Segundo este camponês, ele sempre trabalhou fora e eram os pais que tocavam as atividades na terra. Nota-se que este se desgarrou do trabalho na terra e hoje não acredita que sua capacidade produtiva alcance o suprimento das necessidades da família. Sua crença é no salário porque foi assim que aprendeu a viver e já não se vê mais a terra como fundamento da sua reprodução. Dos tempos antigos, período no qual os pais cuidavam das terras, podemos perceber os indícios de uma produção dinâmica e rica: como a moenda para retirar a garapa da cana (figura 07).

Essa relativa perda de pertencimento em relação à terra pode trazer elementos e desagregação para o conjunto da luta contínua do Tapera, segundo alguns camponeses entrevistados. Pois as primeiras conquistas já se realizaram, mas para além dessas existem outras lutas que se referem à participação de políticas públicas de desenvolvimento que, só se justificam a partir da produção na terra. De encontro a esta preocupação, há hoje, no Tapera, uma expectativa em relação à construção de uma fabriqueta de farinha e um armazém que possam envolver os jovens no beneficiamento dos gêneros produzidos pelas famílias e a venda de excedentes às próprias pessoas do Tapera que se encaminham até a cidade para a aquisição de algumas mercadorias. A associação teria sob sua responsabilidade a administração de tais atividades que retornariam como renda para as famílias.

As esperanças de realização desse projetos pelos camponeses do Assentamento Tapera se fundamentam principalmente no planejamento do INCRA com a implantação do “Plano de Consolidação do Assentamento” PCA – Tapera, formulado em 2003 em andamento. Tal Plano tem o objetivo de criar estratégias de fortalecimentos das atividades já desenvolvidas no Tapera com estratégias e metas bem específicas como: a implantação da agroindústria de beneficiamento da cana e da mandioca, de uma cozinha industrial para beneficiamento das frutas nativas, aprimoramento do sistema de armazenamento, processamento e inserção de produtos novos no mercado, incentivo a maior produção em lotes potencialmente pouco aproveitados entre outros (INCRA, 2003:84-89).

Em levantamento do INCRA, para composição do PCA – Tapera, foi verificado que, como atividades principais, as famílias estão agrupadas da seguinte forma: 9 famílias pecuaristas em consórcio com a agricultura, 24 famílias agricultoras consorciadas com a pecuária e 7 famílias que praticam apenas a agricultura. Nesse levantamento o INCRA conclui que a maior renda está ligada àquelas famílias que têm na pecuária sua principal atividade (renda bruta mensal de R\$392,00, podendo atingir um aumento de 133% da renda com a aplicação dos projetos do PCA. Aquelas famílias que têm como principal atividade a agricultura seguida da atividade pecuária obtinha naquele momento, uma renda de R\$240,00 podendo atingir R\$550,00 (130%) com o

PCA. E, apesar das famílias ligadas a apenas à agricultura a renda teria um crescimento de 41% - saindo de R\$342,00 para R\$480,00 (INCRA, 2003:84). Ou seja, o previsto é um aumento da renda da unidade familiar. Contudo o envolvimento dos jovens, como ressalta, o texto do PCA, torna-se muito importante: primeiro, por ele encontraria nas atividades um lugar para sua força de trabalho, obteria uma remuneração e ainda teria suas condições de vida melhoradas no seio da família sem se distanciar das práticas agrícolas, dando continuidade ao seu aprendizado na terra.

O observado hoje no Tapera, com relação ao PCA, é que parte do Plano já foi executada, como a construção do galpão para as “fabriquetas”, reforma das estradas, mas ainda não foi completamente implantado, faltando aquilo que se torna uma esperança para agricultores do Tapera que é a instalação das casas de armazenamento e beneficiamento da produção. As quais, segundo as expectativas do grupo, deverão envolver os jovens em atividades rotineiras e durante todo o ano. Nesse aspecto, Tonho considera que seria importante uma atividade desse porte e, que até a participação coletiva teria impactos positivos. Que ele considera um tanto esvaziada principalmente em relação aos mais jovens.

É montar alguma coisa como essa fabriqueta de farinha, se ela for montada, dá incentivo para o pessoal poder trabalhar. Aí vai dar incentivo na participação. 'oh, já tem alguma coisa que nós precisamos estarmos juntos, estarmos participando, estar lá se precisar da nossa presença lá, dar nossa contribuição, dar nossa colaboração lá, então, vamos fazer parte disso aí. (Tonho de Jovita, dez/2007).

Há uma expectativa e um grande investimento por parte dos camponeses nesses projetos voltados para a produção econômica. Trata-se de uma das estratégias de fortalecimento do grupo, tanto coletiva, quanto individualmente, bastante promissoras, ao que tudo indica. Contudo, estão na família os pilares do camponês. O mesmo camponês que ao sair para trabalhar fora, em determinado período deixou empregar o máximo de seu trabalho de na terra, quando retornou a ela, teve no nos filhos e na esposa, a estrutura para dar continuidade produtiva ao seu lote. Pois enquanto este esteve trabalhando fora, podendo empregar pouco tempo no lote, este foi mantido e cultivado pelo restante da família.

3.7 - Uma escola nova? O saber camponês e a Escola Geraizeira no Assentamento Tapera¹⁰⁴

“Ah minha filha do céu! (...) eu tô pensando, o que vai ser... o futuro que eu tô vendo é a escola né, esse cabeçudinhos... primeiramente Deus, mas esse aqui, ela tá... ele tá com quantos anos preta? sete? Ele já tem um ano de estudo, meu filhinho, que coisa mais linda! Então, eu tô achando que o futuro deles mais na frente, vai ser o estudo. E onde é o pedaço de terra pra eles trabalhar. Porque meu filho vai estudar, mas, um menino desse, ele sabe plantar uma abóbora, uma cova de milho pra ele comer depois, sabe plantar uma cova de feijão. Então é o futuro. E se ele não tivesse essa terra? Como é que se diz? Então hoje é pra mim mais importante as duas coisas mais importantes do futuro do Tapera são essas duas: a terra pra nós trabalhar e a escola pra nós”.

(João Tiú dez/2007)

Indubitavelmente a educação formal tem importância central no processo de reprodução social. A partir de seus resultados, a mesma está sujeita a questionamentos de ordem diversa: sobre sua qualidade, seu sentido e sua prática. Diversas são as pesquisas que apontam a incongruência entre a formação escolar das pessoas ligadas ao trabalho rural e as necessidades de aprendizado. Caldart (1997) analisa a educação no campo como um processo histórico determinante das condições das relações de produção.

Para a sociedade brasileira a condição do trabalhador rural raramente mereceu muita atenção. A fiscalização das condições de trabalho no campo, o acesso à escola, entre outros elementos foram historicamente relegados a um segundo plano no âmbito das chamadas políticas públicas no Brasil.

Uma questão, porém, merecedora de atenção e pesquisa é a educação formal no campo. Especificamente, entre os questionamentos que cercam a educação no campo está a necessidade de se construir uma educação a partir dos fundamentos e necessidades do campo, cuja premissa básica é a consideração de seus saberes. Em um primeiro momento, no Brasil, quando o sentido era de reprodução modernizada do espaço, o campo foi negligenciado e, mais que isso, desestruturado, já que o espaço e as relações que sustentava deveriam ser amplamente redefinidas para que pudessem, então, ser envolvidos no “Brasil modernizado”.

Neste contexto, os saberes deste espaço foram desconsiderados como portadores de cultura a ser preservada e incentivada. Cabe ressaltar que, no limite, esta desconsideração foi, afinal, com o próprio morador do campo brasileiro, sendo este “valorizado” apenas naquilo que se constitui como o folclore nacional (com a captura de seus ritos e festas como a quadrilha e as manifestações de fé religiosa como Folia de Reis, Congado e a Festa a N. S. do Rosário). Essa negligência estendia-se também às

¹⁰⁴ Uma primeira versão deste texto já foi apresentada e publicado no ‘VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor’ realizado pela Associação de Geógrafos do Brasil, em Uberlândia (UFU) entre os dias 23 a 27 de julho de 2007. Com algumas alterações e acréscimos (em parte incorporando as sugestões e contribuições dos pares daquele encontro) este é reincorporado ao texto dessa pesquisa.

condições materiais nas quais as famílias se estabeleceriam pelo interior brasileiro, inclusive nas casas improvisadas e inseguras, na maioria vezes pelas próprias mãos de seus moradores. Conforme contam hoje, os camponeses do Assentamento Tapera, essas condições estavam postas para todos que ali viviam. Alguns exemplos dessas casas ainda podem ser vistas no Assentamento Tapera e em fotos antigas conforme na figura 09.

Nesse contexto, como bem registrou Antônio Cândido (1987), um novo modo de vida foi sendo construído pelos camponeses no Brasil, a partir da desestruturação de um antigo que, ao fim e ao cabo, tem seu conteúdo sustentado na forma do espaço produzido. Noutros termos, o camponês ao produzir o espaço foi por ele reproduzido, sofrendo também as transformações que a transformação do espaço lhe imprimiu tal como refletido por Henri Lefebvre (1999). Assim, novos saberes foram surgindo de adaptações de conhecimentos seculares, a saber, a partir de uma adaptação e enriquecimento da cultura indígena, africana e européia apropriadas e experimentadas pelos povos que aos poucos construindo seus territórios. Essa articulada mistura de conhecimentos variados e a adaptação desses, às condições físico-espaciais encontradas no campo brasileiro, constituiu-se em um novo saber, uma nova cultura, que, por sua vez, tal como apontado por Darcy Ribeiro (2002) guardou diversas particularidades a partir das condições geográficas específicas, formando o que este autor denominou de *diversos brasis*. Nesses termos, essa nova cultura estava intimamente ligada às peculiaridades de cada local, de cada lugar. As diferenças culturais foram construídas como resultado de uma combinação de riquezas sobre conhecimento da terra e desenvolvimento de técnicas de se viver da terra. Essas diferentes produções podem ser observadas no espaço segundo a produção de cada grupo e conforme os elementos disponíveis na natureza e condição de produção desses grupos. A abaixo permite-nos observar e fazer inferências sobre alguns elementos que compuseram o modo de vida daquelas famílias anteriormente ao Assentamento.

Na figura a seguir, é interessante que busquemos observar para além do que a aparência nos revela. À primeira vista poderíamos nos deter apenas em analisar a precariedade das habitações¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Segundo informações da ex-agente de saúde, devido às condições de moradias anteriores às atuais casas de alvenaria, há um número considerável de pessoas com doença de chagas no Assentamento, chegando a dezoito casos atualmente. Porém, desde o assentamento das famílias, não se registrou novos casos de tal doença.

Figura 09 – Paisagem que revela a obra.

Morada remanescente do tempo anterior ao assentamento (habitada por Júlia até 2008)



Antiga morada de D. Dina - arquivo da autora dez/07

Casas Antigas dos camponeses da Fazenda Tapera - 1986



Fonte: INCRA (1986)

Casa de Sr. Gegê (posseiro do Madacaru)



Fonte: do arquivo da autora, março/2009

Atentando um pouco mais, entre outras possibilidades, podemos perceber a capacidade de produção do espaço daqueles camponeses que, com acesso a elementos simples disponíveis na natureza passaram a imprimir sua condição naquelas construções. A maneira como percebemos a disposição de cada peça de madeira com a composição do barro batido, a escolha desses elementos, tudo isso revela a riqueza d

conhecimento daqueles camponeses que, a partir de suas própria força física e um saber construído historicamente foi capaz de construir suas próprias moradas, seus equipamentos, o cuidado com cada espaço da morada, o jardim que enfeita a chegada. Casas que podem parecer-nos rudimentares, mas, que trazem em si uma história, um esforço e a arte de produzir o espaço a partir de uma relação com a natureza, no sentido de contemplar a necessidade de abrigo do homem. Paisagens que nos remete à reflexão sobre a capacidade criadora do homem – a obra.

A partir do que pôde ser registrado no espaço da antiga Fazenda Tapera e do que ainda se pode observar no Assentamento e, certamente em outros espaços brasileiros, é possível admitir que houve uma rica produção do espaço camponês e que este ainda comporta essa riqueza. Uma riqueza que não se deve medir por qualquer instrumento quantitativo, mas, por meio de uma sensibilidade que nos capacite reconhecer o valor da obra e da cultura de um povo. Essa produção do espaço esteve ligada às necessidades do lugar, de cada família indivíduo. Uma produção atrelada a uma escala local.

Contudo, no afã do crescimento econômico do país o que se viu, foi uma desqualificação desses espaços, especialmente, a partir da década de 1950 quando foi uma larga adesão aos modelos agrícolas apoiados em técnicas chamadas modernas em detrimento dos saberes construídos ao longo dos séculos (OLIVEIRA, 2001), mas estreitamente vinculados a uma ordem distante, nos termos de LEFEBVRE, (1999), em uma escala global, cujo sentido era o de subordinar o campo aos interesses do capital industrial estrangeiro que voltado para o campo. Nesse processo, os solos, a vegetação, os recursos hídricos foram fortemente impactados, trazendo vários prejuízos ambientais, posto que o sentido era de reprodução ampliada da riqueza a partir da exploração da natureza, entendida como “recursos naturais” e do trabalho do camponês, transformado em “bóia-fria” . Além desses, a pressão por terras, os moldes latifundiários de produção no campo, trouxeram sérios prejuízos de cunho social. Os camponeses perderam o acesso a terra e, por conseqüência, o êxodo rural foi intenso. Tratava-se do processo de “ampla modernização”: as áreas urbanas e a emergente indústria precisavam de força de trabalho para sua construção. Muitas relações foram rompidas ao longo das décadas finais do século XX: programas do Estado que apoiaram e alavancaram o crescimento da produção agrícola nos moldes da monocultura agro-exportadora, em prejuízo das pequenas propriedades produtivas.

O papel do ensino nesse contexto teve sua importância e, em grande medida, o tem ainda hoje, no que se refere à construção do imaginário sobre o camponês brasileiro. Como afirma Martins, (1975), a escola cumpriu o papel da “*negação do mundo rural*”. Não houve, no espaço rural brasileiro, uma escola que se aproximasse da

realidade das pessoas que trabalhavam a terra e por meio dela se reproduziam. Tanto no tocante ao que se ensina quanto às condições de acesso às escolas do meio rural, as distâncias foram sempre muito grandes para o filho do camponês.

Outro fator relevante são os conceitos difundidos sobre as atividades e sobre os que vivem no/do rural que, nem sempre consideram sua importância social; não apenas acerca dos processos socioeconômicos, mas também sobre os valores culturais. Trata-se de uma re-socialização negadora do que a própria criança é em sua individualidade e no coletivo em que está inserida.

Nesse contexto, o da ausência de reconhecimento da importância do rural na construção da sociedade brasileira o aluno do campo pouco se identificou com o ensino proposto pela escola formal, sendo que esta não o alcança nem mesmo sua condição de ascensão social, que possa significar para a criança filha do trabalhador urbano. Isso porque, o período entre os oito e os dez anos de idade a criança, no rural, não vive apenas um período de escolarização, mas, também sua iniciação no trabalho produtivo. *“A concomitância entre escolarização e trabalho assume, por outro lado, um caráter geral na experiência de vida dos que tiveram acesso à escola”* (MARTINS, 1975).

A construção de um imaginário de um homem do campo de vida preguiçosa, tal como difundida pela própria literatura da qual Monteiro Lobato é expoente, descolada da fragmentação do tempo e do espaço vivida pela sociedade moderna, foi só mais um elemento de desvalorização e desqualificação da cultura camponesa no Brasil.

Contudo, essas pressões e perdas, por parte dos camponeses, fizeram-lhes refletir sobre a própria condição de participação na sociedade e, neste contexto, lutar por uma escola formadora do camponês, que reconheça seus saberes, necessidades, ritmos e valores.

As várias vertentes de movimentos sociais ligados ao campo, chegaram a um momento de questionamento sobre qual formação queriam para seus filhos. Seria possível uma formação de uma consciência de luta, e qual sua posição dentro dessa luta, sem uma pedagogia que se voltasse para suas questões? Que ensino os camponeses envolvidos nos movimentos pela terra queria para sua sociedade? Caldart (1997) relata que o MST – Movimento dos Sem Terra – fazendo essa reflexão, sobre o incômodo de se ter professores que, desligados dos movimentos, não refletiam nas suas pedagogias a importância do movimento social, se dispuseram a pensar uma nova forma para as práticas pedagógicas voltadas para as crianças e adultos envolvidos no MST.

A partir da proposição de pedagogos e movimentos rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, passaram a se preocupar com a constituição de uma escola que valorizasse as relações sócio-espaciais e que fortalecesse a identidade dos

movimentos sociais. Ampliaram-se as discussões sobre uma educação que se voltasse para o campo e suas especificidades. Tratava-se da busca de uma educação que trouxesse uma proposta pedagógica assentada nos valores, há muito, difundidos entre as pessoas envolvidas na questão da luta pela terra. Ou uma nova proposta de escola que valorize a ação e a re-existência dos trabalhadores do/no campo.

Foi dentro dessa perspectiva que surgiu no Norte de Minas Gerais, no assentamento rural Tapera, a proposta da então chamada *escola geraizeira*. Nessa proposta ainda iniciante neste assentamento rural busca-se resgatar o conhecimento cultural, numa perspectiva de integração das pessoas ao lugar, como uma forma de reconhecimento dos saberes tradicionais como meio de resgate e viabilização da permanência na terra e valorização das pessoas ligadas à terra. A questão da valorização das pessoas passa pela construção de um novo paradigma: o de quanto é importante que uma família ligada à terra, seja capaz de promover a sua própria reprodução a partir de saberes que, afinal, foram historicamente construídos, junto com o processo de produção do espaço.

Para os camponeses do Tapera, como Chicão e Lô, pela escola há uma oportunidade revalorização do trabalho camponês e da vida que se pode ter “na roça”, pela ação da escola. E por isso encampam a luta pela *Escola Geraizeira* que, fundamentada em uma nova pedagogia politizadora, que valorize os princípios do agricultor, sua cultura, seu saber e suas práticas, seja capaz de incorporar a sabedoria camponesa como algo a ser estudado, conservado, mantido e, principalmente, fortalecido como conhecimento.

“Tem uma perspectiva. A gente está trabalhando a “Escola Geraizeira” hoje a gente trabalha na escola o trabalho que nós temos dentro do assentamento, né, as lavouras, o quê que a gente produz.... ou seja, passa sempre essa referência para os jovens, com alguns pais, estamos trabalhando essa escola com o Custódio e, a perspectiva da gente é que os jovens volta a trabalhar aqui no assentamento. Não é porque o jovem vai trabalhar fora, vai embora, que a gente vai deixar de dar a ele uma resposta, né? Mas a idéia é que eles voltem para cá. Para junto com os pais, suas idéias, levar as coisas a diante”. (Chicão dez/2007)

A proposta da escola veio da preocupação com a construção de uma educação que proporcionasse aos filhos não apenas o saber formal, mas o próprio aprendizado necessário para sua reprodução camponesa.

A centralidade assumida pela educação ampara-se no reconhecimento do papel desta para a continuidade do próprio assentamento, já que esta é, reconhecidamente, de suma importância na reprodução da cultura.

No entanto, não se chegou nessa opção sem embate e disputas. A primeira questão era: para os moradores do tapera o espaço físico da escola deveria estabelecer-se dentro do assentamento, enquanto para a Secretaria de Educação de

Riacho dos Machados as crianças deveriam ser transportadas todos os dias até à escola mais próxima, situada a mais de 30 quilômetros do assentamento rural.

A segunda questão que se apresentava ia além de se ter acesso à escola e coloca como questão qual é o ensino que se desejava para aquelas pessoas, o que fez com a escola geraizeira se tornasse uma nova luta, como afirmam os próprios moradores.

Por fim, obtiveram a institucionalização da escola geraizeira no assentamento e, conseqüentemente, recursos para o funcionamento da mesma. Contudo, a prática pedagógica, dos professores de origem externa ao assentamento e sem qualquer vínculo com as questões do lugar, revelou-se como outro limite a ser superado pelos moradores do Tapera para efetivação da escola geraizeira. A solução encontrada foi a busca pela formação continuada dos próprios assentados, como educadores, para que estes se constituam então, nos futuros professores-educadores do Tapera

A partir de tais preocupações, como ação imediata, as lideranças compuseram um acordo com os professores com a finalidade de se ter em sala de aula pessoas do assentamento como auxiliares de algumas disciplinas como: geografia, ciências e História. Essa foi uma estratégia alcançada para se discutir com os alunos os valores e saberes camponeses construídos ao longo dos anos.

Nessa perspectiva, a ação dos professores auxiliares permite que os alunos tenham um contato com a sua própria história, com os conhecimentos e valores culturais tão preciosos em uma área muito sensível de cerrado no norte de Minas. Permite uma reflexão mais próxima da sua realidade onde as escolhas, das técnicas de manejo do solo e o conhecimento das resistências e adaptação de cada planta, entre outros elementos, podem ser determinantes para a permanência ou não permanências das famílias.

A proposta que se coloca no Tapera, entre outras que se colocam em vários assentamentos rurais (CALDART, 1997), ainda que não seja uma solução definitiva, aponta para uma nova perspectiva, para uma reflexão sobre a prática pedagógica se no que se refere ao ensino no campo. Assim, as questões que apresentam de imediato são: i) o que ensinar e a quem cabe ensinar; ii) quais são as possibilidades, os desafios e os limites dessa proposta de escola que se põe como prática fortalecedora do movimento de conquista da terra pela resistência e permanência nela.

A preocupação com a formação de professores de dentro do assentamento, da forma em que é colocada pelas lideranças do Assentamento Rural Tapera, traz pelo menos uma reflexão: o quanto o professor (ainda que leciona nas escolas rurais) está distante das questões da terra.

Uma atitude há que ser tomada não apenas por dentro dos movimentos sociais pela terra, bem como por outros segmentos da sociedade organizada, questionando-se que pedagogia se praticar no campo e na escola de um modo geral. Para Paulo Freire, (1996) não se constata a diferença e a distância entre a *ingenuidade e a criticidade*, entre o saber da experiência empírica e aquilo que é resultado dos procedimentos científicos. Afirma que a curiosidade ingênua não perde seu valor, pois simplesmente por sua curiosidade, a certeza da sua criticidade. E que a curiosidade do camponês não é menor que a de um cientista ou filósofo; apenas é superada quando esses em relação à curiosidade tornam-se “*epistemologicamente curiosos*”.

Não é possível dizer dos alcances da escola geraizeira do Tapera, posto que a mesma está em construção. Porém, o que podemos dizer com segurança é da riqueza do processo de sua constituição. Não apenas da escola, mas do próprio assentamento e dos sujeitos que o integram.

De fato, a luta que começou pela terra para que deixassem de ser sujeitos para se constituírem sujeitos como agentes de sua história hoje se abre diante das necessidades vão descobrindo ter. É neste contexto que, para aqueles camponeses, a escola geraizeira se insere: como um novo direito, para além dos direitos já instituídos. Um novo objetivo que se instaura na restauração/manutenção da ação política, conforme refletiu Rancière (1990), no sentido do dissenso.

Capítulo 04 - O sentido do trabalho e da família nas estratégias políticas dos camponeses do Tapera.

Seria arbitrária e ilusória a intenção de criar um modelo no qual pudesse encaixar-se qualquer modo de vida que fosse. No limite, o que podemos é, ao apreender algo do que o caracteriza, torná-lo compreensível aos nossos sentidos e, sensorialmente, apreender a representação deste modo de vida. Contudo, as tramas mais finas que o sustentam não podem ser apreendidas no imediato, o que nos coloca a necessidade de irmos para além do aparente porque, como observou Henri Lefebvre (1979),

“a aparência, manifestação ou fenômeno, portanto, é apenas um aspecto da coisa e não a coisa inteira. Com relação à essência, o fenômeno é em si mesmo apenas uma abstração, um lado menos rico e complexo do que a coisa, um momento abstrato negado pela coisa. A coisa difere da aparência; e, com relação à aparência, a coisa é em si mesma a diferença, negação, contradição. Ela não é a aparência, mas sua negação.” (LEFEBVRE, 1979:218-219)

Foi neste sentido que buscamos verticalizar naquilo que o “estudo de caso” pode nos revelar, considerando ser esta possibilidade, afinal, que o justifica e o torna necessário.

Como forma de aproximação do que acreditamos ser a essência do sujeito iniciamos pela reflexão acerca do que Klaas Woortmann (1990) chamou de *campesinidade*. Neste sentido, a reflexão proposta nesse capítulo, objetiva chegar ao mais elementar do Tapera, que é o modo de vida do camponês (ou dos camponeses) que lhe dão a sua substância.

Este sujeito, com as suas mais diversas manifestações, tanto traz à luz a sua realidade quanto a esconde ou a *dissimula*. É neste sentido que entendemos a ressalva feita por José de Souza Martins quando afirma ser importante considerar aquilo que não foi dito, o que está no silêncio. Assim, a “fala” camponesa, ressabiada, mas também um tanto espontânea na medição do que se diz, traz em si um oculto que por vezes diz mais do que foi efetivamente falado. Não negamos a possibilidade de que talvez essa fala nos diga mais do que nos é inteligível, como certamente ocorre. Contudo, se nos propomos a contribuir e tentar compreender aquilo com o que lidamos, devemos também considerar nossos limites, reconhecendo que ficarão lacunas, originadas pelos limites de nossa compreensão.

O camponês, desenraizado das suas condições de sê-lo, não perde, necessariamente, a sua campesinidade que, pode permanecer latente por um período para se restabelecer em outro. Para Woortmann (1990), a campesinidade é o conjunto de conteúdos que o camponês traz consigo, em maior ou menor grau, dependendo do

contexto. É algo que não pode ser reconhecido apenas no âmbito da produção econômica do sujeito, mas pela sua produção como um todo. Neste sentido, é preciso considerar sua produção cultural e seus valores éticos, os seus saberes, que compõem o seu modo de vida e sustentam sua reprodução.

Para este autor, o camponês não deixa de sê-lo ainda que esteja na condição de vendedor de sua força de trabalho (de assalariado), por exemplo, porque o trabalho, para o camponês possui outro valor que não seja o monetário. O trabalho é acima de tudo a condição da sua reprodução.

Neste sentido, a necessidade de se vender como força de trabalho é também uma “agressão” aos seus valores que, no limite, tende à sua degradação; porque retira do camponês as possibilidades mais amplas de realizar-se com tal pela escassez e fragmentação do tempo. Quando vende sua força de trabalho busca, em outro momento, alcançar as condições de viver como camponês. O que impõe uma situação de crise a essa campesinidade: o “trabalho honrado” tem para o camponês o sentido do valor ético de quem reconstrói para si e seus familiares as possibilidades da conservação da tradição. Tradição como meio de sobrevivência e permanência diante da “grande transformação” (a modernidade), como afirma Klass Woortmann:

“Inversamente, o apego à tradição pode ser um meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro.”
(WOORTMANN, 1990:17)

A condição de se possuir a terra, para o camponês, não é menos que ser e sentir-se camponês, porque ela é condição de vida e reprodução da família camponesa. Posse que, no entanto, revela-se precária no embate com a propriedade da terra apoderada como negócio. De fato, são duas racionalidades que se chocam: a terra como lugar/condição do trabalho e a terra como forma de reprodução capitalista da riqueza. E neste embate é a condição camponesa, assentada no direito de estar ali pelo tempo que se está, que é a segurança do camponês. Sr. Gegê, camponês do *entorno*, quando perguntado sobre a propriedade da terra do Tapera alega:

“Documento? Tenho não. Por enquanto não. Ainda não. É, eu não tenho documentação. Mas eu tenho a terra, que é o que eu preciso.”(...)

“Tô feliz demais... Eu preocupo... a gente preocupa né? Porque... igual eu moro aqui de posseiro, a gente preocupa porque talvez a gente está aí sossegado, quando de repente a firma vem perturbando a gente, né? Então a gente não deixa de preocupar. Tem hora que a gente quer crescer mais a propriedade, uma roça maior, ou um pasto maior, mas a gente não tem como, não pode, eles falam que a gente tem direito no que está cercado, como é que faz? Então, tem um monte de preocupação né? Tem os filhos que têm vontade de possuir as coisas, mas é um lugar muito apertado, a gente está rodeado aí, está tudo nas mãos dos poderosos.

*Mas o direito disso aqui é nosso, enquanto a gente viver, vive é aqui, dessa terra”.*¹⁰⁶

A terra tem para o camponês, o sentido do trabalho, da realização da vida, enquanto se vive daquela terra. Somente a partir da terra o camponês realizará sua obra e nela realizar-se-á. Mas a modernização da reprodução social colocou para o camponês a necessidade da propriedade formal: ainda que uma determinada família não a detenha, ela almeja alcançá-la, por ser esta uma nova condição (im)posta. Assim, a terra que antes era sentido e extensão da família camponesa no e pelo trabalho, na forma contemporânea da reprodução da riqueza também se ergue para o camponês como propriedade.

Como já afirmado, o acesso à terra e a sua manutenção torna-se fundamental para a existência do camponês. A terra como condição de realização do trabalho que possibilita a reprodução da família e da sua cultura, da sua “ética”. É assim que, o camponês ameaçado pelos processos expropriatórios (já discutidos no capítulo II) quando reage, o faz defendendo não apenas a terra, mas também a sua condição camponesa. Assim, a luta pela terra, que não se encerra nela, significa a luta pela vida a qual o camponês conhece e, nela se reconhece.

No Assentamento Tapera essa luta se “trava” desde meados dos anos de 1980. Esta se alimenta de outras lutas (mas que se fundamentam na luta pela terra) no decorrer dos anos por conta da ética camponesa. O objetivo é sempre o de criar as condições de se viver o quanto melhor a partir do trabalho na terra para que nela possa permanecer na sua condição camponesa.

O que não foi dito pelo camponês, mas que se esclarece, apresenta-se, por exemplo, nas questões políticas que estão postas para o entendimento desse sujeito nas suas decisões e até mesmo na realização de atividades que podem parecer mínimas. A maneira de desenvolver as atividades, na extensão de domínio da terra, e a maneira que seu vizinho a fará, pode se constituir em elemento fortalecedor da ação política, ou ainda poderá enfraquecê-la.

No Tapera, as relações internas de vizinhança são expressivamente relações políticas, por ser questionadoras das suas práticas. São relações políticas no sentido da reflexão de Jacques Rancière (1996) que afirma ser a *política* uma ação que busca o questionamento da ordem, uma ação do dissenso, que confronta a *polícia*. A política é, então, a negação à ação do consenso - que seria a maneira pela qual, grupos e indivíduos se esforçam para acertar e combinar seus interesses, o que apontaria para uma acomodação de forças. A política? Trata-se de uma contraposição entre grupos,

¹⁰⁶ Sr. Gegê, março/2009, em entrevista à autora.

indivíduos ou classes. Esta se dá pela oposição de um *modo de ser a outro modo de ser*. É questionadora da ordem, é o dissenso, segundo Rancière (1996).

A ação de governar, segundo RANCIÈRE (1996:369), supõe que haja um poder superior que se impõe sobre a *"inferioridade que lhes corresponde."* Por exemplo, o aparecimento da democracia originou-se da capacidade de uma ruptura lógica de dominação, tida como natural. Um regime que sugerisse um governo do povo (em se tratando daqueles que não possuem títulos que lhes permitam governar) do ponto de vista das classes dominantes, tal proposta apareceu como inconcebível.

"A democracia é o poder do povo, do demos. Mas o que se entende exatamente sob esse nome? O demos, em Atenas, é constituído primeiramente pelos pobres. Mas pobres não é simplesmente uma categoria econômica, relacionada a um nível de recursos; é bem mais uma categoria simbólica, uma posição no mundo daquilo que se vê e se considera: pobres são as pessoas reais, as que não possuem nada, nenhum título para governar, nenhum título de valor a não ser o fato de terem nascido ali e não alhures. Esse nome para nós banal significa, portanto, originalmente uma ruptura inédita, a instituição de um mundo às avessas para todos os que pretendem fazer valer um título para governar. Significa que governam especificamente os que não têm nenhum título para governar" (...). "O que o demos encarna é a parte dos que não têm parte." (RANCIÈRE, 1996:370)

Assim, para Jacques Rancière a Política é aquilo que confronta as instâncias de vigilância e de repressão que guardam a ordem - a *polícia que*, para o autor, é *"o recorte do mundo sensível que define, no mais das vezes implicitamente, as formas do espaço em que o comando se exerce"* (RANCIÈRE, 1996:372), é o conjunto das instâncias do poder hegemônico, que dão suporte a ação para conter a política.

É papel da *polícia* (as estruturas do Estado) definir o princípio de cada um em seu lugar em sua função e de determinar a importância de tais papéis e funções na construção social. Opõe-se à polícia, a Política *"conflito sobre a configuração do mundo do sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos"* (RANCIÈRE, 1996:373). Segundo este autor, não se trata de um conflito de um ponto de vista ou de um reconhecimento, mas antes disso, um conflito sobre a constituição do mundo comum e o que nele se põe. A Política é o dissenso, que por sua vez é aquilo que fomenta o conflito nas situações ordenadas, nas discussões e argumentações. Essas não acontecerão entre parceiros, dar-se-á de forma particular, na criação de um espaço no mundo sensível em que aquele que fala possa ser ouvido para além de um ruído. A Política é enfim a ação construtora dos mundos litigiosos partes, ou recortes, de um mundo sensível.

Além da re-configuração do mundo, a Política é a busca pela capacidade de algumas vozes se manifestarem: aquelas que não são ouvidas no conjunto que se constitui dominante (a não ser como ruídos sem conteúdo e sem significado segundo

Rancière). A Política, o dissenso, tem sua origem naqueles que buscam agir no sentido de tornar visível e audível, tudo o que é digno de ser visto e ouvido. Trata-se de uma disputa para ter a voz integrada em uma percepção de mundo, o mundo daqueles que serão escutados das vozes capazes de dizer. A Política apresenta vozes antes não ouvidas e que questionam o impossível dentro de uma ordem. Portanto, a Política quer subverter a ordem e superá-la.

Para Odette Seabra é na constatação da perda (ou na eminência da mesma), no sofrimento como indivíduo, é que se constrói “o lugar e momento do nascimento do homem político” (SEABRA, 2003:103). Condição que se fez presente no Tapera, quando os camponeses se viram ameaçados da perda de sua condição pelo processo modernizante que os envolveu quando a luta era contra o outro, aquele que os ameaçava.

Mas as ações políticas permanecem e as estratégias dos grupos políticos se diversificam no intuito de construir as possibilidades do espaço no mundo sensível. E é nesta condição que, no Tapera, se estabelecem as relações de solidariedade, de ajuda mútua: há o sentido de aglutinar ações como forma de fortalecimento da atuação daquele coletivo.

Assim, a solidariedade entre famílias na execução de tarefas se dá em função de relações existentes, inclusive política e que são fortalecidas neste exercício. No Tapera, os momentos de preparo da terra, do plantio ou da colheita constituem-se também em oportunidades de estreitamento e fortalecimento de relações. que contribuem para fortalecer posições dentro do coletivo. Em última instância, ajudam a (re)definir rumos do assentamento quando se transformam em ações políticas constituídas na direção da Associação, no confronto com aquilo “do externo” que se põe ao Tapera.

Desse modo, a política perpassa todos os momentos da produção no Tapera que quer se fazer ouvir. É importante para o sujeito político do Tapera que este esteja forte, alcance não apenas visibilidade, mas autonomia de escolha, condição de se posicionar, como esclarece Zé Tico:

“Aí nós falamos: isso nós não queremos. O quê que nós vamos fazer com isso? Nós não comemos nem mamona nem algodão. Nós comemos milho, feijão, cana e mandioca. A gente não vai... porque, graças a Deus, que a gente fez aquela coisa e deu certo, porque se não fosse, hoje nós tava com a cara quebrada. Mas quando trabalha com fé em Deus é muito bom. Porque a gente fica... tem crédito e tem palavra. Porque a gente fica assim: oh, vocês precisam ganhar a credibilidade e vê se dá certo ou não; e é isso que nós estamos fazendo.” (Zé Tico dezembro 2007)

Mas se o camponês, ou seu coletivo se enfraquece em um setor da sua organização social (seja este econômico, cultural, religioso), esse fato pode se constituir em um fator de desmotivação, causador de baixa auto-estima e mesmo de perda de

força política e de ação (na sua condição de sujeito político). Primeiro o sujeito precisa se sentir capaz, motivado e esperançoso. Portanto, interessa para uma família, que as demais que compõem o grupo sociopolítico, também obtenham êxito, tanto no que concerne à sua reprodução física, quanto moral, naquilo que seja a ética camponesa. Assim, pode-se perceber uma constante preocupação com a construção e manutenção de um grau da auto-estima familiar. Há um grande esforço de alguns membros do assentamento em dar reconhecimento às famílias e de buscar a sua aproximação nas decisões coletivas. Estes membros estão ligados à associação de modo formal, compondo sua diretoria e mesmo informal, apoiando aqueles que a compõem.

A escolha de uma inovação no plantio, por exemplo, é feita com cautela, cercada de cuidados que possam assegurar a manutenção da estrutura produtiva familiar. Para que, mesmo no caso de insucesso relativo a alguma experiência nova, esta não signifique perdas em proporções desestruturantes do trabalho familiar e da sua reprodução como sujeito político, capaz de se manifestar. Pois a perda pode não ser apenas econômica, mas também simbólica tanto para o grupo familiar quanto ao coletivo do Tapera.

Este é um dos sentidos que faz com que os grupos e indivíduos se assistam, se critiquem e se apoiem. Essa preocupação, que se explicita constantemente no nível do discurso, também se revela na prática. É evidente, no grupo camponês do Tapera, a noção de um grupo político. Os indivíduos estão ligados entre si pela composição dessa condição. Torna-se muito importante para as ações dos representantes desse grupo, a segurança de ter as decisões em assembleias abertas. Todos se tornam responsáveis pelas decisões e se sentem no dever de lutar pela sua execução. Existem as pessoas que não vão às instâncias do Estado, mas que contribuem com a luta dando suporte aos que vão, ajudando nas tarefas das roças quando necessário, fortalecendo o coletivo através da viabilização da ação daquele que precisa sair. Segundo dona Joaquina *“Tonho lutou muito, ficava era dias fora de casa. Tinha tempos que a gente tinha que ir lá cuidar das roças até ele voltar”*¹⁰⁷.

Desta forma, um grande número de famílias e pessoas que vivem no Tapera tem a oportunidade de participar das decisões e ações políticas. Ao cuidar das roças de um vizinho encampado na luta, aqueles que nesta tarefa se envolviam, estavam somando na construção do espaço de manifestação política necessário às suas questões.

Essa representação política também está presente nos sindicatos de trabalhadores rurais, bem como nas cooperativas e ONGs que mediam as ações pelas quais o grupo político do Tapera decide, principalmente em relação às instâncias do

¹⁰⁷ Joaquina Março/2009

Estado. Os camponeses estão, hoje, presentes na Cooperativa Grande Sertão, no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM) e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riacho dos Machados. Essa presença dá-se pela necessidade de entender e decodificar a linguagem do outro, a linguagem dos códigos para que, a partir do domínio dessa linguagem, estes possam desvendar os caminhos na construção do seu espaço de diálogo. Podem se fazer ouvir como pertencente à *comunidade política*, como um *ser falante* e não apenas emitir sons *ruidosos e inaudíveis* (Rancière, 1996:373).

A tendência em acreditar na sua capacidade de ação política está relacionada aos objetivos já alcançados e à esperança própria do camponês brasileiro, desde início do séc. XX, (MARTINS, 1983) forjar as condições para que possa se fazer ouvir. Não que suas questões já tenham o espaço de discussão garantido, mas, porque as possibilidades da construção deste são abertas por meio das suas contestações e contraposições, enfim, da luta. A inconformidade com a ordem e a crença do camponês do Tapera na sua existência futura é que o faz buscar novas possibilidades.

A “*escola geraizeira*”, discutida no capítulo três, é exemplo desta luta. Não se trata simplesmente de ensinar as técnicas e práticas do campo ao filho do camponês. Vai além, no sentido de construção de uma luta pela escola do campo, para os filhos do campo. Querem que seja *geraizeira* porque ao se identificarem como *geraizeiros*, os camponeses do Tapera busca a visibilidade e o reconhecimento da sua diferença, naquilo que o caracteriza e que o faz ser reconhecido como um camponês da Serra Geral, um *Geraizeiro* afinal. “*Se eu fosse só Tapera, eu falava só do Tapera, mas eu sou um geraizeiro, sou do Norte de Minas, igual os do Assentamento de Americana e Rio Pardo de Minas, tudo geraizeiro e nossa luta é uma só.*”¹⁰⁸ Mais que viver nos “domínios” da Serra Geral (terras antes gerais) este camponês se reproduziu produzindo aquele espaço, numa relação que o fez ter seus costumes característicos que fazem parte da sua identidade que, afinal, se forma com o outro (GONÇALVES, 2003).

Assim, a luta por uma escola diferente se inscreve no contexto da luta pelo direito às suas diferenças, ao seu fazer específico e isto conta no desejo daqueles que vivem no Tapera: “*a escola é para a gente entender e registrar as nossas palavras, que são geraizeiras, que não está errada. Como os geraizeiros, os vazanteiros, os barranqueiros, os indígenas, os quilombolas e os caatingueiros, cada qual tem a sua.*”¹⁰⁹ Na sua fala, o camponês externa seu sentimento de capaz, ele se declara *geraizeiro* e se compara a outros “diferentes” para falar da sua diferença que ele deseja que seja

¹⁰⁸ Zé Tico, março/2009.

¹⁰⁹ Zé Tico março/2009

reconhecida. E nas palavras deste mesmo camponês: *“aqui, a gente aprendeu foi a lutar”*.

Contudo, a modernização do espaço e das relações impôs transformações e mesmo rupturas, impedindo a permanência de algumas tradições, que revelam no discurso dos camponeses: hoje, não se tem mais o “gadinho” a solta, *“pode até soltar pra esse mundão, mas morre a ‘erva’ cresceu, envenena o gado. Esse tempo passou, não tem mais jeito. Passou.”*¹¹⁰ Ou, as reuniões espontâneas que antes eram realizadas que, segundo Don’Ana e Joaninha, traziam as pessoas para compartilharem a alegria:

“a cantiga de roda antigamente, antigamente não, até outro dia mesmo, era o que a gente tinha pra reunir, era a alegria nossa aqui, vinha gente de toda parte e nós cantava até o dia amanhecer. Hoje a gente ainda canta, quando alguém pede, às vezes chega aí uma turma boa, que quer ver como é que é, agente faz a roda. Ou às vezes quando tem alguma reunião, do pessoal aí mesmo, só assim... de brincadeira... aí a gente faz uma rodinha, a meninada gosta. Era o que tinha pra aliviar o sofrimento antigamente, no tempo de meu pai que era homem sofrido, mas muito alegre. Aquilo foi ficando com a gente e a gente vai ensinando, igual tem uma turminha que quer aprender aí. Você me desculpe que me emociono, mas, é assim...” (Joaninha e D’Ana março/2009)

A cantiga de roda não tem mais o sentido da festa (LEFEBVRE, 1991) já que não acontece mais com a espontaneidade que já houve um dia. Porém, quando se reúnem para a cantiga, segundo Don’Ana e Joaninha, costuma surgir *“assim só de brincadeira”* com alguma espontaneidade a roda *“e cantiga começa”*.

Algumas pessoas do Tapera que percebem a importância dessa valorização se movimentam no sentido daquilo que alguns deles estão denominando de resgate. Cida, jovem camponesa envolvida com a Pastoral da Criança, é uma dessas pessoas. Segundo ela, é preciso não deixar morrer e resgatar o que já foi perdido, porque além do fortalecimento da cultura é também uma forma de valorização dos mais velhos, que se sentem prestigiados: *“eles vêem que eles são importantes e, os mais novos vão dar mais valor, porque é a história deles também.”*¹¹¹

O que já foi “perdido” talvez não seja possível resgatar por ter ficado naquele momento histórico onde havia um significado, em um processo que suporta o atual, mas, que já não cabe mais nele. Contudo, fica claro que, a valorização dos costumes, dos antigos fazeres traz ao povo do Tapera o sentido de quem são, de se saberem sujeitos de uma história, de uma produção. Nas palavras de Joaninha vida era muito sofrida, e, a cantiga de roda era o que

“acalentava aquele sofrer moça. Hoje não, hoje a gente tem muita alegria, tem sempre gente aqui, gente de fora, nós mesmos, a gente conversa, as casas são perto e não é mais aquela trabalhadeira, a gente tem mais

¹¹⁰ João Tiú out/2007.

¹¹¹ Cida, dezembro/2007

liberdade. Antigamente tinha que aparecer um filho de Deus pra vir aqui conversar com a gente. Era acontecimento difícil algum filho de Deus vir aqui. A gente sentia mais a necessidade de fazer uma coisa assim, senão não agüentava não.” (Joaninha março/2009)

Outro fator fundante da estrutura sociopolítica do Tapera é a organização do tempo. O tempo está fundamentalmente ligado ao trabalho, mas, é organizado de acordo com a decisão do camponês. Se este decide que é importante ir pescar, ou “andar por esses matos”, é a ele quem cabe esta decisão. Sua autonomia sobre seu tempo é garantida pela sua condição camponesa. Se nem sempre foi assim para os moradores do Tapera, não há dúvidas que este é um dos novos fatores que contribuem para a formação de grupos de discussão e de ação política e, neste sentindo um ganho, neste processo que, como vimos, trouxe perdas significativas. O tempo é também apropriado para o encontro, para a reunião, condição na qual o espaço da associação como espaço coletivo ganha mais relevância. Além de se tornar ponto de encontro entre os jovens nos finais de semana e em alguns fins de tardes, o espaço da Associação também é lugar de reunir as pessoas, seja para festa¹¹², seja para a decisão ou cumprimento das responsabilidades. Neste sentido, este espaço é também espaço da formação política por propiciar o encontro que também é desencontro: *“Para aprovar, desaprovar, porque aqui se resolve no voto, sim ou não, tudo em assembléia (...) na associação tem briga, mas, é para resolver os problemas”¹¹³.*

Ainda que se pense apenas no âmbito do econômico, é fácil perceber que quanto mais próxima é a família em relação à associação, mas próspera esta se torna. O que explica este fato de acordo com as conversas e observações em campo, é que além da família se fazer representar nas decisões, as discussões que se estabelecem por meio da associação somam à experiência individual aquilo que lhe é novo, o *experimento*. Assim, o tempo que o camponês concede para se dedicar aos assuntos coletivos reverte para si em orientações técnicas que poderão lhe trazer benfeitorias/benefícios aos seus lotes.

O orgulho de se sentirem parte de uma luta grandiosa, vitoriosa e contínua faz da “gente do Tapera” um povo forte e, assim, o sentido de êxito, para aquele camponês, associa-se mais com a segurança estrutural e à sua *ética* do que propriamente com o

¹¹² Ainda que a festa não tenha em alguns momentos o sentido puro da festa espontânea ou das tradicionais, preferimos denominar festa as organizações de comemoração e de recepção dos de fora, por se tratar de um costume daqueles camponeses. Ainda que estes preparem uma recepção com cantigas eles o fazem por decisão suas. Se um grupo avisa que vai visitá-los, por exemplo, eles preparam biscoitos, sucos, cafés e se reúnem para recepcionar aquelas pessoas. Não é um combinado ou algo contratado. Eles gostam de receber pessoas e por isso procuram agradar. Sendo assim, essa “festividade” não se opõe ao sentido da festa como define Lefebvre (1991).

¹¹³ Zé Tico Março/2009

alcance financeiro imediato. Ainda que o desenvolvimento de uma determinada experiência tenha obtido sucesso no seu resultado final, para este camponês, também é importante que ela seja um elemento de soma aos seus resultados gerais e não um elemento de competição com outras atividades já que, é o conjunto delas que ele considera central para sua reprodução social¹¹⁴.

A ação política construída cotidianamente no Tapera também se liga às outras ações da produção camponesa. Isto se revela na preocupação de membros do Assentamento Tapera com a credibilidade social que este alcança coletiva e individualmente (junto ao comércio local, compradores e fornecedores nas suas relações econômicas e de confiança pessoal, entre outras). É neste sentido que aqui são consideradas afirmações como as que alguns camponeses fazem ao serem perguntados sobre o relacionamento com “os de fora”: *“eu? Lá em Riacho, ou Porteirinha, que seja, você chega e fala que é pra João Tiú, é uma feira, ou um dinheiro, é o que João Tiú precisar, é na hora. João Tiú tem essa cara aqui ó, João Tiú tem nome. E é nessa região toda.”*¹¹⁵ Ou, quando afirmam que o Tapera é referência no que tange à “consolidação de assentamentos” e *“até lá em Brasília eles sabem quem é Tapera”*¹¹⁶. Expressões que revelam a importância simbólica do reconhecimento do outro não apenas de seu trabalho, mas de sua própria existência, construída no território. Ou quando, cheio de orgulho, afirma Zé Tico: *“Quem levantou o CAA foi o Tapera, porque nós aplicamos as técnicas deles aqui e deu muito certo. Então, eles não deixam faltar nada aqui pra gente”*.¹¹⁷

Trata-se de uma moralidade construída pelo processo ao qual denominam de “luta”, de um agrupamento de pessoas que resolveram lutar juntos por seus sonhos, desejos, medos e “uma querência” por algo em comum: a terra. Para, a partir daí, construir uma nova campesinidade, capaz de aparecer em vários grupos, em tempos e espaços diferentes (WOORTMANN, 1987), e como já vastamente registrado na literatura brasileira e citada neste trabalho, capaz de promover o questionamento da ordem, o *dissenso*.

Nesta campesinidade, a palavra empenhada e o seu cumprimento explicitam que as relações não mediadas por formalidades, mas pelo compromisso e reconhecimento do outro. Torna-se assim, o “apalavrado”, uma obrigação a ser cumprida, cujo não cumprimento constitui-se não apenas na perda da credibilidade fundamental na forma/conteúdo estabelecido, mas também na possibilidade de alijamento exemplar do

¹¹⁴ Isso ficará claro mais adiante, quando tratarmos da experiência com o projeto dos biocombustíveis vivida no Tapera.

¹¹⁵ João Tiú, dezembro/2007.

¹¹⁶ Chicão, dezembro/2007

¹¹⁷ Zé Tico, março/2009.

grupo. Alijamento este que pode inviabilizar a própria condição de camponês, pois é no empenho da palavra que muitas vezes se negocia com outro camponês ou com “os de fora” a semente, o dia de trabalho, ferramentas e outros componentes necessários à produção. A quebra da palavra leva à quebra da confiança que faz girar as relações que produzem o lugar e os que se reproduzem como camponês. A moral e a ética camponesa são, assim, produto, ao mesmo tempo em que se tornam fundamento de reprodução sócio-espacial onde estão inseridos. É neste sentido que entendemos ser a ética camponesa¹¹⁸ um elemento da sua produção, o que a torna uma moralidade. Que se define por um conjunto de ações e reações que se subordinam aos costumes às regras que, se não estão escritas, legitimam-se historicamente pela dinâmica e pelo conteúdo que, em última instância, ajudam a dar sentido à existência camponesa.

O modo de vida, no sentido que definiu Odette Seabra (2003), estão presentes suas crenças, suas rezas, festas, costumes, presentes na organização de espaço como casas e quintais e, principalmente, num ritmo próprio e que é apropriado. Apropriado pelo camponês e que se adequa àquilo que se adapta às circunstâncias de maneira a dar sentido à vida, à sua *práxis*.

Tratam-se de práticas que se revelam muito ricas, não apenas de sentidos e significados, mas também na direção de ampliar e renovar o *saber-fazer* camponês.

É no saber camponês que as trocas e as práticas se revelam tanto mais ricas quanto diversas. No Tapera, é o conhecimento diverso que enriquece os o saber-fazer que se materializam no desenvolvimento de técnicas e ações mais adequadas à produção do espaço em que estão inseridos. Técnicas que, ao se ligarem à condição de diversificar e de reinventar vão além do desenvolvimento de formas mais propícias de produção, porque alcança o camponês demonstrando para ele e para o outro, que as experiências propiciadas por seu modo de vida constituem o arcabouço de onde é possível reproduzir sua existência.

Contudo, não se trata apenas da simples inserção: a questão é, fundamentalmente, de envolvimento. Porque o não envolvimento para o camponês que vive e se reproduz na terra, traz conseqüências, como o não saber fazer e o conseqüente não querer fazer. Situação que também é encontrada no Tapera: o camponês que, apesar de viver na terra não constrói com ela as condições de sua reprodução e de sua família. Quase sempre, constituem-se em trabalhadores assalariados da empresa SICAFE (ou similares) ou, ainda, em trabalhadores

¹¹⁸ Conforme refletiu WOORTMANN, 1990.

jornaleiros¹¹⁹. Mas há também o camponês que se reproduz na terra, mas cujo filho vai buscar na forma de trabalhador assalariado sua condição de inserção que é muitas vezes meio de afirmação perante o grupo.

Porém, se também são experiências, esses jovens, ao se distanciarem da terra distanciam-se também dos sujeitos, de suas práticas e seus saberes, o que pode levar ao não saber-fazer na terra. Alguns daqueles que “saíram” e, trabalharam como assalariados e hoje estão na terra enfrentam dificuldades para conseguir viver dela. Dificuldade que não se explica e não se resolve simplesmente, pois aceitar o saber-fazer do outro com e do qual não se compartilhou, pois isto é negar o seu, o que pode aparecer como negação de sua experiência e, em alguma medida, como questionamento de si mesmo.

Também é importante ressaltar que a produção no Tapera não fica restrita aos limites físicos de suas unidades de produção. Ao contrário, a produção camponesa, como parte de uma produção social, imbrica-se nessa produção mais ampla e toma para si a necessidade de construir novas experiências a partir das suas e das dos outros. Fato que também se explica porque o Tapera não se constitui em uma territorialidade excluída da reprodução capitalista do espaço, que o influencia em sua própria reprodução.

De fato, a forma capitalista de reprodução da riqueza possui atrativos para os camponeses que atravessam e compõem o seu imaginário e, em alguma medida, de forma muitas vezes conflituosa, influencia suas práticas. É assim que, para o Tapera, uma das formas da assertiva de que não é a tradição, um simples passado que insiste em sobreviver no presente, “*mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro*” (WOORTMANN, 1987:17). É pela necessidade de solucionar a vida presente e projetar sua reprodução futura que faz com que o passado ganhe significado e aquilo que é tradicional represente sempre uma capacidade de renovação.

Essa influência, daquilo que é externo ao lugar (por vezes cheia de deslumbramentos), talvez aconteça pelo fato do camponês estar inserido em uma realidade cujos fundamentos de reprodução são definidos alhures e tenham um alcance muito mais geral e mais amplo. Pode acontecer porque o camponês, por princípio, tenda à diversidade que o leva a experimentar novos elementos que o desafiam tanto na sua compreensão, quanto no seu fazer, na sua prática. Porque a diversidade é um elemento de sustentação de seu modo de vida e que, ao mesmo tempo, lança-o ao desafio de experimentar e de se transformar todo o tempo para lidar com as questões novas que se

¹¹⁹ Como é o caso dos jovens em idade adulta que deixam suas famílias para trabalharem “fora” e daqueles que apesar de viverem com a família no assentamento, empregam sua força de trabalho fora da terra, na condição de assalariado.

apresentam e que constante e concomitantemente o expõe ao risco, mas que também o fortalece.

Neste aspecto é necessário trazer a concepção de Mendras (1978), quando este afirma que o camponês tende a ser continuamente cauteloso ao experimento novo e, somente depois de verificadas as possibilidades de êxito em uma determinada atividade a incorpora ao seu conjunto produtivo. Porque, antes de tudo, este tende a proteger a sua segurança de reprodução, ou seja, garantir os meios de viver na sua condição camponesa.

Ainda sobre a importância da diversidade para o camponês é preciso dizer que esta pode trazer a segurança sob alguns aspectos: um deles está relacionado com as atividades econômicas. A economia de uma família camponesa é um elemento muito importante na sua organização produtiva, apesar de reconhecermos a sua insuficiência para o entendimento de qualquer que seja o processo produtivo de uma organização social, que vai muito além do aspecto econômico. A organização do tempo, a distribuição de tarefas e a produção do espaço estão intimamente ligadas aos objetivos da produção econômica de uma família camponesa. No período de intensificação das atividades de produção é esta que define a organização do trabalho entre outras atividades da família. E, nesse aspecto, o camponês constrói um patrimônio sobre o qual este se instaura e pelo qual luta para proteger, como o seu saber fazer pelo domínio dos elementos estruturais (como a terra, as sementes, as matrizes, o tempo) dando assim, continuidade às práticas e seu melhoramento. E este conhecimento é um dos elementos que permite resistir às adversidades desestruturantes da família e da condição camponesa em seu processo de reprodução.

4.1 – Os cultivares e seus sentidos no Assentamento Tapera.

A agricultura é a principal atividade produtiva de segurança econômica para o camponês do Tapera. No entanto, ela é realizada associada com outras atividades secundárias que trazem para o camponês não apenas diferentes fontes de rendimento, mas também proporciona um envolvimento de trabalho nos períodos sazonais, participando dos projetos de produção da família ao longo de todo o ano produtivo¹²⁰. Assim, ganha relevância outro elemento não menos importante que é a própria diversidade dentro da diversidade. Neste sentido, o camponês reproduz-se a partir de

¹²⁰ Estamos denominando ano produtivo o período de tempo que ocorre entre o término das colheitas principais ao outro. Esse período não segue um calendário rígido ao qual estamos acostumados (de janeiro a dezembro) e sim um calendário flexível muito regulado pelos elementos climáticos (aproximadamente de junho a maio do ano seguinte ou, ao final do período chuvoso e o início do período não-chuvoso).

várias atividades. Na agricultura, por exemplo, o cultivo de variadas espécies e a diversidade dessas espécies tornam-se uma estratégia de desenvolvimento e prosperidade¹²¹ do grupo familiar. São cultivados vários produtos como o feijão, o milho, o arroz, amendoim etc. Mas dentro do plantio de um espécie, como o feijão, são cultivadas diversas variedades. No caso do feijão, por exemplo, as famílias do Tapera dominam oito tipos (carioquinha, feijão-catador, roxinho, rosinha, fava ou feijôa, feijão-de-corda, bagalu e “de árvore” ou andu), todos adaptados às condições do lugar, mas, cada um com suas especificidades para as condições físicas de produção do Tapera. Assim, se a escassez hídrica for muito intensa ou prolongada, a ponto de determinadas espécies de cultivo não vingarem, outros, mais resistentes, aparecem como segurança, como no caso da feijôa e do feijão-catador que, segundo os camponeses do Tapera têm grande resistência à seca, diferentemente de outros. Nas palavras de João Tiú: “esse feijãozinho aqui, minha filha do céu, é o que salva às vezes. Enquanto o feijão carioquinha nem embajou ainda, ele já tá adiantado, quase maduro. Se não tem outro, ele serve demais. É uma riqueza só.”¹²² A segurança do camponês encontra-se na sua condição histórica - de conhecedor das técnicas e do território, controlador do acervo de sementes - que naquele espaço e ao longo do tempo foi construída como resultante da reprodução da própria vida.

Igualmente acontece com outros cultivares, especialmente com o milho e a mandioca. É nesse aspecto que o camponês é desafiado a fazer suas melhores escolhas e a testar o seu conhecimento. Nesse confronto, o camponês se fortalece, se empenha, apreende novo, para guardar o que foi positivo e não se esquecer do negativo, o que deu “prejuízo”. O milho, por exemplo, pode significar o êxito das atividades de um período produtivo, ou pode significar seu fracasso. Muito daquilo que se produz e que vive no lote está ligado ao consumo do milho: “com o milho não pode brincar não. O milho? Tem que plantar. Faça o que fizer dessas roças, mas se faltar o milho... ah, eu não sei moça, a coisa fica feia. É a riqueza que nós temos aqui.”¹²³ Este cultivo dentro da produção de uma família camponesa de produção é garantidor da maior diversidade. A partir dele desenvolvem-se outras atividades como a manutenção da criação de animais como bovinos, suínos, caprinos, galináceos, que fornecem a proteína na alimentação da família na sua forma indireta e garante a manutenção das matrizes que dão continuidade aos rebanhos. Sem falar no consumo direto do mesmo em forma de farinha, mingau, broa, polenta, entre tantos outros.

¹²¹ Nem sempre a prosperidade é representada pelo dinheiro ou pelo acúmulo, mas, tem sua representação na “tuiá”, na despensa, na criação (o gado, o porco, cabra, galinha, perus entre outros).

¹²² João Tiú, dezembro/2007

¹²³ João Tiú sobre suas decisões sobre a roça. Março/2009

Além desse aspecto, a colheita farta desse produto dá um alto nível de confiança e de esperança às famílias camponesas. Há um grau de orgulho e de altivez que alimentam a auto-estima da família. Não que outras colheitas não sejam importantes e necessárias, mas a relação com milho é diferente porque este se torna estrutural para o funcionamento de várias outras atividades. Se a família necessitar comprar o milho, além do custo, observa-se um desgaste emocional para além do financeiro no grupo familiar. É possível que aconteça com outros produtos em outros lugares, mas no caso da estrutura produzida no Tapera este aparece de forma expressiva na maioria das entrevistas, além de ser o cultivo presente nas atividades de produção, não apenas econômicas, de todas as famílias. Mas é a fala camponesa que melhor dimensiona a importância do milho dentro do Tapera:

“Porque olha, se eu não tenho milho, eu não tenho carne, não tenho leite, eu não tenho muita coisa. Se eu plantar só o milho, eu vou ter carne, leite, vou ter ovo, né? Então eu vou ter muita coisa só com o milho. E ainda vou ter para fazer bolo, vou ter o fubá. Então eu vou ter muita coisa porque com o milho, eu trato da galinha, do porco e trato da vaca. Então, a galinha me dá ovo, carne, a vaca me dá leite, me dá a carne e, o porco me dá carne e me dá o óleo também. Ah! E junto com o milho eu ainda posso plantar o feijão, na mesma terra, um amendoim...não é uma riqueza moça?”(Lô, março/09)

Se o camponês experimenta o novo, como de fato o faz, conforme afirmou Mendras(1978), no Tapera ele o faz com algumas reservas, com desconfiança, porque uma decisão errada pode levar uma família camponesa ao comprometimento de anos de trabalho e até da sua própria existência. Como, por exemplo, a perda da semente com a qual trabalha. No caso do milho, diante de uma informação de uma determinada semente que produz em três meses, o camponês hesita. Desconfiado, planta um pouco, afinal, um milho que produz com três meses em uma área de chuvas concentradas, seria uma vantagem muito grande. Porém, ao experimentar essa espécie João Tiú afirma que *“é pra nunca mais... Eu não mexo com isso mais não. Você pensa: espera três meses pra colher uma espiga desse tamanquinho? Pode uma coisa dessas?”*¹²⁴ Com certa decepção compara as espigas e, de certa forma, sente-se aliviado pelo plantio da novidade em uma pequena área e não ter perdido a semente já adaptada: *“não tem problema não, esse pouquinho que plantei aqui não é jogado fora não, galinha come, porco come... mas, prefiro o de seis meses, não é mais graúdo? Esse ocupa o mesmo tanto de terra e dá menos. Nunca mais, Deus me livre.”*¹²⁵

¹²⁴ João tiú entrevista em 25 de março 2009.

¹²⁵ João tiú entrevista em 25 de março 2009.

Figura 10 - As espigas de milho colocadas à prova – março de 2009



Fonte: do arquivo da autora. Março/2009

A desconfiança do camponês é uma defesa, receio de errar e comprometer todo um ciclo de plantio. Assim, mesmo a boa perspectiva tem que ser antes testada para ir adiante e o resultado não satisfatório serve-lhe como argumento à sua reação. Pode-se dizer, entretanto, que mesmo o resultado negativo torna-se positivo por servir de mais um componente de orientação no acúmulo de saberes da família camponesa. É dessa desconfiança, esse medo de errar, que leva o agricultor camponês a desenvolver estratégias que fazem parte da sua luta pela permanência na terra. Essa precaução torna-se uma constante, diante dos limites que estão em toda parte: seja pela extensão limitada da sua terra propícia para o cultivo agrícola, seja na hora de comercializar seu produto ou na reduzida composição da força de trabalho.

O trabalho do camponês do Tapera comporta o que MARX, 2007:51 denominou de sentido criador, o da *práxis*, que tem por finalidade a obra e que não se finda nela. Trabalho que permite ao homem (ou o obriga) a não se distanciar da natureza porque ele se torna tanto mais forte, quanto mais estreita for esta relação, como se é possível observar no trabalho de muitos dos camponeses do Tapera.

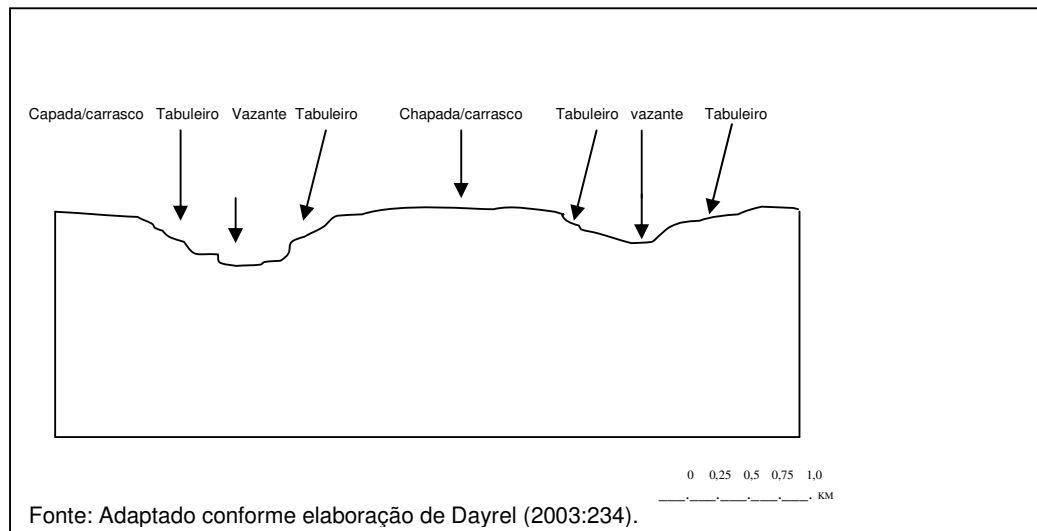
Segundo Marx, se o homem é capaz de ver a si mesmo em sua própria obra, é neste momento que toma consciência de sua natureza, da sua essência. Assim, não se chega à obra, a não ser pelo emprego do trabalho no seu sentido criador (MARX, 2008). No Tapera, essa relação com a natureza manifesta-se na produção do território, no empenho de um esforço de transformá-la de modo a atender suas necessidades. Ao definir, por exemplo, a área a ser usada para cada atividade a ser desenvolvida, o camponês do tapera se vale do seu conhecimento histórico sobre aquele território.

Sendo assim, não é por acaso que as áreas mais baixas, de “terras frias”, das vazantes, são destinadas ao cultivo de cultivos mais exigentes e, área de “tabuleiro” lhe serve para a morada e o quintal¹²⁶, e comumente as chapadas (ou *carrascos*) são mantidos com a vegetação nativa e pastagem. Esse é um resultado obtido pela *avaliação* do camponês de como se relacionar com a natureza de modo a garantir sua reprodução mantendo o equilíbrio desta relação.

Ao analisar as unidades eco-geográficas (como pode ser observado na figura 11), referidas pelos camponeses, Dayrel (2003:234) afirma que *“estas unidades estão correlacionadas com a posição na paisagem, com os tipos de solo e vegetação”*. Isto se dá conforme o conhecimento e a relação que o camponês estabelece com a natureza e suas manifestações.

¹²⁶ É tratada por quintal a área em volta da casa do camponês, onde este mantém árvores frutíferas, horta de verduras e leguminosas entre outros.

Figura 11 - “Unidades eco-geográficas” identificadas pelos camponeses do Tapera na paisagem de cerrado.



As características ecológicas são importantes para o camponês do Tapera, na medida em que cada característica natural ou adaptada é considerada de modo a atender às suas necessidades. Nas áreas de vazantes estão as melhores condições para produzir determinados cultivos, segundo à avaliação do camponês do Tapera e de acordo com sua necessidade. Se estes constroem barraginhas nas cabeceiras dos tabuleiros é para atender à sua necessidade em prorrogar, ao máximo, o tempo de infiltração da água na terra, para favorecer a umidade do solo, a quantidade e a qualidade do plantio. Assim, o camponês do Tapera, conforme elaborou Marx (2007), apropria-se da natureza, transformando-a por meio do seu trabalho, com o claro objetivo de sustentar sua reprodução material e histórica, condição em que o trabalho torna-se instrumento da sua permanência naquele território.

4.2 – A família camponesa e a organização do trabalho no Tapera.

A organização camponesa em torno do trabalho da família na terra constitui em elemento fundamental da permanência e continuidade do camponês. Neste sentido, torna-se a atividade “norteadora” sempre partindo das necessidades e criando novas que desafiam o homem (MARX,2007). Assim, se no seio de uma sociedade, que se modernizou e dividiu o trabalho em escala mundial, onde esse sentido torna-se um tanto alienado, degradado, na produção camponesa este se impõe como fundamento. Pela necessidade de se produzir muito do que poderá atender às suas necessidades, no que

se organiza no seio de uma família camponesa (como as do Tapera), o trabalho ganha o seu sentido transformador. É por meio do trabalho que o camponês *emerge*, como homem da natureza e se volta para ela.

O homem, que é também natureza e que dela/nela vive, lidando diretamente com “*objetos naturais e objetos produzidos*”, ao se reproduzir constitui um modo de vida. Uma maneira peculiar de produzir o espaço. Nesse modo de vida cabe a hierarquia, a divisão de tarefas, a separação da terra (terra de pasto, terra de plantio, terra de madeira e lenha, terra de pomar, etc.). Toda essa hierarquia e divisão é mediada pelo trabalho e pelo não-trabalho; pelo tempo de trabalho e pelo tempo do ócio (LEFEVRE, 1967).

A família camponesa, como afirmou Klaas Woortmann (1990), é pensada em relação a terra e ao trabalho e estes por sua vez, da mesma forma, não são pensados um sem o outro: “por outro lado, essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia” (WOORTMANN, 1990:23).

A maneira como se organiza o trabalho é peculiar de cada família, mas a hierarquia é o eixo do modo como se dividem as atividades camponesas. O pai, a mãe e os filhos compõem uma unidade e se complementam, mas não estão na mesma posição hierárquica: cada membro da família ocupa lugares diferentes e com grau de reconhecimento também diferenciados.

Na família do Tapera, é o pai que tem maior liberdade para julgar e decidir, entre executar uma atividade de rotina ou uma que seja extraordinária. Dependendo da decisão, o restante da família então se organiza para que aquela atividade seja cumprida. Já a mulher e os filhos não possuem tal autonomia: para que algo parecido aconteça, é preciso ordem do pai.

É ainda o pai quem toma as decisões finais, decide o que, onde e quando plantar, contrata força de trabalho quando julga necessário, assume os riscos. São decisões que não envolvem apenas a produção econômica, mas, que alcança o tempo dos outros membros da família. Na vida escolar dos filhos, por exemplo, é ele quem decide o horário que vão estudar, de acordo com as necessidades do trabalho na propriedade, caso haja flexibilidade na disponibilidade de horário escolar. Na família de João Franco, por exemplo, “*as meninas, preferi que estudem de manhã, é tudo moça, de noite é ruim, o rapaz não, ele pode ir à noite, de moto com o filho do vizinho, ele me faz falta ele aqui, de manhã*”¹²⁷.

¹²⁷ João Franco março/09

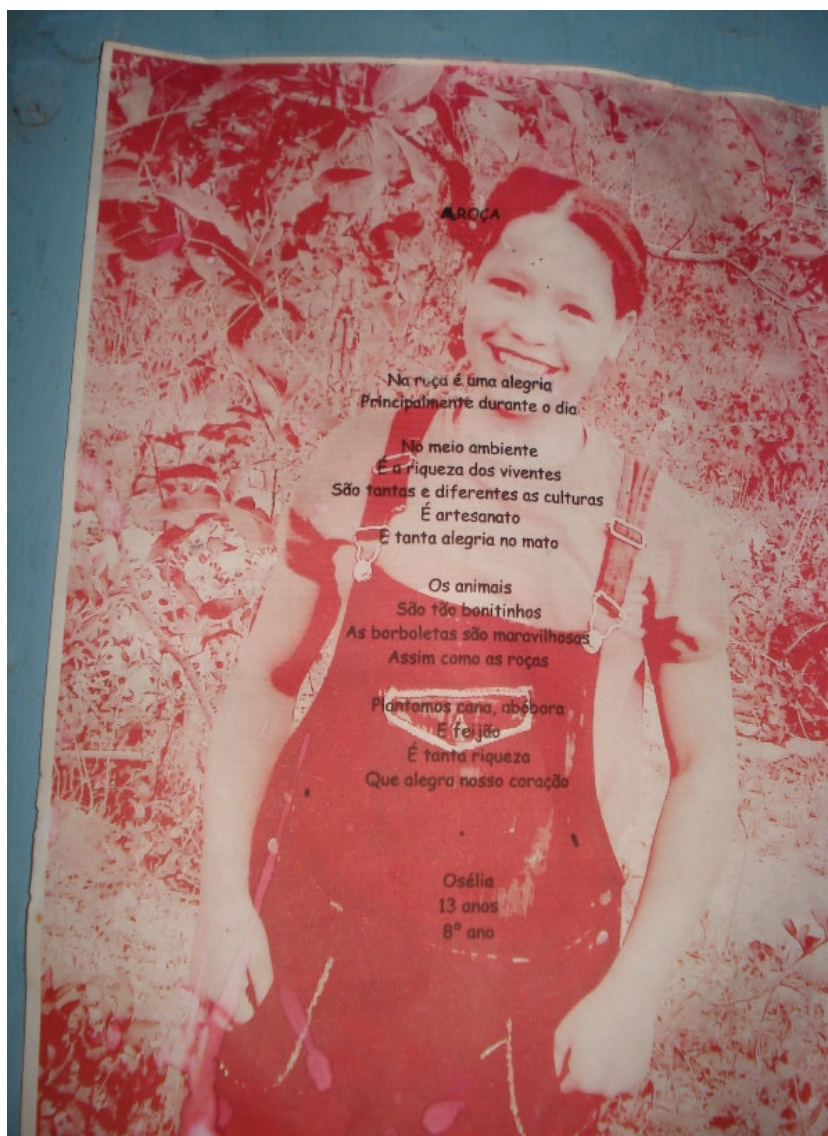
As decisões tomadas, de acordo com as necessidades colocadas, mas sob a ordem do chefe de família, explicitam-se também em outros tempos como conta João Tiú: *“essa menina mesmo aí ó, essa galeguinha, levei pra ficar com a avó que estava precisando dela, depois busquei, mas não é por vontade dela não, é de precisão. Porque não gosto de filho meu longe de mim não.”*¹²⁸ Ainda quando este mesmo camponês relata que a filha *“até vai pra escola, que eu não vou impedir filho meu não, mas de madrugada esse calanguinho tem arrear o cavalo e levar ela lá aonde que o ônibus pega ela, cinco horas tem que sair daqui, e é todo dia. Não é fácil, mas é preciso”*. Aos filhos, cabe ajudar os pais, contudo, no Tapera sua principal atividade é a escola. O orgulho dos filhos na escola está estampado nas paredes da sala da família camponesa, conforme se pode perceber na figura seguinte.

¹²⁸ João Tiú dezembro/07

Figura 12 – Produção escolar, dos filhos de João Tiú, na parede da sala



Poesia da filha de João Tiú (a galeguinha) exposta na parede da sala



Fonte: Do arquivo da autora, março/2009

À mulher camponesa, em circunstâncias normais, não é possível qualquer possibilidade de não realizar suas tarefas, que são estruturais para a reprodução da família. Se esta não as concretiza pode comprometer toda a organização e “funcionamento” do grupo familiar. Isto porque, apesar de não ser esta liberada das atividades “da roça”, é ela a responsável pelas atividades que garantem a alimentação, saúde e a higiene da família, portanto, vitais para a reprodução do grupo familiar.

Os filhos estão subordinados ao pai e depois à mãe, o que não significa que a mãe esteja no mesmo nível que o pai na hierarquia família: apesar de exercer grande influência sobre o pai, esta o deve “obediência”. Aos filhos podem ser dadas as tarefas menos árduas, mas também menos importantes na hierarquia das atividades. A estes, a não ser em casos especiais, não está posto o direito de decidir, ou de dizer não a ordem paterna. Assim, quem em primeiro lugar resolve qualquer questão que se coloca é o pai. Este tem a autoridade que lhe confere a família de, inclusive, se ocupar menos e ter mais tempo livre: *“onde está João? João está por aí, nessas roças, é o tempo de eu tratar dos porcos, que agora mesmo está ai pra jantar”*. Aquele que pergunta pode se preocupar se houve algum problema para ele sair por aqueles matos depois de chegar da roça. *“Que nada moça, João tá é “vagabundando”... olha uma coisa aqui, a outra ali, é uma cerca, é um bezerro, fecha um colchete... é nada não moça, agora mesmo tá aí.”* Ele, fazendo graça, ao chegar, quando questionado responde: *“é nada moça, eu é que sou “gerente” aqui de casa, eu tenho que ver tudo, se não, nada anda. Eu é que sei dessas coisas tudo aí.”*¹²⁹

É atributo do pai, na família camponesa, garantir que o fruto do trabalho da família seja preservado e que este traga retornos positivos para a família, “é responsabilidade grande”. Tanto a mulher (a mãe), quanto os filhos estão *sujeitos* às decisões do pai, como pode ser visto pela *divisão de atividades* entre a mulher e o homem na família camponesa e pela *organização do tempo*. É à mulher, mesmo não estando livre do trabalho na roça, a quem cabe o trabalho em volta da casa e nos preparativos das reuniões, como pode ser observado nas fotos abaixo.

¹²⁹ Diálogo na casa de camponeses do Tapera.

Figura 13 – Mulheres camponesas no trabalho

Mulheres organizando o “galpão” para a festa



Camponesa na ordenha matinal

É função da mulher “pillar” o arroz



Mulheres lavando roupa

Fonte: do arquivo da autora - Março/2009

Em todas as famílias entrevistadas observa-se que a mulher tem participação no trabalho da roça (capinar, plantar, colher) sem deixar de responsabilizar pelo bom andamento doméstico¹³⁰. A contribuição da mulher para a reprodução familiar é estrutural. Ela está presente em todos os “afazeres” da família. Nos lotes visitados do Tapera essa importância se explicita. Quanto mais “ativa” é a mulher, tanto melhor as atividades são desenvolvidas, quanto maior é a prosperidade da família. Estas se orgulham das suas casas, dos bons resultados, mostram tudo que têm para reafirmar a importância da sua presença. Presença que gostam de ver registrada, por exemplo, na hora de uma fotografia. Sejam elas próprias, sejam seus objetos, essas se sentem felizes em ver registrados momentos das suas vidas.

¹³⁰ Por bom andamento doméstico, entendamos todas as atividades da casa propriamente dita, limpeza e alimentação, mais as atividades “do terreiro” (porcos, galinhas, cães, horta, limpeza, etc.)

Figura 14 - A mulher camponesa e suas “coisinhas”.



D. Dina, D'Ana, Júlia, Joaquina e os netos de Júlia

Perus, fogão feito pela camponesa Julia – resultado do seu trabalho.



Ruínas da velha casa e a nova em construção
Motivo de orgulho para Júlia.

Parte da colheita do feijão ao lado da cama

Fonte: arquivo da autora março/2009

Se há uma clara separação no que é “serviço de homem”, o mesmo não se esclarece no que seja “serviço de mulher”, para o qual não há muitos limites. É muito comum, por exemplo, encontrar as panelas cheias em cima do fogão o dia inteiro. Isto acontece porque a mulher costuma sair cedo para a roça com o marido e com algum filho disponível (depende do horário da escola), por isso ela deixa o almoço pronto. É na hora do almoço e de um descanso *“que dá tempo de passar uma vassoura na casa, ajeitar um banheiro, e também, tem que deixar adiantado, porque chega todo mundo com fome...”*¹³¹ As atividades da casa e “do terreiro” são muitas e necessitam ser repetidas: o trato das galinhas, porcos, cães e outros animais; no entardecer se faz a janta da família e se faz um biscoito, um bolo adentrando a noite. Lô se diz acostumada, não reclama: *“todo dia aqui, é isso mesmo moça, só durmo depois das onze. É que ainda espero Jéferson chegar da aula. Enquanto ele não chega, não tenho sossego de dormir, então faço uma coisa, faço outra... Aqui nessa casa a gente não dorme não.”*¹³² O comentário que “nessa casa não se dorme” se confirma às quatro e meia da manhã com a “arrumação para as meninas irem para a escola.” Quando a camponesa em seguida já se põe de pé para as tarefas do dia: acende o fogo, faz café, trata das criações (animais), tira o leite e o marido vai andando na frente, vai para a

¹³¹ Anita, março/2009.

¹³² Lô, março/2009

roça, enquanto a mulher ainda prepara o almoço. E Lô se conforma: “o leite sou eu quem tiro, ele fala que as tetas são muito pequenas e a mão dele dói. Mas ele prende as vacas pra mim, assim, peia né, e amarra os bezerros.”¹³³

Quando os filhos são todos pequenos e o pai sai para trabalhar fora das suas terras é a mulher quem se responsabiliza por tocar a roça, cuidar da casa e dos filhos. O que, segundo outra camponesa é bastante difícil: “nossa moça, é muito trem aqui, a gente não dá conta não, porque meu esposo é só em dia de folga, é muito pouco, a trabalhadeira é demais. Se for pensar bem, é pra não dar conta mesmo”.¹³⁴

Sobre a organização do trabalho na propriedade camponesa também é possível identificar no Tapera a contratação de trabalhador do lote vizinho para reforçar o trabalho da família, conforme Woortmann (1990) aponta. A remuneração dessa contratação pode se definir por duas formas e conforme a atividade e época que esta é necessária. Esta pode se dar pelo pagamento em dinheiro ou pela troca de dias trabalhados, em que o camponês que recebeu a ajuda se compromete a ir trabalhar no lote do outro quando este necessitar. Embora esta forma seja a mais usual e a preferida dos camponeses, nem sempre é possível, principalmente se há a demanda de muitos dias de trabalho. Zé Tico (Zé Pereira), produtor de rapaduras, família composta de três filhas, um filho, e a mulher, que para o plantio das roças, representam força de trabalho suficiente. Contudo, para

“mexer com a cana é pouco, até que essas meninas chegam da escola pra ajudar... também, são fracas pra cortar a cana, que é melhor cortar de manhã, o jeito é chamar alguém, um ou dois, pra ajudar. Pagar, é com dinheiro, como é que eu trocar esse tanto de dia? ”.

Assim, a troca de dias é mais comum na época de semear a terra e no momento da colheita, onde a soma de esforços acelera a execução da atividade. Contudo, como se trata de atividades que não podem atrasar, como “o feijão mesmo, se passar da hora de colher, ele nasce, perde demais”, muitas vezes é preciso recorrer ao trabalho remunerado em dinheiro, já que, quase todas as famílias estão envolvidas com os seus plantios. Mas quando é possível, esta é a forma mais usual e mesmo a preferida do camponês, como afirma Adelino:

“Aqui eu não tenho muito problema não, porque meus filhos já estão crescidos e, eu e a mulher ainda temos muita saúde para trabalhar, difícil é casa de pouca gente, de menino pequeno. Eu mesmo já passei muito aperto aqui, agora até dá ajudar os vizinhos aí. Quando eu preciso são eles que me ajudam, a gente troca.”¹³⁵

¹³³ Lô, março/2009

¹³⁴ Aninha, dezembro/2007

¹³⁵ Adelino, março 2009

A troca de dias de trabalho, mesmo quando já paga, deixa no camponês um sentimento de reconhecimento da ajuda recebida e fortalece entre eles a solidariedade e a gratidão, como pode ser visto na fala do camponês Adelino: “*é assim, ó: eu ajudo, eles me ajudam. Ano que vem mesmo, mesmo que eu já paguei os dias, sei que devo obrigação, na hora de plantar, se precisar de mim, eu estou aí.*”

Segundo MOURA, (1988) no *empreendimento* familiar a remuneração do trabalho, quando esta ocorre, tem o sentido de obter maior fartura. No caso do Tapera, isto ocorre com os camponeses que se dedicam à produção destinada ao comércio. Isto porque, ainda que o objetivo seja o mercado, o sentido não é o de acumular recursos na forma monetária, mas de reinvestir em toda a produção do lote, como afirma Zé Tico:

“dá pra pagar quem ajudou, quem trabalhou comigo e sobra aí pra gradear uma terra, comprar um animal, favorece muito, ruim é quando não projeto pra gente entregar, mas aí, fazer o quê? No ano passado mesmo que eu fui muito prejudicado pelo amendoim, mas a rapadura que na conseguimos produzir aqui, ainda deu pra ajudar na hora de gradear a terra e plantar pra esse ano colher, está bom.”¹³⁶

Mas além da decisão de contratar ou não dias de trabalho e outras ligadas às atividades internas do trabalho na propriedade no lote, ao pai cabe ainda as decisões sobre as atividades externas. Estas, por sua vez, envolvem *negociação* com outro e, como afirmou Woortmann (1990), aparecem como “*condição de realização do pai como sujeito trabalhador e transmissor da terra*”.

O negócio, no entanto, não é uma atividade isenta de conflitos para o camponês. Se no seu trabalho cotidiano este se sente à vontade dentro de algo que ele detém o domínio, no ato do negócio, a ação do camponês em transformar o produto do trabalho em dinheiro, já o coloca em situação de desconforto. Entre outros motivos, porque, conforme Woortmann, o negócio também está ligado ao *impuro*, ao nefasto. No Tapera este desconforto materializa-se e, em alguma medida e se revela na fala dos camponeses. Não é raro a substituição do verbo *vender* por *entregar*, como aparece na fala de Zé Tico: “*entreguei rapadura aqui, ano passado, a três reais o quilo, mas dá é muito trabalho*”.¹³⁷ Já o resultado do trabalho é exposto sem receios e a casa, o lote, são abertos para falar e revelar a fartura alcançada pelo trabalho da família camponesa.

Na venda daquilo que lhe sobra ou é produzido para vender, o camponês também está sujeito às regras de negociação, podendo fazer ou não um bom negócio para si. Por sua vez, isso dependerá, em muitos momentos, do quanto a família

¹³⁶ Zé Tico, março/2009. Não se trata de afirmar que o camponês não acumula recursos na forma monetária. Trata-se de afirmar que o sentido de toda a produção, ainda que não seja de gêneros para alimentação, é reinvestida no lote. O que é guardado na forma monetária é o excedente da produção.

¹³⁷ Zé Tico, março/2009

camponesa está estruturada: se estão em momento de “*sem precisão*”, pode aguardar o melhor preço para a venda de sua produção e assim fazer um negócio mais vantajoso que pode permitir, inclusive, a aquisição de equipamentos que facilitem a lida diária na terra, ou efetuar outros investimentos como a compra de maquinários, contratação de serviços etc. Contudo, como afirma Adelino, se

“se descontrola atrapalha tudo. Se eu tiver que ir à feira comprar, aquilo que eu podia ter produzido, aí não tem jeito, na hora de arrumar a terra vai fazer falta, aí a produção do ano seguinte não vai ser a mesma, é um trem sem jeito. Mas se tem pra mais do que eu preciso, e eu não tenho pressa de vender, posso esperar. O preço vem. Ali pra agosto mesmo, vendo bem o meu feijão, lá no Riacho mesmo. Com esse dinheiro eu posso mandar preparar as terras pra próxima planta.” (Adelino, março/2009.)

Poder aguardar o melhor preço pode significar a possibilidade, inclusive de outros negócios melhores. O fato de não ter pressa para vender significa a fartura dentro de casa, sendo uma reserva diante do inesperado, como afirmou Dona Geralda:

*“só é problema quando adocece um, e a agente não tem os recursos aqui. Agora mesmo, com a doença de meu marido foi quase tudo embora, agora que nós estamos aprumando de novo. Mas com saúde se dá um jeito.”*¹³⁸

4.3 – Os saberes do camponês em sua vida cotidiana: é tempo de plantar.

Tanto quanto um mau negócio ou uma adversidade, o atraso no plantio ou colheita pode ter conseqüências negativas que demandem longo período de esforço de recuperação. Por isso, se preocupam tanto com o período do plantio à colheita, o “atraso” da primeira chuva ou uma possível desorganização do grupo familiar, ou uma enfermidade de um ente na família, qual seja o problema, ainda que a despensa esteja cheia, pode significar grande “*prejuízo*” para o futuro.

Decorrente desta importância é possível perceber que durante o período da produção agrícola há certo nível de tensão. O tempo é vigiado com cuidado, sinais são observados, sendo que ganha muita relevância o saber camponês, principalmente dos mais velhos e experientes, capazes de reconhecer os indicadores e orientar as ações a serem tomadas. Assim, o céu ganha a centralidade nessas observações, mas se as galinhas arrumam sua plumagem de uma maneira especial, é certo que

*“vai chover, pode até não ter nuvem no céu, mas elas vão chegar, vai chover, pode olhar pra aquele lado que vai escurecer de hoje pra depois de amanhã, é de lá que a chuva vem. Olha os bichos como é que estão.”*¹³⁹

¹³⁸ Dona Geralda, março/2009.

¹³⁹ Sr. Juvenato 23 de março 2009.

Todo o conjunto de acontecimentos, os quais o camponês já se acostumou a decifrar, entra na sua avaliação porque “é preciso acertar antes de começar, tudo tem que ser com pensamento, a cabeça que manda primeiro, o resto vem com trabalho, mas tem trabalhar de acordo.”¹⁴⁰ Assim, a decisão por determinadas atividades, ou mesmo sobre as roças a serem cultivadas resultam da minuciosa observação, baseada no saber acumulado historicamente e dos desafios que se apresentam para o camponês e que, no Tapera, se revelam como fundamentos de sua reprodução.

4.4 - A experiência com os biocombustíveis

Como já afirmamos, a cautela é própria do camponês no momento de incorporar novas atividades, ainda que este objetive trabalhar para sua reprodução de maneira mais próspera possível. Assim, também é necessário produzir, para além do produzido para o consumo, alguns produtos destinados diretamente à comercialização, através dos quais obterão recursos monetários, importante para a obtenção daquilo que não produzem, mas que aparecem como necessidade, como roupas, eletrodomésticos, entre outros. São elementos que assumem lugar de destaque. A geladeira e o fogão à gás podem até estar colocados na sala, porque representem o resultado do trabalho. Temos um exemplo desta situação, na figura seguinte:

Figura 15 – Sala como lugar de destaque às conquistas camponesas.



Geladeira, som e TV em uma sala, em outra a TV e o fogão.

Para adquirir aquilo que o camponês não obtém pelo seu trabalho, este tem em seus projetos de produção uma determinada quantidade de alguns itens para o *negócio*.

¹⁴⁰ Adelino 24 de março 2009.

Foi no contexto da produção destinada diretamente à comercialização, que a experiência de produção de oleaginosas, amendoim, gergelim, girassol, para a produção de biocombustíveis, foi introduzida no Tapera. Embora, em princípio, esta aparecesse como uma experiência com grandes possibilidades de êxito, a mesma foi recebida com cautela pelos camponeses que diziam da necessidade de esperar pelo resultado, como aparece na fala de Custódio: *“é preciso a gente ver como é que é. Nem tudo é só coisa ruim. Se a gente não experimentar, nunca vai saber. Aí é que vem o cuidado de não sair fazendo só porque alguém falou que é bom. A gente tem que ver se é.”*¹⁴¹

O plantio das oleaginosas no Tapera foi parte do contrato assinado com a Petrobrás, via cooperativa Grande Sertão. Porém, o plantio foi realizado em consórcio com as espécies já cultivadas pelos camponeses tradicionalmente. Este cuidado, não apenas dos camponeses, mas também da Cooperativa Grande Sertão, foi, inicialmente, de não desestruturar a produção existente entre as famílias envolvidas no projeto das oleaginosas.

Além do plantio nos lotes das famílias, também foram feitos plantios em área de uso coletivo, ambas acompanhadas por técnicos da Cooperativa e pelo CAA. Inicialmente, as oleaginosas introduzidas no Tapera pela Petrobras seriam: o algodão, girassol, mamona, e amendoim. Contudo, a mamona e algodão, por não serem passíveis de serem reaproveitadas para o alimento de pessoas ou animais, foram descartados pelos camponeses, acrescentando-se o gergelim às demais propostas anteriormente. A não inserção do algodão e da mamona pode ser entendida como uma precaução; caso não conseguissem comercializar o produto o trabalho investido no cultivo não fosse perdido, enquanto o amendoim, girassol e gergelim, não representava esse risco.

Por vários motivos, os resultados do projeto não deixaram os camponeses satisfeitos, sendo o principal deles o baixo preço alcançado em cada produto, segundo a avaliação do projeto, depreciados em relação aos preços praticados no mercado. Nesse caso, diante da não obrigação da “entrega” de toda a produção, por contrato, os camponeses “entregaram” uma quantidade mínima exigida das colheitas, apenas o necessário para custear o investimento do projeto.

Apesar de todos os cuidados tomados, as oleaginosas no Tapera não deixaram de trazer alguns transtornos para os camponeses. Entre estes, há uma forte referência ao amendoim que, apesar de não ter atrapalhado o plantio de qualquer outro cultivo, tornou-se um problema no momento da colheita: esta, além de muito difícil, coincide com o momento da produção da rapadura e da cachaça. Zé Tico, por exemplo, relata

¹⁴¹ Custódio, out/2007.

que deixou de produzir maior quantidade de rapadura em um momento que havia uma boa demanda pelo produto para não deixar o amendoim na terra, comprometendo assim, a produção de um elemento estrutural para a família. Problemas dessa natureza fizeram com que os camponeses não se interessassem pela renovação do contrato, tendo assim, se encerrado a experiência com as oleaginosas no Tapera.

Esta experiência foi importante tanto para demonstrar que algumas atividades podem competir com as atividades tradicionais do campesinato, quanto o constante conflito no qual vive o camponês. Embora ele necessite construir novas relações que lhe assegure uma nova opção na diversidade produtiva, há sempre o risco de perdas. É essa diversidade já consolidada, que permite as experimentações novas como afirma Zé Tico:

“a gente não pode perder a esperança não, tem que ter fé. Se dessa vez não deu certo, sinceramente até atrapalhou, mas não quer dizer que se de uma não deu, que outra vez também não vai dar. A gente precisa trabalhar pro sustento, mas tem que trabalhar pra ganhar um dinheiro, então, tem ter fé que uma hora vai aparecer uma coisa que presta né? Enquanto isso a gente vai fazendo o que sabe fazer, planta aí um monte coisa, cria um monte de bicho que faltar, não falta não. Eu até confesso que eu acreditei muito, plantei demais, me prejudicou, mas não tem nada não, a gente recupera”. (Zé Tico, março 2009).

Assim, a esperança, que é fé, mas também é o esperar, baseia-se na relação com a terra, cujo resultado é de tempo lento e que, afinal, não é (e não pode ser) medido apenas pela produção, mas por todo o sentido que envolve a família camponesa e sua relação com seu lugar.

4.5 – A pecuária no Tapera: a centralidade do gado como liquidez “na hora da precisão” e as “criações” para a reprodução direta da família.

“Gado? Tenho. Tenho aí umas vaquinhas, com uns bezerrinhos, um gadinho solteiro. Agora diminuí um pouco, João Tiú é muito cabeça dura, deixa aumentar, mas o lote aqui não suporta, acaba perdendo gado. Então, diminuí. Cuido é mais das roças hoje, que João Tiú andava muito relaxado com roça. Mas deixar de criar um gadinho, um animal [cavalos e muares] não deixo não. É o que me socorre, não é? É meu orgulho: minhas roças boas do jeito que tão, minha criação. Depois dos meus meninos é essa que é a minha alegria (João Tiú, março/2009).

Todas as famílias (excetuando a de José Antonio) possuem vaca leiteira, em média de umas cinco em lactação, um reprodutor e algumas reses, “*um gadinho, modo a gente ter uma segurança, né moça. O gado vale mais, dá mais trabalho, mas na hora*

da precisão...”. Mas existem casos em que, pelo menos duas famílias, possuem em torno de trinta a quarenta cabeças de gado¹⁴².

No Tapera, o gado representa parte do patrimônio familiar. Fora da “precisão”, quando tem que “*apurar um dinheiro, modo fazer alguma coisa, que às vezes é preciso.*”¹⁴³, o gado só é vendido em situação de seca muito longa, quando a escassez hídrica ameaça a condição de alimentar o rebanho.

Principalmente em relação ao gado, o camponês do Tapera não costuma declarar o número exato de cabeças. Em alguma medida é como se dissessem que o outro não precisa saber ao certo, qual o patrimônio que a família possui. A esta pergunta, as respostas são sempre evasivas e desconfiadas. Não que eles queiram se vitimizar, pois a todo tempo estes fazem questão de mostrar e demonstrar o quanto são prósperos, se orgulham em apresentar a despensa, os eletrodomésticos, enfim, as conquistas, mas sem revelar tudo, especialmente, aquilo que ele tem como “uma segurança”, o patrimônio. O gado contado é só aquele que está na lida do curral, próximo à casa; do “gado solteiro” somente os da família têm real conhecimento.

Mesmo a família que tem no gado a principal atividade (de Geraldo Patrício) afirma que tem *um gadinho*.

“Eu trabalho mesmo é com gado, planto mais é pra despesa mesmo. Mexo com o leite. Faço um queijo, ou entrego o leite, depende da época, aquilo que dá mais. É um dinheiro mais farto, aí eu posso ir investindo aqui, completo aquilo que não produzimos aqui, às vezes falta alguma coisa, a gente compra dos companheiros mesmo aí, ou lá em Riacho. Minha renda mesmo quem me dá é o gado, quero dizer: as roças também dão, que se a gente fosse tirar tudo do leite, comprar de tudo, também não dava não. Mas eu acho que o gado é muito bom de mexer né?”

Raramente uma família mata um boi para a alimentação. Seu maior significado está na produção do leite para a família e para se obter uma quantia em dinheiro de mais urgência. A proteína consumida pelas famílias do Tapera, além do leite, vem da galinha (ovos e frangos), dos porcos tudo “*criado a solta, fazendo tentação. Porco no chiqueiro, só depois de castrado pra engordar ligeiro.*”¹⁴⁴ As matrizes são preservadas para as próximas ninhadas, como garantia de porco bom de engorda e adaptada às condições do lugar. Como conta Dona Dina: “*Nós tínhamos uma raça de porco aqui*

¹⁴² Esse número não é revelado pelas famílias. O gado representa uma riqueza, um patrimônio. Essa riqueza nunca é revelada ao certo. Há informações da Associação, por exemplo, de que uma determinada família possuía entre trinta a quarenta cabeças de gado. Quando a pergunta é feita diretamente ao produtor, este costuma a reduzir pela metade e até menos. Há quem afirme que alguns daqueles que já viviam na terra como agregados, quando receberam a posse dos seus lotes, possuíam gado. Apesar de o *patrão* proibir, este não exercia controle total. Há caso em que, após o falecimento do patriarca da família (acontecido nos primeiros anos da criação do assentamento), as filhas dividiram a herança de vinte cabeças de gado.

¹⁴³ João Tiú, dezembro 2007.

¹⁴⁴ Lô (Elizângela) março/2009

moça, que não prestava não. Não engordava... nada que desse pra o capado fazia ele engordar, era milho, era abóbora, nada! Aí, foi João [João Tiú] que arrumou aí por essas bandas uma porca boa e aí a gente vai tirando a cria.”¹⁴⁵

De certo modo, o porco exemplifica a prática camponesa do Tapera que, afinal, perpassa tudo que é produzido: ao longo do tempo as famílias vão selecionando aquilo que melhor se adapta e melhor se desenvolve no lugar. De certo modo, é como se a terra, a criação, a planta, tornassem-se a extensão do próprio camponês que faz presente naquilo que “toca” por tratar de uma produção sua, construída à sua necessidade à sua vontade.

4.6 – A família Tapera

“é tudo uma família só, é tudo gente da gente mesmo.”

Dona Joaninha, março/2009.

Um traço dos camponeses do Tapera é a “consideração” e os laços que vão se formando entre as famílias. Cada um explica, ao seu jeito, o porquê de todas as famílias comporem o que denominam e consideram uma família só. Dona Joaninha conta:

“de fora é pouca gente. Tem Custódio, mas ele é casado com Didi que é irmã de Terezinha, essa é casada com Tonho. Tonho é filho de Jovita, filho de criação, mas desde pequeno, Jovita é nascida aqui na Tapera. Tem João Tiú, mas, que é casado com a filha minha, eu vivo, nasci e me criei aqui; desde meu bisavô, meus netos nasceram tudo aqui. Tem quem mais... Eu não sei, é todo mundo assim mesmo. Todo mundo daqui, igual o Cícero que não é daqui mesmo, chegou novo, é casado com moça da Tapera - Eliana. E a gente considera; mesmo quem chegou depois, igual João e Lô, juntou mais nós, é como se fosse daqui, o sobrinho meu é padrinho daquela menina mais nova deles, é tudo uma coisa só, não tem ninguém que é de fora mais não, todo mundo já é daqui mesmo. Os filhos de todo mundo tá nascendo é aqui mesmo, é tudo daqui.”¹⁴⁶

O sentimento “fraternal” e a prática do apadrinhamento ligam as famílias entre si e, não apenas no sentido do afeto isso se manifesta. Existem casos entre algumas famílias que o filho de um casal seja criado por outro, ou que uma neta vá passar uns dias na casa da avó que esteja “precisando de ajuda”. Adelino, que já tem hoje os filhos já moços, ocupa-se da criação de um menino seu sobrinho relata: “*ah moça, no começo eu não queria não, mas mãe trouxe, não estava dando conta de três, eu crio esse. Agora já peguei amor não vai embora mais não. Agora mesmo já cresce e me ajuda. É uma alegria ter um menino desse na casa.*”¹⁴⁷ Segundo Woortmann (1990) por vezes as famílias camponesas, aquelas com maior quantidade de filhos, cedem um ou outro filho a uma família amiga no intuito de equilibrar a força de trabalho no lote. Nesse momento

¹⁴⁵ Dona Dina, março/2009.

¹⁴⁶ Dona Joaninha, março/2009

¹⁴⁷ Adelino, março 2009.

conta o grau de proximidade entre uma família e a outra sendo a prática do apadrinhamento um elo entre essas famílias.

Depois de oito a dez anos a criança já ajuda nas atividades do lote e, portanto, passa a dividir as responsabilidades com os pais. Essa é uma prática na qual a criança se forma. Formação que tem seu sentido no envolvimento direto da criança com as atividades que lhe deverão garantir a reprodução camponesa.

Eva, também moradora do Tapera, afirma que seria muito mais difícil sem seus filhos: *“ai de mim não fosse meus filhos, Moacir não soma comigo, eu quero de um jeito ele não quer, se não fosse esses meninos eu estava era perdida, eles é que me ajudam nas roças”*. Nesse caso Eva explicita o conflito de suas idéias e as do marido. Enquanto ela quer fazer as roças aplicando as técnicas que aprendeu com o CAA/NM, o marido não as aceita, não as reconhece. Contudo, apesar das próprias dificuldades, dispõe-se a ajudar a vizinha: *“quando dá tempo eu venho aqui ajudar ela. Ela também me ajuda na hora do aperto. Eu e meus meninos, que sozinha sou fraca.”*¹⁴⁸ Pode-se perceber que apesar de ainda se tratarem de criança, a mãe se fortalece nos filhos a ponto de realizar suas atividades e ainda encontrar ânimo para ajudar a família vizinha com a ajuda deles.

A camponesa identifica-se como “fraca” quando se vê sozinha para realizar as tarefas de seu lote e mesmo para a “ajuda”. Talvez a fraqueza a que Eva se refere não seja especificamente a sua condição física, mas à família fragmentada que não soma esforços em um sentido comum. Por sua fala (e condição) é possível perceber a importância da unidade familiar (que é também do grupo) para o êxito da reprodução camponesa. Os pais realizam suas atividades juntamente com os filhos e contam com a força de trabalho de cada um que, no conjunto tornam-se uma só, na capacidade produtiva da família. Nas palavras de Dona Mariinha *“a gente dá conta porque os meninos ajudam muito, eles trabalham de igual com nós. Sozinhos eu não deixo não, mas se vamos pra roça, é todo mundo junto.”*¹⁴⁹ Neste caso, se os filhos não estão com os pais fazem falta tanto no diz respeito à afetividade quanto na produção da família no lote como afirma Dona Geralda:

“Sozinha a gente não dá conta não, ainda mais com o homem doente, já não pode mais pegar pesado. Igual esse ano mesmo, todo mundo ficou atrasado, foi ruim de ajuda, porque estava todo mundo apertado, não tinha quem a gente pudesse chamar pra trabalhar, fizemos roça com muita dificuldade. Eu já falei mesmo, por mim esses meninos meus não saíam pra trabalhar fora não, nunca. Aqui dá pra todo mundo trabalhar. Sabe que eu estou até gostando dessa firma ter fechado a carvoaria? Com os meninos aqui, as roças do ano que vem vão ser maiores. Esse ano eles chegaram tarde e ainda deu pra fazerem alguma coisa, então você pensa

¹⁴⁸ Eva, dezembro 2007.

¹⁴⁹ Dona Mariinha, março/2009.

*o ano que vem, se eles estiverem aqui, a gente anima mais, planta mais, que aí tem gente pra cuidar.*¹⁵⁰

A família que se “desinteira” na ausência dos filhos, muitas vezes conta o reforço do trabalho de uma família vizinha. Essa “ajuda” de um ou mais membros de uma outra família tanto pode ser pago com dinheiro, troca de dias ou mesmo nem ter remuneração. Apoio que em muitos momentos não é possível ser mediado pelo dinheiro ou por qualquer outra forma de pagamento. Zé Tico, ao relatar o incêndio ocorrido em seu canavial em 2008 afirma:

*“moça, eu tive um incêndio aqui, que eu vou te contar, achei que ia perder era tudo. Não fosse aquela Lô e aquele João, hoje eu não tinha cana nenhuma pra trabalhar. Essa menina, a coisa foi feia. Pois você acredita, eles entraram aqui apagando esse fogo, eu nem estava aqui, apagaram, apagaram esse fogo. Isso não tem o que paga moça, um dia de serviço você paga. Mas como é que paga isso? Só Deus. Eu fiquei devendo a eles e mais uns companheiros, o que eu não posso pagar. Se não é essa companheirada eu não sei não, ia queimar cana, pulava pro mato, aí é que ia ser um problema. Fiquei devendo foi obrigação.”*¹⁵¹

Diante de um problema incomensurável para o camponês sua dívida é de “obrigação”. A obrigação de estar disposto e disponível na hora da necessidade do outro, o que afinal, perpassa o que aqui viemos chamando de ética camponesa com suas regras, sua moralidade. Para Lô, *“hoje foi ele moça, mas e o dia, Deus livre e guarde, que for eu, como é que vai ser? Se não for assim, um ajudando outro a gente não vive não.”*¹⁵²

Também Dona Ana se lembra de quando

“Zé Tico, rapaz solteiro ainda, foi que veio ajudar a fazer aquela casa de adobe que você viu lá, eu já não aguentava mais tanta chuva dentro de casa, era até enxurrada dentro de casa. Aqui tem que ser assim, um dia é um, outro dia é outro. Tem que estar pronto pra ajudar.”

Assim, vão se consolidando práticas de solidariedade entre as famílias e seus membros que compõem aquele grupo de camponeses.

Porém, há casos em que este envolvimento põe em questionamento o ato de um membro em relação à sua família. Em nome “do que é certo” esta interferência alcança o que se constitui como o íntimo de uma família. Uma camponesa conta que *“o filho recebe o aposento da mãe e deixa a coitada à míngua. Está certo? Juntamos aí uns três, denunciemos. O promotor já veio e passou cartão pra outro que é sobrinho dela. Pois não está certo moça, não pode deixar”*¹⁵³. Assim, se constitui uma moralidade, em que as regras vão se colocando ainda que de maneira informal, mas que regem o grupo. Porque, afinal *“é tudo uma família só, é tudo gente da gente mesmo”*.

¹⁵⁰ Dona Geralda, março/2009.

¹⁵¹ Zé Tico, março 2009

¹⁵² Lô, março 2009

¹⁵³ Neste caso julgamos sensato omitir a fonte - em entrevistas de março de 2009.

Capítulo 05 – Um novo ordenamento do território e as estratégias construídas para conviver com as novas perspectivas.

A gente também sofre. Só que aquilo que a gente sofre, a gente transfere para os filhos da gente, para os netos, se torna conhecimento. A gente não pode trazer tudo de mão-beijada, a gente tem sofrimento, mas a gente tem vitória também. (D'Ana março/2009)

5.1 – “Da cerca que cerceia” à cerca que liberta.

Ao Contrário do que foi identificado por Bruno Bedim (2007:156-164) no seu estudo sobre a criação do parque na serra de Ibitipoca, no caso do assentamento rural Tapera a cerca que também cerceia o camponês na sua relação histórica com a natureza, não os colocou para fora dela, mas, para dentro.

Contudo, a relação com o estudo de Bedim está no entendimento de que, para se promover o re-ordenamento do espaço na direção de se atender à racionalidade de espacialização do capital, o *bicho homem* é desprezado, descartado e desqualificado. A partir do cerceamento produzido pelas cercas da atuação do grande capital, as novas cercas do Tapera ganham um sentido para além daquilo que materializa: é sentido de um processo de vitória, em curso, na luta pelo acesso à terra e reprodução do modo de vida daquelas famílias, ainda que em outros termos. Sem dúvida que a conquista da terra que se concretizou no assentamento das famílias tem grande significado para aquelas pessoas que reconstróem suas vidas nos termos que são possíveis, mas muito daquilo que viviam à *solta* foi perdido para sempre. Nas palavras de D'Ana:

“eu vou te falar uma coisa, era sofrimento grande mesmo, na época que era a fazenda e ainda nem se falava em vender. Mas, tem uma coisa: a gente corria solta por esses matos. Não tem nada que você possa pensar que não fazíamos. Você pensa, a gente cansava de viver aqui, fazia uma casa adiante, a roça não estava dando, fazia uma queimada, tirava o mato, era roça boa demais. É verdade que a gente jogava era capim depois de umas duas colheitas, mas, abria outro roçado e assim ia fazendo. Hoje, graças a Deus a gente tem o pedaço da gente, mais a gente não anda longe mais para tirar um pindoba, um pau que seja... ainda o que a gente faz é colher um pequi. Olha aí a coroçada. Isso a gente ainda faz muito, tirar o óleo do pequi, mas não é do tanto que fazia antes. Na época de pequi a gente anda isso tudo aí até fora dos nossos lotes mesmo, vai longe. A gente sente falta né, de uma coisa assim”.

(D'Ana, março/2009).

Figura 16 – Caroços de pequi da coleta 2009 na casa de D'Ana



Fonte: do arquivo da autora março/2009

Na figura 16 temos o registro dos caroços de pequi da coleta deste ano, dos quais ela extraiu o óleo, muito apreciado entre aqueles camponeses.

Se as cercas do assentamento tem o significado da estabilidade, sua existência cerceou numa outra dimensão: na dimensão dos costumes, da cultura. Ainda que aqueles camponeses estivessem formalmente submetidos às ordens do fazendeiro, na prática alguns limites eram irrompidos pelo grau de intimidade que aquelas pessoas tinham com o território e com o qual formaram sua identidade.

Tornava-se impossível para o fazendeiro fiscalizar a ações de todas as famílias tanto pela dimensão da propriedade, quanto pela maneira astuta que as famílias camponesas lidavam com o espaço. Ainda que algumas práticas fossem proibidas pelo fazendeiro, essa proibição era superada no acontecer da vida. *“Era na hora de lavar roupa, buscar água, era na hora de buscar uma lenha, uma madeira, tudo a gente sabia por onde que passava pra encurtar o caminho. Era o que precisasse que a gente*

*arrumava, Major tinha as preocupações dele, ia dar notícia?”*¹⁵⁴ Para além das terras da fazenda na Serra da Tapera, terras de uso coletivo, *“pastava gado de fazendeiro de posseiro e de agregado, era de todo mundo, não tinha dono não.”*¹⁵⁵

Contudo, de certa forma, ao menos no que se refere às apropriações ao que se encontra dentro desses limites do assentamento percebe-se uma superação. Apesar da manutenção do parcelamento do solo e da nova racionalidade imposta pelo reordenamento do território, os camponeses do Tapera construíram novas maneiras de lidar com tal ordenamento, revelando o modo como aquelas pessoas se apropriam do espaço. Um exemplo dessa apropriação pode ser percebido pelos caminhos alternativos às estradas que dão acesso de uma morada à outra, como uma proposta de encurtar as distâncias, como se observa no mapa 08.

Tal mapa, o qual resulta dos desenhos dos caminhos, alternativos às estradas, mais usados pelos moradores, ligando as “moradas” dos camponeses feitos por Sr. Juvenato (camponês assentado, “nascido e criado no Tapera”) registra uma das apropriações feitas pelas famílias: ainda que o solo tenha sido parcelado e cercado, estes se movimentam e lidam com o espaço superando tal racionalidade. Isso porque suas necessidades, muitas vezes, confrontam essa lógica de parcelamento do espaço. Apesar de reconhecer a propriedade de casa um, em separado, e de manter uma produção individual de cada família, cotidianamente, aqueles camponeses se relacionam com o território de acordo com a construção de um conhecimento que antecede a mediação do Estado.

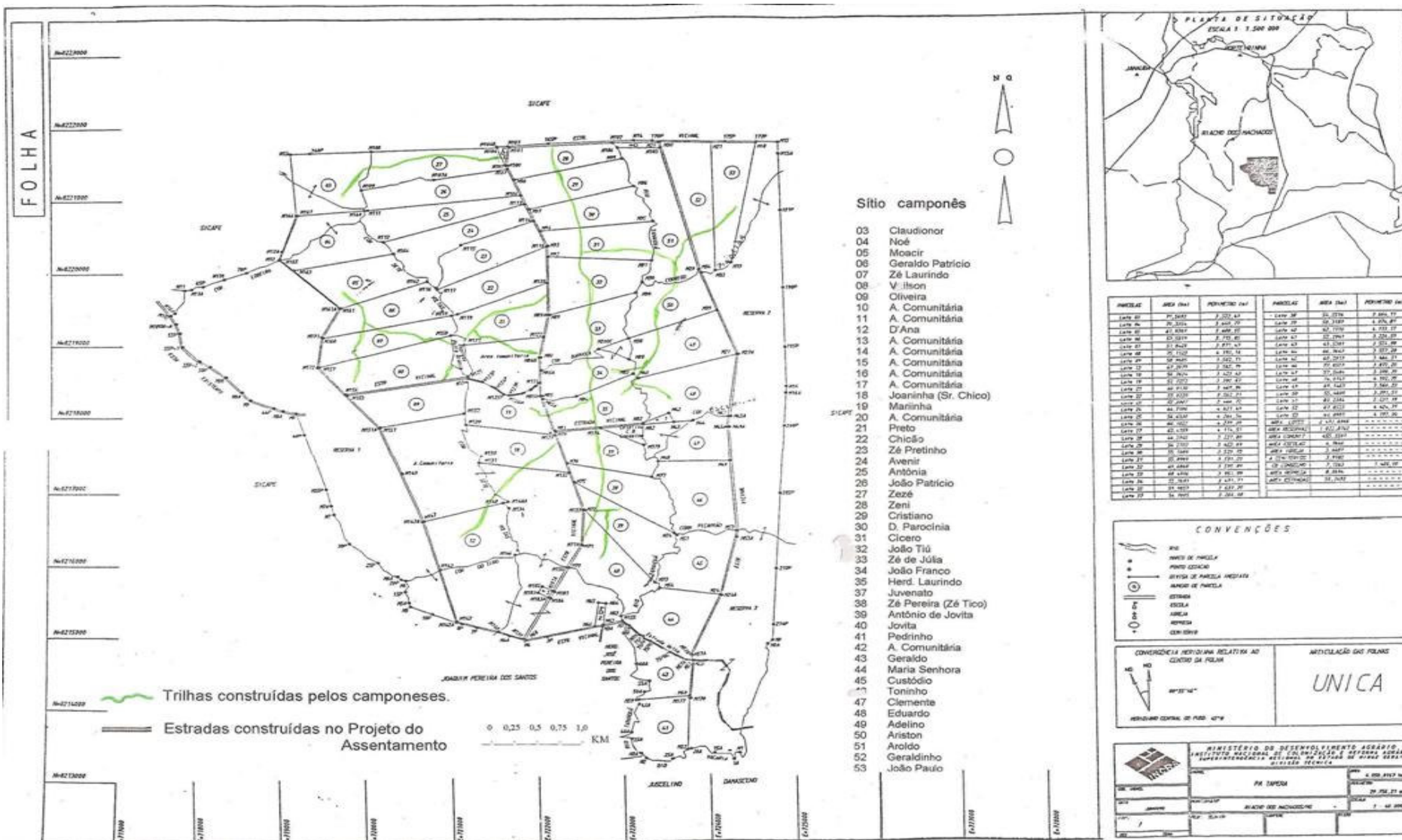
Sr. Juvenato afirma que, *“se usar as trilhas, os caminhos da gente, fica melhor pra chegar. É assim: você sai cortando por dentro, passa no lote de um, passa no lote de outro, encurta a distância. A estrada é boa, mas, é pra carro, pra gente fica longe.”*¹⁵⁶ Apesar de reconhecer os benefícios trazidos pela definição do Assentamento, os camponeses desde a construção das primeiras idéias tiveram críticas à maneira como o INCRA conduzia a proposta e atuavam no sentido de fazer valer o que seria melhor segundo a percepção daqueles sujeitos.

¹⁵⁴ Joaninha, março/2009

¹⁵⁵ João Tiú, março/2009

¹⁵⁶ Sr. Juvenato, março/2009

Mapa 08 – Assentamento Tapera – As Trilhas que encurtam caminhos



Base cartográfica: INCRA - Divisão de Ordenamento – desenho das trilhas: Sr. Juvenato.

Inicialmente a área onde foi proposto o assentamento das famílias não agradava aos camponeses por se tratar de área de pouca umidade, muito cascalho. João Tiú assim descreve:

“o INCRA, de começo queria uma área da fazenda, lá em cima, mas não prestava não, era terra alta, quente, água não tinha”. É capaz que nem poço lá dava. Por mim, era no Mandacaru, mas a companheirada já estava mais gente já morando pra cá, que também é terra boa, ficou bom aqui. Mas também não ficou do jeito que eles queriam não. Aqui não ia ter essa divisão da terra fria, mas baixa pra cada um não, mas nós demos o grito, queria que fosse seguindo a beirada dos riachozinhos aí. E foi assim que se deu, pra alegria nossa é assim desse jeito que qualquer um pode ver aí. Se hoje é nesse lugar e desse jeito, foi por conta de briga dessa gente toda, foi muita luta! Minha Nossa Senhora!

(João Tiú, dezembro/2009)

Apesar do traço reto e da forma geométrica, como é próprio ao Estado e da atuação das grandes empresas que produzem por meio da monocultura, no que se refere ao ordenamento/parcelamento do espaço o Assentamento Tapera, a partir da intervenção dos camponeses, tem seus lotes com dimensões mais condizentes com as condições ecológicas daquela realidade e atende, ainda que de maneira parcial, as necessidades das famílias de acordo com o conhecimento do território que possuíam aqueles camponeses.

A identidade daqueles camponeses construída em relação ao território passava naquele momento por fortes provações. Se, por um lado devamos admitir que esta tenha sofrido transformações com o processo, por outro temos que reconhecer que o conteúdo simbólico daquela identidade pode ter sido não apenas o fundamento para a luta, mas também elemento principal da resistência daqueles camponeses. Manuel Castells (2008:25), propondo o estudo da identidade coletiva, afirma que *“as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores”*. E ainda, que esse conteúdo simbólico pode passar por transformações sem perder seu significado e cada processo leva a uma identidade específica com distintos resultados. Portanto, para entender a construção ou mesmo a transformação de uma identidade, é necessário que se verifique seu processo na sociedade na qual essa construção coletiva está inserida.

Segundo Castells (2008:24), são três as formas de origem de uma identidade: *identidade legitimadora* - que se constrói a partir de um conjunto de regras introduzidas por instituição dominantes; *identidade de resistência* – construída a partir de grupos que estejam pressionados pelas estruturas de poder da sociedade e a *identidade de Projeto* – alcançada por grupos que redefinem sua posição na sociedade devido à construção de uma identidade nova a partir de elementos culturais anteriores. E, que talvez seja o tipo de identidade de resistência a mais importante no conjunto de construção

identidades nessa sociedade. Este, para Castells (ibid:25), é o que “dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, ao contrário, não seria suportável.” Nas palavras de Zé Tico “*afinal, isso aqui é tudo gente geraizeira, a luta é uma só, por isso que é Assentamento de Americana, Rio Pardo de Minas e outros aí, então, tem que sair e ir acudir o que precisa, senão não agüenta não.*”¹⁵⁷ O território ao qual muitas pessoas se identificam extrapola os limites do assentamento, talvez por ser esta uma condição nova.

Parece-nos que se tornou necessário ao povo do Tapera a vivência de algo para além das cercas, para além dos limites físicos, porque aquele sujeito teve, a partir da construção da luta pela terra, a “soma” de mais um elemento à sua cultura que é o sentido da luta. Muitos se referem a uma luta pela transformação social. Nas palavras de custódio:

“Eu posso falar isso com convicção: o assentamento hoje, nele surge grandes oportunidades. Nem só da questão da terra, às vezes, muitos e muitos para outros e outros... sei lá... nem só a terra, mas surgem outras brechas, vamos dizer assim. Outras brechas que além da terra, quer dizer, uma das coisas que é oportunidade de participar de algo como a discussão de uma reforma agrária que resolva o problema da terra. Não é problema pequeno, mas a gente tem de encarar que só anda, quando quem é interessado participa, pressiona, se informa, fala nesses congressos, em reunião de gente igual a gente mesmo, de outras pessoas que estão envolvidas. Igual a luta por essa escola geraizeira mesmo, primeiro que é geraizeira, não é só do Tapera, depois que pode servir exemplo pra outros modelos, cada qual para uma realidade. A educação rural do jeito que está desanima muito, não valoriza a gente da roça, nem forma pra ter uma profissão pra enfrentar o mundo lá fora. Precisamos uma escola nova.”
(Custódio, dezembro/2007)

Houve, certamente, grandes transformações em relação ao conjunto cultural que compunha a identidade daqueles camponeses anterior à eminência da perda da posse da terra. O camponês do Assentamento Tapera, de identidade geraizeira, é hoje diferente daquele que se constituiu até a nova racionalidade de espacialização do grande capital no Norte de Minas.

De fato, o camponês do Tapera, por todo o processo que os envolveu, mas o com qual também se des-envolveram, hoje estão presentes em movimentos e lutas que extrapolam tanto os limites e as cercas do Tapera, quanto suas necessidades imediatas de produção. E, neste envolvimento, descobriram-se como sujeitos do processo em que estavam inscritos e não apenas sujeitados (parte inerte, vendida com a fazenda Tapera). Neste sentido, o processo de formação que comportou perdas significativas, como refletido nas palavras de D’Ana, também comportou ganhos que, certamente, vão além da conquista da própria terra que, em princípio se fundamentada em grande parte da necessidade de preservação ambiental. Estes ganhos se ampliam, na medida em

¹⁵⁷ Zé Tico, março/2009.

que estes Sujeitos, no e a partir do Tapera, envolvidos em uma luta que extrapola seus limites, alcançam a condição de lutar e reivindicar o reconhecimento de seu saber-fazer, sua cultura e sua identidade como fundamentos que justificam a permanência de uma outra forma e conteúdo de produção do espaço no Norte de Minas Gerais.

Considerações Finais

A luta pela terra se estender durante período tão longo, como discutido ao longo da pesquisa, diz-nos muitas coisas. Entre elas, sobre o estatuto da propriedade e distribuição da terra no Brasil e, como em torno da questão fundiária há um significativo movimento de marginalização e criminalização dos movimentos sociais de luta no e pelo campo. É a acentuada concentração de terras o principal fomento da luta pela terra.

Por sua vez, os pilares dessa questão estão na ausência de uma política efetiva, que tenha como centro de atuação os problemas fundiários no Brasil. Contudo, como foi possível perceber no curso desta pesquisa, não se trata de uma ausência, mas, de uma política que tem como fundamento a consideração da terra para a reprodução ampliada da riqueza, em detrimento da terra para reprodução da vida daqueles que vivem dela.

Geógrafos, sociólogos, antropólogos vêm explicitando por meio de seus estudos e pesquisas, o que hoje no Brasil, vem sendo denominado como reforma agrária, é de fato, uma resposta parcial às ações dos movimentos sociais rurais. Estes movimentos, por meio de ocupações de terras e reivindicação de assentamentos das famílias envolvidas, questionam este modelo de distribuição de terras que expulsa e exclui (para incluir perversamente) o camponês, povos tradicionais e o trabalhador rural de um modo geral. Nestes termos, podemos afirmar que não há no país um projeto que se proponha a compor um diálogo real com os movimentos a partir das necessidades daqueles que vivem da terra, e para aqueles que querem viver da terra, construir um processo que possa resultar em avanços significativos para a questão fundiária. Neste sentido, é possível afirmar que os movimentos sociais do campo têm cumprido o importante papel de colocar a questão agrária na pauta das discussões sociais.

Tais movimentos estão assentados especialmente na necessidade de grande número de pessoas e famílias de obterem a terra para a reprodução de suas vidas a partir de seus saberes, de sua cultura. Estas famílias, em algum momento, foram desterritorializadas por processos de produção do espaço. Por sua vez, esta produção se alicerça na racionalidade produtiva do capital que, se apossa não somente das riquezas geradas pelo trabalho socialmente realizado, mas, de tudo aquilo que possa significar acumulação por meio da apropriação da renda da terra, seja na sua forma absoluta ou diferencial. Assim, a renda da terra está no centro da (re)produção social do espaço em curso, cujo fundamento é de reproduzi-lo para a reprodução ampliada do capital. Pela obtenção da renda fundiária, impõe-se não apenas o parcelamento do espaço, também a condição de mercadoria, a condição de terra de negócio que nega outras possibilidades de apropriação, ao contrário do sentido atribuído à terra pelo camponês, como terra de trabalho.

O camponês tem na terra o sentido de sua reprodução e de sua família, assumindo para ele condição de uso em que, ao contrário de se estabelecer como terra de negócio, estabelece-se como terra de reprodução da vida. Este foi o sentido predominantemente atribuído à terra que pôde ser observado no Tapera. Condição que se explicita desde o princípio da luta pela terra e pela reprodução do lugar em condição que lhes permitisse a re-existência a partir de seu modo de vida.

Contudo, como também pudemos “concluir”, que a constituição do Tapera não se explica como fim em si mesmo. Ao contrário, o mesmo deriva do conflito (im)posto pelas forças antagônicas da nova racionalidade de (re)produção do território do norte de Minas Gerais a partir do momento em que este se torna lócus de atuação do capital, devido à expansão do plantio da monocultura de eucalipto, principalmente. De fato, esta redefinição do sentido do lugar, foi o que se colocou como principal fator desencadeador da luta pelo direito daqueles camponeses permanecerem na terra na qual estavam estabelecidos historicamente. No Tapera, a venda das terras de criação de gado para uma empresa que desenvolveria uma atividade que os excluiria (o monocultivo do eucalipto), fez com os camponeses partissem rumo a um “mundo desconhecido” das leis e códigos, ainda mais desconhecidos e nele se fizessem sujeitos e não apenas sujeitados.

A resistência ao processo de expropriação, a que foram submetidos, fez com que os camponeses do Tapera se fortalecessem através da união que significava buscar no companheiro de infortúnio, a força e a coragem e no *des-envolvimento* a que estavam submetidos pudessem encontrar as possibilidades de re-existir enquanto camponeses. Contudo, se tratava de um confronto entre forças desiguais que somente pôde ser equilibrado com apoio de instituições como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, da CPT e CAA. Em associação com o conhecimento dos camponeses sobre o território em que viviam e, a partir desse, o CAA passou a contribuir com os camponeses do Tapera ajudando-os a desenvolver estratégias de lutas que lhes permitiram, afinal, permanecer na terra.

A participação da CPT, CAA/NM (CAA) e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais foi de reconhecida importância não apenas como apoio estrutural aos camponeses, mas também, na decodificação e esclarecimento dos caminhos e procedimentos que deveriam ser adotados em relação aos agentes com os quais teriam que lidar (ou enfrentar) naquele embate, como o Estado, por exemplo, que se constituiu em mediador central do conflito entre os camponeses e a nova empresa proprietária da Fazenda Tapera.

Dentre estes, o CAA/NM que deste a gestação da luta, até os dias atuais está presente no Assentamento teve importância fundamental no que se refere à luta

continuada que não se encerrou na luta pela terra. A reestruturação produtiva das famílias esteve especialmente suportada nas ações do CAA/NM e na sua proposta de cultivar e produzir conforme os preceitos agroecológicos, que esta instituição busca difundir entre os camponeses do Norte de Minas, a partir da sistematização e socialização do saber dos próprios camponeses.

A participação da igreja - especialmente a católica-, foi de grande importância na constituição e no processo de luta do Tapera, a exemplo do que aconteceu (e ainda acontece) de modo geral em todo o Brasil. Neste sentido, faz-se necessário reconhecer a importância da CPT na luta pela terra e, pela sua atuação junto aos movimentos sociais brasileiros. Não apenas pelo fortalecimento dos grupos diretamente, bem como, no esforço de sistematização e “publicização” de dados e números da luta no campo brasileiro, em parceria com pesquisadores e estudiosos engajados politicamente na luta por uma reforma agrária efetiva e de amplo alcance social.

Assim, a constituição do Assentamento Tapera dá-se no contexto de exacerbção da concentração de terras no país, de re-funcionalização dos territórios para atender à espacialização do capital em áreas ainda não engendradas pela nova racionalidade produtiva. Em resposta, aos processos excludentes, somando-se a outros resultados dos movimentos sociais rurais, o movimento de luta pela terra na Fazenda Tapera, possibilitou a permanência dos camponeses que viviam naquele lugar, como condição de resistência. Nesse sentido, o Assentamento Tapera, na sua coletividade, colocou-se como sujeito político em um processo conflituoso que exigia novos desenvolvimentos para novas possibilidades e entendimentos.

Ressaltamos que no Assentamento Tapera, os próprios camponeses foram os sujeitos centrais do processo de luta. A crença na possibilidade de se obter e permanecer na terra foi o que fomentou e manteve aquela luta. As novas lutas são pela permanência na terra de maneira digna e o quanto mais autônoma possível.

Identificamos que o fundamental para a constituição do Assentamento Tapera e, principalmente para sua continuidade e prosperidade é a identidade que o camponês do Tapera já possuía era antes de tudo, um camponês do lugar. Cujo modo de vida foi produzido ao mesmo tempo em que se reproduzia o lugar. Assim, a eminência da perda da terra, cujo sentido para o camponês é o de *território-lugar*, significava a perda de seu próprio modo de vida.

Os camponeses do Tapera não são orientados, essencialmente, por um discurso, ou quiçá, um saber “ecologizado”. Contudo, sua existência depende do tenuous equilíbrio entre a disposição e aproveitamento dos elementos existentes no território, como fundamento da necessidade de não transgressão da capacidade daquilo que aquele território permite. Neste sentido, e por uma necessidade da vida, o saber do

Tapera está altamente vinculado às condições ecológicas, sustentado pelos saberes e práticas culturais formados nas atividades agrícolas. E é assim que no Tapera se estabelece uma **agroecologia**, sustentado por uma **agricultura**.

A importância do modo de vida, estruturado e estruturante do Tapera, aparece tanto no discurso, quanto na prática daqueles camponeses. Se há estradas, que ligam os sítios (*os lotes*), ou as cercas que definem seus limites, naquele lugar, existem também as trilhas que superam as cercas e propõe outra ligação. Ao dispensar as estradas e compor outros caminhos, aqueles camponeses superam o ordenamento geométrico imposto pelo Estado na definição do que seria o assentamento e seus limites. Se existem as cercas que separam o que é de quem, por outro lado, existe a prática da parceria, da ajuda na lida de cada de dia, dos lotes coletivos que reúnem e deixam os limites das cercas em outras instâncias.

Mas o espaço parcelado também é reconhecido e valorizado. Os lotes/sítios aparecem no discurso do camponês do Tapera com o nome do dono. Ao se referirem ao lote de um camponês como Zé Tico, se diz: lá em Zé Tico, ou, lá onde hoje é Zé Tico. Assim, cada lote ganha nessa concepção o significado de ser, em última instância, o próprio camponês.

Porém, se é no Tapera que o camponês se reconhece e é reconhecido, é para além dele, que ele forma sua identidade: o camponês do Tapera é, como se auto-denominam: *geraizeiro*. E ser um geraizeiro significa poder comportar-se como tal. Tanto na fala quanto nas atitudes, está intrínseca a construção histórica de quem traz em si uma identidade que, se está à prova, é a essência da resistência daqueles que viveram os processos agudos de confronto. E é por meio dessa identidade com o território, que aquele camponês construiu suas possibilidades e por ela busca novas lutas, já que reconhecem que estas não atingiram ao seu final e, que se alimentam por novos objetivos de conquista.

O camponês contemporâneo, que integra a sociedade que produz o espaço dentro da racionalidade capitalista modernizante, é posto a prova e se adequa a cada dia às novas questões que se (im)põem à sua existência e, neste processo, se reproduz, muda, transforma e transforma-se. Como foi visto não se trata do desaparecimento do campesinato, mas, de sua forma contemporânea de existir, a partir das condições que estão postas pela própria evolução social. E, ainda que haja uma redução da sua produção material ou dos ganhos que dela originam-se, o camponês se mantém sobre os pilares fundamentais: família, terra e trabalho.

A partir de todos estes elementos e de outros que não foram objeto de estudo dessa pesquisa, ou abarcados por ela, foi possível avançar na compreensão dentro do que se tem como resultado da *reforma agrária* no Brasil, porque afinal, o que resultou no

Assentamento Tapera, é um fragmento dela. E, como fragmento, seu estudo, juntamente com outros estudos sobre o tema, ajuda a entender o que se constituiu como questão agrária no Brasil de hoje. Temos consciência que esta pesquisa não o compreendeu plenamente na complexidade e riqueza das relações que se desenvolvem naquele território porque, a riqueza produzida pelos camponeses geraizeiros do Assentamento Tapera, não se limita à aquilo que podemos quantificar ou apreender nos limites de uma pesquisa. Afinal, trata-se de um modo de vida que, se não desmonta, coloca para serem questionadas as históricas afirmações quanto à pobreza ou miséria decorrentes da escassez hídrica e de outras condições adversas à produção naquele território.

Entendemos finalmente, que reside aí o maior legado do Tapera e sua contribuição mais efetiva para pensar a luta pela terra: tão importante quanto a terra são as condições de permanência. Condições que, em grande medida, podem ser encontradas também no saber e a cultura do sujeito, quando estes permanecem ou são re-inseridas no lugar. Isto porque a terra não é meramente o bem existente, mas o é, na sua apropriação por aquele que tem nela a sua própria condição de existir.

Bibliografia

AMIN, Samir e VERGAPOULOS, Kostas (1986), **A Questão Agrária e o Capitalismo**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2ª ed.

ARON, Raymond (2005), **O Marxismo de Marx**, São Paulo, ARX, 2ª ed.

BEDIM, Bruno (2007) **Os Usos Culturais do Tempo no Limiar de um Destino turístico: da temporalidade camponesa aos ritmos diferenciados expressão do tempo em Ibitipoca (MG)**, Revista Eletrônica de Turismo Cultural, 2º semestre. <http://www.eca.usp.br/turismocultural/bruno.pdf>.

BOFF, Leonardo (2005), **Igreja: Carisma e Poder – ensaios de eclesiologia militante**, Rio de Janeiro, Editora Record.

_____, BOFF, Clodovis (2007), **Como Fazer Teologia da Libertação**, Petrópolis, Vozes, 9ª ed.

BOMBARDI, Larissa Mies (2003) **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117. disponível in <http://www.cchla.ufrn.br/geoesp/arquivos/artigos/ArtigoAmbienteAgricultura.pdf>

BRANT, Celso (1985), **Teologia da Libertação versus Teologia da Submissão**, Rio de Janeiro, Ed. Da Mobilização Nacional.

Brasil de Fato, Fevereiro 2008, Ano 6, n º259, disponível in www.brasildefato.com.br (fevereiro/2008)

CAA/NM 2 – **Curriculum 2007** in <http://www.caanm.org.br> (abril/ 2008).

CALDART, Roseli Salete (1997) **Educação em movimento: formação de educadoras no MST**. Petrópolis: Vozes.

CAMPOS, Maria Cristina S. S. (1992), **A Associação da Fotografia aos Relatos Oraís na Reconstrução Histórico-sociológica da Memória Familiar**, in LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.), Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica, pág. 97 a 116.

CÂNDIDO, Antonio (1987), **Parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira paulista**, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 7ª ed.

CARLOS, Ana Fani A. (2007), **O Lugar do/no mundo**, São Paulo, Ed. eletrônica/LABUR, in <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>.

CARVALHO, Abdias Vilar de (1985), **a Igreja Católica e a Questão Agrária – Alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964**, in PAIVA, Vanilda - Igreja e Questão Agrária, São Paulo, Edições Loyola.

CASTELLS, Manuel (2008), **O poder da identidade: A era da informação**. Economia, sociedade e cultura, v. 2, São Paulo, Paz e Terra, 2008, 6 ed.

SHANIN, Teodor (1980), **Trabalho e Dominação** – Estudos CEBRAP n° 26, Petrópolis, Ed. Vozes.

SHANIN, Teodor (2008), **Lições Camponesas** – in Campesinato e territórios em disputa, Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini (org.), São Paulo, Expressão Popular.

CHAYANOV, Alexander V. (1974), **La organizacion de la unidad economica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision.

CLAVAL, Paul (1999), **O Território na Transição da Pós-modernidade**, *GEOgraphia*, Ano 1, No2, 1999. Disponível in http://www.uff.br/geographia/rev_02/paul%20claval.pdf

_____ (2002) **Campos e perspectivas da geografia cultural**. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, p. 133-196.

CUNHA, Gabriela Cavalcanti (2002), **Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da prefeitura municipal de santo andré, SP** - Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, Orient.: Prof. Dr. Cláudio José Torres Vouga, São Paulo, USP. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23052005-101736/> (visitado em novembro/08).

D'ANGELIS FILHO, J.S. (2005), **Políticas locais para o “des-envolvimento” no Norte de Minas: uma análise das articulações local & supralocal**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável) – Universidad Catolica de Temuco, Temuco, Chile. Disponível em: <<http://biblioteca.uct.cl/tesis/joao-dangelis/tesis.pdf>>. Acesso em: nov. 2008.

DAYREL, Carlos Alberto (2000), **Os Geraizeiros Descem a Serra ou a Agricultura de quem não Aparece nos Relatórios dos Agrobusiness**, in Cláudia Luz e Carlos Dayrel (org.), **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**, Montes Claros, Imprensa Universitária da Unimontes, pág. 189 -272.

FERNANDES, Bernardo Mançano (1996). **MST- Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC.

_____ (2000 a), **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes

_____ (2000 b), **A questão agrária no limiar do século XXI**. Presidente. Prudente: NERA. Disponível in: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>> (visita: junho/2007)

_____ (2001), **Problema não resolvido: A ocupação de terra no Brasil: uma página virada da história?** Disponível in <http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html> maio/09

FREIRE, Paulo (2002), **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 22ª ed.

GAIGER, Luiz Inácio (1999) **Significados e tendências da economia solidária**. In *Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT*. Disponível em: <http://www.escolanet.com.br> (fevereiro/2009)

GOFFMAN, Erving (2005), **A representação do eu na vida cotidiana**, trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto (2000), **As Minas e os Gerais: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas**, in Cláudia Luz e Carlos Dayrell (org.), *Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade*, Montes Claros, Imprensa Universitária da Unimontes, pág. 19-45.

_____ (2001), **Amazônia, Amazônias**, São Paulo, ed. Contexto.

GRAMSCI, Antônio (1968), **Maquiavel – A Política e o Estado Moderno**, Trad. Luiz Mário Gazzaneo, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

HAESBAERT, Rogério (1997) **Des-territorialização e Identidade: a rede gaúcha no Nordeste**, Niterói, EDUFF.

_____ (2006), **Territórios alternativos**, São Paulo, Contexto, 2 ed.

INCRA (1986), **Processo de obtenção do Assentamento Nossa Senhora das Oliveiras (ou Assentamento Tapera)** nas folhas 09 e 10 – arquivo interno.

_____ (2003), **Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-Suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária** (Contrato de Empréstimo n°1248/OC-BR) – Plano de Consolidação do Assentamento - PCA Tapera, documento interno dos arquivos do INCRA.

IOKOI, Zilda (1996), **Igreja e Camponeses – Teologia da Libertação e Movimentos Sociais no Campo Brasil e Peru, 1964-1986**, São Paulo, Ed. Hucitec

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**, São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEFEBVRE, Henri (1967), **Metafilosofia**, trad. Roland Corbisier, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LEFEBVRE, Henri (1979), **Lógica formal lógica dialética**, trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 ed.

LEFEBVRE, Henri (1986), **La Production de L'Espace**, Paris, Copyringt Editions Antropos, 3ª ed. Apoiada na tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio M. Martins (2006-2007 em andamento).

LEFEBVRE, Henri (1991), **O direito a cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Moraes.

LEFEBVRE, Henri (1999), (Trad.) MARTINS, Sergio. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

MARTINS, Jose de Souza (1975), **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobres as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo.

MARTINS, José de Souza (1980), **Expropriação & Violência: a questão política no campo**, São Paulo, Hucitec.

_____ (1983), **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**, Petrópolis, Vozes, 2ª ed.

_____ (1986), **Não há terra para plantar neste verão (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo)**, Petrópolis, ed. Vozes.

_____ (1994) **O poder do atraso – Ensaio de Sociologia da História Lenta**, São Paulo, Ed. Hucitec.

_____ (2001), **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**, Artigo apresentado no Seminário Interno sobre “Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI”, FAO – Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001.

_____ (2003), **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**, São Paulo, Paulus, 2ªed.

_____ (2004), **O Cativo da Terra**, São Paulo, Hucitec, 8ª ed..

_____ (2003), **O Sujeito Oculto – ordem e transgressão na reforma agrária**, Porto Alegre, Ed. da UFRGS.

_____ (2008), **A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e história na modernidade anômala**, São Paulo, Contexto.

MARX, Karl (1988), **O Capital: crítica da economia política**, Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo, Nova Cultural, 3ª ed.

MARX, Karl (2007) **A Ideologia Alemã**, Trad. Marcelo Backes, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MENDRAS, Henri (1978). **Sociedades camponesas**, trad. Maria José da Silveira Lindoso, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

MINC, Carlos (1986) **A Reconquista da Terra – Estatuto de Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2ª ed

MORAES, Antonio Carlos Robert (2000). **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**, São Paulo : Hucitec.

MORAIS, Clodomir Santos (2006), **História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969**, in *A Questão Agrária no Brasil – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*, STÉDILE, João Pedro (org.), São Paulo, Expressão Popular, 1ª ed.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (2001), **A agricultura Camponesa no Brasil**, São Paulo, Contexto, 4 ed.

_____ (1977) **Elegia para uma Religião – SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 ed.

OLIVEIRA, Maria Diana de (2007), **A (re)produção do espaço e a prática “política” do movimento ambientalista: um estudo a partir da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA)**, dissertação de Mestrado apresentada em agosto de 2007, pelo Programa de Pós-graduação em Geografia, IGC/UFMG. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br (visita em 2008)

PLASSAT, Xavier, **Por trás do trabalho escravo**, in Pastoral da Terra, Janeiro a Março de 2007:13, ano 32, n°186. www.cpt.nac.org.br

PRADO Jr., Caio (1979) **A Questão Agrária no Brasil**, São Paulo, Ed. Brasiliense.

RAFFESTIN, Claude (1993), **Por uma Geografia do Poder**, Trad. Maria Cecília França, São Paulo: Ática.

RIBEIRO, Darcy (2002). **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira (2000), **História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo**, in Cláudia Luz e Carlos Dayrell (org.), Cerrado e Desenvolvimento - Tradição e Atualidade, Montes Claros, Imprensa Universitária da Unimontes, pág. 47 – 106.

SANTOS, Milton (1996). **A natureza do espaço: técnica e tempo - razão e emoção**. São Paulo: Hucitec.

_____ (1988) **Metamorfoses do Espaço Habitado – Fundamentos Teórico Metodológico da Geografia**. São Paulo, Hucitec. Disponível in: <http://www.esnips.com>

_____ (2003). **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 10ª ed.

_____ (2005), **O retorno do território**, In *OSAL - Observatório Social de América Latina, Ano 6, n° 16 (jun. 2005-)*, Buenos Aires, CLACSO, ISSN 1515-3282. Disponível in: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SEABRA, Odete C. L. (2003), **Urbanização e Fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro Limão**, tese de livre-docência, USP, São Paulo.

SILVA, Carlos E. Mazzeto (2006) **Os Cerrados e a Sustentabilidade: territorialidades em tensão**, Universidade Federal Fluminense, UFF.

SINGER, P. (2000) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto.

_____ (2000). **Economia dos setores populares: propostas e desafios**. In: Gabriel Kraychete et al. (orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes (Capina/Cese/UCSal), p. 143-165.

STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Marçano (1996). **Brava gente**, São Paulo, Perseu Abramo.

THIOLLENT, Michel J. M. (1985) **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**, São Paulo, Editora Polis, 14 ed.

TUBBALDINI, Maria Aparecida dos Santos (1992) **Caracterização da Agricultura Mineira e a Ação do Estado: um estudo exploratório 1970/85**. Tese de Doutorado: UNESP - Rio Claro.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (1996), **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**, XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17, Processos sociais agrários. Caxambu, MG, outubro 1996, *in*
http://www.cultura.ufpa.br/cagro/pdfs/AA_selecao/2009/raizes_historicas.pdf,
visita em fevereiro/2009.

Páginas “visitadas” da internet

<http://www.caanm.org.br>, Currículo do CAA 2 – 2007. Visita: 08/04/08.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u377121.shtml>, visita: 03/03/08.

<http://www.cptnac.org.br>, visita: maio 2008

<http://www.cnbb.org.br>, visita: maio 2008

<http://www.usp.br>, visita: 2007, 2008, 2009.

www.brasildefato.com.br, Visita junho 2008

<http://www.cchla.ufrn.br/geoesp/arquivos/artigos> , Visita: junho/2008.

<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>, visita: julho 08

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br>, visita: 2007 e 2008.

<http://www.escolanet.com.br>, visita: novembro 2008

<http://www.cultura.ufpa.br>, visita: fevereiro 2009

http://www.miniweb.com.br/Literatura/artigos/jeca_tatu_historia1.html, Visita: maio 2009

http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html, visita maio/09

<http://www.cna.org.br/site/noticia.php?n=1535>, visita: maio 2009

<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>, visita: 2007 a 2009.

http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html, visita: maio 2009.

http://www.uff.br/geographia/rev_02/paul%20claval.pdf, visita: maio 2009.

ANEXOS

Anexo: Imagens do Tapera



Casa do Sr. Joaquim - posseiro



Quintal de Sr. Gegê - posseiro



Fonte: do arquivo da autora, março/2009



Fonte: arquivo do camponês Tonho



O orgulho em exibir a produção na arrumação do biscoitos



Autorização do Uso de Imagem

Nome completo:

Data de Nascimento:

CPF/MF:

Endereço:

Cidade/UF:

Eu, abaixo assinado e acima qualificado, autorizo a mestranda Maria das Graças Martins Bibiano, inscrita no CPF 004 012 476-27, a inserir e fazer uso da minha imagem (fotos recentes e antigas, já publicadas ou não, de autoria da autora ou de outros). Este uso será a título gratuito, sem limite de tempo, em meio físico ou eletrônico, para fins de divulgação e publicidade da Dissertação de Mestrado que ora se desenvolve pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, e ainda em eventos acadêmicos nos quais essas possam ser úteis.

A presente autorização abrange os usos acima indicados, tanto em mídia impressa, como também em mídia eletrônica, Internet, sem qualquer ônus à estudante.

Não permito, porém, que a imagem seja usada pela mestranda ou outros para fins comerciais ou para outros fins que não estejam relacionados à divulgação ou promoção da referida Dissertação de Mestrado, apresentação da mesma, artigos e eventos acadêmicos e afins.

Por ser esta a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem retratada, ou a qualquer outro.

Riacho dos Machados, MG, dia ____ de _____ de 200__.

Assinatura:

Nome Testemunha 1:

Nome Testemunha 2:

Autorização do Uso do Conteúdo de Entrevistas

Nome completo:

Data de Nascimento:

CPF/MF:

Endereço:

Cidade/UF:

Eu, abaixo assinado e acima qualificado, autorizo a mestranda Maria das Graças Martins Bibiano, inscrita no CPF 004 012 476-27, a inserir e fazer uso do conteúdo de entrevistas atuais e anteriores, a título gratuito, sem limite de tempo, em meio físico ou eletrônico, na íntegra ou fracionada, conforme o que a mestranda julgar necessário. Este uso é exclusivamente para fins de divulgação e publicidade da Dissertação de Mestrado que ora se desenvolve pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, e ainda artigos e apresentação em eventos acadêmicos, nos quais, este possa ser útil.

A presente autorização abrange os usos acima indicados, tanto em mídia impressa, como também em mídia eletrônica, Internet, sem qualquer ônus à estudante.

Não permito, porém, que tal conteúdo seja usado pela mestranda ou outros para fins comerciais ou para outros fins que não estejam relacionados à divulgação ou promoção da referida Dissertação de Mestrado, apresentação da mesma, artigos científicos, eventos acadêmicos e afins.

Por ser esta a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos ao que foi dito e registrado, ou a qualquer outro.

Riacho dos Machados, MG, dia ____ de _____ de 200__.

Assinatura:

Nome Testemunha 1:

Nome Testemunha 2:



Roteiro norteador das entrevistas com as famílias do “Assentamento Tapera” -
Assentamento Rural Nossa Senhora das Oliveiras.

Data _____/_____/_____, Hora____:____,
Local:_____

Entrevistado:_____

Família

Pai:

Mãe:

Nº de filhos:_____, nº de filhos envolvidos na produção do
lote:_____

Atividade dos pais:

Agregados () sim () não, Número de agregados:

Relação com a família:

Tempo que a família reside no Tapera:_____.

Nº de filhos que vivem fora do Assentamento:_____. Atividades que estes
desenvolvem:

Ano de assentamento da família:

Como se deu o acesso à terra?

Características da família

Nº	Local de origem	Idade	sexo	escolaridade	Ocupação atual	Ocupação anterior
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						

Nº de famílias residentes no lote:

Nº do lote: _____ dimensões do lote: _____ nº de aposentados:

Principal fonte de renda da família:

Renda familiar mensal:

Possui bolsa família? Qual é a importância dessa renda?

A família contrata trabalhador? Quantos? Período e época:

Tamanho da área cultivável:

Produtos de cultivo e destinação

Estratégias para aprimorar a produção:

Como a família decide essas estratégias?

Tem apoio externo? Qual?

Quais membros da família se envolvem no trabalho da terra?

Principal produto para o mercado:

Como é feita a comercialização?

Destino da produção da família:

Com quem a família negocia?

Quais são os membros da família que trabalham fora do lote?

Em qual atividade?

Há emprego em trabalho temporário? Quantos?

Atividade: período: Cidade:

Atividade: período: Cidade:

Atividade: período: Cidade:

Atividade: período: Cidade:

Nº de estudantes: grau:

Nº de filhos que se deslocam do Assentamento para estudar:

Impactos desse deslocamento:

Relação da família com a Associação:

Importância dessa para as atividades da família e para o coletivo do Assentamento:

Instituições presentes no Assentamento (bancos, ongs, Estado) e como se dão estas relações?

Área de cultivo: aumentou () diminuiu () nos últimos anos? Por quê?

Área de pastagem: aumentou () diminuiu () nos últimos anos? Por quê?

Número de bovinos (); eqüinos (), caprinos (); Aves ().

Origem da alimentação dos animais:

Há uso de alimento industrializado?

Por quê?

Usa insumos químicos no plantio?

Por quê?

Como a família decide sobre a atividade econômica?

A mulher participa das atividades na roça?
Como se dá sua participação nas decisões?

A família está satisfeita com os resultados do seu trabalho?
Por quê?

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

Nº de moradias no lote: Nº de moradias em alvenaria: nº de banheiro funcionando:

Água encanada? Origem da água: filtra a água?
Tem energia elétrica? Qual é a importância desta?

Local de armazenamento da produção:

Aparelhos domésticos: Geladeira (); liquidificador ();ferro (); chuveiro (); rádio (); TV (); DVD (); antena parabólica ().

Destino do lixo produzido pela família:

Saúde

Membro da família:	doença:	onde tratou:
Membro da família:	doença:	onde tratou:
Membro da família:	doença:	onde tratou:
Membro da família:	doença:	onde tratou:

Meio de locomoção:

Moto (); carro (); cavalo (); outros:-

Participa da Associação?

Acha válido?

Por quê?

Já participou da diretoria da Associação?

Tem intenção de participar no futuro?

Acha importante a existência da mesma? Pro quê?

Sindicato dos Trabalhadores rurais

Membro da família:	cidade:	há quanto tempo?
Membro da família:	cidade:	há quanto tempo?
Membro da família:	cidade:	há quanto tempo?
Membro da família:	cidade:	há quanto tempo?
Membro da família:	cidade:	há quanto tempo?

Participa de algum movimento social?

Quais?

Qual é a importância dessa participação para o desenvolvimento das famílias e do Assentamento?

Participa de algum trabalho coletivo no Assentamento?

Quais?

Tem notícias do Brasil e do mundo?

Por meio de qual/quais veículo(s)?

Participa da organização de alguma festa da comunidade?

Qual/quais?

Envolvimento em projetos coletivos:

Membro da família:	projeto:	há quanto tempo?
--------------------	----------	------------------

Membro da família: projeto: há quanto tempo?
Membro da família: projeto: há quanto tempo?
Membro da família: projeto: há quanto tempo?

Está envolvido(a) com algum projeto de incentivo do Estado? Qual?

Por meio de qual instituição?

Já tem resultados? Quais?

Existe pomar em torno da moradia? Quais são as espécies?

Existe horta? Quem cuida desse “em torno”?

Escola:

A família sabe o que é Escola Geraizeira? Apóia?
Por quê?

Há alguma característica da escola tradicional que se pratica hoje no Tapera que desagrada à família? Qual?

O que poderia ser feito para melhorar a escola e ensino no Assentamento?

O calendário escolar é satisfatório? Por quê?

Há uma nova proposta?

Manejo da Terra:

Conhece curva de nível? Utiliza como técnica de plantio? Por quê?

Qual é a estratégia adotada pela família para conservar a umidade da terra por mais tempo?

Como são repostos os nutrientes do solo?

Utiliza técnicas de descanso para o solo?

Há preocupação com o equilíbrio ecológico? O que pode ser considerado como resultado positivo na prática da família que contribui para esse equilíbrio?

Os resultados tem sido positivos? O pode ser considerado como resultados positivos para a família?

O tamanho da terra é suficiente para o desenvolvimento da família?
Por quê?

Qual é a sugestão nesse sentido?

Futuro:

Preocupação com o futuro da família:

Desejos e anseios dos filhos para o futuro:

O que pode melhorar para o futuro da família no Tapera:

Visitantes envolvidos com o Tapera:

O que se espera desses?

Em sua opinião, o que é:

Viver no campo:

Significado da terra:

Significado da sua terra:

O que é o Tapera:

Como se vive no Tapera:

Você se sente Geraizeiro?

O que é ser um Geraizeiro?

O que é o Norte de Minas Gerais?

Como é esse “povo do norte”?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
Instituto de Geociências – IGC
Programa de Pós-graduação em Geografia

Roteiro norteador da entrevistas com a Associação de Moradores do Assentamento Rural Tapera.

Data: ___ / ___ / _____. Hora: ___ : ___ Local: _____

Nº entrevista: _____ Duração: _____ Entrevistado(a):

Diretor(a): _____

Vice- diretor(a): _____

Entrevistado(a):

Quantos são os associados? _____ Quantos participam ativamente? _____ Qual é a importância da participação dos membros? _____

Quais são os principais problemas do Tapera hoje? _____

Quais foram suas maiores conquistas? _____

Qual é a atual luta da Associação? _____

Por que essa luta é necessária às pessoas do Tapera? _____

Há jovens fora da escola? _____ Por quê? _____

Os resultados positivos impulsionam a participação na associação, por quê? _____

O que a associação tem feito para se aproximar das famílias que possam estar afastadas? _____

Envolvimento dos jovens com a associação.

Membro da comunidade	Envolvido com	Há quanto tempo

Quais são as preocupações do Tapera hoje? _____ -

Existem pessoas com doenças crônicas?

Doença	Nº de pessoas	Tratamento

Existem agentes de saúde na comunidade? _____ quantos?
_____; Há quanto tempo? _____; Qual é a
importância desses agentes?

Que conhecimento a associação tem sobre os dados coletados e os
acompanhamentos feitos pelos agentes?

Quais as ações que estão sendo tomadas junto às famílias que não alcançaram
bom desenvolvimento econômico?

Quais são os impactos que sofre uma família que não alcança bons resultados
econômicos por meio do trabalho na terra?

Quantas famílias estão em situação desfavorável economicamente hoje?

Como fica a sociabilidade dessas famílias em relação às outras?

Quais foram os resultados com o projeto de produção destinada aos bio-combustíveis que foi introduzido em 2007-2008 no Tapera?

Quais foram os impactos desse projeto nas vidas das famílias?

Por quê? _____



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
Instituto de Geociências – IGC
Programa de Pós-graduação em Geografia

Roteiro norteador da entrevista com o(a) agente de saúde do Assentamento Rural Tapera.

Data: ___/___/_____. Hora:__:__ Local: _____
N° entrevista: _____ Duração: _____

Agente: _____

Há quanto tempo existe este programa de agente de saúde?

Quais são os principais problemas de saúde do Tapera hoje? _____

Quais foram suas maiores conquistas desde a atuação dos agentes?

Existem pessoas com doenças crônicas? _____

Doença	N° de pessoas	Tratamento

Pessoas contaminadas com a doença de chagas

Membro da comunidade	idade	Ano contaminação

Como está o problema de chagas hoje? Existem registros de contaminações recentes?
